



KLS

História Geral



# História Geral



Alexandra Dias Ferraz Tedesco  
Rafael Pavani da Silva

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

### **Presidente**

Rodrigo Galindo

### **Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica**

Mário Ghio Júnior

### **Conselho Acadêmico**

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

### **Revisão Técnica**

Daniela Resende de Faria

Rafael Pavani da Silva

### **Editorial**

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Tedesco, Alexandra Dias Ferraz

T256h História geral / Alexandra Dias Ferraz Tedesco, Rafael  
Pavani da Silva. – Londrina : Editora e Distribuidora  
Educacional S.A., 2019.

224 p.

ISBN 978-85-522-1409-0

1. História. 2. História do Ocidente. 3. Historiografia. I.  
Tedesco, Alexandra Dias Ferraz. II. Silva, Rafael Pavani da.  
III. Título.

CDD 990

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019

**Editora e Distribuidora Educacional S.A.**

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 — Londrina — PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>



# Sumário

---

## Unidade 1

As ciências humanas e a história: questões de episteme ..... 7

### Seção 1.1

As ciências humanas no XIX e o lugar da história..... 9

### Seção 1.2

Marx e a história marxiana ..... 26

### Seção 1.3

A Escola dos Annales e a história repensada ..... 44

## Unidade 2

História: do testemunho à ciência..... 65

### Seção 2.1

A história na Antiguidade Clássica ..... 67

### Seção 2.2

Da história sacra ao Humanismo ..... 82

### Seção 2.3

Do iluminismo à escola metódica:  
a busca por uma história científica..... 99

## Unidade 3

História e Historiografia no século XX ..... 117

### Seção 3.1

Patrícios, plebeus e operários:  
A História Social da New Left Review ..... 119

### Seção 3.2

De Reis taumaturgos a Moleiros:  
a História das mentalidades e a Nova História..... 133

### Seção 3.3

Foucault, *Linguistic Turn* e a história cultural ..... 149

## Unidade 4

História, fontes e debates atuais..... 169

### Seção 4.1

Anacronismo, teleologia e filosofia da história..... 171

### Seção 4.2

História e Crítica Documental..... 185

### Seção 4.3

História e Identidades ..... 200



## Palavras do autor

---

**C**aro aluno, a reflexão que se inicia aqui foi cuidadosamente pensada para auxiliá-lo na compreensão das especificidades do saber histórico. Não pretendemos, portanto, ensinar-lhe uma breve história do passado da humanidade, muito menos fazê-lo com qualquer pretensão de totalidade e neutralidade: qualquer historiador digno desse título sabe que não existe uma história “geral” da humanidade que possa caber em qualquer livro. O que pretendemos, então, ao afirmar que nosso objetivo é abordar as características de um “saber”?

Nós lidamos com o passado o tempo todo. Falar sobre o passado – seja o nosso, o da família, o da região ou o do país e do mundo – é praticamente inevitável ao abordar qualquer assunto, não é? E, como você sabe, chamamos costumeiramente de “história” toda narrativa sobre o passado, porém, apesar desse uso regular no senso comum, a definição do que é história e do estatuto do saber histórico compõem o cerne de um denso e polêmico debate entre historiadores. Algumas correntes teóricas consideram a história uma ciência, enquanto outras aproximam a narrativa do historiador daquela produzida pela literatura. Essas diferentes linhas discutem qual o objeto e o papel da história, o que é uma fonte histórica, o que é possível – se é que é possível – saber do passado, entre várias outras questões centrais. Em outros termos, noções que podem parecer elementares do que é história, quando vistas por áreas vizinhas, são, na verdade, temas de fervorosos debates. Definições corriqueiras de um senso comum, “estudo do passado para compreender o presente e evitar erros no futuro” ou “estudo dos grandes acontecimentos do passado humano”, dificilmente seriam levadas a sério por historiadores das últimas décadas.

O que pretendemos entender, em linhas gerais em nossa disciplina, é como essa área do saber se constituiu, como os historiadores pensam a história e como uma perspectiva mais precisa do que é a narrativa histórica pode auxiliá-lo a pensar a geografia ou a sociologia. Essas ciências – como as demais – utilizam narrativas sobre o passado para, supostamente, entender “contextos” nos quais se desenvolveram ações e pensamentos, mas como você já deve ter entendido, falar sobre o passado envolve um complexo debate

metodológico. Você saberia definir, por exemplo, o que é um “contexto histórico” ou por que o objeto que é tratado no passado não é também “contexto”?

Preocupados, então, em evitarmos o senso comum, iniciamos nosso material abordando a consolidação de uma episteme contemporânea das ciências humanas, que, sobretudo em sua raiz positivista, deu à história o *status* de uma ciência que revelava importantes acontecimentos do passado. Ainda na primeira unidade, abordaremos a perspectiva marxiana de história e os elementos constitutivos do que se tornou uma filosofia da história fundamental do mundo contemporâneo. Na última seção, estudaremos brevemente as reviravoltas trazidas pela historiografia dos *Annales* na consolidação de questões metodológicas que ainda estão presentes entre os historiadores da atualidade. Na segunda unidade traçaremos um pequeno histórico das origens do conceito *história*, seus usos e os objetos recorrentes dessas narrativas: o passado greco-romano, a história sacra católica e, já na modernidade, a invenção de uma história da civilização (no Iluminismo) e dos passados nacionais no século XIX. Finalmente, a terceira e a quarta unidade terão como tema um resumo dos debates metodológicos sobre teoria da história no século XX e XXI, assim como suas consequências para as demais ciências humanas na contemporaneidade.

Esperamos que ao fim desse trajeto possamos auxiliá-lo, caro estudante, no conhecimento dos temas elementares da história e historiografia ocidental, na construção de uma perspectiva interdisciplinar sobre as ciências humanas que evidencie a importância do saber histórico e suas particularidades, bem como na construção de um saber avesso às teleologias, anacronismos e essencializações dos períodos históricos. Vamos iniciar nossa jornada?

# Unidade 1

---

## As ciências humanas e a história: questões de episteme

### Convite ao estudo

Caro estudante, bem-vindo à nossa primeira unidade! Nela nos dedicaremos a entender como a história se consolidou e conquistou seu espaço entre as ciências humanas da contemporaneidade. Para percorrer esse caminho, adotaremos uma abordagem panorâmica sobre três momentos: a delimitação das diferentes ciências humanas no século XIX; a filosofia da história marxiana e seu impacto em nosso olhar sobre o passado, e, por fim, as mudanças de paradigmas trazidas pelos historiadores dos *Annales* no século XX.

Entender os fundamentos epistemológicos da história e de suas correntes mais elementares – um dos objetivos centrais desta disciplina – é condição essencial para a elaboração de um olhar crítico sobre as narrativas que construímos sobre o passado, seus documentos e monumentos. Esse entendimento passa por pensar a historicidade e as relações de poder presentes nas categorias que utilizamos para representar o passado. Em outros termos, passa por lembrar que a história não é o passado, mas uma narrativa organizada no presente e circunstanciada por ele, sobre fragmentos do passado. Mais do que “o passado” – que não poderia ser objeto de estudo – o historiador analisa fontes (os tais fragmentos) de múltiplas naturezas deixadas pelo passado, intencionalmente ou não. Assim, a pretensão de objetividade que diversas áreas costumam adotar ao olhar para o passado não sobreviveria ao rigor de um questionamento metodológico. É comum, por exemplo, que diversas ciências naturalizem e balizem o desenvolvimento de seus saberes a partir da clássica divisão do passado em uma história antiga, medieval, moderna e contemporânea. No entanto, ninguém considerou viver uma “Antiguidade” ou uma Idade “Média”, assim como *vikings* do século VIII e napolitanos do século XIV, que tinham pouco ou nada em comum, apesar de serem agrupados pelo rótulo genérico de “medievais”. Historicizar as categorias que utilizamos é também desnaturalizá-las, abrindo caminho para a busca do entendimento de outras experiências e outros mundos possíveis pelos olhos daqueles que nos precederam.

Pensando na historicidade das categorias que estamos utilizando, nesta unidade consideraremos algumas questões simples, mas fundamentais

para a reflexão, que muitas vezes poderão ser ouvidas por você, estudante, quando ocupar seu posto de professor. História, sociologia e geografia são áreas próximas e, muitas vezes, nos conteúdos do ensino básico, tratam de assuntos comuns. O que diferencia as abordagens de um historiador, sociólogo ou geógrafo ao tratar, por exemplo, da Revolução Industrial? De onde surgiram as fronteiras entre esses saberes? A história é uma ciência? Existe neutralidade ou imparcialidade no saber histórico? De onde veio a ideia de uma “*História Geral*”? Como é escrita a história na contemporaneidade? Seja como professor de sociologia, geografia ou especialmente se vier a ocupar uma vaga como docente de história – o que não é incomum em nosso sistema educacional – é fundamental que você esteja preparado para responder a essas questões.

# As ciências humanas no XIX e o lugar da história

## Dialógo aberto

A despeito de todas as discussões acadêmicas e transformações metodológicas pelas quais o estudo da história passou no último século, algumas noções e práticas permanecem quase inalteradas no ensino da disciplina. Muitos materiais didáticos e muitas escolas ainda dividem os conteúdos de história entre “História do Brasil” e “*História Geral*”. Em sala, a história “geral” começa, não raramente, com a abordagem de uma linha do tempo que divide o passado da humanidade a partir de grandes acontecimentos – todos europeus, não coincidentemente – entre “antigo”, “medieval” e “moderno”. Assim, alunos passam de um conteúdo a outro como se o desenvolvimento da humanidade coubesse em uma narrativa linear: Grécia Antiga, depois Roma, depois feudalismo... temas que são abandonados assim que passam ao próximo, como se os gregos de Atenas deixassem de existir quando falamos do Império Romano. Enquanto isso, o modelo clássico do ensino da história nacional projeta o território da República Brasileira num distante passado, um período muito anterior à existência de qualquer delimitação de algo próximo do que poderíamos chamar de “Brasil”. Mas, afinal, quando surgiram essas concepções tão persistentes no ensino de história? A divisão entre “História do Brasil” e “*História Geral*” já fez sentido no debate teórico dos historiadores? Por que seguimos usando essa divisão?

## Não pode faltar

Narrar o passado do grupo explicando sua origem e seus feitos é uma prática encontrada entre todos os povos de todas as épocas. É a partir da forma que damos ao passado que criamos uma explicação de quem somos e para onde vamos. Com essa narrativa, os grupos criam suas identidades coletivas e reafirmam a separação entre “nós” e “eles”. Por meio da oralidade, na maior parte das vezes, essas histórias repetiram as ascendências do grupo, suas rivalidades, as mulheres e os homens memoráveis do passado, assim como os impasses de seu destino. O advento do registro escrito tampouco transformou a natureza dessa relação obrigatória com o passado na construção de mitos e coletividades, como poderíamos apontar a partir de obras ancestrais, como a *Epopéia de Gilgamesh*.

O termo *história* também é antigo e seu primeiro registro vem do pensador grego **Heródoto** (485-425 a.C.). Na Hélade clássica, a história

contava inclusive com a sua própria musa, Clio, filha de Zeus e Mnemósine, deusa da memória. Pensadores, como **Aristóteles** (384-322 a.C.), debruçaram-se sobre esse gênero, distinto da poesia em alguns aspectos, sem rima e imaginação, como apontava o filósofo. Em Roma, a história se consolidaria como um dos gêneros mais importantes de escrita. Do surgimento de Roma às “vidas dos césores”, historiadores, como **Tito Lívio** (59 a.C-17 d.C), organizaram um relato da política, das guerras e da grandeza imperial romana.

Nada disso, porém, guarda uma relação direta com o que hoje chamamos de *história*. Como nos lembra **Marc Bloch** (1886-1944), um dos pais da historiografia moderna, as pessoas não mudam as palavras toda vez que mudam seus significados. Assim, entender a história como uma das ciências humanas modernas diz mais respeito a nomes como **Auguste Comte** (1798-1857) e **Leopold Von Ranke** (1795-1886) do que com Heródoto ou Aristóteles.

É na Europa moderna que a história se consolida como mais do que um relato sobre os sucessos de um povo – ou a sucessão das etapas de um mundo criado por uma divindade, como acontecia na história sacra católica – e se torna um estudo da progressão dos feitos da *humanidade*, ideia então recém-criada pela filosofia humanista. Nesse momento, em meio às Grandes Navegações, entre contatos e conflitos com povos d'além mar, tornava-se mais evidente que o mundo era maior do que a cristandade europeia podia supor. Existiam outros passados não contemplados pela tradição greco-romana e nem pela narrativa hebraico-bíblica.

A história como narrativa “laica” do passado da humanidade ou da civilização dava, então, seus primeiros passos. Em um esforço para dissociar o passado narrado pela mitologia hebraico-cristã do que se desenvolvia como um estudo baseado no uso da razão e no desenvolvimento de um método, **Voltaire** (1694-1778), no verbete “história” da *Enciclopédia*, diferenciava a história daquela encontrada nos mitos e lendas, considerando, inclusive, diferentes possibilidades de fontes que poderiam servir como evidências para a construção de um método. O esforço pelo entendimento racionalizado do mundo entre o fim do século XVIII e o início do XIX desafiava as tradições, recriava e reorganizava os saberes em nova hierarquia: “*atreva-se a conhecer*”, dizia o famoso mote iluminista. A tradição intelectual da cristandade europeia, porém, não seria apagada. A noção de um tempo escatológico, herdada da cultura hebraica por meio do cristianismo, manteve-se permeando o imaginário de europeus e seus conquistados com uma percepção de **desenvolvimento temporal linear**, no qual os acontecimentos se sucederiam entre uma *gênese* e um *fim da história*, característica elementar das diferentes filosofias da história que surgiriam ao longo do século XIX.

Entre encontros e dilemas da modernidade, criava-se uma narrativa do passado, supostamente da humanidade, em que civilizações se sucediam, hierarquizadas de acordo com a sofisticação técnica que os aproximava da Europa capitalista e industrializada – em outros termos, quanto mais parecido com o europeu contemporâneo, mais “avançado” era o povo. Em uma sociedade profundamente marcada pela transformação do trabalho e da tecnologia, olhava-se para o passado em busca de marcos que distinguiam etapas técnicas: o controle do fogo, da agricultura, da metalurgia, da escrita. A maneira como pedras eram transformadas em utensílios passaria a dividir o passado da humanidade entre “paleolítico” e “neolítico”, enquanto o advento da escrita entre história e pré-história criava o abismo que separava as civilizações dos inomináveis povos sem escrita do passado e do presente. O passado da humanidade, agora desencantado, era organizado em uma linha progressiva que separava, também no presente, povos “atrasados” e “avançados”. Todos estamos familiarizados com essa concepção de história: é ela que encontramos, na maior parte das vezes, nos bancos escolares e nos museus, assim como nos filmes e documentários sobre “civilizações do passado”. O que é preciso entender é que cada um desses cenários reproduz a tentativa de historiadores dos séculos XVIII e XIX de “encaixarem” todos os acontecimentos e todas as sociedades humanas em uma única linha, com exclusões e hierarquizações evidentes.



### Refleta

#### Civilização, barbárie e eurocentrismo

“Professor, os índios estavam na pré-história?” Não se assuste se ouvir essa questão em sala de aula, pois nessa pergunta corriqueira – especialmente entre as crianças do 6º ano – os estudantes reproduzem um longo histórico de dominação colonial. Você saberia como responder a essa questão historicizando as definições de “pré-história” e “história”? Conseguiria fazê-lo sem incorrer na armadilha de adotar hierarquias entre as culturas nativas ao apontar para povos indígenas mais “avançados” na perspectiva eurocêntrica, como aqueles que possuíam escrita, a exemplo dos astecas e maias?

Essa noção de uma história linear foi reforçada pelas chamadas **filosofias da história**, como o marxismo e o positivismo, que buscaram criar – ou, em suas perspectivas, “revelar” – um sentido profundo dos acontecimentos que marcam as diversas sociedades. Em outros termos, nessa perspectiva, buscou-se criar leis que explicavam o desenvolvimento da humanidade,

seja o desenvolvimento dialético da luta de classes que libertaria os trabalhadores de seus opressores ou o progresso na aquisição de uma razão que libertaria a humanidade dos misticismos e das superstições do passado. Em outros termos, a história, tal qual a física, seria regida por determinadas leis que explicariam os fenômenos observados pelo historiador do presente. Assim, para as filosofias da história, não existem fatos isolados e tampouco acaso: todo evento estaria conectado ao fio condutor da história – seja ele a realização plena do espírito humano, a luta de classes ou o progresso – que nos impulsiona para o futuro. Ao ser proposto, portanto, separar “causas” e “efeitos” no desenvolvimento das sociedades, foram criadas as bases para uma perspectiva científica que se pretendia da história.

É com esse olhar que importantes sistemas filosóficos do século XIX, como aqueles desenvolvidos por **Georg F. Hegel** (1770-1831), **Karl Marx** (1818-1883) e **Auguste Comte** pensaram o passado. Com a obra desses filósofos, desenvolvia-se uma nova noção de história que, daí em diante, cada vez mais se distanciaria da mera compilação dos sucessos do passado e superaria a condição de uma narrativa sobre “grandes homens”. A história da humanidade que se construía, tornaria, ao mesmo tempo, a evidência e o enigma das especulações filosóficas totalizantes que buscavam explicar o sentido da vida humana e da própria história. Esse esforço foi determinante para os debates presentes na gênese da história e das ciências humanas contemporâneas com as divisões tal qual conhecemos hoje. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à história, essas filosofias ajudaram a consolidar, em geral, uma visão linear, eurocêntrica e teleológica do passado humano.



### Assimile

Você conhece o termo **teleologia**? Partindo do uso do conceito na filosofia, os historiadores utilizam essa ideia para se referir às interpretações que criam um sentido ou caminho único para a história, projetando em eventos passados as origens de um devir, uma espécie de predestinação marcada pela criação de relações diretas entre um acontecimento e processos posteriores. Nesse tipo de interpretação, comum aos grandes modelos explicativos da história, o passado é comumente narrado com saltos que criam momentos cruciais e momentos de transição – essa espécie de tempo vazio, ignorável entre dois marcos. Não é incomum, por exemplo, encontrarmos, nas ciências humanas, explicações sobre a questão fundiária no Brasil que se iniciam com as Capitânicas Hereditárias, quando, como sabemos, essa noção de propriedade da terra no Antigo Regime não era distinta daquela praticada em muitas regiões da Europa. Ora, em alguns casos, hoje enxergamos essas mesmas regiões como exemplares da agricultura familiar: o nosso “mal

de origem” não teve o mesmo resultado por lá? Em outros termos, o estabelecimento de uma relação de “causa e consequência” em história – sobretudo quando considerado um período de séculos – é um exercício que exige muito mais cuidado do que simplesmente apontar supostas origens para uma situação e “des-historicizar” todo o longo processo entre um evento “original” e o presente.

A busca por uma tipicidade do desenvolvimento histórico e suas etapas se deu a partir de uma régua criada com o universo simbólico da Europa cristã, patriarcal e capitalista. No início do século do neocolonialismo e, portanto, do aprofundamento do imperialismo europeu na África e Ásia, Hegel afirmava que a África “tão longe quanto a história registra, conservou-se fechada, sem laços com o resto do mundo; é a terra do ouro, debruçado sobre si mesma, terra da infância que além do surgimento da história consciente, está envolvida na cor negra da noite...”. (HEGEL, 1991 apud SOMET, 2016, [s.p.]) O *outro* da Europa – do nativo americano ao imperador da China – foi pensado como o “exótico”, o “atrasado” ou o “selvagem”. Como resultado de um domínio mais amplo, político e econômico, as etapas de um passado europeu passaram a se confundir com uma história “universal” e, assim, reproduzimos a ideia de um mundo que teria vivido uma “Idade das Trevas”: conceito equivocado e generalizante até quando considerado apenas o território europeu e absolutamente impossível de ser equacionado com o que se vivia no restante do globo. Entre vários calendários possíveis, o calendário gregoriano e a divisão da história entre antes e depois de Cristo se tornou hegemônica. Se nas crônicas de teólogos católicos a história era escrita a partir da vontade do deus cristão, agora ele era substituído pela cristandade europeia do capitalismo industrial como senhora da história.

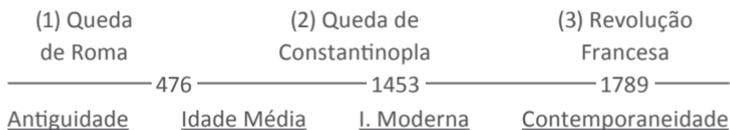


### Assimile

Figura 1.1 | Linha do tempo e eurocentrismo



Fonte: adaptada de <https://goo.gl/xqhjjc>. Acesso em: 19 set. 2018.



Acima temos a clássica linha do tempo da “História Geral” e um mapa mundi no qual registramos a localização dos marcos que supostamente dividem as etapas pelas quais passou a humanidade. A presença de todas as divisões da história na Europa pode causar nos jovens estudantes a impressão de que esse continente passou por eventos mais importantes ou possui uma ocupação humana mais antiga e intensa que os demais. Ambas as impressões são falsas, como sabemos. Nenhum dos marcos reflete, por exemplo, a densidade populacional do planeta. Nos últimos milhares de anos, a população na Ásia aumentou significativamente em relação aos demais continentes. Como resultado da lógica linear/eurocêntrica, são desprezados na narrativa do que seria uma suposta “história da humanidade”, por exemplo, o continente onde surgiu nossa espécie e as primeiras civilizações, a África, assim como as milenares histórias chinesas ou indianas, a totalidade do continente americano e a Oceania.



## Exemplificando

### A escrita conquistadora, por Michel de Certeau

Um século depois do debate dos pioneiros que aqui estudamos, a obra de Michel de Certeau, *A escrita da história* (Rio de Janeiro: Forense, 2002 [1975]), produziu uma belíssima análise sobre a relação entre a narrativa histórica e a dominação colonial:

Figura 1.2 | *América*, Jan Van der Straet, 1575



Fonte: <http://ccat.sas.upenn.edu/romance/spanish/219/07colonial/americ.html>. Acesso em: 11 out. 2018.

“Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas europeias do sentido e tendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a América Índia, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos. Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América “Latina”.

Esta imagem erótica e guerreira tem valor quase mítico. Ela representa o início de um funcionamento novo da escrita ocidental. Certamente, a encenação de Jan Van der Straet esboça a surpresa diante desta terra, que Américo Vespúcio foi o primeiro a perceber claramente como uma *nuova terra* ainda inexistente nos mapas – corpo desconhecido destinado a trazer o nome de seu inventor (Américo). Mas o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso do poder. É a escrita conquistadora. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever) fabrica a história ocidental. *A escrita da história* é o estudo da escrita como prática histórica. (CERTEAU, 2002, p. 5).

Nesse cenário que conjugava a racionalização capitalista, a construção de áreas de saber disciplinares e o surgimento dos estados nacionais contemporâneos, a geografia se formava como uma área de síntese, que articulava aspectos sociais e físicos para, na formulação kantiana, explicar a superfície terrestre. Com o desenvolvimento do debate intelectual do século XIX, incorporava-se o determinismo biológico e ecológico como causa primeira para explicar as sociedades e sua evolução ou atraso e, assim, regiões marcadas por ambientes exóticos aos olhos europeus seriam responsáveis por gerarem homens igualmente estranhos à civilização. Desse modo, o chamado determinismo geográfico ou ambiental auxiliava a legitimação do imperialismo europeu ao explicar a suposta “preguiça” ou “devassidão” dos habitantes dos trópicos. (MEDEIROS, 2017, p. 63) Ao mesmo tempo, o que na época se desenvolvia sob os títulos “etnologia” ou “antropologia” por intelectuais dos impérios europeus, classificava e catalogava as culturas e os corpos dos colonizados. Enquanto os saberes da geografia eram utilizados para

esquadrinhar territórios conquistados, seus habitantes tinham seus hábitos registrados, crânios e genitálias mensuradas e não raramente eram levados à Europa como item de exposição e estudo científico.



### Refleta

#### Civilização, barbárie e eurocentrismo II

A propaganda disponível no link da notícia abaixo faz parte de uma campanha publicitária da União Europeia chamada *The more we are, the stronger we are* (“Quanto mais numerosos, mais forte ficamos”). O pequeno vídeo foi retirado do ar sob a acusação de racismo, pela proposta xenofóbica ao reforçar estereótipos racistas. Assista ao vídeo e reflita: quanto das características do *outro* exótico desenvolvidas pelo imperialismo europeu estão presentes nesta propaganda?



### Saiba mais

A obra clássica de Edward Said, *O Orientalismo* – o Oriente como invenção do Ocidente (São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1978]) aborda como o processo pelo qual a dominação do “Oriente” pela Europa contemporânea se deu a partir da construção intelectual desse *outro*. É uma leitura obrigatória para pensar todo o debate pós-colonial das últimas décadas!

Outra recomendação é a breve palestra de Chimamanda Adichie, *O Perigo de uma única história*. A escritora nigeriana exemplifica e analisa brilhantemente a relação entre a dominação de um povo e a maneira como sua história é narrada.

TED. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. 2009.

Em meio à discussão teórica que se desenvolvia no século XIX, provavelmente o sistema filosófico mais influente na configuração das ciências humanas como conhecemos foi o **positivismo**. A filosofia criada por Auguste Comte via a história como uma linha progressiva na qual o ser humano abandonou seu **estágio teológico** – em que explicava o mundo por meio de divindades e criaturas mágicas – passou a um **estágio metafísico** – em que ainda opera por meio de idealismos e essencializações – e chegaria, finalmente, ao **estágio positivo**, em que passaria a entender o mundo exclusivamente a partir do uso da razão, do método científico e das evidências materiais. Nesse sentido, para Comte, a **Sociologia** seria, por excelência, a ciência capaz de revelar as leis que regem as sociedades e seu desenvolvimento histórico: “o fim essencial de toda a filosofia positiva”. Caberia, então, ao historiador apenas compilar

objetivamente os eventos do passado para fornecer ao sociólogo a matéria-prima com a qual ele teceria suas análises. A história relataria aquilo que é pontual, os eventos em sua unicidade, enquanto a sociologia seria a ciência capaz de extrapolar essa realidade particular e entendê-la em um quadro universalizante. Nessa concepção, a história teria ainda a função de estimular um sentido cívico na população a partir dos exemplos do passado, enquanto a sociologia apontaria para as formas de organização social mais racionais para que a humanidade pudesse atingir o progresso: “ordem e progresso”, dizia o lema comteano que tão bem conhecemos.



### Saiba mais

#### Os lugares da história, da sociologia e da geografia

Vale ressaltar, caro aluno, que, não raramente e especialmente na sociologia, ainda é com essa proposta positivista de diferenciação dos saberes de historiadores e sociólogos que você se deparará. Na historiografia, à medida que os paradigmas se distanciaram do positivismo e se questionou a possibilidade de um conhecimento objetivo do passado, a ideia de um historiador que apenas coleta dados de maneira neutra foi duramente rechaçada. A análise e a reflexão a partir de linhas teóricas passaram a ser entendidas como elementos fundamentais e inevitáveis da pesquisa em história. Assim, alguns historiadores do século XX, como Paul Veyne, questionaram as possibilidades de diálogo entre a “nova” concepção de história que se desenvolveu nos últimos 80 anos e a sociologia em sua proposta mais generalizante.

Na geografia, por sua vez, temos uma herança direta do positivismo naquilo que normalmente chamamos de “Geografia Tradicional”, dedicada sobretudo às descrições pretensamente neutras de espaços naturais e/ou humanos. Essa perspectiva de uma geografia positivista tampouco é incomum nos dias de hoje. A esse respeito, afirmou criticamente Yves Lacoste:

“Na verdade, a função ideológica essencial do discurso da geografia escolar e universitária foi sobretudo a de mascarar por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e prática do poder. E sobretudo quando ele parece “inútil” que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos “neutros” e “inocentes” parece supérflua. A sutileza foi a de ter

passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo. (LACOSTE, 1988. p. 11)

Ao mesmo tempo, a noção de uma “história nacional” se fortalecia por outros caminhos. O “século da história”, como também é conhecido o século XIX, é, não coincidentemente, o século das concepções de *nação* e de *nacionalismo* como entendemos hoje. O debate iluminista que, aos poucos, trocava o súdito pelo cidadão, criou novas formas de pensar e legitimar o poder. Se no mundo burguês que se construía naquele momento o poder não era mais uma concessão de uma divindade ou de uma família escolhida por esse poder mágico, o sistema político emanava agora da ideia de um contrato social que uniria a coletividade, a nação. Restava, no entanto, dizer quem compunha a nação. Assim, ao longo do século XIX, a criação de passados nacionais foi um dos elementos que buscou homogeneizar e, portanto, legitimar a existência dos estados nacionais. Criavam-se museus e arquivos nacionais que guardariam e homenageariam a memória da nação. Em reinos até então marcados por conflitos internos, pela diversidade das regiões, dos idiomas e da cultura, criava-se uma narrativa capaz de unificar a população, suprimindo ou cooptando características regionais. O idioma “nacional” passava a ser ensinado oficialmente. Surgia a noção de “folclore”, um conjunto de histórias que ensinavam ao “povo” – outra ideia inventada naquele momento – quais eram suas tradições e crenças mais marcantes. Nessas narrativas, a história assumia um lugar fundamental: naturalizar a pátria, narrar um passado em que a nação estava predestinada a existir. Assim, a recém-criada Alemanha viu-se como continuação do Sacro Império Romano-Germânico, destinada à grandeza imperial. Na mesma época, o Brasil Imperial, criado poucas décadas antes, organizava o concurso para a tese “como se deve escrever a história do Brasil”, vencido por Karl P. Von Martius, que afirmou em suas primeiras linhas:

“Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.

São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. **Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a**

**actual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.** (MARTIUS, 1844, [s.p.], grifo nosso)

Perceba, caro aluno, como a ideia de que o Brasil é o resultado do encontro de raças, formulada por esse intelectual e oficializada pelo Império, tornou-se hegemônica para nós, brasileiros. É evidente que somos formados por diversos grupos étnicos, mas isso é igualmente verdadeiro para quase todos os países do globo. No Brasil, porém, a crença numa origem mestiça ou mais mestiça é um dos traços básicos de nossa identidade – identidade essa criada no século XIX em meio à formulação dos projetos nacionais que estamos estudando. Ao mesmo tempo, essa ideia de criação do país deu ao encontro de portugueses e nativos em 1500 o *status* de origem da pátria, assim como deu ares de Certidão de Nascimento à famosa carta de Pero Vaz Caminha – que o estado nacional passou a apresentar aos cidadãos desde suas primeiras letras.



### Exemplificando

#### O “descobrimento do Brasil”

É comum que a ideia de um “descobrimento” do Brasil seja questionada por professores em sala de aula e não raramente contraposta à noção de uma “invasão” ou “conquista” das terras brasileiras. Infelizmente, o que é mais difícil encontrar são questionamentos a respeito da projeção nacionalista de um Brasil no século XVI. Por conta de uma interpretação teleológica e nacionalista, projeta-se o país e seu território no momento de chegada da esquadra de Cabral. Falar da “descoberta do Brasil” – ou invasão ou conquista – pressupõe que o país preexistia ou estava destinado a existir. Como sabemos, tanto pelos conflitos externos (com Holanda, França e Espanha) ou internos (as diversas regiões que buscaram se separar) – o país que conhecemos poderia não existir e por pouco não se fragmentou. Ele é resultado de uma longa e conflituosa construção histórica.



### Saiba mais

Eric Hobsbawm, um dos mais icônicos historiadores do século XX, escreveu e organizou importantes obras sobre as gêneses do nacionalismo nos séculos XVIII e XIX:

HOBBSAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org). **A Invenção das Tradições**, São Paulo: Paz e Terra, 2012.



## Refleta

### Criando passados

Abaixo temos trechos do *Hino à Proclamação da República* escrito em 1890 para, originalmente, ser o Hino Nacional:

“ Liberdade! Liberdade!  
Abre as asas sobre nós,  
Das lutas na tempestade  
Dá que ouçamos tua voz  
**Nós nem cremos que escravos outrora  
Tenha havido em tão nobre País...  
Hoje o rubro lampejo da aurora  
Acha irmãos, não tiranos hostis.**  
Somos todos iguais! Ao futuro  
Saberemos, unidos, levar  
Nosso augusto estandarte que, puro,  
Brilha, ovante, da Pátria no altar!

(BRASIL, [s.d.], [s.p.], grifo nosso)

Sabendo que o hino foi escrito apenas dois anos após à Lei Áurea, como você analisaria essa fonte à luz da discussão que estamos realizando nesta seção?

As ciências humanas surgem no século XIX, então, não apenas como resultado do desenvolvimento de um debate intelectual, mas também como instrumentos do poder dos estados nacionais capitalistas que buscavam se legitimar – na célebre formulação do geógrafo Yves Lacoste, a geografia servia, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Em sua obra clássica, ele afirmou:

“ Hoje ainda, em todos os Estados, e sobretudo nos novos Estados recentemente saídos do domínio colonial, o ensino da geografia é, incontestavelmente, ligado à ilustração e à edificação do sentimento nacional. A ideia nacional tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e sua capital, é um dos símbolos da nação. A instauração do ensino da geografia na França no fim do século XIX não teve portanto como finalidade (como na maioria dos países) difundir um instrumental conceitual que

teria permitido apreender racionalmente e estrategicamente a especialidade diferencial de pensar melhor o espaço, mas sim de naturalizar “fisicamente” os fundamentos da ideologia nacional, ancorá-los sobre a crosta terrestre; paralelamente, o ensino da história teve por função a de relatar as desgraças e os sucessos da pátria. (LACOSTE, 1988, [s.p.]

Historicizar a formação dos saberes é, portanto, também debater o binômio *saber/poder*, eternizado pela obra de Michel Foucault, e inescapável ao refletir sobre a formação dos métodos das ciências humanas. Desnaturalizar as disciplinas tais como conhecemos hoje é também, portanto, uma maneira de retomarmos os dilemas e as disputas – muitas vezes com vencedores e vencidos evidentes – presentes na construção de um olhar sobre a realidade que foi, em grande parte, determinado pelas ciências humanas em sua relação direta com os estados nacionais, o imperialismo ocidental e o sistema capitalista contemporâneo.

### Sem medo de errar

---

Como vimos ao longo da seção, a noção de uma “história geral”, tal como pensada tradicionalmente, dizia respeito à uma narrativa eurocêntrica em que a intelectualidade europeia dos séculos XVIII e XIX mobilizava uma linha progressiva da humanidade que teria como resultado o Ocidente capitalista moderno destinado a acelerar o desenvolvimento dos povos “atrasados”, a “civilizar” os “bárbaros”. A História Geral, portanto, tal como costumeiramente aprendemos, nada tem de “geral”. Ela é, antes, resultado de uma perspectiva linear e teleológica que exclui uma infinidade de sociedades e suas histórias. Ela é uma narrativa na qual a cristandade moderna e a intelectualidade europeia contemporânea escolheram como herança de um passado que se tornava, assim, “clássico”. Desse modo, a cidade-Estado de Atenas (e apenas nos cinco séculos anteriores à era cristã), a Roma República e Império, a cristandade ocidental e feudal seriam os estágios iniciais mais importantes da “História Geral”. O Império Persa - do qual o alexandrino e, portanto, também o romano herdou parte das estruturas – e o Império Mongol – o maior que já existiu – tornam-se temas menores ou, quando muito, os vilões da narrativa ocidental. O “oriente”, invenção contemporânea, passava a ser projetado no passado. Esse outro foi, assim, construído por meio da história e das demais ciências humanas como justificativa para sua própria dominação. Caso sua história tenha sido marcada pela sofisticação técnica – como as pirâmides comprovavam sobre o Egito, por exemplo – intelectuais explicavam a degeneração que aquele povo sofrera por sua raça,

seu ambiente ou sua religião. Se, por outro lado, a sociedade não possuísse as invenções identificadas pelos europeus como símbolos de progresso – como construções sofisticadas, o monoteísmo, a monogamia – e, em especial, a escrita, deixava de ser objeto da história, “página em branco” do querer ocidental, como afirmou De Certeau (2002).

Ao mesmo tempo, a ideia de uma história nacional, narrada separadamente dessa noção de história geral, também correspondia aos interesses dos estados-nacionais contemporâneos. Como vimos, especialmente a história e a geografia cumpriram, no século XIX, a missão de inventar a nação, seu passado, seu território e seu povo. Assim, tal como acontecia em todo o mundo capitalista daquele momento, no recém-criado Brasil também buscou-se construir uma narrativa para o passado que projetava a nação em um passado muito anterior à sua existência. A partir da metade do século XIX, portanto, construía-se uma ideia de História do Brasil cujos marcos e heróis seriam naturalizados como parte de um exercício cívico que reafirmava os valores buscados por uma elite intelectual e política do país. Desse modo, “1500”, “Cabral”, “Tiradentes”, o 7 de setembro e o suposto grito de “Independência ou morte!”, todos esses nomes e marcos se tornaram conhecimentos elementares desde a infância de qualquer cidadão brasileiro. Em cada um deles, temos, mais do que as passagens da história “brasileira” que eles buscam narrar, a historicidade – disputas e interesses – de uma intelectualidade que organizava a história como uma área do saber no século XIX. Finalmente, podemos dizer que, se as nomenclaturas ainda persistem, seu uso de maneira crítica é fundamental para que evitemos reiterar concepções eurocêntricas e anacrônicas de história.

## Faça valer a pena

1. “Essa consideração me parece de tal importância que não creio ser possível compreender a história do espírito humano sem levá-la em conta. A lei geral que domina toda essa história, exposta por mim na lição precedente, não pode ser convenientemente entendida se não a combinarmos, na aplicação, com a fórmula enciclopédica que acabamos de estabelecer. Porquanto é seguindo a ordem enunciada por essa fórmula que as diferentes teorias humanas atingiram, sucessivamente, primeiro o estado teológico, depois o estado metafísico e, por fim, o estado positivo. (COMTE, 1978, p. 35)

A respeito do trecho anterior e da relação entre a filosofia positivista, a história e as ciências humanas, assinale a alternativa correta:

- a) Na interpretação comteana cabia à sociologia uma posição superior entre as ciências humanas, pois seria a ciência capaz de revelar as leis do desenvolvimento histórico.
- b) O sistema filosófico positivista reafirmava a história humana como uma eterna marcha em que as raças superiores dominariam as inferiores.
- c) Escrevendo como crítico do marxismo, que reforçava a dialética como motor da história, a filosofia comteana reforçou as noções de *ordem e progresso* como os princípios que moviam a transformação das sociedades.
- d) A filosofia positivista, como o nome indica, apresentava uma interpretação otimista da história e acreditava na constante melhora das sociedades humanas.
- e) Ao partir da premissa da “história do espírito humano”, Comte revela sua preocupação com uma abordagem crítica de uma história eurocêntrica.

## 2.

“O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. (...)”

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção (...). Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana. (MARX, 1977, p. 301).

A respeito do trecho anterior e das filosofias da história que se desenvolveram ao longo do XIX, assinale a alternativa correta:

- a) Na frase: “numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido”, Marx faz uma crítica a uma concepção de história voltada exclusivamente para as questões econômicas.
- b) No trecho em que afirma: “com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana”, Marx reitera a interpretação eurocêntrica que associa a pré-história aos povos sem escrita.
- c) Ao afirmar: “a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução”, Marx propõe uma filosofia da história em que as transformações se dão a partir de suas bases materiais, de modo inevitável e sem conflitos.
- d) Ao afirmar: “de formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas”, Marx faz uma crítica à maneira como o capitalismo escravizou o trabalhador moderno.
- e) No trecho: “nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês, podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social”, Marx sintetiza um entendimento linear da história da humanidade.

**3.** A pintura abaixo foi realizada por Pedro Américo em 1888 a pedido do governo imperial para as comemorações da Independência do Brasil. Chamada *Independência ou Morte*, a tela tem proporções colossais (4 metros de altura e mais de 7 metros de largura) e aborda o episódio pouco verossímil da narrativa que afirma que D. Pedro I teria proclamado a Independência do Brasil às margens do riacho do Ipiranga, em 1822.

Figura | Independência ou Morte



Fonte: <https://goo.gl/XW3c9J>. Acesso em: 20 set. 2018

Analise agora a imagem abaixo: trata-se de um *frame* do filme *Independência ou Morte*

Figura | Frame do filme Independência ou Morte



Fonte: Independência ou Morte (1972, [49min:36s]).

A partir das duas fontes anteriores e da construção de uma história nacional no século XIX, assinale a alternativa correta:

- a) No século XIX, em discordância com o cenário do debate intelectual positivista, a elite política do Brasil (assim como em outros países) criou uma narrativa nacionalista do país reforçada por meio de monumentos como a pintura acima.
- b) A pintura acima, ao retratar um momento de batalha entre tropas brasileiras e portuguesas, criou uma narrativa em que o Brasil independente teria se originado de um conflito vitorioso e heroico para a nação.
- c) O esforço do pintor em integrar diferentes personagens e múltiplos elementos da paisagem – os trabalhadores rurais, o casebre, o relevo, o riacho transformado em rio, a presença anacrônica da guarda imperial – construiu um cenário heroico desse momento da história nacional perpetuado em nossa cultura.
- d) O fato de que a produção do filme tenha realizado uma cena tão semelhante àquela presente na pintura indica que o evento (a Proclamação da Independência), muito provavelmente, aconteceu da maneira como essas duas obras, separadas por um século, narraram.
- e) A pintura e o filme reiteram o discurso nacionalista típico do século XIX que enfatiza a ideia de integração racial como a chave para o desenvolvimento das civilizações na medida em que abandonam o estágio idealista para o estado positivo do espírito humano.

## Marx e a história marxiana

### Diálogo aberto

Na Europa do século XIX, a racionalização da vida se acelerava no compasso das máquinas que reorganizavam as sociedades no mundo capitalista. Como vimos, a perspectiva desencantada de mundo dos intelectuais europeus desenhava o futuro e o passado da humanidade. Nesse sentido, a busca por escrever uma história “ciência” foi a grande meta dos historiadores do século XIX. Assim, o passado era reorganizado nas paisagens, ruas e práticas cotidianas. Antigas construções eram demolidas e, ao mesmo tempo, erigiam-se monumentos sobre aquele passado que se escolhia como “histórico”, representado nas estátuas dos heróis pretéritos assim como nos museus e arquivos nacionais que tomavam forma. Como já estudamos, reinterpretar o passado era parte fundamental da construção das sociedades contemporâneas.

Nesse cenário, intelectuais de diferentes tradições tentaram criar sistemas capazes de explicar **objetivamente** a realidade a partir de uma interpretação sobre o passado e o desenvolvimento da humanidade. Foi com esse intento que o filósofo **Karl Marx** (1818 – 1883) elaborou seu sistema filosófico e sua perspectiva sobre a história. Para Marx, tratava-se de pensar cientificamente as bases materiais da sociedade, deixando de lado as concepções burguesas e liberais que falseavam a realidade – concepções que ele considerava “ideológicas”.

Quase ironicamente, hoje em dia, no fervoroso (e mal informado) debate político brasileiro, são as concepções marxistas de história aquelas acusadas de serem “ideológicas” por grupos conservadores. Movimentos como o “Escola sem Partido” exigem um ensino de história imparcial, neutro e, portanto, sem “ideologias”. Curiosamente, essa pretensão – que implica a busca de uma história científica – não é, em certo sentido, diferente daquela protagonizada pelo próprio Marx ou por outros autores do século XIX, como Auguste Comte e Leopold Von Ranke. Todos eles buscaram criar uma interpretação da história objetiva, “verdadeira”, capaz de desvelar o sentido real dos acontecimentos por detrás dos fragmentos do passado e das múltiplas narrativas peneiras de interesses políticos do presente.

Como esse longo histórico nos mostra, você, futuro professor, não conseguirá escapar de questões gêmeas nascidas com a própria historiografia moderna: a história é uma ciência? Se sim, isso significa que é possível escrevê-la ou ensiná-la “imparcialmente”? Dessas questões, considerando o tema

de nossa seção, podemos ainda desdobrar outras perguntas fundamentais: o que significa interpretar a história de acordo com o sistema filosófico de Marx? Adotar essa perspectiva sobre a história é, necessariamente, uma escolha “com partido”?

### Não pode faltar

Faz pouco mais de um século que o pensamento do filósofo Karl Marx se tornou mundialmente conhecido e seu nome passou a figurar entre aqueles intelectuais cuja obra causou impactos indelévels em nosso mundo. Desde que revolucionários russos inspirados nas ideias do filósofo tomaram o poder na Rússia de 1917, derrubando o governo e instaurando o que, mais tarde, viria a se tornar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a obra de Marx não apenas ganhou notoriedade, mas também se tornou sinônima de ação revolucionária comunista. Em um mundo marcado pela chamada “Guerra Fria” durante quase toda a segunda metade do século XX, Marx se tornou mais conhecido no senso comum como o ideólogo do sistema comunista por detrás da “cortina de ferro” do que como filósofo e pensador que buscou entender os diferentes fatores que moviam a história da humanidade. Em outros termos, faz pouco mais de cem anos que abordar o pensamento desse filósofo se tornou tema de polêmicas políticas quase obrigatórias.

Você, caro aluno, certamente já conhece alguns elementos básicos dos escritos de Marx, certo? Mesmo no ensino básico, por conta de conteúdos clássicos, ouvimos falar de “marxismo”, “luta de classes”, “socialismo” e “comunismo”. Além disso, como dissemos acima, o debate político está repleto de referências às obras de Marx e muitos partidos se baseiam em suas ideias. Sabemos, portanto, do peso de sua filosofia na história recente do planeta. No entanto, para o tema de nossa seção, faria mais sentido perguntar: você sabe dizer qual o peso da obra desse filósofo para a *escrita* da história? Em outros termos, saberia dizer como o pensamento de Marx foi importante para os historiadores, para a historiografia e para a elaboração de um método historiográfico?

Para autores do século XX, o diálogo com a obra de Marx foi inescapável e muitos conceitos de sua obra passaram a compor a linguagem básica das ciências humanas. As definições de “classe”, “modo de produção” e “revolução” são algumas delas. Nesse sentido, muitos autores que não se identificam como *marxistas* utilizaram, mesmo sem sabê-lo, conceitos definidos por essa tradição intelectual. Ao falar, por exemplo, de *feudalismo* como sinônimo de um “modo de produção feudal”, adota-se uma definição elaborada pelo filósofo alemão. Do mesmo modo, o conceito de “revolução”,

entendida como sinônimo de uma transformação social que vai além de uma mera alteração no poder político, vem de uma concepção marxista. Palavras pré-existentes no vocabulário do debate acadêmico e intelectual ganharam outra força e outro sentido a partir do impacto do pensamento marxiano: “capital”, “burguesia”, “proletariado” e “ideologia” são casos exemplares. Em resumo, os escritos de Marx são fundamentos elementares das ciências humanas e o diálogo mais ou menos crítico com a tradição marxista se tornou tarefa inevitável do debate intelectual do último século.



### Refleta

Para refletirmos a respeito do conceito de **feudalismo** e as aplicações do léxico marxista, é importante, antes, realizarmos uma desambiguação:

“Este termo [feudal], no entanto, provocou tantos mal-entendidos que nos parece conveniente precisar seu sentido. “Feudal” se relaciona a duas noções profundamente diferentes: “feudalidade” e “feudalismo”. No que diz respeito à feudalidade, devemos ter em mente uma definição jurídica, isto é, aquela do conjunto de instituições e ritos que estabeleciam as ligações de obrigações recíprocas entre um senhor e seu vassalo. Num sentido estrito, a feudalidade diria respeito tão somente às relações sociais estabelecidas entre a nobreza.

Ora, a **base material** destas relações sociais era constituída pelo feudo, que o senhor concedia a seu vassalo em troca de sua fidelidade. Este feudo, na maioria das vezes, era uma porção de terras, sobre as quais incorriam os direitos senhoriais. É, portanto, o trabalho camponês que conferia valor ao feudo. O feudalismo seria, então, definido como sistema político, econômico e social que permitiria aos nobres cobrar pelo trabalho camponês (senhoria) e a divisão de seus ganhos no seio da mesma classe dominante (feudalidade). (JUAREZ, 2019, [s.p.], grifo nosso)

Leia agora o trecho de Chris Wickham, historiador medievalista de Oxford, a respeito da presença das reflexões de Marx entre os estudiosos da Europa Medieval:

“Então nós vivemos uma situação em que poucas pessoas na Europa escrevendo atualmente sobre a Idade Média se exprimem em termos marxistas, mesmo em países como a Itália e a França, onde muitos dos historiadores em questão votam em partidos da extrema esquerda. Mas isso não quer dizer que interpretações essencialmente marxistas tenham sido abandonadas. **Na verdade, eu quero afirmar justamente que, na história econô-**

**mica e social da Idade Média, as ideias marxistas estão longe de serem mortas ou moribundas, elas na verdade estão em toda parte. De um certo modo, Marx simplesmente se tornou um teórico social do passado cujas ideias podem ser utilizadas, como Malthus, Smith, ou Weber.** Nós todos usamos os métodos de cada um, ao mesmo tempo em que rejeitamos suas demonstrações empíricas; o mesmo se dá com Marx.

Mas Marx permaneceu o mais central de todos, na prática da História Medieval. Por quê? Me parece que isso é porque, dos grandes teóricos sociais, Marx é justamente aquele que enfrentou as realidades da exploração e as analisou; como quase ninguém que estuda a sociedade ou a economia medieval deseja negar a realidade da exploração de camponeses (ou artesões), eles se baseiam em Marx, ou em autores influenciados por Marx, nos seus paradigmas de compreensão básicos(...). O que aconteceu, no entanto, é que eles foram “normalizados”. Nós perdemos as imagens de uma guerra fria entre interpretações históricas marxistas contra aquelas “burguesas”, lutando para sempre, a despeito dos muitos empréstimos mútuos, e apesar do respeito pessoal que membros de um campo sentiam pelos praticantes de outro (entre Georges Duby e Guy Bois, por exemplo). **Ao invés disso, eu conheço conservadores explícitos que usam categorias e modos de análise marxianas, e alguns deles se dão conta, ao menos em parte, de que é isso o que estão fazendo.** (WICKHAM, 2012, p. 230, grifo nosso)

A partir do exposto acima, é possível afirmar que uma abordagem que usa alguns dos conceitos de Marx é necessariamente marxista? Além disso, o diálogo com a obra do filósofo implica um posicionamento político inequívoco no presente?

Karl Marx viveu em uma Europa que passava por profundas transformações. Essas mudanças, porém, não foram apenas aquelas comumente associadas à obra do filósofo, relativas à ascensão da burguesia, à Revolução Industrial e ao surgimento de uma sociedade urbana e industrializada. Do ponto de vista de uma história intelectual e política, Marx assistiu aos conflitos vindos das tentativas de instituição do ideário iluminista e aos últimos suspiros do absolutismo na Europa Central. Nascido na Renânia, viveu de perto os reflexos da Revolução Francesa: passou seus anos iniciais nos estados germânicos (Renânia e Prússia) logo após a queda do Sacro Império Romano-Germânico e as Guerras Napoleônicas. Nesse cenário de crescimento da burguesia industrial europeia, idas e vindas do absolutismo e de instituição

dos princípios liberais, Marx dedicou seus estudos iniciais à filosofia e foi fortemente influenciado pelas leituras de autores liberais e iluministas, sobretudo **G. F. Hegel** (1770 - 1831). A interpretação hegeliana do desenvolvimento dialético do espírito em que o conflito entre tese e antítese geram uma síntese – da qual nasceria nova antítese e assim por diante – seria reinterpretada por Marx em termos de uma dialética de classes, materialista, na qual a classe dominante (como a nobreza) geraria também a classe dominada, que, mais tarde, seria a responsável pela tomada do poder (como o fez a burguesia). Rejeitado na universidade por suas posições políticas, Marx passou a atuar em diferentes jornais europeus nos quais escreveu contra o absolutismo e a exploração dos trabalhadores. Nessa empreitada conheceu autores socialistas, como Pierre-Joseph **Proudhon** (1809-1865) e **Friedrich Engels** (1820 – 1895) – seu principal interlocutor e coautor de muitos de seus escritos.



### Saiba mais

Para uma rápida imersão na biografia de Karl Marx, indicamos o filme **O jovem Karl Marx** acompanhado de sua resenha: *Verdades e mitos sobre o filme “O jovem Karl Marx”, de Raoul Peck*, realizada por Michael Heinrich, biógrafo de Marx.

O JOVEM Karl Marx. Direção: Raoul Peck. Produção: Nicolas Blanc, Raoul Peck, Robert Guédiguian, Benny Drechsel, Karsten Stöter. Intérpretes: August Diehl, Stefan Konarske, Vicky Krieps, Olivier Gourmet e outros. Roteiro: Raoul Peck, Pascal Bonitzer. França, Alemanha e Bélgica: Agat Films & Cie, Velvet Films, 2017 (118 min), son., col.

HEINRICH, M. **Verdades e mitos sobre o filme “O jovem Karl Marx”, de Raoul Peck**. 2018.

Nos anos iniciais de sua parceria com Engels, Marx produziu o manuscrito de *A ideologia alemã* (1846), em que realizou uma leitura crítica do idealismo dos filósofos hegelianos daquele momento. Desse compilado destacamos as “*Teses sobre Feuerbach*”:

“8 - A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática.

9 - O ponto mais alto a que leva o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não concebe o sensível como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos singulares na “sociedade burguesa”.

10 - O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade “burguesa”; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada.

11 - Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo. (MARX; ENGELS, 1845/2007, p. 539)

Nesse clássico trecho, Marx reafirma dois dos princípios mais marcantes de toda a sua obra: a) o questionamento da interpretação idealista a partir da noção de que uma explicação científica da sociedade nasce do entendimento de suas bases materiais e b) a necessidade de transformar a realidade social. A combinação desses princípios impulsionaria mais tarde, como sabemos, uma série de grupos revolucionários, ativistas e partidos políticos; mas para os propósitos desta seção, interessa-nos pensar aqui, sobretudo, a primeira dessas noções: o princípio do **materialismo dialético** que, quando aplicado ao estudo do desenvolvimento das sociedades, ficou conhecido como **materialismo histórico**.

A crítica ao capitalismo ainda se desenvolveria de maneira mais sofisticada na obra do filósofo, mas já encontramos nos escritos do “jovem Marx” – como se popularizou esse período inicial de seu pensamento – sua perspectiva sobre a “ciência” histórica. Em uma das passagens mais tarde retiradas do manuscrito de *A ideologia Alemã*, ele afirmava “*Apenas conhecemos uma ciência, a da história*” (MARX, 1845-6). Ao denunciar as interpretações dos iluministas e dos jovens hegelianos como “ideológicas”, Marx entendia por **ideologia** uma **falsa consciência** da realidade para a qual o materialismo seria a única solução. Para o filósofo, tratava-se, portanto, de estabelecer uma compreensão científica do desenvolvimento das sociedades a partir de suas bases “reais”:

“**As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação.** As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. **Estas bases são portanto verificáveis por vias puramente empíricas.** (...)”

O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza. (...) **Toda a historiografia deve necessariamente partir dessas bases naturais e da sua**

### **modificação provocada pelos homens no decurso da história.**

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (...)

**Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção.** (MARX; ENGELS, 1845/2007, p.32-33, grifo nosso)

Quando consideramos a premissa elementar da proposta marxiana para a história, encontramos, assim, um objetivo não muito distinto daquele representado por diferentes teóricos que buscaram a construção de uma história “ciência”, entendida aqui como “real”. É justamente nesse aspecto, em sua relação com a ciência, como veremos, que Marx mais se aproxima dos demais “pais fundadores” das ciências sociais no século XIX. A ciência é, aqui, o oposto da ideologia, é o instrumento para a compreensão real do mundo. Assim, Marx classificaria a sua perspectiva de socialismo como “científica” enquanto acusava seus adversários de socialistas “utópicos” – mais uma das definições marxianas consagradas nas ciências humanas – que seriam incapazes de propor transformações sociais reais.

Os excertos acima, no entanto, não foram publicados ou se popularizaram durante a vida de Marx – a coletânea de *A Ideologia Alemã* só seria propriamente reunida e publicada integralmente no século XX. Naquele momento do século XIX, mais especificamente em 1848, e em meio à chamada **Primavera dos Povos**, foi publicado seu texto mais lido e divulgado, *O Manifesto do Partido Comunista*, escrito em parceria com Engels. Se nos trechos anteriores encontramos uma série de nuances sobre o que seriam “as condições materiais” determinantes para o entendimento científico de uma sociedade, em textos como o *Manifesto*, a ênfase de sua abordagem se dá sobre os meios ou **modos de produção** e a **luta de classes**. A compreensão do modo de produção (primitivo, feudal, capitalista ou asiático) e sua transformação seriam a chave para o entendimento de todas as esferas sociais. Em outros termos, um dos entendimentos corriqueiros desses escritos foi a ideia de que os meios de produção determinam todos os demais aspectos de uma sociedade e, portanto, são aqueles que merecem a atenção do historiador. Ao observar, por exemplo, a passagem do mundo feudal para a ordem burguesa, Marx e Engels apontavam:

“Vimos assim que: os meios de produção e de intercâmbio sobre cuja base se formou a burguesia foram gerados na sociedade feudal. Num certo estágio do desenvolvimento destes meios de produção e de intercâmbio, as relações em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura — numa palavra, as relações de propriedade feudais — deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Tolhiam a produção, em vez de a fomentarem. Transformaram-se em outros tantos grilhões. Tinham de ser rompidas e foram rompidas. (MARX; ENGELS, 1848/2005, p. 43)

É importante entender a ruptura que se gesta aqui: a interpretação humanista reiterada pelo iluminismo reafirmava o homem como o senhor de sua história. Como vimos, o relato histórico, em diferentes momentos, enalteceu a ação de grandes homens, supostamente capazes de *mover* a história: de Júlio César a Napoleão, a narrativa da história foi também a eulogia dos heróis de um grupo. No cenário da Europa burguesa, diante da gênese da concepção de *indivíduo*, fortalecia-se a ideia de que os homens faziam sua própria história. Em um mundo desencantado, o homem teria tomado do deus cristão as rédeas de seu próprio destino. Nesse sentido, as teses de Marx e Engels a respeito da história foram a antítese da interpretação liberal que reafirmava a ação individual. “*A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes*”, diziam os autores do *Manifesto* em uma de suas linhas inaugurais (MARX; ENGELS, 2005, p.37). O personagem central da narrativa histórica deixava de ser o indivíduo e a *classe* emergia como categoria fundamental para a análise histórica. *Patrícios e plebeus, servos e nobres, burgueses e proletários* passavam a ser os protagonistas da história, entendidos a partir de seus papéis e conflitos em determinados modos de produção. Assim, em uma interpretação materialista, para o entendimento da sociedade romana do século I e.c., interessa mais compreender sua concentração fundiária ou o sistema de produção de trigo nas colônias do que a vida de Nero.

Não coincidentemente, desenvolvia-se nas décadas seguintes uma leitura **economicista** do materialismo histórico. Textos em que Marx e Engels buscaram resumir suas teses reiteravam, para muitos de seus leitores, a interpretação de que a história humana estava completamente condicionada às determinações de uma infraestrutura econômica. A ação dos indivíduos, mesmo em um cenário de luta de classes, perdia qualquer espaço em interpretações que buscaram, por exemplo, explicar eventos como a Primeira Guerra Mundial a partir da flutuação do preço dos alimentos na Europa (THOMPSON, 1981).



## Exemplificando

O texto abaixo é uma clássica passagem do prefácio para a *Contribuição Para a Crítica da Economia Política*. Nele, Marx tenta resumir suas principais conclusões e enfatiza a perspectiva de uma infraestrutura econômica determinante para os demais aspectos da história:

“O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim sucintamente: na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. **O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.** Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais. Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes

de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. **Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social.** As relações de produção burguesas são a última forma antagonica do processo social da produção, antagonica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana. (MARX, 1859/1982, [s.p.] )

Nessa concepção, o marxismo pode ser entendido como uma *filosofia da história* em que o desenvolvimento da humanidade possui um *sentido* pré-determinado. A história, seria, assim, uma narrativa teleológica em que modos de produção se sucederiam até seu último estágio: o fim do capitalismo e o surgimento de uma sociedade sem classes, o comunismo – que seria também uma espécie de “fim da história”. Desse modo, o entendimento dos modos de produção como “épocas progressivas” reiterou interpretações marcadamente eurocêntricas da história em que determinadas sociedades, como aquelas nativas da América, poderiam ser classificadas como atrasadas em relação ao desenvolvimento europeu. A história, entendida aqui como um progresso linear, marcharia, assim, sem outros caminhos possíveis senão aquele que havia se dado no continente europeu. Além disso, durante o século XIX se dava uma leitura de Marx que assimilava elementos de outras “concepções contemporâneas não marxistas - por exemplo, as evolucionistas e positivistas” (HOBSBAWM, 1998, p. 158). Em outros termos, como já vimos antes, a história europeia se tornava o modelo de tipicidade a partir do qual as demais seriam pensadas.

Com essa régua em mente, muitos autores marxistas do final do século XIX e início do XX buscaram enquadrar distintas realidades dentro daquilo que era entendido como o desenvolvimento histórico inevitável do mundo moderno. Historiadores e sociólogos latino-americanos, por exemplo, passavam a buscar, então, as características do “feudalismo” brasileiro, do

“modo de produção asiático” de astecas e maias ou a “revolução burguesa” em cada uma das histórias nacionais da América Ibérica. Nessa concepção, muitas vezes chamadas de “**marxismo vulgar**”, a explicação das transformações se dava por meio de esquematismos simples, nas quais o peso de uma estrutura econômica – cujo funcionamento se dava dentro de um dos modelos citados por Marx – determinaria automaticamente todas as demais características de uma época. Segundo Hobsbawm (que afirmou certa vez ter a impressão de que “marxistas vulgares não liam muito além da primeira página do Manifesto Comunista”):

“O grosso do que consideramos como a influência marxista sobre a historiografia certamente foi marxista vulgar (...). Consiste na ênfase geral sobre os fatores econômicos e sociais na história. (...) Devemos repetir que essa tendência, embora sem dúvida produto da influência marxista, não tem nenhuma ligação com o pensamento de Marx.

O grande impacto que as ideias específicas de Marx tiveram na história e nas ciências sociais em geral é, quase certamente, o da teoria da “base e superestrutura”, ou seja, o seu modelo de uma sociedade composta de diferentes “níveis” em interação. (HOBSBAWM, 1998, p.161)



### Assimile

#### Pensamento “marxiano” x “marxista”

Usamos o termo *marxiano* para nos referirmos diretamente ao pensamento de Marx enquanto o termo *marxismo* é usado como referência à tradição de autores ou ativistas que adotaram perspectivas inspiradas no filósofo. Na historiografia, importantes nomes do século XX eram filiados à tradição marxista, como **E. P. Thompson** (1924 – 1993) e **Eric Hobsbawm** (1917 -2012).

Como vemos, a obra de Marx foi apropriada de diferentes maneiras, não apenas na política, mas também por historiadores e cientistas sociais. A seu modo, cada uma das diferentes leituras marxistas foi realizada com o mesmo propósito daquele apresentado pelo filósofo: uma análise materialista da realidade, desvelando as ideologias, “falsas consciências”, sobre o passado. As teses economicistas, partindo do dado econômico e, portanto, mais facilmente verificável, acreditavam-se mais “científicas” e, portanto, verdadeiras. Perceba, caro estudante, como a busca por uma história “real” está presente

em todos esses esforços analíticos – mesmo aqueles mais criticados pela historiografia contemporânea.

Nosso objetivo, porém, não é reconstituir todas as leituras marxistas realizadas ao longo de mais de um século de debate da obra do filósofo. Buscamos entender, antes, o impacto inicial de seus escritos para os historiadores e seu ofício. Nesse sentido, a obra que mais claramente articula a aplicação de sua concepção teórica ao entendimento de um fenômeno particular é *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Em suas primeiras linhas encontramos a clássica passagem, que afirma:

“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 1852/2011, p.23)

Temos aqui uma breve resolução do problema colocado anteriormente sobre os limites da autonomia individual, a análise das estruturas socioeconômicas e a ação. Os homens *fazem* a história, mas não a fazem como querem: essa ação está circunstanciada por uma série de fatores encerrados na “tradição” que assombra os vivos. Entender a relação desses indivíduos com (e contra) essas circunstâncias tem sido o dilema central de toda a historiografia marxista, que estudaremos mais à frente.



### Exemplificando

#### Engels, Marx e a história

Os limites da ação humana diante de uma infraestrutura econômica foram, como vimos, um dilema sobre o qual se assentou o pensamento de Marx e a tradição marxista. Enquanto alguns autores tributários do filósofo enfatizaram as lutas políticas, a cultura e a *agência*, outros realçaram as predeterminações dessa estrutura econômica sobre os indivíduos. A esse respeito, Engels escreveu uma breve e didática carta:

“Carta para Joseph Bloch

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. **Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econô-**

**mico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia.** As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau.

Nós mesmos é que fazemos a história, mas o fazemos sob condições e suposições definidas. Entre estas, os determinantes econômicos são, ultimamente, decisivos. Mas mesmo as condições políticas, etc., e mesmo tradições que assombram as mentes humanas também desempenham o seu papel, embora não sejam decisivos. O Estado prussiano também surgiu e se desenvolveu por causas históricas, mas de modo final, por causas econômicas. (...) Sem ser ridículo, seria difícil explicar em termos puramente econômicos a existência de cada pequeno Estado na Alemanha, no passado ou no presente (...).

Em segundo lugar, a história é feita de maneira que o resultado final sempre surge da conflitante relação entre muitas vontades individuais, cada qual destas vontades feita em condições particulares de vida. **Portanto, é a intersecção de numerosas forças, uma série infinita de paralelogramos de forças, que resulta em um dado evento histórico.** (...)

No mais, eu iria pedir para que você estude esta teoria de fontes originais e não de materiais secundários; será muito mais fácil. Marx dificilmente escreveu algo que ele não tomou parte. Especialmente o *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* é o mais excelente exemplo da aplicação desta teoria. (...)

**Eu e Marx somos aqueles a quem, parcialmente, culpar pelo fato que as pessoas mais novas frequentemente acentuam**

o aspecto econômico mais do que o necessário. É que nós tínhamos que enfatizar estes princípios vis-à-vis nossos adversários, que os negavam. Nós não tínhamos sempre o tempo, o local e a oportunidade para explicar adequadamente os outros elementos envolvidos na interação dos fatores constituintes da história. Mas quando era o caso de apresentar uma seção historiográfica, isto é, de aplicação prática, era um assunto diferente e nenhum erro era permissível. Infelizmente, de modo muito frequente, as pessoas pensam que aprenderam uma nova teoria e podem aplicá-la sem maiores problemas, crendo que dominaram os principais princípios e isto não é sempre correto. E eu não posso também isentar os mais recentes “marxistas” do mais incrível lixo que já foi produzido nos últimos três meses. (ENGELS, 1890, [s.p.], grifo nosso)



### Saiba mais

A famosa coleção organizada por Eric Hobsbawm – *História do Marxismo* – trata do “Marxismo no tempo de Marx”, em seu primeiro volume, e permite conhecer melhor o debate e as interpretações iniciais dos escritos do filósofo. Essa monumental obra inspirou sua versão nacional, *História do Marxismo no Brasil*, organizada por João Quartim de Moraes. HOBBSAWM, E. **História do marxismo**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORAES, J. Q. **História do marxismo no Brasil** – O impacto das revoluções. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

## Sem medo de errar

No *Manifesto Comunista* Marx e Engels afirmavam (em 1848):

“Censurai-nos por querermos abolir a exploração das crianças pelos seus próprios pais? Confessamos este crime. Dizeis também que destruímos as relações mais íntimas, ao substituímos a educação doméstica pela educação social. E vossa educação não é também determinada pela sociedade? Pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas etc? Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante. (MARX; ENGELS, 1848/2005, p. 41)

Como você deve perceber, caro estudante, a discussão sobre as influências dos interesses de grupos da sociedade na construção do conhecimento e da educação é antiga. No trecho acima, Marx e Engels acusam a educação daquele momento de reproduzir a visão da classe dominante – ou seja, de acordo com o materialismo, tratava-se de uma educação *ideológica*. Como vimos, para Marx, ao desvelar o interesse das classes dominantes, produzia-se uma análise com o “método materialista e, portanto, científico” (MARX, 1996, p. 8). Assim, uma perspectiva de história científica, de acordo com o materialismo, deveria ser capaz de revelar os interesses das elites dominantes por trás das grandes ideias, homens e religiões de cada época. Em um breve exemplo, esse princípio equivale dizer que as crenças de Urbano II e dos católicos do ano mil – *ideológicas*, por princípio – só poderiam ser consideradas como elementos causadores das Cruzadas se compreendidas dentro de um sistema econômico feudal do momento correspondente cujas contradições essa “falsa consciência” buscava apagar.

O intento de Marx não era único: ao longo de nossos estudos podemos perceber o esforço da intelectualidade do século XIX em criar bases científicas para o estudo das sociedades e seu passado. O sistema filosófico representado pelo materialismo histórico é, junto ao positivismo, o mais famoso desses esforços. E o que resultou deles? Podemos dizer que, hoje, a história é uma ciência – como perguntamos inicialmente?

A resposta, evidentemente, dependerá da definição de “ciência”. É praticamente consenso na historiografia contemporânea que a história é uma área do saber que se organiza a partir de determinada lógica, instrumentos e métodos analíticos que permitem um debate racional sobre a realidade, determinando se uma tese é ou não verossímil – senão verdadeira. Variando com a concepção de *ciência*, a definição acima pode ou não se encaixar. Caso esse entendimento da natureza do saber histórico atinja os pré-requisitos para considerá-lo uma ciência, isso significa, então, que a história pode ser *imparcial*?

Como estamos vendo ao longo de nosso estudo, os instrumentos e métodos de análise – os conceitos que organizam a narrativa, por exemplo – são dados por determinadas perspectivas teóricas, tal como acontece em todas as áreas do saber. Dessa maneira, ao adotar uma abordagem que parte da noção de *classe* para o entendimento da realidade social de uma determinada época e sociedade – seja ela a nobreza europeia do ano mil ou os camponeses da China da dinastia Han – os historiadores usam um instrumento de análise que se consolidou com a tradição marxista. Esse instrumento, como qualquer outro, não é, portanto, *imparcial* ou *neutro*, mas sim histórico, possui uma origem, nasceu em meio a determinado debate intelectual e realidade social. Isso não significa, porém, que não existam classes

sociais e que a nobreza europeia do ano mil ou os camponeses da China da dinastia Han sejam meras abstrações. Em outras palavras, toda interpretação histórica, independentemente do ecletismo teórico, terá as potencialidades e limitações do instrumental metodológico que possibilita sua análise do passado e **jamais** será neutra ou imparcial.

Enfim, ao utilizar um conceito marxista para o entendimento de uma época – como *modo de produção* – o historiador parte de uma opção teórica que vem sendo testada ao longo de mais de um século e não necessariamente de um posicionamento político no presente. Ao falar de “modo de produção feudal”, “classe trabalhadora” ou “revolução burguesa”, o historiador não adota um partido. “A ciência é um diálogo entre diferentes opiniões baseadas em um método comum. Apenas deixa de ser ciência quando não há método para decidir qual das opiniões em contenda está errada ou é menos frutífera”, afirmou Eric Hobsbawm (1998, p. 163). Afirmar, portanto, que o saber histórico não é **imparcial** não equivale a pensar que as narrativas históricas são construídas com base em simples opiniões pessoais: apesar de sempre parcial, toda tese está submetida aos instrumentos de crítica e debate científico que validam essa área do saber.

## Faça valer a pena

1. “Elaborado com maior clareza em textos posteriores, o conceito de “modo de produção” refere-se à base material através da qual o homem produz as condições de sua sobrevivência. O “modo de produção” conjuga o que os fundadores do marxismo denominaram “forças de produção” e “relações de produção” - estas últimas correspondendo à maneira como os homens organizam os seus processos de produção e os relacionamentos sociais daí decorrentes. Desta forma, o “modo de produção” remete ao que também se poderia designar por um sistema econômico-social. A história poderia ser descrita, consoante os preceitos propostos pelo Materialismo Histórico, como uma sucessão dialética de “modos de produção”. (BARROS, 2008, p. 292)

A partir do trecho é correto afirmar que:

- a) A aplicação do conceito de “modo de produção” impossibilita a reflexão sobre “os relacionamentos sociais daí decorrentes”, pois o conceito é estritamente econômico.
- b) Ao utilizar o conceito de “Modo de produção” o historiador questiona a interpretação original do pensamento marxiano, que enfatiza a luta de classes.
- c) O conceito de modo de produção não se aplica apenas à sociedade capitalista, permitindo refletir também sobre outras sociedades e épocas.

- d) O conceito de modo de produção se aplica apenas à sociedade capitalista, sem referências no pensamento marxiano a outras sociedades e épocas.
- e) A base material por meio da qual o homem produz as condições de sua sobrevivência é distinta do modo de produção.

**2.** O trecho abaixo foi escrito pelo líder revolucionário marxista, Leon Trotsky. No famoso debate entre marxistas stalinistas e trotskistas sobre a existência ou não de um “etapismo” no desenvolvimento histórico, ele afirmou:

“Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Porém isso não significa que sigam a essas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado. (...) Os selvagens passam da flecha ao fuzil, sem percorrer o caminho que separa no passado essas duas armas. Os colonizadores europeus da América não tiveram necessidade de voltar a iniciar a história desde seu princípio. (TROTSKY, 1967, apud GILLY, 1972, p.26, tradução nossa)

Considere agora as seguintes afirmações:

- I. Trotsky nega por completo a concepção marxiana de história na medida em que a perspectiva de Marx era marcada pelo questionamento do eurocentrismo nas narrativas históricas.
- II. Ao afirmar que os países atrasados não assimilam servilmente as etapas do passado dos países desenvolvidos, Trotsky denuncia como o materialismo histórico não pode ser aplicado a todas as sociedades.
- III. Ao afirmar que os colonizadores europeus não tiveram de iniciar a história desde seu princípio, Trotsky reitera uma perspectiva de história comum no século XIX em que o passado dos povos “não-europeus” era costumeiramente desprezado.
- IV. No trecho acima, ao mencionar “as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas”, Trotsky usa o termo ideologia como sinônimo de uma “consciência material” da realidade.

Estão corretas as afirmações:

- a) I e III.
- b) II, III e IV.
- c) IV, apenas.
- d) IV e III.
- e) III, apenas.

**3.** O trecho abaixo pertence à clássica obra *O Capital* de Karl Marx:

“Uma história crítica da tecnologia provaria, sobretudo, quão pouco qualquer invenção do século XVIII cabe a um só indivíduo. Até hoje não existe tal obra. Darwin atraiu o interesse para a história

da tecnologia da Natureza, isto é, para a formação dos órgãos de plantas e animais como instrumentos de produção para a vida das plantas e dos animais. Será que não merece igual atenção a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, da base material de toda organização social específica? E não seria mais fácil reconstituí-la, já que, como diz Vico, a história dos homens difere da história natural por termos feito uma e não a outra? A tecnologia revela a atitude ativa do homem para com a Natureza, o processo de produção direto de sua vida, e com isso também suas condições sociais de vida e as concepções espirituais decorrentes delas. Mesmo toda história da religião que abstraia essa base material é acrítica. É efetivamente muito mais fácil mediante análise descobrir o cerne terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, as suas formas celestializadas. Este último é o único método materialista e, portanto, científico. As falhas do materialismo científico natural abstrato, que exclui o processo histórico, já se percebem pelas concepções abstratas e ideológicas de seus portavozes, assim que se aventuram além dos limites de sua especialidade. (MARX, 1867/1996, p. 8).

A partir do trecho e da obra de Marx é correto afirmar que:

- a) Ao afirmar que “Darwin atraiu o interesse para a história da tecnologia da Natureza, isto é, para a formação dos órgãos de plantas e animais como instrumentos de produção para a vida das plantas e dos animais” Marx mostra como sua concepção de desenvolvimento histórico está baseada no evolucionismo darwinista.
- b) Ao afirmar que “mesmo toda história da religião que abstraia essa base material é acrítica”, Marx reafirma a religião como uma experiência essencialmente acrítica e, portanto, “o ópio do povo”.
- c) Ao afirmar que “a tecnologia revela a atitude ativa do homem para com a Natureza, o processo de produção direto de sua vida, e com isso também suas condições sociais de vida e as concepções espirituais decorrentes delas”, Marx exemplifica como, em sua concepção, as diferentes instâncias da história dialogam com a base material da sociedade.
- d) Ao afirmar que “uma história crítica da tecnologia provaria, sobretudo, quão pouco qualquer invenção do século XVIII cabe a um só indivíduo”, Marx mostra como, em sua interpretação, a ação humana não possui impacto sobre as estruturas e circunstâncias históricas.
- e) Ao afirmar “o único método materialista e, portanto, científico”, Marx reafirma seu método como a única crítica real do socialismo científico de Engels.

## A Escola dos Annales e a história repensada

### Diálogo aberto

Bem-vindo a mais uma seção, caro aluno!

Como você sabe, é um fato evidente que nos dias de hoje as ciências humanas são marcadas pela interdisciplinaridade. Que sociólogo ou geógrafo poderia ignorar a história ao refletir sobre seu objeto de estudo? Muitas vezes, nos bancos escolares, acostumamo-nos a ver um mesmo tema tratado por diferentes disciplinas: vemos a Revolução Industrial ou a *plantation* colonial em aulas de Sociologia, Geografia e História. Nem sempre foi assim.

Ao longo do século XIX, o esforço dos estudiosos era, de modo geral, justamente separar e limitar os objetos de estudo de cada ciência em formação. Ao delimitar o escopo e os métodos de cada área do saber, esses intelectuais também travavam um conflito que legitimava e hierarquizava o conhecimento que se produzia. Nesse cenário, enquanto historiadores marcados pela escola metódica e pelo positivismo reafirmavam a história como o relato fidedigno dos eventos do passado, sociólogos durkheimianos relegavam a essa ciência um papel menor, incapaz de explicar os fenômenos sociais, função da sociologia.

No início do século XX, no entanto, surgiria um novo paradigma historiográfico. A chamada *Escola dos Annales* questionaria a historiografia hegemônica na academia francesa e, a partir de um diálogo intenso com a obra de sociólogos como Durkheim e Weber, pensaria uma nova concepção de história, marcada pela multidisciplinaridade e próxima das reflexões da sociologia e da geografia do início do século XX. Reafirmava-se, com base nisso, uma história que buscava ser *a ciência dos homens no tempo, total*, capaz de abarcar as coletividades, a economia, as ideias, os mares – como no caso célebre de Fernand Braudel. A história absorvia, assim, métodos e instrumentos de outras áreas do saber. Enriquecia sua abordagem e consolidava sua importância na academia. Com esse novo paradigma multidisciplinar, outra questão passava a ser colocada: quando são tratados os mesmos objetos, o que diferencia a abordagem do historiador? A multidisciplinaridade não apagaria as fronteiras entre o saber do historiador, do sociólogo e do geógrafo? Se os instrumentos das demais ciências foram tomados de empréstimo pelos historiadores, a história foi dissolvida no debate das ciências humanas?

Em edições brasileiras, é provável que a obra mais famosa a respeito da *Escola dos Annales* seja aquela de Peter Burke, *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia* (BURKE, 2011). Seu título anuncia com uma comparação épica o impacto daquela renovação historiográfica: tal como a Revolução de 1789, os historiadores dos *Annales* teriam inaugurado uma nova era para o estudo da história. Nessa perspectiva, o *ancien régime* seria o domínio da história événementielle (factual, baseada na descrição dos eventos) de autores como Charles Langlois (1863-1919) e Charles Seignobos (1854-1942). Chamada genérica e equivocadamente de “positivista”, essa historiografia valorizava sobretudo os fatos políticos, os “grandes homens”, e considerava que a função do historiador era descrever fielmente os eventos do passado, revelá-los e encadeá-los a partir das fontes, sem qualquer tipo de posicionamento ou julgamento. Esses historiadores se opunham especialmente às *filosofias da história*, segundo eles, produzidas por

“intelectuais que, em sua maioria, não são historiadores de profissão, acabaram por fazer da história o tema de suas reflexões; acreditaram ter encontrado suas “constantes” e suas “leis”, descoberto “as leis que regem o desenvolvimento da humanidade” e terem “construído”, assim, “a ciência positiva da história”. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1897/2017, p.7)

Tratava-se, portanto, de negar leis gerais do desenvolvimento histórico, fosse ele o desenvolvimento do espírito ou da luta de classes. Apesar do diálogo constante com uma intelectualidade positivista dominante na França daquele momento, esses historiadores não almejavam reiterar a filosofia da história positivista: preocupavam-se, não tão distantes de seus célebres pares alemães do período, em reafirmar um método para o estudo da história em suas particularidades. Se, por um lado, os autores dessa tradição foram basilares para o estabelecimento da história como área do saber, por outro também foram eles os criadores de concepções do que entendemos hoje como uma “história oficial”, que reafirmava um passado nacional, com destaque para uma história linear, repleta de marcos, lideranças políticas e documentos escritos.

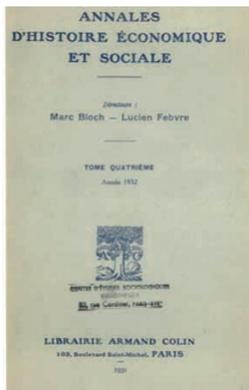
Seria contra essa concepção de história que dois ex-alunos de Langlois e Seignobos, **Marc Bloch** (1886-1944) e **Lucien Febvre** (1878-1956), se rebelariam. Distantes de um papel central na academia francesa, esses dois jovens historiadores se encontrariam na década de 1920 na Universidade de Estrasburgo, onde criariam, em 1929, um periódico chamado *Annales*

*d'histoire économique et sociale* (*Anais de História Econômica e Social*) – de onde viria o nome da tradição historiográfica que ali se iniciava.



## Assimile

Figura 1.3 | A revista dos Annales



Fonte: [https://www.persee.fr/issue/ahess\\_0003-441x\\_1932\\_num\\_4\\_13](https://www.persee.fr/issue/ahess_0003-441x_1932_num_4_13). Acesso: 10 nov. 2018.

A imagem da Figura 1.3 refere-se ao primeiro volume dos *Anais de História Econômica e Social*. Foi a partir dessa publicação que os historiadores relacionados à revista passaram a ser conhecidos como estudiosos dos *Annales*. A revista continua sendo publicada até os dias de hoje, e você pode acessá-la em sua versão original, disponível em: <http://annales.ehess.fr/> (acesso em: 22 nov. 2018).

As reflexões de Bloch e Febvre – que detalharemos a seguir – correspondiam também ao cenário de transformações da Europa da década de 1920. Após a Primeira Guerra Mundial, diante de uma intelectualidade que debatia o nacionalismo e seus resultados, assim como questionava os paradigmas do século anterior, a historiografia dos *Annales* ganhou destaque como resposta aos antigos manuais de história francesa. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, esses historiadores e suas novas temáticas e abordagens ganharam espaço e se consolidaram na academia, agora em papel central.

Os *Annales* se tornariam o paradigma acadêmico da nova historiografia francesa e, desde então, uma das grandes influências mundiais para a escrita da história – sobretudo no Brasil, onde Febvre e **Fernand Braudel** (1902-1985) lecionaram na primeira metade do século XX. O primeiro curso de História (e também de Geografia) do país, que se estruturava nos anos 1930 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São

Paulo, contava com a influência direta desses professores. Assim, o estudo profissional da história no Brasil nasceria sob o signo dos *Annales*, e, do Departamento de História da USP em diante, essa se tornaria uma marca da historiografia brasileira.

Considerando esse cenário, antes de entender propriamente os elementos da historiografia, é importante realizar algumas ressalvas. Como ressalta François Dosse em sua provocativa *A história em migalhas* (DOSSE, 1994), que questiona a existência de uma “Escola dos Annales”, a história dos Annales foi, normalmente, uma narrativa apologética, produzida por historiadores ligados institucional ou intelectualmente ao periódico. A memória criada ao redor da obra dos autores que contribuíram com a revista generalizou os historiadores anteriores à publicação a partir das figuras de Langlois e Seignobos, reforçando assim o aspecto de uma ruptura com uma antiga e tradicional historiografia. A ideia de que existe um “antes e depois” dos *Annales* ignora importantes contribuições de autores do XIX como **Jules Michelet** (1798-1874) e **Jacob Burckhardt** (1818-1897), que valorizavam muitos dos aspectos sociais e culturais que mais tarde veríamos na historiografia francesa do século XX. Outro aspecto ressaltado por Dosse ao questionar a narrativa hegemônica da “Escola” foi o controle que os membros dos *Annales* passaram a ter de diferentes espaços acadêmicos franceses ao longo do século XX, direcionando os rumos das pesquisas e publicações naquele país por décadas.



### Saiba mais

Uma comparação interessante a ser realizada para o entendimento da história dos *Annales* – e leitura básica – é aquele entre as obras de Peter Burke e de François Dosse. Entre a perspectiva mais apologética de um e mais crítica de outro, diferentes aspectos dessa historiografia são trazidos à tona.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

## Marc Bloch, Lucien Febvre e o lugar da história repensado

“Combateemos longamente, em conjunto, por uma história maior e mais humana. A tarefa comum, no momento em que escrevo, decerto sofre ameaças. Não por nossa culpa. Somos os vencidos

provisórios de um injusto destino. Tempo virá, estou certo, em que nossa colaboração poderá verdadeiramente ser retomada: pública, como no passado, e, como no passado, livre. Por ora, é nestas páginas, todas repletas de sua presença, que, de minha parte, ela prosseguirá. Manterá com isso o ritmo, que foi sempre o seu, de um acordo fundamental, vivificado, na superfície, pelo proveitoso jogo de nossas afetuosas discussões. Entre as ideias que proponho sustentar, mais de uma, seguramente, vem diretamente de você. Muitas outras, não saberia decidir em toda consciência se são suas, minhas, ou de nós ambos. Você aprovará, gabo-me disso, muitas vezes. Em outras me repreen-derá. E tudo isto criará, entre nós, um vínculo a mais. 10 de maio de 1941. (BLOCH, 1944/2002, p. 39)

Com essas palavras, Marc Bloch dedicava o manuscrito de sua *Apologia da História ou ofício do historiador* ao amigo e colaborador Lucien Febvre. Escrita em seu cárcere, antes de seu fuzilamento pelas tropas nazistas, é não apenas um manifesto de sua perspectiva de história, mas um dos escritos mais impactantes de toda a historiografia do século XX. A ideia de que o combate de seus estudos era por uma história “maior e mais humana” não dizia respeito apenas ao contexto do combate ao nazifascismo: era também uma referência à concepção de história proposta por Bloch. Para ele, a história não era uma ciência do passado, mas, antes, “a ciência dos **homens** no tempo” e essa dimensão humanista é o cerne de sua obra. Em suas palavras, o bom historiador “se parece com o ogro da lenda, onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2002, p. 54) ou, em sua lembrança do diálogo com Henri Pirenne, “Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida” (BLOCH, 2002, p. 66). Deste modo, Bloch reafirmava uma perspectiva de história mais ampla do que aquela de seus antigos professores e postulava uma questão metodológica, que passaria pela redefinição da noção de fonte histórica: “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2002, p. 79). Os temas e as fontes da história passavam, portanto, a ser repensados.



### Refleta

A epígrafe de Bloch em sua monumental *A sociedade feudal* colocava poeticamente a questão:

Fabricador  
de instrumentos de trabalho,  
de habitações,

de culturas e sociedades,  
o homem é também  
agente transformador  
da história.  
Mas qual será o lugar  
do homem na história  
e o da história na vida do homem?  
(BLOCH, 1940/2016, p.4 )



## **Exemplificando** **História e sociologia**

Ao abordar o caminho para uma história mais humana, Febvre apontava para a promissora sociologia em comparação com uma história até aquele momento “desumanizada”. Dizia ele:

“Um homem da minha idade, igualmente, viu e conheceu êste grande espírito dominador que era Durkheim – êsse Durkheim que criou todo um grupo de jovens mestres, mortos e destruídos, aliás, durante a guerra de 1914-18. A sociologia, tão rica de esperanças, e cujos progressos aguardo com tanta inquietação, é ainda uma ciência em seus primeiros passos; não é uma ciência já segura, ela ainda procura os seus próprios métodos. E tal como um folclore novo que começa a destacar-se de pequenos episódios anedóticos de província para tornar-se uma disciplina séria e sólida. E quanto à História, nada. Nada há onde exista o homem. O homem não parece interessar ao historiador, para quem, ao contrário, parece ser um nada. A História já tem os seus métodos que ela declara orgulhosamente “científicos”, mas não são mais, até agora, que os métodos do bom senso e do senso crítico, aplicados não ao homem propriamente, mas, como vos dizia de início, às suas obras, às obras do homem, e nem sempre às suas grandes obras, às belas obras construtivas da humanidade, e sim, aos seus empreendimentos de destruição, certamente. A História? Até agora só se esqueceu ela de definir o seu objeto. E êste objeto não consiste apenas em trazer à luz só as crises políticas do passado, as aventuras guerreiras e diplomáticas de outrora – em uma palavra: em estudar perpetuamente o Estado e os Estados, mas sim, o Homem, desde o início o homem, o homem que age, aflito, sofrendo e trabalhando, criando êste magníficos encantamentos de arte e da literatura, construindo, à medida de suas necessidades, as grandes religiões e as grandes

filosofias, dotando-se, mental e sentimentalmente de um futuro humano que possa projetar para além de si mesmo e que o leve a libertar-se de seus humildes princípios de bruto, de pobre bruto, mal dotado pela natureza, inferior a tantos brutos poderosos, ferozes e bem armados. (FEBVRE, 1950, p. 6)

As novas abordagens dos fundadores dos *Annales* se desenvolviam em obras hoje clássicas, como *Os reis taumaturgos*, de Bloch (1924/1993), e *O problema da incredulidade no século XVI* de Febvre (1942/2009). Mais tarde considerados o início do que se passou a chamar “**História das Mentalidades**”, esses livros se tornaram exemplares de uma concepção de história que se afastou dos grandes marcos políticos e dos acontecimentos pontuais. Em sua obra – cujo título completo original é *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio particularmente na França e na Inglaterra* – Bloch não produz um tratado sobre reis medievais, mas antes busca entender a crença daquelas sociedades no que seria o poder dos reis em curar seus súditos apenas por tocá-los. De outro modo, o protagonismo do livro não é, então, dos “grandes homens”, reis, capazes de manipular uma massa indistinta de camponeses, mas da complexa teia de crenças e ideias que tornavam possível crer no milagroso toque real durante aquele período entre os séculos X e XVIII. Como o próprio afirmou, se não fosse o título já demasiadamente longo, ele lhe acrescentaria “*história de um milagre*” (BLOCH, 1924/1993, p.16). Além disso, como apontou **Jacques Le Goff** – considerado um dos maiores nomes do que seria a terceira geração da Escola dos *Annales* –, essa obra inaugural conjugava de início duas das principais características dessa historiografia: a **longa duração** e a pretensão de uma **história total** (LE GOFF, 2002, p. 17).



## Exemplificando

### A História Total

No trecho a seguir, Febvre define a inquietação dos historiadores dos *Annales* com as lacunas que a escrita da história até aquele momento deixara para trás. Desse incômodo nasceria a proposta de uma *História Total*:

“História dos sentimentos? Nós nem esboçamos ainda uma história do amor. “Este sentimento eterno”... dito apressadamente. Mas de quantos milhares de visões transitórias não se reveste a eternidade? E o trabalho da História é reconstituir toda essa série. História do ciúme? Nada. História da crueldade? Nada.

História do medo? Nada. Não temos sequer uma história da vida humana e do preço que os homens dão a ela, um preço que sempre variou; pois há épocas em que a vida do homem nada vale, e outras em que ela vale tanto que parece ser o “todo” para a humanidade. Quando tivermos em mãos todas essas histórias, então começaremos a ver claramente qual o nosso trabalho, e não teremos mais tanta dificuldade em definir a função da História, nós saberemos o que queremos ser – e poderemos retomar a fórmula: “História, ciência do Homem”. História que restaura ao homem a sua fisionomia verdadeira. História que dá à humanidade, na sua marcha, toda a certeza de Ciência”. (FEBVRE, 1960, [s.p.] apud MICELI, 1999, p. 20-21)

Como afirmou Jacques Le Goff, a *longa duração* não é um longo período cronológico: “é aquela parte da história, a das estruturas, que evolui e muda o mais lentamente. A longa duração é um ritmo lento” (LE GOFF, 2002, p. 17). Essa abordagem, que seria melhor definida na segunda geração dos *Annales* com Fernand Braudel, também se fazia presente em alguma medida na obra de Febvre *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais* (1942/2009), em seu título completo. Apesar de ter em seu escopo um grande personagem do humanismo, Febvre não se dedica à escrita de uma biografia como se costumava fazer. Pelo contrário, ele busca compreender “um sistema de paradigmas, o da cultura letrada do século XVI na qual indivíduos e grupos sociais agiam e reagiam segundo convenções dadas ou determinadas por antigas tradições” (LOPES, 2012, p. 237-238). A questão central de sua obra não é, assim, a grandeza do personagem escolhido. Em linhas gerais, a tese de Febvre parte de um problema elementar: *era possível ser ateu no século XVI?* Em outros termos, aquele universo simbólico da Europa do Renascimento, apesar dos questionamentos dos dogmas católicos, dispunha de ferramentas – uma linguagem – capaz de se articular como um “agnosticismo radical”? Entender, portanto, as ideias de Rabelais passaria por uma longa reflexão (a obra foi escrita em dois volumosos tomos) sobre práticas – a escrita, os ritos, a leitura –, as ideias em debate e as palavras – as fontes – que nos chegam como registro daquele período. Nas palavras de Febvre:

“[...] as palavras que se ofereciam a esses homens quando raciocinavam em francês sobre as ciências, ou quando raciocinavam pura e simplesmente não eram palavras feitas para o raciocínio, para a explicação e a demonstração. Palavras eruditas. Eram aquelas palavras da língua de todos, da língua corrente e viva. Palavras acordeão, se assim se pode dizer – cuja significação

estendia-se, restringia-se, modificava-se e evoluía com uma liberdade que deixam de conhecer as palavras científicas. Estas têm uma imobilidade de postes de sinalização. (FEBVRE, 2009, p.310 apud LOPES 2012, p. 238)

Mais do que buscar revelar passados antes silenciados, os pais fundadores dos *Annales* debatiam, nesses escritos, o próprio método do historiador. De maneira mais enfática, a obra de Febvre colocava mais claramente outro dos elementos centrais dessa historiografia: a **História-problema**. Enquanto muitos historiadores acreditavam que a compilação dos documentos “revelava” o passado, Febvre e Bloch afirmavam que a história organizava sua narrativa a partir de perguntas (os “problemas”) colocados no presente pelo historiador. Se os antigos professores da escola metódica enfatizaram que “sem documentos não há história”, a resposta de Lucien Febvre era a de que “sem problema não há história” (BARROS, 2010, p. 310). Bloch, em sua *Apologia*, reiterava que os documentos não falam senão quando interrogados: “É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado” (BLOCH, 2002, [s.p.] apud SCHWARCZ, 2002, p. 8). O historiador dos *Annales*, portanto, cria o procedimento que é hoje o padrão para qualquer pesquisa em história: o pesquisador adentra o arquivo com uma questão, fornecida por um debate presente, sem a ingenuidade de acreditar que apenas conta o passado a partir dos documentos.



## Assimile

### A história problema

A história responde às perguntas que o homem de hoje necessariamente se faz. Explicação de situações complicadas, em meio às quais ele debaterá menos cegamente caso conheça a origem. Lembrança de soluções que foram soluções no passado e que, portanto, não poderiam de modo algum ser as soluções do presente. Compreender bem em que o passado difere do presente: que escola de flexibilidade para o homem alimentado de história. [FEBVRE, 1946/2011, p. 83]

## “Ciências auxiliares?” A interdisciplinaridade e a História

Muitas das noções esboçadas por Bloch e Febvre encontraram ênfase e reconhecimento a partir da obra de Fernand Braudel, visto como o nome central da segunda geração dos *Annales*. Braudel deu continuidade à crítica da história factual e, em uma famosa citação que também revelava seu

período como professor no Brasil, afirmou: “Os acontecimentos são como vagalumes nas noites brasileiras: brilham, mas não aclaram” (BRAUDEL, 1960, [s.p.] apud MICELI, 1999, p. 25). Em outra metáfora conhecida de sua obra, Braudel comparava o ritmo dos acontecimentos políticos, dos eventos, às espumas nas ondas do mar, incapazes de representar as profundidades do oceano, muito mais volumosas, mas que não se enxergam à primeira vista. Assim, pensando em uma história que se distanciasse da antiga narrativa événementielle, o historiador se tornou o principal proponente de estudos baseados na *longa duração* e na aproximação com a *geografia*.

Sua obra mais famosa e que melhor articulou as noções de multidisciplinaridade e de diferentes durações foi *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (BRAUDEL, 1949/2016). Sua primeira versão, antes do clássico, dava destaque desde o título ao rei e às relações diplomáticas do Império Espanhol. Foi após seu encontro com a geo-história e com os fundadores dos *Annales* – sua próxima relação com Febvre sobretudo – que sua abordagem inicial foi repensada. Seu personagem principal se transformou: o rei dava lugar ao mar, e as batalhas e suas passagens famosas perdiam o destaque diante das flutuações do comércio, das transformações da paisagem e da longa relação entre as sociedades mediterrâneas e esse personagem comum. Dessa maneira,

“ao abraçar este personagem complexo e pouco usual, que de entrada parece estar duplamente determinado, enquanto entidade geográfica e histórica, nosso autor se viu levado naturalmente a questionar-se sobre as relações entre história e geografia, e, mais particularmente, sobre sua presença efetiva em torno deste “espaço líquido”. Na definição do próprio Braudel, o Mediterrâneo “encerra todos os encantos, mas também todos os perigos de uma novidade”. A resposta a tal questionamento resultou na sua proposta geo-histórica, como um campo de conhecimento capaz de juntar as visões geográfica e histórica das realidades humanas, para renovar, a partir desta síntese, as explicações históricas habituais. (ROJAS, 2003, p. 49-50)

Obviamente não se inventava aqui a relação entre história e geografia. Como vimos, o determinismo geográfico era uma das características de parte das explicações evolucionistas do século XIX. Ao abandonar essa abordagem, a maior parte dos intentos de reunir geografia e história terminava por simplesmente mencionar características geográficas introdutórias relevantes para a composição de uma espécie de cenário onde a história

– ação humana – se desenrolaria. Não é o caso de Braudel. Ao longo dos dois tomos de sua monumental obra temos uma complexa articulação entre esse personagem, estruturas de longa duração e processos de média e curta duração. O historiador encontra, por exemplo, relações importantes para pensar diferentes momentos daquela sociedade, como a correlação entre determinadas estações do ano, condições de navegação e as declarações de guerras e armistícios. Assim, em *O Mediterrâneo*, a proposta dos *Annales* de uma história total se materializava como resultado de duas décadas de pesquisa: da Batalha de Lepanto aos flamboyants que passaram a florescer em sua paisagem, Braudel se debruça sobre cada aspecto que permita historicizar as relações entre os homens e o mar.



### Exemplificando

#### Braudel, a Longa Duração e a multidisciplinaridade

“As restantes ciências sociais estão bastante mal informadas da crise que a nossa disciplina [a história] atravessou nos últimos vinte ou trinta anos e têm tendência para desconhecer, ao mesmo tempo que o trabalho dos historiadores, um aspecto da realidade social de que a história é, se não hábil vencedora, pelo menos bastante boa servidora: a **duração social, esses tempos múltiplos** e contraditórios da vida dos homens que são não só substância do passado, mas também a matéria da vida social actual. Mais uma razão para sublinhar fortemente, no debate que se inicia entre todas as ciências do homem, a importância e a utilidade da história, ou melhor, da dialéctica da duração, tal e qual se desprende do ofício e da reiterada observação do historiador; para nós, nada há mais importante, no centro da realidade social, que esta viva e íntima oposição, infinitamente repetida, entre o instante e o tempo lento no decorrer. Quer se trate do passado quer se trate da actualidade, torna-se indispensável uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem. Falarei, pois, longamente da história, do tempo da história. E menos para os historiadores que para os nossos vizinhos, especialistas nas outras ciências do homem: economistas, etnólogos (ou antropólogos), sociólogos, linguistas, demógrafos, geógrafos e até matemáticos sociais e estatísticos; todos eles vizinhos, de cujas experiências e investigações nos fomos informando durante muitos anos, porque

estávamos convencidos - e ainda estamos de que a história, rebocada por eles ou por simples contacto, se havia de clarificar com a nova luz. Talvez tenha chegado a nossa vez de ter algo a oferecer-lhes. Uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo, vai abrindo caminho – consciente ou não, aceite ou não – a partir das experiências e das tentativas recentes da história. É esta última noção, mais que a própria história – história de muitos semblantes –, que deveria interessar as ciências sociais, nossas vizinhas. (BRAUDEL, 1965, p. 9)

Com a morte de Febvre nos anos 1950, Braudel assumiria isoladamente o papel de liderança dos *Annales*, estabelecida institucionalmente a partir da *École des hautes études en sciences sociales* criada na década seguinte. Sua figura centralizadora deu origem a uma série de estudos que desenvolveriam, nos anos posteriores, pesquisas articuladas aos propósitos daqueles enfatizados pelo mestre. Em direta relação com o estruturalismo reinante nas ciências humanas, discutiam-se os diferentes níveis das durações históricas. O dado estatístico passava a ser ferramenta central da pesquisa em história: discípulos de Braudel, como Pierre Chaunu, compilavam verdadeiras montanhas de documentos em dados e planilhas. Ferramentas como as máquinas de microfimes e a computação de dados passavam a compor o instrumental da história e das ciências humanas. As diferentes durações do tempo histórico e a pretensão de uma história total se tornavam elemento-chave da explicação histórica. Assim, nos anos 1960 e 1970, os antigos rebeldes da historiografia se tornavam o novo *establishment*.



### Saiba mais

O primeiro volume da essencial Revista Brasileira de História conta com uma importante conferência de Lucien Febvre, realizada na USP nos anos 1940. Mais do que abordar seus temas clássicos, Febvre sistematiza parte de suas inquietações metodológicas.

FEBVRE, Lucien. (1949). O homem do século XVI. **Revista de história**, v. 1, n. 1, 1950.

A obra clássica de Marc Bloch, *Apologia da História*, está disponível em sua biblioteca virtual. O livro não é extenso e compõe parte daquelas leituras obrigatórias para todo historiador.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Lincoln Secco, professor da USP, realizou uma série de entrevistas a

respeito da obra de Fernand Braudel pelo Canal USP, no Youtube. Sua fala didática é uma boa introdução à leitura de *O Mediterrâneo*. CANAL USP. Braudel descobre a longa duração.

## Sem medo de errar

Retomemos aqui nossos questionamentos iniciais: o que define a abordagem do historiador diante da multidisciplinaridade? A *história total* dos *Annales* se dissolveu na sociologia e na geografia? Vimos, ao longo de nosso trajeto, que tanto Bloch quanto Febvre se esforçaram em pensar em instrumentos das demais ciências humanas no intento de humanizar a história. O primeiro, em muitas passagens de sua *Apologia da história*, reitera a importância do que ele chama de “ciências auxiliares”. Em suas palavras:

“[...] a meu ver, é indispensável que o historiador possua ao menos um verniz de todas as principais técnicas de seu ofício. Mesmo apenas a fim de saber avaliar, previamente, a força da ferramenta e as dificuldades de seu manejo. A lista das “disciplinas auxiliares” cujo ensino propomos a nossos iniciantes é demasiado restrita. Por qual absurdo paralogismo, deixamos que homens que, boa parte do tempo, só conseguirão atingir os objetos de seus estudos através das palavras ignorem, entre outras lacunas, as aquisições fundamentais da linguística? No entanto, por maior que seja a variedade de conhecimentos que se queira proporcionar aos pesquisadores mais bem armados, elas encontrarão sempre, e geralmente muito rápido, seus limites. Nenhum remédio então senão substituir a multiplicidade de competências em um mesmo homem por uma aliança de técnicas praticadas por eruditos diferentes, mas [todas] voltadas para a elucidação de um tema único. Esse método supõe o consentimento no trabalho por equipes. Exige também a definição prévia, por comum acordo, de alguns grandes problemas predominantes. São êxitos de que nos encontramos ainda bastante distantes. Eles determinam porém, numa larga medida – não duvidemos –, o futuro de nossa ciência. (BLOCH, 2002, p. 81)

Assim, se a história é “a ciência dos homens no tempo”, seu estudo envolve uma multiplicidade de disciplinas e ciências que a tornam possível, mesmo que isso signifique a construção de equipes de distintas áreas para responder

a um problema histórico. Isso não significa, porém, ao menos para os fundadores dos *Annales*, que a história se dissolveria nas ferramentas ou no suporte de outras ciências – daí a definição de “auxiliares”; os demais saberes apenas contribuiriam para os procedimentos de pesquisa do saber histórico.

E o que dizer da abordagem de Braudel? Como podemos definir sua geo-história de *O Mediterrâneo*? É preciso lembrar aqui que cada esforço analítico de construção de uma *episteme*, ou simplesmente de ferramentas para a construção de um saber acadêmico, não se estabelece em comum acordo entre os pesquisadores de diferentes áreas. Em outros termos, a definição do que é o escopo de um geógrafo, sociólogo e historiador muito dificilmente encontraria consenso entre a maior parte dos estudiosos dessas áreas. Nesse sentido, apesar do esforço hercúleo de aproximação das diferentes ciências humanas, essa tentativa é feita sempre do ponto de vista do historiador, seus objetos e métodos inescapáveis. A reflexão braudeliiana sobre as relações entre o homem e seu espaço na longa duração dizem mais a respeito do olhar dos historiadores para a geografia do que de uma construção coletiva de ambas as áreas para a criação de uma nova ciência. Assim, mesmo naquele que é o caso mais marcante de busca de um entendimento multidisciplinar, ainda estamos tratando de uma abordagem balizada pelo ofício do historiador.

## Faça valer a pena

### 1. Texto I:

Conheça as diferenças entre microfilmagem e digitalização de documentos



“A grande quantidade de documentos produzidos em empresas de todos os segmentos gera um custo desnecessário e ocupa espaços que poderiam ser utilizados para atividades mais produtivas dentro das instituições. Além disso, documentos físicos correm risco de perda, extravio e deterioração, podendo gerar prejuízos físicos e materiais para as empresas. Para solucionar esses problemas, a microfilmagem e a digitalização de documentos têm se mostrado como aliados eficientes na gestão de documentos. [...]”

#### **Microfilmagem**

A microfilmagem de documentos é um processo que consiste em fazer uma cópia de um documento e armazená-la em um micro-

filme. Os microfímes são rolos que, se armazenados corretamente, são capazes de durar até 500 anos e manter a qualidade dos documentos.

O processo de microfilmagem armazena os documentos por meio da captação de imagens que acontecem por um processo fotográfico. A microfilmagem é vantajosa por permitir que o documento físico seja disponibilizado em máquinas específicas, garantindo a segurança e legibilidade das informações por um longo período de tempo e reduzindo o tamanho e volume dos documentos.

Outro diferencial é que a microfilmagem permite que os documentos tenham amparo legal, permitindo a completa substituição dos arquivos em papel. (ACERVO 25 ANOS, 2018, [s.p.]

Texto II:

“No arquivo de Simancas, Valladolid, Braudel estava tentando encontrar uma oferta de ocasião para comprar um dos aparelhos especializados da época, cuja única vantagem era a de tirar (aliás, muito lentamente, porque os filmes eram então desenrolados à mão) uma sequência de 100 fotografias de documentos, em vez de 16, como se fazia normalmente numa mesma película. E aconteceu que um viajante que trabalhava no cinema norte-americano, de passagem por Argel, ofereceu-lhe um velho aparelho cinematográfico, muito rudimentar, feito para esboçar uma cena. O vendedor provou-lhe que o aparelho poderia fazer maravilhas para o que Braudel queria porque graças ao bobinamento automático, produziria (mais de duas mil) fotografias numa tarde por meio de bobinas de filmes de 30 metros de comprimento. Um milagre! Braudel usou assim o predecessor do microfilme, que não existia na época. Seu aparelho de leitura era uma simples lanterna mágica astuciosamente disposta para que a imagem fosse projetada sobre uma escrivaninha. (MICELI, 1999, p. 28)

Com base nos excertos é correto afirmar que:

- a) O desenvolvimento das técnicas de pesquisa dos autores da Escola dos Annales permitiu a criação de ferramentas hoje popularizadas em diferentes áreas.
- b) O estudo da história se desenvolveu graças à criação da máquina de microfímes por empresas de administração.
- c) Braudel se aproveitou do desenvolvimento da indústria cinematográfica para patentear a máquina de microfímes.

- d) Embora tenha sido importante no passado, a máquina de microfilmes já não faz parte das ferramentas do pesquisador.
- e) As técnicas de pesquisa com a microfilmagem negavam o princípio central da obra dos *Annales*: o questionamento do documento-texto.

## 2.

“ Pois a história não apenas é uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas aquelas que têm por objeto o espírito humano, esse temporão no campo do conhecimento racional. Ou, para dizer melhor, velha sob a forma embrionária da narrativa, de há muito apinhada de ficções, há mais tempo ainda colada aos acontecimentos mais imediatamente apreensíveis, ela permanece, como empreendimento racional de análise, jovem. Tem dificuldades para penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos de superfície, para rejeitar, depois das seduções da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e dados em senso comum. Ela ainda não ultrapassou, quanto a alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos. E eis por que Fustel de Coulanges e, já antes dele, Bayle provavelmente não estavam totalmente errados ao dizê-la “a mais difícil de todas as ciências”.

Porém, será uma ilusão? Por mais incerta que permaneça, em muitos pontos, nosso caminho, estamos na hora presente, parece-me, mais bem situados do que nossos predecessores imediatos para ver um pouco mais claro.

As gerações que vieram logo antes da nossa, nas últimas décadas do século XIX e até os primeiros anos do XX, viveram como alucinadas por uma imagem muito rígida, uma imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico. Ao estender ao conjunto das aquisições do espírito esse prestigioso esquema, parecia-lhes então não existir conhecimento autêntico que não devesse desembocar em demonstrações incontinenti irrefutáveis, em certezas formuladas sob o aspecto de leis imperiosamente universais. Esta era uma opinião praticamente unânime. (BLOCH, 1944/2002, p. 47)

Com base no trecho de Marc Bloch, considere agora as seguintes afirmações:

- I. Bloch considerava que a história foi uma ciência em marcha quando estava “muito apinhada de ficções”.
- II. Bloch considerava que a história ainda não havia respondido satisfatoriamente alguns de seus problemas de método.

III. Bloch apontava para o peso da perspectiva positivista na compreensão do mundo ao longo do século XIX e início do século XX.

IV. Bloch considerava que as teses de história deviam ser organizadas “em certezas formuladas sob o aspecto de leis imperiosamente universais”.

Estão corretas:

- a) As afirmações II e IV.
- b) As afirmações I e II.
- c) As afirmações II e III.
- d) As afirmações II, III e IV.
- e) Apenas a afirmação II.

3.

“A ciência social tem quase o horror do acontecimento. Não sem razão: o tempo breve é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. É por este motivo que existe entre nós, os historiadores, uma forte desconfiança em relação a uma história tradicional chamada história dos acontecimentos; etiqueta que se costuma confundir com a de história política, não sem uma certa inexactidão: a história política não é necessariamente episódica nem está condenada a sê-la. É um facto, contudo, que – salvo alguns quadros artificiosos, quase sem espessura temporal, com os quais entrecortava as suas “narracões” e salvo algumas explicações de longa duração que resultavam, no fim iniludíveis – a história destes últimos cem anos. Centrada no seu conjunto sobre o drama dos “grandes acontecimentos”, trabalhou no e sobre o tempo breve. Talvez se tratasse do resgate a pagar pelos progressos realizados durante este mesmo penado na conquista científica de instrumentos de trabalho e de métodos rigorosos. A descoberta maciça do documento fez o historiador acreditar que na autenticidade documental estava contida toda a verdade. (BRAUDEL, 1965, p. 11)

Baseado no trecho é correto afirmar que:

- a) Braudel destaca os equívocos de se aproximar a história tradicional e a história dos acontecimentos – e esta nem sempre é organizada em narrativas episódicas e de curta ou curtíssima duração.
- b) Braudel vê certo exagero no que ele chamou de “horror ao acontecimento”, pois é a partir dele que se organizam as narrativas dos historiadores, esteja pautado na história política ou em uma abordagem baseada no princípio da longa duração.
- c) Ao afirmar que “A descoberta maciça do documento fez o historiador acreditar que na autenticidade documental estava contida toda a verdade”, Braudel nega a antiga crença da escola metódica de que só é possível escrever a história a partir de documentos.

d) Ao afirmar que “história política não é necessariamente episódica nem está condenada a sê-la”, Braudel realiza uma crítica aos trabalhos realizados na área de história política de seu antigo mestre Marc Bloch, que se debruçou sobretudo nas conquistas de reis medievais.

e) Ao final do trecho, Braudel reconhece a importância dos historiadores “tradicionais” na construção de instrumentos de trabalho e de métodos rigorosos que continuaram sendo parte do ofício dos historiadores do século XX.

## Referências

- BARROS, J. C. D'A. A Escola dos Annales: considerações sobre a história do movimento. **História em reflexão**, v. 4, n. 8, 2010.
- BARROS, J. C. D'A. Cidade medieval e feudalismo: um balanço da questão. **UEPG Ci. Soc. Apl. Soc. Linguist. Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 16, p. 289-300, 2008.
- BLOCH, M. (1924). **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio**, França e Inglaterra. Apresentação de Lilia Schwarcz e prefácio de Jacques Le Goff. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BLOCH, M. (1940). **A sociedade feudal**. São Paulo: Edipro, 2016.
- BLOCH, M. (1944). **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRASIL. **Hino da Proclamação da República**: letra. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/hinos/hino-da-proclamacao-da-republica>. Acesso em: 11 out. 2018.
- BRAUDEL, F. (1949). **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. São Paulo: Edusp, 2016.
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, n. 62, v. 30, 1965.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COMTE, A. **Os pensadores**: Auguste Comte. São Paulo: Abril, 1978.
- ACERVO 25 ANOS. **Conheça as diferenças entre microfilmagem e digitalização de documentos**. 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.acervonet.com.br/blog/conheca-as-diferencas-entre-microfilmagem-e-digitalizacao-de-documentos> Acesso: 13 nov. 2018.
- DOSSE, F. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- ENGELS, F. **Carta para Joseph Bloch**. 22-21 set. 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso: 20 out. 2018.
- EUROPEAN commission criticised for 'racist' ad. **The Guardian**, 6 mar. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2012/mar/06/european-commission-criticised-racist-ad>. Acesso em: 11 out. 2018.
- FEVRE, L. (1942). **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FEVRE, L. (1946). Face ao vento: manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.
- FEVRE, L. (1949). O homem do século XVI. **Revista de história**, v. 1, n. 1, 1950. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34815/37553>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e terra, 2015.
- GILLY, A. **La revolución interrumpida: México, 1910 -1920: una guerra campesina por la**

tierra y el poder. México, D.F.: El Caballito, 1972.

HOBBSAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Direção: Carlos Coimbra. Produção: Oswaldo Massaini. São Paulo, Brasil: Cinedistri, 1972. 108 min. son.

JUAREZ, T. **História medieval e moderna**. Londrina: Editora Educacional, 2019. No prelo.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. (1897). **Introdução aos estudos históricos**. Curitiba: Antonio Fontoura, 2017.

LE GOFF, J. Prefácio. In: BLOCH, M. (1944). **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LE GOFF, J. Prefácio. In: BLOCH, M. (1924). **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. Apresentação de Lilia Schwarcz e prefácio de Jacques Le Goff. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LOPES, M. A. Lucien Febvre reformador: notas em torno de *O problema da descrença no século XVI*. **História da historiografia**, n. 10, 2012.

MARTIUS, K. F. P. von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Rio de Janeiro: RIHGB, 1844.

MARX, K. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K; ENGELS, F. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 300-303.

MARX, K. (1852). **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: o processo de produção do Capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Tradução José Barata-Moura. Edições Avante, jan. 1859. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm#tn271>. Acesso em: 22 out. 2018.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. Feuerbach: oposição das concepções materialista e idealista. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap4.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

MARX, K. (1848). **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEDEIROS, P. C. **Epistemologia da geografia**: elementos para apr(e)ender e ensinar a dinâmica do espaço. Curitiba: Intersaberes, 2017.

MICELLI, Paulo. **A escola dos Annales**: questões de método. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1999.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. (Orgs.). **Geografia em perspectiva**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2012.

ROJAS, C. A. **Fernand Braudel e as ciências humanas**. Londrina: Eduet, 2003.

SCHWARCZ, L. Apresentação. In: BLOCH, M. (1924). **Os reis taumaturgos**: o caráter

sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. Apresentação de Lilia Schwarcz e prefácio de Jacques Le Goff. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOMET, Y. A África e a filosofia. **Revista Sísifo**, [S.l.], v. 1, n. 4, 26 nov. 2016.

THOMPSON, E. P. (1978). **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UNIVESP. História: a história do Brasil no Atlântico Sul. 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_PVnxAZPpKw](https://www.youtube.com/watch?v=_PVnxAZPpKw). Acesso em: 11 out. 2018. (**Vídeo do Youtube**)

WICKHAM, C. Abordagens marxistas sobre a Idade Média, algumas questões e exemplos. **Mare Nostrum**, n. 2012 ,3. Disponível em: <http://leir.fflch.usp.br/sites/leir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/marenostrum-ano3-vol3-lab1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

# Unidade 2

---

## História: do testemunho à ciência

### Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo!

Como você sabe, a História nem sempre foi uma disciplina consolidada. No século XX, a discussão sobre o caráter científico ou não-científico da história amadureceu, e a própria definição rígida de “ciência” foi posta em questão a partir de diversas posições intelectuais como a Filosofia da Ciência, a História da Epistemologia e as Ciências Sociais. Considerando que esse debate, em sua longa trajetória, sempre remeteu à tradição greco-romana, nos dedicaremos, nesta unidade, às discussões iniciais que fundaram a reflexão sobre o tempo, a memória e a História nas sociedades da Antiguidade Clássica.

Esse olhar sobre a Antiguidade não é fundante apenas para a disciplina ou ciência “histórica”, mas também elemento central do mundo contemporâneo. Não foram poucas as vezes em que os Estados Nacionais modernos e contemporâneos justificaram suas ações a partir de narrativas históricas. Há casos emblemáticos no século XX, como a tentativa russa de dominar os povos eslavos a partir da reconstrução étnica de suas origens e, claro, os movimentos fascistas que baseavam sua política de expansão e exclusão em supostos elementos de uma “história nacional”. Os Estados Unidos, igualmente, construíram grande parte de seu discurso imperialista, ainda no século XIX, a partir da narrativa de um “destino manifesto”, que investiria a nação de uma missão história específica. Contudo, como você vai perceber nesta unidade, a relação entre História e identidades comunitárias não é uma exclusividade da época contemporânea.

Como vimos, antes mesmo de que o conceito de “Nação” tal como hoje o concebemos fosse generalizado pelo Ocidente, a narração do passado já funcionava como legitimadora de fronteiras entre “nós” e “outros”. Na Grécia Clássica, por exemplo, as primeiras narrativas históricas estiveram relacionadas aos conflitos entre gregos e povos que eles classificaram como “bárbaros”. O passado era mobilizado para justificar as diferenças entre “nós” e “eles”, mas também para justificar derrotas, vitórias e novos domínios.

No mundo contemporâneo, talvez o ponto alto dessa complexa relação entre História e identidade comunitária possa ser encontrado na Alemanha

do século XIX, onde, diante da difícil luta por unificação nacional, os elementos de vínculo comunitário como o *folclore* (palavra então recém inventada) e as tradições rurais dos povos germânicos foram fundamentais para a construção de uma legitimidade identitária para a Nação que surgia. Diante disso, podemos nos perguntar: qual o papel da narrativa histórica na legitimação das identidades comunitárias? Como isso se articula no mundo contemporâneo, diante da emergência de novos nacionalismos e fundamentalismos? Como explicar, em sala de aula, que algo tão naturalizado quanto à “nação” ou a “pátria” são também construções históricas? Nesse sentido, como professor, entender os usos públicos da história é um modo de colocar em perspectiva movimentos extremistas e xenofóbicos, estimulando a reflexão sobre as implicações política do discurso historiográfico.

## A história na Antiguidade Clássica

### Diálogo aberto

Caro aluno, seja bem-vindo.

Nesta seção, você será apresentado a obras que, por sua importância fundacional para a **historiografia** (a história da história), são consideradas clássicos do pensamento ocidental. Vamos tentar perspectivar a narrativa de historiadores gregos e romanos a partir da sociedade em que viveram e formularam suas obras, atentando-nos, especialmente, à transformação da ideia de História operada por eles: de narrativa mítica que justificava a cosmologia grega, passando pela narração do passado ou a “salvação do esquecimento”, como queria **Heródoto** (485 a. C. – 425 a. C.), tornam-se, pouco a pouco, aspectos fundamentais da identidade civil dos povos antigos. Em Roma, como você também verá, os usos públicos do discurso sobre o passado encontram seu ápice na formulação de **Tito Lívio** (59 a. C – 17 d. C.). Há um aspecto em comum entre esses narradores do passado que vale a pena ser ressaltado: eles elaboraram suas obras em contextos de tensão política. O que essa confluência contextual pode dizer aos observadores do século XXI?

Você verá que Heródoto estava preocupado com as guerras entre gregos e persas, enquanto **Tucídides** (460 a.C. – 400 a.C.), como explicitado em sua obra mais famosa, *A Guerra do Peloponeso*, foi testemunha da disputa entre Atenas e Esparta. Tito Lívio, por sua vez, estava informado pelos discursos de decadência que circulavam na época de Augusto e que se materializavam, nas áreas mais afastadas de Roma e da relativa tranquilidade da capital, em longas guerras civis. Embora os conceitos de *cidade-estado*, forma de organização da sociedade grega naquele contexto, e de *República Romana* (509 a.C. – 27 a.C.) sejam bastante diferentes do conceito moderno de “nação”, as obras desses historiadores foram interpretadas, por seus contemporâneos, a partir de critérios objetivamente funcionais: perguntava-se de que modo a história que narravam contribuía para a consolidação das identidades em jogo nos conflitos.

Um dos principais aspectos dessas narrativas clássicas, bem como dos usos políticos de tais empreendimentos, é o papel do testemunho na legitimação do que se narra, na medida em que eles eram vistos como garantias de veracidade factual e serviam, também, para destacar o caráter coletivo da empreitada. Ao mesmo tempo em que suas sociedades eram influenciadas pelas obras em questão, por outro lado, elas igualmente eram retratadas por elas, de modo que hoje em dia, à luz da relação que conhecemos entre as obras desses primeiros historiadores e seus contextos de produção, podemos

entender alguns aspectos das sociedades antigas em que elas foram geradas. Tendo em mente as características dos primeiros historiadores da época clássica, vamos refletir sobre o quanto esses textos nos informam a respeito da importância da reconstrução do passado para a vida política daquelas sociedades. Pense, por exemplo, nos movimentos nacionalistas contemporâneos que emergem na Europa, na América Latina e inclusive no Brasil, nos quais as tradições comunitárias seguem sendo funcionalizadas para consolidar a narrativa anti-imigração. O PEGIDA (“Patriotas europeus contra a islamização do Ocidente”), movimento anti-islamismo, por exemplo, sustenta que a vinda massiva de imigrantes para a Alemanha acabaria desvirtuando a “autêntica” cultura alemã. Será que podemos traçar uma comparação entre os usos públicos da História na época clássica e aquele que é feito para justificar a existência desses movimentos hoje em dia?

## Não pode faltar

Caro aluno,

Você deve conhecer, na medida em que faz parte do imaginário ocidental, a importância da mitologia grega para a compreensão daquela sociedade. Uma figura em específico, a das musas, será nosso ponto de partida para pensar em como a História surge a partir dos mitos, negando-os, em alguma medida, mas sobretudo conectando os antigos modos de narrar o passado a novas perspectivas como o recurso aos testemunhos. A tradição grega reconhece nove musas, filhas de Zeus com Mnemósine (a Deusa da Memória, é importante frisar). As musas eram entidades virginais que influenciavam cotidianamente a vida dos homens. Às filhas da Memória, Euterpe, Talia, Melpômene, Tersícore, Érato, Polímnia, Urá, Calíope e, claro, **Clio**, cabia influenciar os poetas, as artes e as ciências. Clio, tempos depois, seria erigida como a musa da História.



### Saiba mais

A mitologia grega era não apenas a fonte de inspiração para os historiadores antigos como também significou, durante muito tempo, para a sociedade grega, um quadro conceitual que organizava a própria vida comunitária, bem como a religiosidade e os costumes. Nesse texto, resenha uma importante obra sobre o tema, de autoria de François Hartog, intitulada *A História de Homero a Santo Agostinho*.

Nas sociedades gregas, o mito servia como base explicativa não apenas para o passado, mas também para toda realidade, inclusive para julgamentos de conduta. A partir da mitologia, as sociedades gregas do período homérico (1150 a.C. – 800 a.C.) pôde registrar suas guerras, viagens e costumes. Apesar de serem registros fundamentais para a coesão da comunidade, essas narrativas não continham o elemento processual que caracterizaria a História como área do conhecimento. Com o surgimento da pólis e a consolidação da chamada democracia ateniense (século V a. C), ocorre uma paulatina dessacralização da sociedade, e é esse o momento em que nomes como Heródoto (485 a.C. – 425 a.C.) e Tucídides (460 a.C. – 400 a.C.) desenvolverão suas obras, a partir de uma mudança de foco: vão do *mythos*, em direção ao *logos*, ao mundo humano. Como nos conta François Hartog, um grande intérprete dessa transição

“partindo do regime do discurso épico, [buscava-se] dar testemunho de uma pré-história do conceito, num tempo anterior em que, contudo, se fazem escolhas duradouras. Vem em seguida o tempo dos fundadores propriamente ditos: a operação historiográfica de Heródoto (com a história como investigação) e sua profunda reformulação por Tucídides (em favor da história do presente, sem jamais recorrer ao próprio nome de história). (HARTOG apud DIEGO RUIZ, 2001, p. 158)

Nas narrativas épicas e nas epopeias, o narrador está a serviço dos deuses, que são inspiradoras e mestras da própria história. Assim, embora Heródoto siga mencionando, ao longo de toda sua obra, os deuses e as musas, há uma cisão epistemológica operando: ao invés de louvar os deuses, ele está preocupado em preservar a memória humana do esquecimento humano. Para isso, como você pode imaginar, Heródoto precisaria encontrar algum tipo de recurso sistemático, já que a rememoração dos fatos do passado não acontecia por si mesma, mas precisava ser acionada.

Heródoto (486 a.C. – 425 a.C.) nasceu na cidade de Halicarnasso, na região onde hoje é a Turquia. Apenas alguns anos antes, a vitória dos gregos sobre os persas em Maratona (490 a.C.) havia dado início a um período de conflitos e levantes em todo território grego. Apesar do armistício assinado em 449 a.C., as tensões continuaram durante todo o reinado de Artaxerxes I Longímanso (465 a.C. – 424 a.C.). Esse é o contexto em que Heródoto compõe sua famosa obra “História”. Antes de adentrarmos no argumento e no estilo de Heródoto, precisamos ter em vista uma peculiaridade importante: o autor teve a oportunidade, relativamente rara na época, de viajar por todo o Rio

Nilo, investigando o contexto espacial, os costumes e as práticas religiosas de povos não-gregos que, naquele contexto, eram vistos como selvagens pela gente da pólis. Ele era, assim, também um geógrafo e algo que na contemporaneidade compararíamos a um etnólogo. Os relatos que aparecem na obra de Heródoto encontram-se recheados de referência ao “fantástico” que, em sua leitura, caracterizava alguns hábitos de povos ainda não conhecidos pelos Helenos. Essa dimensão tornava seu texto capaz de despertar grande interesse entre os gregos, pois recorria à fantasia do “desconhecido” e do fantástico, que se coadunava com a leitura mitológica do mundo que vigorava entre seus contemporâneos (WOORTMANN, 2000).

O método de Heródoto era razoavelmente simples: coletava impressões em primeira mão, relatos de homens comuns e de sacerdotes, e confrontava esses testemunhos com sua impressão pessoal dos lugares e dos eventos. Ao fazer isso, ele colocava, efetivamente, um dos primeiros e mais fundamentais problemas historiográficos: diante de uma multiplicidade de opiniões e de testemunhos, em que confiar? Qual seria a possibilidade de um observador moderno encontrar, em Heródoto, uma reflexão rudimentar sobre a questão da objetividade na História?



### Refleta

Embora Heródoto seja reconhecido como o “primeiro historiador”, Fabio Hering coloca um aspecto importante que se refere à própria constituição mítica em torno deste autor. Nesse sentido, o século XIX teria efetuado uma “monumentalização” de Heródoto, que teria ajudado a própria construção da identidade disciplinar dos historiadores. Em seus termos:

“A idéia de que Heródoto é o ‘Pai da História’ (Cícero, De Legibus I.5) remonta ao século I d.C., mas é, de acordo com Momigliano (1984: 36-37), apenas no século XIX que ela ganha o significado que tem para nós hoje. É neste período, de acordo com Díaz-Andreu e Champion (1996: 03), que a Arqueologia e a História, alçadas ao status de ciência, iniciariam a busca de uma ‘idade de ouro’, de um ‘passado glorioso’ representativo de uma ‘herança comum’ que caracterizaria o ‘laço genético’ e/ou cultural entre os indivíduos de uma vitoriosa ‘nação moderna’ (vide também Díaz-Andreu, 1999: 164; Trigger, 1994: 151). É apenas então que o texto de Heródoto começaria a ser sistematicamente editado, comentado, traduzido, analisado: e ele é então ‘convocado’ a se transformar em ‘monumento’, a justificar com seu nome a ‘longa genealogia’ da ‘moderna ciência histórica’. (HERING, 2004, p. 177)

As Histórias de Heródoto, escritas entre 450 e 430 a.C., estavam divididas em nove livros. Os primeiros seis eram dedicados ao crescimento do império Aquemênida (persa) e desembocam, justamente, na batalha de Maratona, vencida pelos gregos. Os três últimos livros relatam a reação do rei persa Xerxes I e sua tentativa de vingar a derrota persa. A História de Heródoto termina com a expulsão dos persas para a costa e a sobrevivência grega assegurada. Mais que uma história militar, Heródoto tinha, pela primeira vez, a intenção de oferecer um relato fidedigno. Graças ao seu conhecimento da geografia e seu contato em primeira mão com os povos não-gregos, a narrativa de Heródoto valoriza seus costumes, inclusive creditando aos egípcios a verdadeira primazia do mundo antigo (JOÃO, 2005; HERING, 2004). Essa atitude gerava desconfiança em seus contemporâneos – Heródoto fez leituras públicas de sua obra em Atenas, conforme a tradição – já que, atribuindo aos egípcios certa prioridade cronológica, a vitória grega que encerra a narrativa de Heródoto não lograva coadunar-se com a narrativa mítica que até então funcionava como narrativa pública da polis. Segundo um de seus mais famosos analistas, **Leopold von Ranke** (1795-1886), o movimento de Heródoto em direção a outras culturas é fundamental, “pois a história não poderia florescer no exclusivo âmbito interno do solo nacional; as nações tornam-se cômicas de si mesmas somente mediante seus encontros recíprocos. Um espírito universal pode também fazer justiça aos dois complexos de populações em disputa entre si” (RANKE, 2011, p. 254).

Para Klaas Woortman (2000), pode-se dizer que Heródoto aproximava-se de um gênero que hoje nós chamamos de “memória”, ou “história oral”. “Para Ariès (1989), o que ele fazia era uma espécie de etnografia pela via da memória de ‘testemunhas oculares’ cujos depoimentos eram submetidos à crítica de maneira semelhante àquela utilizada em processos judiciais” (apud WOORTMAN, 2000, p. 16). Também Breno Sebastiani (2006) levanta uma questão importante, a saber, o caráter testemunhal da obra de Heródoto faz com que o conteúdo de sua obra esteja restrito à experiência em primeira pessoa. Nesse sentido, essa primeira História é, sobretudo, história do presente. Nas sociedades gregas, vale mencionar, o termo “História” estava associado à pesquisa, à busca investigativa. Nesse sentido, Tucídides, outro historiador da época clássica, também pode nos ajudar a refletir sobre as relações entre a observação do passado e a experiência dos fatos em primeira pessoa. Se a Heródoto foi concedida a alcunha de primeiro Historiador, a Tucídides é reconhecido o mérito de ter sido o primeiro a tentar pensar o passado com métodos críticos.

Tucídides era ateniense, nascido em 460 a.C. Pertencia à alta aristocracia da cidade, recebeu uma vasta educação (foi discípulo de Anaxágoras) e era amigo de verdadeiras personalidades da polis, como Protágoras e Sófocles.

Apesar de sua estreita adesão ao governo de Péricles, Tucídides é exilado na Trácia, em sua propriedade, onde escreve, a partir de sua condição de General, sua História da Guerra do Peloponeso (TUCÍDIDES, 1987).

Com Tucídides, o sujeito da narrativa história emancipa-se ainda mais da esfera mitológica. Em certo sentido, pode-se dizer que é o primeiro historiador analítico, o que se observa, por exemplo, pela rigorosa precisão cronológica, ausente da obra mais poética de Heródoto. Em síntese,

“Uma de suas condições imanentes é que a história busca captar, compreender e tornar compreensíveis as questões humanas como elas são. Tucídides abdica de toda lenda e ficção. Em dado momento, atribuiu um valor especial ao fato de ter buscado investigar os acontecimentos assim como aconteceram. O maravilhoso, prezado por Heródoto, desaparece aqui completamente por detrás de simples fatos. Tucídides, por vezes, dá o tom de uma simples crônica à narrativa. (RANKE, 2011, p. 256)

Sua obra mais famosa, A Guerra do Peloponeso, compreende o período de 27 anos entre 431-404 a.C. (Tucídides, testemunha ocular do conflito, morre em 400 a.C.). Xenofonte, em suas Helênicas, continuaria a narração a partir de quando Tucídides a interrompeu (JAGUARIBE, 1987). A obra está dividida em oito livros e em 917 capítulos. O arco temporal que pretende abranger é bastante amplo: desde os primórdios da civilização grega (essa parte da obra é, eventualmente, chamada de Arqueologia) até os períodos mais recentes da guerra entre atenienses e espartanos no Peloponeso. Dada a extensão do recorte, podemos imaginar que o testemunho, recurso principal de Heródoto, não poderia, para Tucídides, ser o único meio de acesso ao passado. É precisamente esse aspecto que marca sua originalidade:

“Como os sucessores culturalistas deste [Tucídides], aspirava a interpretar as motivações e a explicar as circunstâncias que condicionaram os eventos que narrava. Sua preocupação com a motivação dos protagonistas o levou a expor os discursos que teriam pronunciado para justificar seus atos ou incentivar a prática dos que almejavam realizar. Quando, como usualmente ocorria, não dispusesse de registro das palavras que haviam sido pronunciadas, Tucídides leva seus personagens a dizer aquilo que, dadas as circunstâncias, seriam supostos ter dito (H.I.22). (JAGUARIBE, 1987, p. XXV)

Em oposição à tradição anterior, portanto, Tucídides desconfiava de que a memória e o testemunho eram suficientes para garantir a fidelidade do relato à realidade. Sua proposta era capturar a “essência” dos fatos e sentimentos de seus personagens (KURY, 1987). Além disso, o autor negava completamente a influência dos deuses nos assuntos humanos. Por esse motivo, sua obra foi julgada perigosa e pouco civil por alguns de seus contemporâneos. Na realidade, o método que Tucídides propunha – qual seja, o de imaginar o que os personagens devem ter dito em determinado contexto – foi bastante discutido pelos historiadores da antiguidade. Políbio, por exemplo, no século II a.C., afirmava que o historiador não se “(...) deve atribuir aos personagens palavras que poderiam ter sido ditas (...)” (POLÍBIO, 1996, p. 123 apud LIMA e CORDÃO, 2014, p. 276). Tucídides, no entanto, já escrevia para a posteridade, na parte final do capítulo 22 do livro I, por exemplo, podemos encontrar a seguinte conclamação: “(...) quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha História útil” (KURY, 1987, p. XLIII).

Tucídides não precisou esperar a posteridade para ter suas ideias repercutidas. Outro grande personagem da pólis, Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), também refletiu sobre a História em termos parecidos aos do autor da Guerra do Peloponeso. Vamos lembrar que, para Tucídides, era importante pensar o que os personagens poderiam ter dito ou sido, garantindo assim a verossimilhança. Aristóteles, embora não tenha escrito nenhuma obra especificamente histórica, reflete sobre ela na Poética, na Física e na Retórica, em termos bastante similares aos do autor da Guerra do Peloponeso. Em sua concepção, a poética é superior à história, na medida em que o poeta fala aquilo que poderia ter sido, enquanto a história precisa ater-se ao que efetivamente aconteceu. Nesse sentido, Tucídides estaria mais próximo da poesia do que, efetivamente da história (LIMA, 2014).

Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), frequentou a academia de Platão, em Atenas. Após 20 anos de interlocução com os discípulos de Platão, Aristóteles sai em viagem pela Ásia Menor (REALE, 2007). Aliás, a história do distanciamento entre os dois filósofos se relaciona, intimamente, com o fato de que Aristóteles se interessava pela construção de uma reflexão em torno de questões empíricas. Platão se interessava por matemática, é verdade, mas o autor da Poética e da Física estava interessado em aspectos menos abstratos da reflexão filosófica.



### Saiba mais

A famosa Academia de Platão é mencionada em diversos relatos da Antiguidade, e serviu como aglutinadora de grande parte das maiores

reflexões filosóficas da época. Para saber mais sobre essa instituição, e no que ela se diferencia da universidade moderna, é possível consultar o texto de WERMANN, J. A.; MACHADO, F. F. Uma aproximação entre a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles e as Universidades. In: **THEORIA**, Revista de Filosofia. Volume VIII - Número 19 - Ano 2016 – ISSN 1984-9052, no qual eles estabelecem uma comparação entre a instituição grega e as universidades atuais.

Em 342 a.C., Felipe da Macedônia o convida a educar seu filho, Alexandre. É a partir dessa posição que Aristóteles formularia e divulgaria sua famosa concepção sobre a História, que pode ser sintetizada a partir do seguinte fragmento:

“ Com efeito, o historiador e o poeta não diferem pelo fato de que um diz em prosa e o outro em versos (já que a obra de Heródoto, mesmo que fosse em versos, não seria menos história, em versos, do que é sem versos), mas diferem no seguinte: um diz as coisas acontecidas e o outro aquelas que poderiam acontecer. Por isso, a poesia é coisa mais nobre e mais filosófica que a história, porque a poesia trata muito mais do universal, ao passo que a história trata do particular. (apud REALE, G e ANTISERI, D. História da Filosofia. Antiguidade e Idade Média. Vol 1. 3 ed. Paulus, 2007, p. 220)



### Saiba mais

A obra de Aristóteles é um dos principais observatórios não apenas do mundo antigo, mas também de todo o helenismo. Através dela podemos entender, inclusive, as releituras de muitos autores medievais que fizeram de seu legado, e que deram origem à grande parte do chamado pensamento escolástico. Para ter acesso à obra de Aristóteles, é possível consultar uma versão brasileira de suas obras completas disponíveis em: <http://www.obrasdearistoteles.net/files/volumes/0000000022.PDF>. Acesso em: 9 jan. 2019. Outra leitura importante para qualquer estudante da Antiguidade Clássica é o debate ao redor da obra de Martin Bernal, *Black Athena*. Nela, o historiador explora as raízes egípcias e semíticas da cultura grega, fato ignorado pelas diversas apropriações do passado greco-romano realizadas na Europa Moderna e Contemporânea.

Após a conquista da Macedônia sobre a Grécia, tem início ao que ficou conhecido como período helênico. Nesse contexto, o aluno de Aristóteles,

Alexandre, o Grande, ascende ao poder em 336 a.C. Alexandre, que havia sido educado pela cultura grega, opta por preservar e divulgar grande parte da cultura do povo subjugado, especialmente da filosofia ateniense à qual pertencia seu mentor. Com isso, Alexandre contribuiu para que, séculos após a dissolução da Grécia, o legado da cultura poética, história e lírica de Atenas seguisse atuante. Na Roma da época de Cícero, por exemplo, o legado de Heródoto e Tucídides inspirava os historiadores a formularem uma concepção romana de narrativa histórica. O próprio Cícero (106 a.C. – 43 a.C.) afirmava que à descrição dos fatos de inspiração grega, os romanos deveriam somar a arte da eloquência (também já abordada por Aristóteles, na Retórica), de modo que a história pudesse adquirir um estatuto de verossimilhança pública. Nos seus termos,

“*Invenção* é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável. *Disposição* é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. *Elocução* é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção, *Memória* é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição. *Pronúnciação* é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto. (CÍCERO, 2005. p. 55)

Cícero inaugura uma leitura especificamente romana das teses gregas, que teve influência em Quintiliano (35 d.C. – 96 d. C.), também preocupado com a questão da retórica e do papel público da narração do passado e, antes dele, no próprio Júlio César (100 a.C. – 44 a.C), quando publica suas viagens à Gália com a intenção de produzir documentação para a posteridade. Cícero, inclusive, foi o primeiro a defender que, para o historiador, não bastava a experiência e o testemunho, mas se requeria uma específica capacidade de ordenar e explicitar ideias. Foi Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), contudo, o nome mais famoso da tradição romana, protagonista de um momento em que a história se torna uma instituição da república romana. Lívio nasceu em Pádua e tinha origem humilde. Ao longo de sua juventude, vivenciou a guerra civil na província italiana que se encerra com a morte de Júlio César e a ascensão de Augusto, que estabeleceu um período de relativa paz no império, a paz romana. Conforme salienta Breno Sebastiani, todavia,

“o fato de ser o primeiro historiador romano não pertencente à aristocracia senatorial não o impediu de centralizar seu relato na narrativa das sucessivas guerras travadas pela *urbs* para defesa

e expansão de seu próprio território, guerras cujo planejamento, condução e sucesso dependeram da atuação política de uma aristocracia cada vez mais consciente de sua posição e determinada a mantê-la e reforçá-la. (SEBASTIANI, 2006, p. 298)

A principal obra de Lívio, *História de Roma (Ab Urbe Condita)*, é composta por 142 livros, dos quais, hoje, temos acesso a apenas 35. A proposta de Lívio era recontar a história da cidade de Roma, desde sua fundação (753 a.C.) até a ascensão de Augusto.



### Assimile

O termo Helenismo (no original, “viver como um grego”) compreende o período entre a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C. e a anexação da península grega à Roma, em 146 a.C. Territorialmente, estendia-se desde o Mar Mediterrâneo até a Ásia Central. Foi durante esse período que floresceu grande parte das primeiras empíricas, principalmente nas figuras de Arquimedes e Euclides. Além disso, como salienta Sebastiani (2006), ele também foi o veículo que fez chegar à Roma de Tito Lívio algumas das tradições da narração e da história gregas.

“Heródoto e Tucídides: o primeiro remete à preocupação em deixar em evidência a oposição entre os mitos, o fantástico e o racional, apoiado em evidências; e o segundo ao interesse e à preocupação pela ordenação romanas e o *mos maiorum*. (...) Assim o helenismo servia aos romanos de duas maneiras: enriqueciam sua herança cultural e sobrevalorizava seus méritos; tornavam-se herdeiros de uma cultura que apesar de suas qualidades, foi conquistada e submetida. (SEBASTIANI, 2006, p. 269-271)

No caso romano, especialmente a partir de Tito Lívio, a experiência pessoal – que havia informado a tradição grega – está subordinada à outras preocupações metodológicas. Lívio escreve sobre um passado romano longínquo, cerca de 700 anos antes de seu nascimento, além disso, ele jamais havia ocupado um cargo militar ou participado presencialmente de conflitos, como era o caso de Tucídides. Ele reivindicava, desse modo, um afastamento em relação ao objeto de enunciação, aspecto que é, ainda hoje, uma das grandes discussões da historiografia. Além disso, a história de Lívio é essencialmente política e orbita em torno do círculo de prestígio típico da organização romana, a saber, o Senado e as esferas militares. A obra pretende alcançar vários aspectos da vida da cidade, inclusive os mais cotidianos e prosaicos. Nesse sentido,

inspirado pelas virtudes militares, a obra de Lívio é essencialmente moralizadora, edificadora, quase pedagógica. Conforme Suyani Silva (2015), o autor procura conduzir, ao longo de sua narrativa, a comportamentos morais, especialmente aqueles que se referiam a uma “*virtu*” romana. A história de Lívio, nesse sentido, é uma história de grandes exemplos (HARTOG, 2013). O passado romano serve, para tanto, de modelo, e ajuda a formular a ideia de que os laços políticos de Roma deveriam ser renovados. Para lograr tal efeito, a narrativa de Lívio recorre ao “destino romano”:

“Mas estavam, como suponho, predeterminados pelo destino de tão grande cidade e o início do império que é o mais poderoso depois do poder dos deuses. [...] Concluídas as cerimônias religiosas de acordo com os ritos e convocada para uma assembleia toda a multidão que, de alguma forma, poderia se constituir em um único povo, exceto por meio de leis, Rômulo apresentou uma legislação. (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*. I, IVVIII apud SILVA, 2015, p. 97)



### Exemplificando

Observe o seguinte trecho do prefácio de Tito Lívio à sua obra *Desde a fundação da cidade*. Nele, pode-se perceber o tom pedagógico da mesma e, além disso, sua intenção de construir uma *Historia Magistra Vitae* (História mestra da vida).

O que é sobretudo salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição. Daí, para si mesmo e para o seu Estado, pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem como em seu desfecho. De resto, ou a paixão pelo meu trabalho iniciado me engana, ou jamais houve um estado maior, mais íntegro ou mais rico em bons exemplos; de outra forma não teriam imigrado tão tardiamente para a cidade a cobiça e a luxúria e nem por tão longo tempo teria havido tanta estima pela simplicidade e parcimônia. Aliás, quanto menos bens, tanto menos ganância havia: nos nossos dias, as riquezas trouxeram a cobiça e os divertimentos excessivos, desejo de se destruir e consumir tudo por luxo e por libertinagem. (TITO LÍVIO apud SILVA, 2015, p. 95)

A predestinação das elites romanas em dominar o mundo era, sem dúvida, funcional para o governo de Augusto, que lidava com uma ampla

dificuldade em controlar as áreas mais longínquas de seu território. Lívio escreve uma história contra a decadência dos costumes e da identidade romana, e procura colocar o passado romano a serviço de um resgate dessa identidade. Ao fazê-lo, como você deve estar imaginando, ele se inscreve em uma longa história do saber histórico e pode nos ajudar a perceber a íntima relação que existia, na época antiga, entre narração do passado, testemunho, política e vida pública.

## Sem medo de errar

Caro aluno,

Vimos que as diversas versões sobre a História produzidas no mundo clássico se conectavam à uma determinada visão de mundo que as circunscrevia e justificava. Quando observamos a paulatina separação da esfera mitológica, as discussões sobre a experiência e o testemunho e, sobretudo, o uso político que essas narrativas sobre o passado tiveram, podemos retomar nossa indagação inicial: será que os usos do passado efetuados nas sociedades clássicas podem nos ajudar a entender o recurso à história que baseia alguns movimentos nacionalistas contemporâneos como o PEGIDA, por exemplo?

Conforme discutimos aqui, as obras de Heródoto e Tucídides, no caso grego, estiveram intimamente relacionadas com o momento político vivido por Atenas. No caso de Heródoto, a guerra com os persas estimulava um sentimento de pertencimento autóctone que passava por designar de “bárbaros” todos aqueles que não pertenciam à Hélade. Heródoto, como geógrafo e viajante, conhecia os territórios além da Hélade e, por isso, sua história da Grécia foi um marco na possibilidade de que os gregos refletissem sobre a sua própria identidade. O mesmo pode ser dito de Tucídides que, a partir dos testemunhos e da verossimilhança dos relatos, narrou um conflito intimamente vinculado à identidade ateniense: aquele com Esparta, a força que representava um dos maiores antagonismos do mundo antigo. O caso de Roma é ainda mais revelador. Por meio das obras de Tito Lívio, podemos perceber que os indicativos de que Roma estava vivendo uma crise de expansão territorial, a ponto de que o recurso a temas do passado remoto da cidade, por exemplo, possam ter funcionado como elementos de unificação. Escrevendo em um império de grande extensão, em que pessoas de áreas tão distantes quanto Cartago e Alexandria conviviam sob o mesmo governo, a questão da autorrepresentação era um assunto de máxima relevância para as elites romanas. Era importante definir, naquele momento em que o império crescia a ponto de perder sua identidade, o que significava ser romano. Tendo em vista essas reflexões, podemos assumir que os usos públicos da história são uma constante desde suas primeiras elaborações. Todavia, no caso das

sociedades clássicas, não podemos falar ainda em um “nacionalismo” que estaria por trás dessas demandas narrativas por identidade já que o conceito de “nação” como o entendemos hoje não é aplicável ao modo como aquelas sociedades se organizavam. Assim se, por um lado, não se trata de um processo idêntico, por outro, podemos perceber que o uso da história para consolidar a unidade entre uma comunidade e, sobretudo, para diferenciar-se dos “outros” é uma prática que conecta, apesar da ressalva conceitual, a ideia de história tal como praticada pelos antigos e aquela utilizada pelos movimentos nacionalistas contemporâneos. Isso porque, para que se possa defender a existência de uma comunidade “autêntica”, é preciso apropriar-se de uma narrativa que justifique a unidade que se quer defender. Nesse sentido, a reflexão sobre os usos públicos da história pode ser um excelente recurso didático para estimular, nos alunos, a capacidade de observar processualmente os conflitos políticos de seu tempo.

### Faça valer a pena

**1.** A imagem seguinte, exposta no museu arqueológico de Nápoles, representa dois bustos unidos, o de Heródoto e o de Tucídides.

Figura 2.1 | Heródoto e Tucídides



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Herodot\\_und\\_Thukydidies.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Herodot_und_Thukydidies.jpg). Acesso em: 1 nov. 2018.

Tendo em vista os debates desta seção sobre os Heródoto e Tucídides, assinale a alternativa correta:

- a) A representação de ambos os historiadores no mesmo busto indica que suas visões da história eram idênticas, de modo que, hoje em dia, é praticamente impossível diferenciá-los.
- b) Heródoto não acreditava na possibilidade de uma história testemunhal, e nisso se aproxima de Tucídides, que também considerava supérfluo o uso de relatos.
- c) O fato de que o busto os represente juntos dá pistas acerca da continuidade entre ambos os historiadores, de modo que ambos podem ser interpretados como pioneiros no ofício da narração histórica.
- d) O busto é injusto com Heródoto já que, antes dele, nomes como Tucídides

atribuíam apenas aos deuses as ações humanas.

e) A união das duas figuras na representação demonstra que ambos os narradores entraram para a história da pólis grega como uma dupla de filósofos que trabalhou unida durante o período clássico.

**2.** O fragmento seguinte se refere ao texto da Retórica, de Aristóteles. François Hartog defende que Aristóteles estava preocupado com a coleta de dados empíricos na forma de enquetes, o que é um indicativo do diálogo que o filósofo estabelecia, ainda que não tivesse escrito uma obra propriamente histórica, com os mestres da narrativa da Grécia Clássica.

“A enquete de tipo histórica aparece, todavia, na *Retórica*, por ocasião do exame dos temas sobre os quais se delibera e para os quais é útil munir-se de argumentos. Assim, em matéria de receitas da cidade, é necessário estender sua experiência conduzindo uma enquete histórica sobre o que se praticou em outro lugar (Aristóteles, *Rhétorique* 1359b, 32). Do mesmo modo, naquilo que concerne à guerra e à paz, é necessário ter examinado (*theôrein*) as guerras conduzidas pela cidade, mas também pelas outras (Aristóteles, *Rhétorique* 1360a, 4). No que diz respeito, finalmente, à constituição e às leis, não somente é útil ter um conhecimento “teórico” desses assuntos, mas também ter conduzido enquetes de campo no estrangeiro. “As relações de viagem são, assim, evidentemente úteis para a legislação [...] como as enquetes (*historiai*) daqueles que escrevem sobre as ações humanas o são para as deliberações políticas” (Aristóteles, *Rhétorique* 1360a, 33-37). Eis a parte reconhecida a essas enquetes, concebidas como coletas de dados e destinadas a fornecer premissas, permitindo argumentar corretamente no âmbito das deliberações da assembleia. E, a Aristóteles, concluir com esta precisão, que não é desprovida de importância. “Mas tudo isso (essas enquetes), é assunto da política, não da retórica” (Aristóteles, *Rhétorique* 1360a, 37). (HARTOG, 2013, p. 21)

Tendo em vista o recurso de Aristóteles aos métodos empíricos, assinale a alternativa correta

- a) Segundo o fragmento, Aristóteles desassociava política e retórica, alocando a primeira no terreno da pólis e a segunda no terreno do pensamento individual.
- b) O argumento de Hartog afirma que Aristóteles estava, como muitos de seu tempo, convencido da inutilidade de considerar a Retórica e seu estudo uma parte constitutiva da vida na polis.

- c) Aristóteles acreditava que a história não precisava do elemento retórico, uma vez que já contava com os testemunhos a seu serviço.
- d) A Retórica é um dos textos mais importantes divulgados pelo helenismo, tendo inspirado a obra de grandes nomes da historiografia latina como Tito Lívio.
- e) O fragmento ajuda a perceber que Aristóteles, tal como Heráclito, considerava que o filósofo ou historiador não precisava mover-se no espaço para fazer história, bastando que se apoiasse em testemunhos de segunda mão.

**3.** Observe o fragmento que segue, escrito por Cícero, em 62 a.C.

“Todos os livros estão cheios, cheias as vozes dos sábios, cheia de exemplos a antiguidade, os quais permaneceriam todos nas trevas, se não sobreviesse a luz das letras. Quantos retratos de ilustres homens não só para contemplar, mas de fato para imitar nos deixaram os escritores gregos e latinos! Tendo-os sempre diante de mim no governo da república, modelava meu alento e inteligência pelo pensamento desses homens excelentes. (CÍCERO. Retórica a Herênio. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, p. 14)

Com base no fragmento anterior, julgue as sentenças seguintes em V (verdadeira) ou F (falsa):

- I. O fragmento de Cícero demonstra a preocupação dos historiadores romanos com a função política da história, principalmente com sua exemplaridade.
- II. A obra de Tito Lívio está alinhada com a proposta de Cícero, a saber, a de que a atividade dos sábios pode contribuir para a divulgação das virtudes romanas.
- III. Cícero, como Tito Lívio, não acreditava que a História pudesse ter um papel político proeminente, já que os militares eram a verdadeira força romana.
- IV. Ao mencionar os escritores gregos e latinos, Cícero ajuda a perceber um dos aspectos centrais do helenismo, a saber, a circulação da cultura grega entre os romanos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiro (V) e falso (F):

- a) V, F, F, F.
- b) V, F, V, V.
- c) V, V, F, V.
- d) F, F, F, V.
- e) V, F, F, V.

## Da história sacra ao Humanismo

### Diálogo aberto

Caro aluno, seja bem-vindo!

As elaborações narrativas sobre o passado, tanto como mitologia quanto como História, sempre guardaram relação com o contexto em que foram elaboradas. Com distintos graus de intencionalidade, o passado sempre foi um elemento importante para fomentar e consolidar a identidade das sociedades. Esse movimento foi importante, sobretudo, em momentos de crise, quando foi preciso reavivar os sentimentos de unidade, evitando a desintegração e o sentimento de perda de referências coletivas: é o caso, por exemplo, dos escritos de Tito Lívio.

Quando pensamos no caso da Grécia e, especialmente, de Roma, vemos que essas sociedades possuíam, cada uma a seu modo, um forte senso de unidade. A partir do século IV, contudo, como veremos, as sociedades europeias e do Oriente Médio sofreram um processo de descentralização e ruralização, notadamente a partir do declínio do Império Romano do Ocidente. Nesse cenário da decadência da porção ocidental do Império, em paralelo às mudanças políticas e sociais citadas, a institucionalização do catolicismo nas regiões ocidentais se dedicava a encontrar uma explicação teológica para a crise. Uma das principais contribuições do pensamento medieval, nesse sentido, foi conjugar a teleologia católica com a herança da filosofia clássica na tentativa de explicar o declínio das instituições da Antiguidade e, sobretudo, de criar um quadro de referências que pudesse ajudar os indivíduos a se localizarem nesse novo mundo que se apresentava.

Nesta seção, nos dedicaremos a esse período da história – a Idade Média – que, principalmente a partir do século XIX, ficou cristalizado, no imaginário do Ocidente, como uma época em que imperava o dogmatismo, o pouco apego à razão e a quase nula existência de reflexões filosóficas. Você já deve ter ouvido falar que o período que vai da queda do Império Romano do Ocidente (século IV d. C.) até as grandes navegações (século XIV) foi um momento de obscurantismo e dogmatismo religioso, que não legou à humanidade nada além de meia dúzia de tratados religiosos. Será mesmo possível considerar um período de cerca de mil anos (séculos IV ao XIV) de modo tão unívoco? Será que podemos falar, em sala de aula, de todo esse período como uma “idade das trevas”?

Os primeiros séculos da Idade Média foram dominados por uma tradição denominada Patrística, que significa, em linhas gerais, “os pais da igreja”. Trata-se de um período de transição – entre o século III ao século VIII – em que se organizaram os princípios da fé católica que se generalizava pela Europa. Durante sete séculos, foram organizadas a catequese, os rituais litúrgicos, os dogmas e os costumes que vigorariam naquela sociedade. Alguns dos nomes ligados a essa tradição são Justino (100 – 165 d.C.), Tertuliano (160 – 220 d.C.), Orígenes (184 – 253 d.C.), Atenágoras (133 – 190 d.C.), São Gregório Nazianzo (329 – 390 d.C.), Santo Ambrósio (337 – 397 d.C.) e, o mais importante deles, **Agostinho de Hipona** (354 – 430 d.C.), que vamos conhecer com mais detalhes.

Agostinho de Hipona, conhecido como Santo Agostinho, era bispo da cidade de Hipona, uma antiga província romana localizada onde atualmente está a Argélia. Agostinho estudou Retórica em Cartago e, durante sua juventude, viveu uma vida que, tempos depois, ele mesmo qualificaria como herege e devassa. No ano de 386 d.C., Agostinho se converte ao catolicismo. Dessa experiência surgiria sua principal obra, *Confissões*. Em 391 d.C., já ordenado sacerdote, Agostinho passa a se dedicar a formulação de princípios para o catolicismo e, principalmente, ao desenvolvimento de uma teologia da história, cuja obra mais famosa é *Cidade de Deus*. Para Diego Sousa Santos (2011), na intenção de entender a reflexão sobre o tempo e a história presente na obra de Agostinho, podemos considerar o seguinte ponto de partida: “o tempo a que o homem está sujeito tem um caráter linear no qual ele toma parte como um exilado, caminhando para um juízo final” (SANTOS, 2011, p. 413).

Para entendermos a visão de Agostinho sobre o tempo e a história, que tão decisivamente influenciou o modo como os homens percebiam a si mesmos e seu passado, é preciso levar em consideração que, assim como na Antiguidade, os homens da Idade Média possuíam uma concepção de tempo muito diferente da nossa. Naquela época, vivia-se a partir do ritmo da natureza (o primeiro relógio de bolso, por exemplo, é apenas do século XV). A reflexão de Agostinho sobre o tempo, baseada nas antigas meditações de Aristóteles sobre o mesmo tema, ajudam a consolidar, na vida do homem comum da Idade Média, uma periodização ligada à doutrina da Igreja: as datas santas, o Domingo, os marcadores do Advento, da Quaresma, do Natal e de Pentecostes, passam a ser os organizadores cronológicos de grande parte do mundo medieval.

Como você sabe, durante a Idade Média, aqueles que não eram ligados a alguma ordem religiosa eram, quase sempre, iletrados, de modo que os clérigos que tinham acesso ao conhecimento sistematizado desempenhavam

um papel de autoridade fundamental. Como nos conta Marc Bloch “a imagem que eles tinham dos destinos do homem e do Universo se inscrevia quase unanimemente no desenho traçado pela teologia e pela escatologia cristãs, sob as suas formas ocidentais” (BLOCH, 1979, p. 110). Conforme Barros (2013), Agostinho se preocupava em desassociar o cristianismo da queda do Império Romano – naquela época acusava-se a religião católica de ser responsável pela crise do império, argumentava-se que o dramático período de descentralização poderia ser creditado à ira dos deuses frente ao crescimento do cristianismo. Agostinho afirmava que o declínio de Roma se relacionava, ao contrário, com a permissividade dos costumes pagãos do império romano (GREGGERSEN, 2005). Esse é o tema de sua obra Cidade de Deus. Nela, Agostinho supõe a existência de duas cidades: a do amor a deus e a do amor a si mesmo. Os habitantes da primeira, tementes a deus, teriam sua existência concreta no céu, enquanto os segundos, habitantes mundanos, encontravam-se num entremeio, numa espécie de suspensão temporal que os poderia levar à salvação. O cristão, para Agostinho, teria algo como uma vocação histórica para a vida sacra, uma potência que ele deveria trabalhar no sentido de sua realização. Tudo se passava como se cada vida individual fosse uma metáfora, ou um microcosmo, da vida da civilização. Agostinho constrói, desse modo, a partir de sua própria vida - marcada pela sua conversão e sua ordenação após longos anos de vida “mundana” - uma lógica civilizatória: conforme se aproxima do divino, o homem evolui em direção ao seu destino santo. Observe, no fragmento seguinte, a síntese que Marc Bloch elaborou da relação entre cristianismo e história:



### Exemplificando

A reflexão sobre o conceito de tempo é uma constante na filosofia antiga e medieval. Não apenas a definição ou a possibilidade da apreensão do tempo como também a reflexão sobre a capacidade do homem em organizar o fluxo das coisas e meditar sobre a finitude e a realidade são temas comuns entre essas duas grandes tradições filosóficas. Tal convergência se deve, entre outros fatores, ao fato de que muitos autores medievais eram leitores atentos de Platão, de modo que podemos observar uma importante continuidade nos temas de interesse. Observe, por exemplo, o conjunto de fragmentos que seguem:

“ Algumas coisas empenham-se sempre em vir a ser, outras põem seu afã em persistir, mas uma parte do que chega a ser já se extinguiu. Fluxos e alterações renovam incessantemente o mundo, tal como o transcurso ininterrupto do tempo proporciona sempre nova eternidade infinita. (Marco Aurélio, Meditaciones [por volta de 175 d. C.], idem, p. 85 [tradução nossa])

Não é absurdo contar o tempo, ainda que ele não exista, posto que podemos contar o número das coisas que existiram e não existem mais, como os mortos por exemplo (...) por isso se diz com razão que o tempo é uma imagem da eternidade, porque trata de desvanecer em sua própria dispersão o que há de permanente naquela. (PLOTINO, *Enéada* – [por volta de 270 d. C.] - I in INDIU, G. *Sobre el Tiempo*. Buenos Aires. Ed. La Marca, 2014, p. 84 [tradução nossa])

Que é, então, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; se quero explicar a alguém que me pergunte, já não sei. Todavia, com toda segurança afirmo saber que, se nada passasse, não haveria tempo passado, e que se nada viesse, não haveria tempo futuro, e que se não houvesse, não haveria tempo presente. (Agostinho de Hipona, *Confesiones*, [entre 397 e 398 d. C.] idem, p. 86)

Os primeiros séculos da Idade Média foram dominados por uma tradição denominada Patrística, que significa, em linhas gerais, “os pais da igreja”. Trata-se de um período de transição – entre o século III ao século VIII – em que se organizaram os princípios da fé católica que se generalizava pela Europa. Durante sete séculos, foram organizadas a catequese, os rituais litúrgicos, os dogmas e os costumes que vigorariam naquela sociedade. Alguns dos nomes ligados a essa tradição são Justino (100 – 165 d.C.), Tertuliano (160 – 220 d.C.), Orígenes (184 – 253 d.C.), Atenágoras (133 – 190 d.C.), São Gregório Nazianzo (329 – 390 d.C.), Santo Ambrósio (337 – 397 d.C.) e, o mais importante deles, **Agostinho de Hipona** (354 – 430 d.C.), que vamos conhecer com mais detalhes.

Agostinho de Hipona, conhecido como Santo Agostinho, era bispo da cidade de Hipona, uma antiga província romana localizada onde atualmente está a Argélia. Agostinho estudou Retórica em Cartago e, durante sua juventude, viveu uma vida que, tempos depois, ele mesmo qualificaria como herege e devassa. No ano de 386 d.C., Agostinho se converte ao catolicismo. Dessa experiência surgiria sua principal obra, *Confissões*. Em 391 d.C., já ordenado sacerdote, Agostinho passa a se dedicar a formulação de princípios para o catolicismo e, principalmente, ao desenvolvimento de uma teologia da história, cuja obra mais famosa é *Cidade de Deus*. Para Diego Sousa Santos (2011), na intenção de entender a reflexão sobre o tempo e a história presente na obra de Agostinho, podemos considerar o seguinte ponto de partida: “o tempo a que o homem está sujeito tem um caráter linear no qual ele toma parte como um exilado, caminhando para um juízo final” (SANTOS, 2011, p. 413).

Para entendermos a visão de Agostinho sobre o tempo e a história, que tão decisivamente influenciou o modo como os homens percebiam a si

mesmos e seu passado, é preciso levar em consideração que, assim como na Antiguidade, os homens da Idade Média possuíam uma concepção de tempo muito diferente da nossa. Naquela época, vivia-se a partir do ritmo da natureza (o primeiro relógio de bolso, por exemplo, é apenas do século XV). A reflexão de Agostinho sobre o tempo, baseada nas antigas meditações de Aristóteles sobre o mesmo tema, ajudam a consolidar, na vida do homem comum da Idade Média, uma periodização ligada à doutrina da Igreja: as datas santas, o Domingo, os marcadores do Advento, da Quaresma, do Natal e de Pentecostes, passam a ser os organizadores cronológicos de grande parte do mundo medieval.

Como você sabe, durante a Idade Média, aqueles que não eram ligados a alguma ordem religiosa eram, quase sempre, iletrados, de modo que os clérigos que tinham acesso ao conhecimento sistematizado desempenhavam um papel de autoridade fundamental. Como nos conta Marc Bloch “a imagem que eles tinham dos destinos do homem e do Universo se inscrevia quase unanimemente no desenho traçado pela teologia e pela escatologia cristãs, sob as suas formas ocidentais” (BLOCH, 1979, p. 110). Conforme Barros (2013), Agostinho se preocupava em desassociar o cristianismo da queda do Império Romano – naquela época acusava-se a religião católica de ser responsável pela crise do império, argumentava-se que o dramático período de descentralização poderia ser creditado à ira dos deuses frente ao crescimento do cristianismo. Agostinho afirmava que o declínio de Roma se relacionava, ao contrário, com a permissividade dos costumes pagãos do império romano (GREGGERSEN, 2005). Esse é o tema de sua obra *Cidade de Deus*. Nela, Agostinho supõe a existência de duas cidades: a do amor a deus e a do amor a si mesmo. Os habitantes da primeira, tementes a deus, teriam sua existência concreta no céu, enquanto os segundos, habitantes mundanos, encontravam-se num entremeio, numa espécie de suspensão temporal que os poderia levar à salvação. O cristão, para Agostinho, teria algo como uma vocação histórica para a vida sacra, uma potência que ele deveria trabalhar no sentido de sua realização. Tudo se passava como se cada vida individual fosse uma metáfora, ou um microcosmo, da vida da civilização. Agostinho constrói, desse modo, a partir de sua própria vida - marcada pela sua conversão e sua ordenação após longos anos de vida “mundana” - uma lógica civilizatória: conforme se aproxima do divino, o homem evolui em direção ao seu destino santo. Observe, no fragmento seguinte, a síntese que Marc Bloch elaborou da relação entre cristianismo e história:

“O cristianismo é uma religião de historiador. Outros sistemas religiosos fundaram suas crenças e seus ritos sobre uma mitologia praticamente exterior ao tempo humano; como Livros sagrados,

os cristãos têm livros de história, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os faustos da Igreja e dos santos. Histórico, o cristianismo o é ainda de outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre a Queda e o Juízo, o destino da humanidade afigura-se, a seus olhos, uma longa aventura, da qual cada vida individual, cada “peregrinação” particular, apresenta, por sua vez, o reflexo; é nessa duração, portanto dentro da história, que se desenrola, eixo central de toda meditação cristã, o grande drama do Pecado e da Redenção. Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas. (BLOCH, 2002, p.41)

No mesmo sentido, Giovanni Reale e Diego Antiseri (1990) apontam para uma convergência entre as concepções cristãs a respeito da relação dos homens com o tempo e do uso de reflexões filosóficas como sustentação da religião. Autores como Boécio (477 – 524 d.C.), Cassiodoro (485 – 585 d.C.) e Isidoro de Sevilha (560 – 636 d.C.) também se baseavam na herança grega, especialmente nos chamados neoplatônicos, para inserir o elemento de fé cristã dentro desse quadro de reflexões que remetia à tradição clássica. Nesse sentido, conforme Hartog (2014, p. 90),

“[n]a relação com o tempo, o que o cristianismo forneceu especificamente foi a quebra do tempo em dois pelo acontecimento decisivo da Encarnação: o nascimento, a morte e a Ressurreição do filho de Deus feito homem. Abriu-se então um novo tempo, o retorno de Cristo e o Juízo Final. O tempo de entremeio, intermediário, é um tempo de expectativa: um presente habitado pela esperança do fim.

Para refletirmos sobre a difusão da visão cristã de tempo e da história, vamos nos atentar a um elemento da vida daquelas sociedades, a organização das primeiras instituições de ensino. O fechamento das últimas escolas pagãs por Justiniano, no século VI, fez com que as abadias se tornassem as únicas guardiãs da sabedoria antiga, e inclusive dos manuscritos. Isso porque, como dito anteriormente, tratava-se de uma sociedade de iletrados, e apenas os padres e iniciados tinham acesso a esse conhecimento. Aos poucos, principalmente em Bolonha e em Paris, surgiram as universidades. Nelas, ainda que a teologia fosse uma força dominante, começam a surgir as artes liberais e as primeiras tentativas de elaborar um espaço específico para o cultivo das

ciências matemáticas. No século XIII, essas instituições funcionam como um equilíbrio ao predomínio dos padres. Conforme Reale e Antiseri, “[a]o lado dos poderes tradicionais, como *sacerdotium* e o *regnum*, acrescentava-se um terceiro poder, o *studium* ou a classe dos intelectuais, cuja ação exerceu um peso relevante sobre a vida social da época” (1990, p. 481).

Se, como temos visto, a tradição cristã fez uso da tradição clássica para elaborar sua teleologia do “tempo da salvação”, não podemos perder de vista que o antigo território romano era extraordinariamente extenso. Podemos tomar como ponto de partida, por exemplo, a obra de Averrois (1126-1198), nascido na cidade de Córdoba. Averrois é um dos grandes comentadores e debatedores de Aristóteles na Baixa Idade Média. Ao longo de toda sua vida, Averrois procurou resgatar os ensinamentos do mestre de Alexandre, com o intuito de superar tendências neoplatônicas de pensadores muçulmanos anteriores, como Al Farabi e Avicena. Vale a pena considerar que a região onde hoje é o sul da Espanha (Andaluzia) – território de disputa, durante o período medieval, entre cristãos e muçulmanos - permitia uma ampla circulação intelectual e uma vigorosa troca de informações, apesar das animosidades entre cristão e árabes. Nesse sentido, o pensamento de Averrois, marca uma “confluência curiosa entre a tradição árabe muçulmana medieval, as particularidades políticas da Península Ibérica do século XII e a reflexão helênica na formação de um espírito de época” (BITTAR, 2009, p. 62). O pensamento grego ajudou os pensadores árabes a relativizarem a ortodoxia dos cinco grandes cânones do islamismo, fornecendo a eles critérios filosóficos para a exegese dos textos do Alcorão. Assim, recuperavam a sabedoria grega estigmatizada como pagã e procuravam assentar caminhos filosóficos para a fé. Nomes como Ptolomeu, Arquimedes, Hipócrates e Platão também interessavam muito aos orientais, especialmente aos Sírios e há muitas traduções orientais dos chamados peripatéticos, especialmente a partir do século VIII d.C.).

Averrois influenciou tanto a tradição oriental como o pensamento escolástico, que vamos conhecer a partir de agora: trata-se de um programa de pesquisa que aceita a doutrina cristã como base, mas adiciona a ela a tentativa de conciliação com a racionalidade. Conforme Barros, o que unifica a Escolástica é seu método:

“o mestre escolástico deve extrair do texto canônico – que traz à Escolástica o princípio de Autoridade – a matéria para um problema, e a partir daí desenvolvê-lo em relação a um interlocutor imaginário pronto a lhe opor objeções. A base do método é o desejo de explicitar tudo, esgotando sistematicamente todas as possibilidades. (BARROS, 2013, p. 160)

Um dos principais nomes dessa tradição é São Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.), um frade católico italiano que é considerado um dos maiores pensadores da história da filosofia. Seu pensamento é o ponto alto, no medievo, da conjugação entre a ontologia grega e a teologia cristã. Chama atenção seu conjunto de cinco provas da existência de Deus. A primeira delas seria o fato de que todo movimento que existe no mundo precisa de um princípio imóvel que o explique, e esse princípio só poderia ser Deus. A segunda seria a evidência de que todo efeito tem uma causa, então deve haver uma causa primeira, no caso, Deus. A terceira prova é que tudo o que existe no mundo é um acaso, exceto Deus, que é necessário. A quarta seria que, se somos mais ou menos perfeito, é preciso que haja um padrão de perfeição absoluta, que deve ser Deus. Finalmente, a quinta prova da existência de Deus é que, se há uma finalidade no mundo e na vida dos homens, é preciso que essa finalidade tenha sido criada por Ele, uma inteligência absoluta. Ao contrário de Agostinho, portanto, que depositava na religião toda a responsabilidade pelo destino humano, para Aquino o homem tinha plenas capacidades de chegar, por si mesmo, à revelação. Essa seria, inclusive, a prova cabal da existência de Deus: a racionalidade humana, afinal, se podemos duvidar de Sua existência, é sinal que temos o dom do pensamento, dado por Ele.



### Assimile

De acordo com Rossato e Martini (2012), durante toda a Idade Média, em paralelo à consolidação da filosofia de base cristã, subsistiu uma ampla tradição mística, que fazia uma síntese específica da tradição clássica. O exemplo mais famoso dessa tradição é Joaquim de Fiori, nascido em Celico, na Calábria, por volta de 1132. Fiori tenta, em sua obra, manter o fio condutor da existência de um plano redentor, tal como São Bento. Fiori escreve no que chamamos “baixa idade média”, ou seja, um momento em que a ortodoxia religiosa era ameaçada por perspectivas mais alinhadas à racionalidade e ao mundo empírico. Para lidar com essa situação, nosso filósofo procurou desvendar o que chamava de “estrutura secreta do tempo”, a partir da qual pretendia organizar de modo místico aqueles fatos que a escatologia católica não conseguia explicar. Fiori era apocalíptico e milenarista, e imaginava que a Santíssima Trindade era a entidade que garantia a ordem do universo, atuando mesmo naqueles acontecimentos que, aparentemente, não tinham sentido. Para saber mais sobre a obra de Joaquim de Fiori você pode consultar a obra.

Entre as várias tradições filosóficas e religiosas desse período, portanto, podemos encontrar um ponto em comum: a permanente negociação entre fé

e racionalidade que, aos poucos, se tornaria insustentável. No fim do século XIII, em Florença, por exemplo, surge uma instituição chamada Academia Platônica, que pretendia recuperar os ensinamentos dos gregos emancipando-se da tradição religiosa que vigorava nas universidades. As reuniões da Academia eram patrocinadas pelo grande mecenas Lorenzo di Medici, e a ela compareciam nomes como Ficino, Polizano e Landino. Embora a associação não sobrevivesse muito tempo após a morte de Lorenzo, já era possível perceber uma tensão entre a reflexão medieval e aquelas que viriam depois (CUNHA, 2017).

Para além da reflexão filosófica e histórica em si mesmas, precisamos considerar que os séculos XIII e XIV começaram a conviver com descobertas e teorias que, até então, eram impensáveis na cosmologia medieval, e que abalavam os próprios pressupostos da crença na ligação entre vontade divina e vida humana. **Nicolau Copérnico** (1473-1543), por exemplo, mesmo a partir de sua condição de membro do clero, começava a defender sua tese de que a terra orbitava em torno do sol, e não o contrário. Você pode imaginar o escândalo que o *Tratado da Revolução dos Corpos Celestes* provocava no mundo cristão, e no próprio modo como aquelas pessoas interpretavam sua relação com o cosmos? É preciso imaginar que, nas teorias então em vigor naquele momento, nada poderia suplantar a primazia divina nos rumos do ser humano. A Igreja perseguiu duramente Copérnico. Um século mais tarde, Galileu Galilei (1564-1641) confirmaria, com sua luneta e seus cálculos imensamente sofisticados para a época, a tese de Copérnico. Ao mesmo tempo, artefatos da vida cotidiana como a pólvora, as armas de fogo, as descobertas médicas de Da Vinci e a bússola se generalizavam pelos povos medievais a partir da Itália, grande berço dessas novas concepções. A esses aspectos técnicos podemos acrescentar a difusão de uma cultura humanista na região da Itália, que questionava a centralidade de Deus e alocava, em seu lugar, o homem como medida de todas as coisas. Esse período, posteriormente conhecido como **Renascimento**, foi objeto de inúmeras análises ao longo da história. Vamos perceber, mais uma vez, a importância dos marcos temporais: para os homens do século XIV e XV era fundamental encontrar uma identidade histórica que os diferenciasse da antiga tradição escolástica e medieval. Conforme sintetiza Burke (1997, p. 9):

“Esta imagem do Renascimento – com R maiúsculo – remonta a meados do século XIX, ao historiador francês Jules Michelet (que o adorava), ao crítico John Ruskin e ao arquitecto A. W. Pugin (que o desaprovavam), ao poeta Robert Browning e ao romanista George Eliot (que eram mais ambivalentes) e, acima de tudo, ao acadêmico suíço Jacob Burckhardt [15]. Foi Burckhardt

quem, com a sua *Civilisation of the Renaissance in Italy* (1860), definiu o período em termos de dois conceitos: “individualismo” e “modernidade”.

A tentativa de demarcação de uma diferença em relação aos medievais a partir das referências greco-romanas pode parecer contraditória, afinal, como podemos falar de rompimento com o passado quando o que se busca é recuperar outros elementos do passado, muito antigos para superar as referências medievais?

Para responder a essa pergunta, podemos partir da hipótese de que recuperar elementos da antiguidade – tempos, como você sabe, vistos como florescentes cultural e politicamente – era um modo de os renascentistas se conectarem a uma tradição mais ampla. Tal recurso ficou patente em muitas manifestações culturais. Uma delas, muito famosa, foi a mudança dos padrões arquitetônicos. O caso italiano é revelador nesse sentido. Na Península Itálica se encontravam grandes centros comerciais que, embora diminuídos durante o período feudal, seguiam sendo núcleos importantes de circulação de mercadorias e ideias. No século XIV, cidades como Florença e Veneza eram epicentros das ideias Renascentistas. Além da vocação comercial, essa região contava com uma singularidade interessante: na Itália, notadamente em Roma, os antigos edifícios da época clássica estavam razoavelmente bem preservados, e começou por eles a revisão do legado romano. O Coliseu, o Arco de Constantino e o Teatro de Marcelo davam testemunho, naquela ocasião, da virtude e da solidez das instituições romanas que se pretendia contrapor ao suposto obscurantismo medieval, narrativa cristalizada a partir de Petrarca (1304-1374). Nesse sentido, a tradição grega que remontava aos geômetras e aos matemáticos, alinhava-se à preferência por uma arquitetura de planos amplos onde predominava a racionalidade artística (ABREU e LIMA, 2004), contrapunha-se à antiga tradição de arquitetura gótica, típica do medievo, na qual as grandes catedrais de pedra serviam como lembrete ao homem de sua pequenez diante da imensidão da obra divina.



### **Refleta**

Um estudioso da arquitetura renascentista, Erwin Panofsky, propunha que existia uma sincronicidade entre Escolástica e Arte Gótica, no sentido de que suas formas coincidissem. Panofsky marca a tentativa de que a história do pensamento poderia ser entendida a luz das manifestações arquitetônicas de época, e vice-versa. Observe, em seguida, duas representações da arte gótica e renascentista:

Figura 2.2 | Catedral Antuérpia



Fonte: <https://bit.ly/2qvMkk3>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Figura 2.3 | Pátio Renascentista



Fonte: <https://bit.ly/2PiaOw8>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Observando as figuras, é possível identificar características medievais e renascentistas? Observe elementos como: a) O tamanho das construções, b) a Referência a formas clássica e c) O formato das torres.

Um dos aspectos centrais do pensamento Renascentista foi, conforme indica Burke (1997), a revalorização de instituições que poderiam competir com a antiga hegemonia da Igreja. O humanismo subjacente a essa revalorização visualizava nas cidades, por exemplo, o terreno, por excelência, de exercício da condição humana. A ideia de *polis* ateniense e de república romana ajudam a consolidar essa nova preocupação e esse novo projeto: o de reabilitar as cidades como núcleo da prática da virtude.

**Nicolau Maquiavel** (1469-1527), grande nome do renascimento, por exemplo, escreveu um famoso livro sobre Tito Lívio, que, como vimos, foi um grande orador e historiador da república romana. Maquiavel nasceu em Florença, epicentro do movimento humanista, em 1469, contemporâneo, portanto, das novas descobertas da matemática, da física e da astronomia. Ficou conhecido como o fundador da ciência política moderna, e um dos grandes nomes do renascimento italiano. Sua proposta passava por elaborar uma descrição do Estado e do governo tal como eram, e não como deveriam ser, emancipando-se, desse modo, da concepção católica que via o Estado, e as demais instituições humanas, como meios necessariamente imperfeitos de alcançar o Céu, ou a cidade de Deus, nos termos de Agostinho. Sua obra mais

conhecida, “O Príncipe”, escrita em 1513 (publicada apenas após sua morte, em 1532) é contemporânea de outros grandes clássicos do renascimento como “Elogio da Loucura”, de Erasmo de Roterdã e “A Utopia”, de Thomas Morus. (VALVERDE, 2003; SILVA, 2010)

A obra de Maquiavel se referia a um contexto no qual Juliano de Médici e o papa Leão X uniram-se em torno da ideia de garantir a soberania das cidades italianas. Maquiavel via com bons olhos essa aliança, e toma a decisão de escrever o Príncipe no intuito de oferecer a Lourenço de Médici, sucessor de Juliano, um manual de ação política que assegurasse a unidade italiana. A obra está dividida em 26 capítulos, nos quais ele delinea as principais características dos distintos tipos de principados, usando-se de casos históricos da tradição clássica. A partir disso, a prescrição de Maquiavel era de que o Príncipe, para ser respeitado, deveria ser temido, antes que amado. Sobretudo, deveria fortalecer um exército próprio, não composto de mercenários, que pudesse ajudar a fortalecer sua figura militar e politicamente. A obra é escrita em tom pedagógico, como você pode observar pelo fragmento que segue:

“Um príncipe, pois, que tenha uma cidade forte e não se faça odiar, não pode ser atacado e, existindo alguém que o assaltasse, retirar-se-ia com vergonha, eis que as coisas do mundo são assim tão variadas que é quase impossível alguém pudesse ficar com os exércitos ociosos por um ano, a assediá-lo. A quem replicasse que, tendo as suas propriedades fora da cidade e vendo-as a arder, o povo não terá paciência e o longo assédio e a piedade de si mesmo o farão esquecer o príncipe, eu responderia que um príncipe poderoso e afoito superará sempre aquelas dificuldades, ora dando aos súditos esperança de que o mal não será longo, ora incutindo temor da crueldade do inimigo, ora assegurando-se com destreza daqueles que lhe pareçam muito temerários. (MAQUIAVEL [1532], 2018, p. 43)



### Saiba mais

Maquiavel foi importante não apenas para o Renascimento como movimento estético e filosófico, mas, também, é considerado, até os dias de hoje, o pai da ciência política. Para conhecer com mais detalhes essa obra tão importante é possível consultar os seguintes textos: BENEVUTO DE SOUSA, F. Maquiavel: do cosmos medieval ao renascen-tista, a fortuna e as circunstâncias da liberdade. Revista **Veritas**, v. 59, n. 1, p. 59-85, 2014.

Além da obra *O Príncipe*, que teve grande repercussão em seu tempo e até a contemporaneidade, Maquiavel escreveu também sobre História ou, melhor dizendo, sobre a escrita da história e a relação da vida humana com a temporalidade. Em seus *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Livio*, publicados postumamente em 1531, Maquiavel retoma algumas teses do mundo clássico para pensar a História. A partir do historiador grego Políbio (203 – 120 a.C.) o autor resgata a ideia de circularidade do tempo a partir da qual as formas de governo e os demais assuntos humanos só poderiam ser entendidos como derivações dessa determinação. Maquiavel confronta essa ideia com a tese da linearidade histórica que caracterizava, como vimos ao longo da seção, a concepção de tempo dominante na idade média. A novidade de Maquiavel em termos de apreensão da história era, a partir da confrontação dessas duas narrativas, pensar a ação humana como aspecto primordial da mudança. Vemos, com isso, que suas teses sobre política, especialmente as do *Príncipe*, estão conectadas com uma concepção de História que não transcende a ação humana, mas que depende dela para efetivar-se na prática. Esse será, nos séculos posteriores, um dos pontos de partida para os historiadores Renascentistas e, depois, Iluministas, como Edward Gibbon e Voltaire.

### Sem medo de errar

---

Conforme refletimos, a função dos marcos cronológicos não é apenas ajudar o estudioso de outras épocas a entender as sociedades do passado. Na realidade, quando são elaborados, esses marcos traduzem uma relação específica com a história, e muitas vezes podemos compreender, analisando o empenho dos homens do passado em definir-se por oposição às sociedades anteriores, os próprios anseios e necessidades que organizavam essas disputas temporais. Atentar-se a essas escolhas ajuda a entender como as narrativas da Antiguidade foram reformuladas para se adequar às novas expectativas da época. O que parece ser uma opção arbitrária por certos elementos em detrimento de outros, na verdade, faz parte de um mecanismo bastante conhecido por todos nós, e refere-se à uma opção que fazemos inclusive em nosso cotidiano em sala de aula.

O termo “Idade Média” associado a um período de “trevas”, no qual não se pode encontrar nenhuma reflexão filosófica importante e onde, tampouco,

havia espaço para o uso da razão, foi cunhado pelos Renascentistas – com Francisco Petrarca, na década de 1330 – e teve utilidade, na época, para demarcar as diferenças entre o período anterior e as novas ideias que emergiam nos séculos XIV e XVI. Contudo, será mesmo possível considerar um período de cerca de mil anos (séculos IV ao XIV) de modo tão unívoco? Será que podemos falar, em sala de aula, de todo esse período como uma “idade das trevas”?

Como salienta Gerson Ribeiro, “o recorte do tempo em períodos é importante para a História, deve-se levar em consideração que esses recortes não são neutros e, além disso, são objetos de disputa” (2015, p. 203). A ideia de “Idade Média”, surge apenas nos séculos XIV e XV, quando alguns poetas, escritores e comerciantes julgavam viver um período diferente daquele dos anos anteriores. Vamos pensar um pouco sobre isso. A palavra “média” pode fazer crer que todo esse período foi uma espécie de interlúdio, um intervalo entre a grandeza das sociedades greco-romanas e o Renascimento, no século XIV, que retomaria as conquistas do mundo clássico. Com efeito, as transformações que ocorreram na Europa, principalmente na Península Itálica, a partir do florescimento comercial, das navegações em larga escala e do pensamento Renascentista, exigiam de seus contemporâneos um marco cronológico que pudesse diferenciá-los da antiga sociedade medieval. Nesse sentido, quando observamos a operação renascentista de enquadrar os mil anos anteriores como um período unívoco, sem nuances e substancialmente hostil ao desenvolvimento humano, precisamos levar em conta que se tratava de uma demanda também política dos pensadores do Renascimento.

No século XIX, quando a História se tornou efetivamente uma disciplina universitária, a discussão sobre os marcos cronológicos revestia-se da maior importância. Alguns nomes como o historiador francês Jules Michelet (1798-1874) afirmavam que a Idade Média não era, por assim dizer, radicalmente diferente da sociedade do Renascimento (BURKE, 1997). Outros debatedores, como Ernst Renan (1823-1892), todavia, seguiam pensando a Idade Média como uma era de barbárie e de recuo da racionalidade. Apenas no século XX, os medievalistas da chamada Escola dos Annales, entre eles Marc Bloch (1886-1944), Lucien Febvre (1878-1956) e Jacques Le Goff (1904-2014), reascendem a discussão. Le Goff, por exemplo, argumentou, em sua vasta obra, que não havia mudança fundamental entre os séculos XVI e XVIII que justificasse a separação entre “Idade Média” e “Renascimento”.

Podemos concluir, portanto, que um dos papéis do professor, quando se dedica a esse assunto, é desmistificar a ideia de que os mil anos que compreendem o período entre o ano 400 e o ano 1400 sejam rigorosamente idênticos, estanques e hostis a qualquer desenvolvimento do pensamento humano. Considerar que essa ideia foi utilizada pelos Renascentistas para

diferenciarem-se de seu passado imediato é um modo de abordar a agência historiográfica dos atores. Por isso, reabilitar a importância dos pensadores medievais, de suas instituições, como a universidade, e chamar a atenção para os distintos períodos que formam a “Idade Média”, é um caminho importante para a compreensão da historiografia do período. Além disso, pode ajudar a compor uma reflexão mais ampla sobre a naturalização dos períodos históricos, incentivando os alunos a refletirem sobre o fato de que a arbitrariedade dos marcos cronológicos é, ela mesma, um dado histórico, não uma realidade em si mesma.

### Faça valer a pena

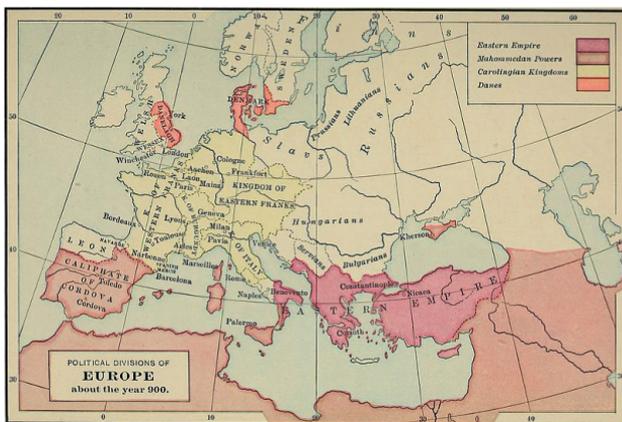
**1.** Como você sabe, Tomás de Aquino ficou conhecido por tentar “provar” a existência de Deus em cinco passos. Observe o trecho seguinte para responder à questão: Deus é o ser supremo e perfeito, o ser verdadeiro. Todo o resto é fruto de seu ato criativo, livre e consciente. Essas são as duas teses aceitas por fé (que cumprem a função de guias do discurso racional, ou melhor, esse é o metro de avaliação com que Tomás examina qualquer outro discurso filosófico e se aproxima de Aristóteles para repropor suas teses mais qualificadas. Para Tomás “quando (...) uma proposição filosófica obtida através do raciocínio contradiz uma afirmação de fé, pode-se sem dúvida concluir que o erro está do lado da filosofia. (REALE; ANTISERI, 1990, p. 570)

Tendo em vista o fragmento anterior e o papel de Tomás de Aquino na Escolástica, assinale a alternativa correta:

- a) São Tomás de Aquino representa um momento da história da filosofia na qual a racionalidade foi totalmente relegada em benefício da fé.
- b) Conforme o fragmento indica, Tomás de Aquino não seguiu a linhagem dos medievais que procuraram ressignificar a filosofia grega.
- c) As chamadas “cinco provas da existência de Deus” são exemplares da conflituosa síntese medieval entre fé e racionalidade.
- d) Tomás de Aquino, diferentemente de Agostinho, não tinha interesse em conferir à Deus o privilégio epistemológico em relação à filosofia.
- e) O fato de que Tomás de Aquino trabalhe tanto com a variável filosófica quanto com a variável religiosa faz dele uma exceção na Idade Média.

## 2. Observe o mapa seguinte para responder à questão:

Figura 2.4 | Europa medieval



Fonte: <https://bit.ly/2PL384S>. Acesso em: 5 nov. 2018.

Atentando-se para as regiões onde hoje é a Itália e a Espanha, assinale a alternativa correta:

- A região da península ibérica foi fundamental para o chamado “Renascimento Comercial”, já que, ao longo da Idade Média, esteve a salvo do contato com povos orientais.
- A divisão que aparece no mapa corresponde rigorosamente aos países atuais, de modo que não se pode pensar a Idade Média como um período de fragmentação nacional.
- A região da península italiana foi um dos territórios menos afetados pelas trocas comerciais, dada sua proximidade com a península ibérica, bem mais desenvolvida economicamente.
- A localização de cidades como Veneza (Venice) e Gênova (Genove) ajuda a entender o fato de que ali começou o movimento de expansão comercial no fim da idade média.
- A península ibérica era uma região de grandes trocas comerciais, mas não teve nenhum tipo de desenvolvimento cultural ou intelectual digno de menção.

## 3. Leia os trechos abaixo e, em seguida, julgue as sentenças:

“Esse é o ciclo pelo qual passam as constituições, o curso natural de suas transformações, de sua desapareção e de seu retorno ao ponto de partida. Quem distinguir nitidamente esse ciclo poderá, falando do futuro de qualquer forma de governo, enganar-se em sua estimativa da duração do processo, mas se seu juízo não for afetado pela animosidade ou pelo despeito, dificilmente se

equivocará quanto ao seu estágio de crescimento e declínio e quanto a forma que resultará deste processo. (POLÍBIO [entre 213-120 a.C.] apud FORTUNATO, 2012, p. 61)

E, sem dúvida, acredito que, se for possível manter as coisas equilibradas desse modo, ter-se-á verdadeira vida política e verdadeira paz numa cidade. Mas, como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo; e a muitas coisas que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir seus fundamentos e leva-la mais cedo à ruína. (MAQUIAVEL apud FORTUNATO, 2012, p. 69)

I. Ambos os fragmentos retratam as linhas gerais da historiografia do Renascimento, baseada no determinismo circular inspirado nas teses clássicas dos historiadores gregos.

II. A agência humana entendida como parte constitutiva da História é um importante aporte de Maquiavel para a superação do tempo linear da historiografia medieval e também da circularidade dos eventos que estava presente nas teses de Políbio.

III. Maquiavel empenha-se em inserir a ideia de determinismo nas ações humanas, na medida em que considerava, conforme o fragmento 2 indica, que a república seria uma entidade divina e imutável.

IV. Tanto Políbio quanto Maquiavel distanciam-se da concepção medieval de tempo histórico, o que ajuda a perceber o resgate renascentista de algumas ponderações da Grécia clássica, ainda que de modo crítico.

Assinale a alternativa que contém somente sentenças corretas:

- a) II e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

## Do iluminismo à escola metódica: a busca por uma história científica

### Diálogo aberto

Caro aluno, seja bem-vindo!

Conforme temos observado, as narrativas sobre o passado, desde as sociedades greco-romanas, constituem-se em um importante ponto de partida para a construção de identidades e pertencimentos comunitários. As escolhas feitas pelos historiadores, nesse sentido, sempre estiveram conectadas às demandas e expectativas de seu tempo. Vamos começar nossa jornada nos remetendo às análises históricas que surgiram a partir do século XVII, preocupadas sobretudo em emancipar o fazer historiográfico das antigas práticas medievais. Apesar da crítica que alguns dogmas escolásticos receberam durante o Renascimento, o período do Iluminismo seria responsável pela separação sistemática entre a fábula e a História, abrindo caminho para uma concepção de história “científica” nos séculos seguintes. Esse movimento, embora tenha representantes em vários países europeus, ganhou muita força na França, país que logo se tornaria o paradigma de “vida filosófica” naquele contexto. Veremos, contudo, que a Alemanha desponta, no fim do século XIX, como um caso *sui generis*: ali, a crítica ao iluminismo francês ajudou a consolidar uma visão romântica da história, que procurava recuperar uma suposta “essência” do povo alemão, seu folclore e seus costumes, para construir uma narrativa oficial baseada na garantia de que o passado poderia ser observado de modo sistemático e científico. É também no contexto alemão que veremos surgir as primeiras cátedras universitárias dedicadas à História, conferindo ao historiador um papel de destaque na organização social daquele contexto.

Você deve conhecer alguns dos contos compilados pelos irmãos Grimm, como a chapeuzinho vermelho e a Rapunzel, certo? Essas histórias, cristalizadas em nosso imaginário há muitas décadas, foram recuperadas das antigas tradições saxãs e escandinavas, e foram fundamentais para que os historiadores alemães pudessem encontrar uma conexão entre o passado remoto daqueles povos e o Estado que então surgia, no fim do século XIX. Naquela ocasião, o passado não apenas funcionava como narrativa unificadora, mas também, eventualmente, como um projeto de futuro: a ideia era que a nação alemã deveria ser construída para valorizar e reabilitar esses antigos modos de vida, supostamente destruídos pela modernidade e pelo universalismo irradiado da Revolução Francesa. Tendo isso em mente, como

poderíamos pensar o papel do folclore e das narrativas populares na composição da identidade nacional? Afinal, se a história do século XIX procura se distanciar da fábula, como os contos populares podem ter repercutido na narrativa oficial do Estado alemão?

É muito comum, tanto em sala de aula como nas narrativas públicas sobre o passado, associar o folclore a uma espécie de “essência nacional”. Na galeria folclórica de cada país estaria inscrito, por assim dizer, todo o repertório de simbologias de um país. Pense, por exemplo, no caso do Brasil. Figuras e narrativas prototípicas como o Curupira e a Mula sem Cabeça são constantemente recuperadas para reafirmar uma identidade comum aos brasileiros. Imagine que você, professor, precisará engajar a disciplina de História em um projeto interdisciplinar sobre Folclore, desenvolvido no marco de uma data comemorativa. Qual papel a história pode ter nesse projeto? Será que ela pode contribuir para a superação da ideia essencialista de folclore, propondo, em seu lugar, uma concepção propriamente histórica das lendas e mitos funcionais do país? Para te ajudar a refletir sobre isso, nós veremos, nesta seção, que o folclore, para além de um conjunto de lendas é, também, um rico observatório das relações entre história e política.

### Não pode faltar

---

Na seção anterior, acompanhamos o longo debate em torno dos marcos cronológicos do fim da Idade Média. Vimos que durante os séculos XIV e XV ocorreu um grande esforço, por parte de intelectuais, escritores e profissionais liberais, em se desvincular da imagem de obscurantismo que eles atribuíam aos séculos anteriores. Nesse sentido, imputar ao período de mil anos – do século IV ao século XIV – a prerrogativa de um período no qual a razão esteve submetida aos dogmatismos religiosos foi um modo, bastante eficiente na época, de colocar-se como o “novo”. Sabemos também que esse debate não se esgotou no Renascimento, mas, ao contrário, contou com desdobramentos importantes ao longo de todo o século XIX, culminando na discussão dos *Annales*, já no século XX.

Para iniciar esta seção, vamos conhecer um protagonista desse debate, **Edward Gibbon** (1737-1794). A partir de sua figura, vamos começar a percorrer o caminho que, passando pelo movimento Iluminista, desembocou, na Alemanha do século XIX, nas primeiras iniciativas de institucionalização da História como disciplina autônoma.

Nascido na cidade de Putney, na Inglaterra, Gibbon vivenciou, durante seus anos de formação em Oxford, a controvérsia entre católicos e protestantes que tanta repercussão gerou na sociedade inglesa. Transitando entre

a Inglaterra, a Suíça e a Itália, Gibbon formou-se nos moldes da erudição da época, interessando-se pela História, pela Filosofia e pela Teologia. A ampla formação de Gibbon levou alguns de seus intérpretes, como John Pocock, a afirmarem que

“Esses fatos parecem enfatizar que Gibbon era cosmopolita; e ele de fato era, tanto no sentido de que ele estava em casa em duas culturas e duas línguas quanto no sentido de que a visão da Europa como uma pluralidade de estados e culturas interagindo estava no coração de sua compreensão da história (POCOCK, 1989, p. 293. [tradução nossa])

Mas, afinal, qual a contribuição de Gibbon para a reflexão histórica propriamente dita? O interesse do autor sobre os temas históricos começou a partir de Roma. Ele dedicou-se a refletir acerca de como teria sido possível que um império tão poderoso tenha protagonizado, no fim do século IV, uma decadência tão vertiginosa. Entre 1776 e 1778, Gibbon produz o que seria sua obra mais famosa, *O declínio e queda do império romano*, dedicada a pensar sobre esse problema. O livro foi recebido com escândalo pela sociedade inglesa. O motivo? Ele afirmava, em longas páginas muito eruditas, que o que havia levado à queda do Império havia sido o crescimento do cristianismo, o qual era incompatível com os modos de vida imperiais. A tese de Gibbon se colocava em oposição direta à interpretação mais famosa sobre o assunto, e que havia se cristalizado durante o período escolástico como a última palavra sobre o tema, a saber: a tese de Santo Agostinho de que havia sido o paganismo, e não o cristianismo, o responsável pela queda de Roma. Esse embate foi fundamental na medida em que rompia com uma das ideias mais aceitas do período medieval, e abria caminho para um questionamento ainda mais amplo das teses escolásticas que ocorreria nas décadas seguintes.

Segundo Guilherme Neves (2012), o texto de Gibbon mesclava artifícios literários e retóricos tributários das antigas obras de Tito Lívio com um rigoroso exame documental. Essa mescla faz com que a obra de Gibbon seja considerada uma das primeiras interpretações iluministas da história. Conforme Neves, “da conjugação dessa tríplice perspectiva, nasceu a concepção oitocentista de uma história *científica* o suficiente para fundar as nações que, depois da Revolução Francesa, o Ocidente se viu na necessidade de inventar” (NEVES, 2012, p. 225, grifos do autor). Gibbon, ao anunciar a incompatibilidade entre a vida cristã e o Império Romano, alinhava-se a outros pensadores que, na mesma época, buscavam se emancipar do dogmatismo escolástico.

Montesquieu (1689-1755), por exemplo, autor da tese do equilíbrio dos três poderes, também associou a decadência imperial ao luxo excessivo, e aceitava a tese de Gibbon do cristianismo como elemento desagregador.

Aos poucos, o que era apenas uma obra isolada de um ou outro pensador vai tomando a forma de um movimento, e se expande para diversos países europeus, abrangendo filósofos, físicos e pensadores sociais. O conjunto de teses que procurava repensar a sociedade em bases racionais ganhou o nome de Iluminismo. O que vem a ser, afinal, esse projeto? Trata-se de um movimento intelectual que teve seu apogeu na França do século XVII – embora, como salientem João Azevedo e Dias Duarte (2017), a Inglaterra também tenha tido importantes representantes, como **John Locke** (1632-1704) que, além de ser um dos precursores do liberalismo, também representa a guinada em direção ao empirismo e às ciências naturais como critérios explicativos da vida.

A principal característica do movimento era a centralidade do uso da razão. Nesse sentido, recuperava-se alguns elementos do Renascimento, como a necessidade de pensar o mundo a partir das “coisas humanas” e não mais dos desígnios de Deus. A ideia era romper com os padrões medievais de entendimento, radicalizando a centralidade da figura humana como critério para interpretar o mundo. O movimento se desdobrou filosoficamente, economicamente e politicamente. Em comum à essas três instâncias, buscava-se elaborar um plano de reorganização social baseado na capacidade humana para a razão, capacidade essa que estaria organizada pela ideia de progresso.

Politicamente, os Iluministas eram avessos ao absolutismo. Economicamente, foram pioneiros em forjar a ideia de uma sociedade “liberal”, que se organizaria de modo autônomo, sem o recurso à tirania do Estado ou da Monarquia. Essas foram as principais ideias que se consolidaram na Revolução Francesa, em 1789. A Marselhesa, até hoje o hino oficial da França, criado por Rouget de Lisle em 1792, nos ajuda a visualizar esse conjunto de ideias. Observe, por exemplo, esse pequeno fragmento, que sintetiza o “espírito iluminista” da época: “Tremei, tiranos! e vós pérfidos / O opróbrio de todos os partidos / Tremei! vossos projetos parricidas / Vão enfim receber seu preço!” (LA MARSEILLAISE. Disponível em: <https://www.elysee.fr/la-presidence/la-marseillaise-de-rouget-de-lisle>. Acesso em: 12 nov. 2018. Tradução da autora).



### Exemplificando

Entre 1751 e 1780 foram publicados, na França, os volumes da famosa Enciclopédia, organizada por Denis Diderot e D’Alembert. A proposta era reunir os principais pensadores do iluminismo francês na tenta-

tiva de sistematizar toda a sabedoria humana alcançada até então. A enciclopédia é um marco do Iluminismo, e representa a iniciativa desses filósofos de fomentar uma visão racionalista do mundo.

Para saber mais sobre o tema, consulte o texto *Encyclopédie de Diderot: De Tratado a álbum ilustrado. Observações sobre os riscos de interpretações editoriais*.

OLIVEIRA, C. A *Encyclopédie de Diderot: De Tratado a álbum ilustrado. Observações sobre os riscos de interpretações editoriais. Anais do Museu Paulista*. Nova Série, NQ 1 1993.

Associado ao processo de Revolução, o movimento iluminista ajuda a colocar a França como o grande polo de irradiação de novas ideias, como anteriormente havia ocorrido com Florença e Veneza. Um dos representantes do amadurecimento do projeto das Luzes foi François-Marie Arouet, conhecido como **Voltaire** (LEPAPE, 1995). O importante ensaísta e escritor, autor de obras *Cartas Filosóficas* (1734), *Tratado sobre a Tolerância* (1763) e *O Ingênuo* (1767), ficou conhecido não apenas pela contribuição teórica ao movimento Iluminista, mas também por personificar um tipo de atitude intelectual até então desconhecida. Voltaire, embora filho de uma família bem estabelecida, procurou se despojar dos vínculos aristocráticos de nascimento para tentar a sorte como cortesão e artista. Aproximou-se dos círculos da nobreza francesa e inseriu-se nos grandes salões da época. É importante considerar que, naquele momento, não haviam universidades tais como as conhecemos hoje. Embora elas tenham surgido ainda no período da Escolástica, como você se lembra, a verdadeira consagração dos pensadores, filósofos e artistas se dava nos meios mundanos, como nos conta Lewis Coser (1968). Nesse sentido, a própria vida de Voltaire – repleta de polêmicas e desentendimentos com as autoridades reais da época – é um retrato muito interessante das relações sociais da França do século XVIII. Segundo o biógrafo Pierre Lepape (1995, p. 13),

“ [ ]onge de ser um revoltado ou um misantropo, com a maior naturalidade havia feito da corte e das grandes residências da aristocracia o cenário de seus prazeres e seu cotidiano, o meio de suas atividades literárias e o fim de suas ambições mundanas. E tudo isso com um sucesso que, de tão clamoroso, lhe havia dado a ilusão de ter rompido visivelmente a barreira entre as classes.



## Assimile

O sociólogo Norbert Elias nos ajuda a compor um retrato da sociedade francesa daquela época, um aspecto fundamental para compreendermos a difusão do movimento iluminista. Em sua obra, *A sociedade de Corte*, Elias (1987) refaz o círculo de pequenos favores que organizava a vida nos palácios. Para ele, esses pequenos gestos e interações cotidianas não são apenas “perfumaria”, mas são o próprio modo daquela sociedade se organizar. O mundo em que se movia Voltaire era uma organização em que cada atitude importava como sinal de prestígio, importando para consolidar a estrutura social da época. Hoje pode parecer irracional viver preso à tantas etiquetas que não desapareciam nem na hora de dormir, mas, segundo Elias, essa era a razão cortesã. Tudo se passava como em uma bolsa de valores: o valor de um homem se mede na sua posição relacional na corte, que se mede, por sua vez, via etiqueta. Essa característica era tipicamente francesa, e não se repetia em lugares como a Alemanha, por exemplo. Tal especificidade foi muito importante para que o movimento iluminista se difundisse pela alta burguesia francesa, e pudesse transformar-se, efetivamente, na ideologia da Revolução.

Um dos alvos centrais de Voltaire era a Igreja Católica. Como salienta Helenice Rodrigues da Silva (2002), Voltaire dialoga com toda a tradição do “esclarecimento” que remete à Spinoza, Leibniz e Locke, e é a partir da negação da cosmovisão católica e do contato com os pensadores empiristas que ele desenvolverá uma concepção específica de História, que vamos conhecer a partir de agora. Para isso, podemos partir do fragmento de que “O que falta em geral aos que compilam a história é o espírito filosófico: a maior parte, em vez de discutir os fatos com os homens, redige contos para as crianças” (VOLTAIRE, 1878a, p. 146 apud ARTHMAR, 2012, p. 382). Para Voltaire, era preciso modernizar o modo de se pensar a história. Fazia-se necessário atentar-se às ideias, e não apenas as guerras e aos conflitos religiosos. Nesse sentido, envolvendo aspectos jurídicos, filosóficos e sociais, Voltaire aponta para a necessidade de pesquisa, de investigação e dedicação específicas, dentro do espírito iluminista de lançar luz à trajetória da humanidade. Assim, o objetivo moral das narrativas do passado, especialmente aquelas baseadas na ideia de que a história era uma galeria de exemplos para ser imitados (lembre-se, por exemplo, de Tito Lívio), é superada por Voltaire. A reflexão racional seria o elemento que retiraria, da história, toda a relação com a superstição e o misticismo, inserindo em seu lugar a importância da existência material das sociedades. Observe, por exemplo, a definição de “História” que Voltaire elabora em seu *Dicionário Filosófico*, publicado em 1964:

“ A história é a narração de fatos considerados verdadeiros, ao contrário da fábula, narração de fatos considerados falsos. Há também a história das opiniões, simples coletânea dos erros humanos (...) Qual é a história útil? Aquela que nos mostra deveres e direitos sem ter a aparência de nos querer ensiná-los. (VOLTAIRE, 1988, p. 121-122)

Se a França representou, para o século XVIII, o grande celeiro de novas ideias, precisamos considerar que outras concepções também se desenvolviam a partir da crítica do projeto iluminista. Para entrar nesse assunto, precisamos nos lembrar de um fato decisivo para o movimento das ideias daquele período: a derrota alemã para as tropas de Napoleão, em 1808.

A Alemanha do começo do século XIX não era, ainda, uma nação no sentido moderno do termo (a unificação das cortes alemãs dar-se-ia apenas em 1871). Enquanto a França iluminista era o celeiro da ideia de progresso universal, a Alemanha permanecia um conjunto de comunidades rurais. A derrota na guerra fez com que surgisse, nas classes cultas alemãs, uma animosidade em relação à França e a tudo que ela representava, inclusive ao iluminismo. Nesse sentido, os intelectuais do romantismo alemão buscavam se diferenciar dos franceses que representavam o cosmopolitismo, a falsidade da corte, a etiqueta iluminista. Alguns analistas como Fritz Ringer (1999), Norbert Elias (1997) e Peter Gay (1978) estudaram esse processo a partir de dois conceitos alemães, que nos ajudarão a entender de que modo a oposição ao iluminismo também gerou uma concepção de história específica, são eles, *Kultur* e *Civilisation*. Na Alemanha do século XIX, *Kultur* referia-se ao conhecimento verdadeiro, profundo, contemplativo, ligado à própria essência, enquanto *Civilisation* representava os valores da superficialidade, do pensamento irrefletido e da vida mundana, cujo maior representante era Voltaire.

Buscando recuperar a *Kultur* e livrar-se da *Civilisation*, alguns pensadores alemães começaram a pensar a história em termos de um resgate dos antigos valores saxões e escandinavos. Esse processo foi paralelo ao crescimento das universidades alemãs (BEM DAVID, 1974), e da ligação muito próxima entre as cátedras e o Estado prussiano. Isso significava que, na prática, a autonomia dos professores estava condicionada à sua submissão aos desígnios oficiais. Agora, como imaginar que a História, agora com estatuto de disciplina universitária, poderia ser legitimada frente ao povo e às outras áreas do conhecimento?



## Refleta

A relação entre a História como ciência e a constituição da nação, apesar de ter sido muito visível no caso alemão, também ocorreu em outros lugares. Pense, por exemplo, no caso francês. Apesar de já ser uma nação unificada no sentido moderno do termo, a História Positivista era vista como uma aliada da República, na medida em que ambas coincidiam na proposta de que a racionalidade deveria presidir o mundo social. No caso do Brasil, a fundação do IHGB (1838), que pretendia sistematizar alguns pontos da história nacional, também cumpriu função semelhante. Você consegue pensar em outros casos em que determinada concepção de história ajudou a criar um imaginário favorável à determinadas conjunturas políticas?

Para entender esse movimento, vamos retomar o que nos conta o historiador José C. Reis. Para ele, nesse contexto, “[o] método histórico tornou-se guia e modelo das outras ciências humanas. Os historiadores adquirem prestígio intelectual e social, pois tinham finalmente estruturado seu conhecimento sobre bases empíricas positivas” (REIS, 1996, p. 5-6). Temos, portanto, o seguinte processo: para que a história pudesse funcionar politicamente como resgate dos elementos comunitários alemães, ela precisava justificar-se socialmente. Para isso, o discurso de que a história era um conhecimento científico, objetivo, e não uma mera coletânea de opiniões, foi fundamental. É nesse contexto que, como diz Julio Benvivoglio (2010), surge uma geração de importantes historiadores na Alemanha, tais como Georg Gervinus, Johann Gustav Droysen, Karl Wecker, Friedrich Dahlmann, Georg Waitz, Heinrich von Sybel, Maximilian Duncker, Karl Rotteck, Ludwig Häusser, Theodor Mommsen, Rudolf Haym, Heinrich Treitschke e Hermann Baumgarten. O mais famoso deles, no entanto, precursor da associação entre história, nação e ciência, foi **Leopold Von Ranke**.

Nascido em 1775 em Wiehe, na Prússia, von Ranke é considerado um dos maiores historiadores alemães, pai da chamada “história científica”. Trabalhou como professor no então chamado ginásio e publicou, dentre outras, obras como *História dos povos latinos e germânicos de 1494 a 1514*, a partir das quais buscava, sobretudo, resgatar, por meio de fontes primárias, os costumes e particularidades das comunidades alemãs. Segundo Ringer (1999), podemos entender o método de von Ranke a partir da seguinte operação: o historiador deve sair do presente em direção ao passado, num movimento que coordena dois princípios: o da empatia (colocar-se no lugar do personagem) e a pessoalização (capturar as individualidades como manifestações do espírito, do *Geist*). Assim, ele pretendia recuperar os eventos e suas interconexões a partir de um trabalho documental, de modo que o historiador não fosse responsável por criar narrativas, mas apenas por expor a causalidade entre os

fatos que compilava. Tal proposta foi amplamente acolhida pela comunidade intelectual alemã, justamente porque ajudava a reconstruir a história do povo germânico a partir de critérios científicos, que não deixavam dúvidas sobre a existência de uma verdadeira Alemanha, que merecia ser unificada como Estado nacional. Ranke “baseava-se principalmente nos documentos diplomáticos para fazer a história do Estado e de suas relações exteriores, pois acreditava que as relações diplomáticas determinavam as iniciativas internas do Estado” (REIS, 1996, p. 11). Outro intérprete dessa tradição, depois conhecida como Escola Metódica, também destaca a convergência entre o tipo particular de ciência histórica produzida por Ranke a política da época,

“visto existir um diálogo intenso entre pensamento histórico e ação política, haja vista a história subsidiar e ser subsidiada pelo debate político em torno da unificação alemã, dos conflitos territoriais e do nacionalismo emergente de tal maneira que nem mesmo Ranke escapou a isso; o que por si desmistifica a interpretação ingênua e os ataques desferidos contra seu *pretens*o apartidarismo. (BENTIVOLGIO, 2010, p. 23, grifos do autor).

O pensamento de Ranke inspirou não apenas os historiadores alemães como também o que depois se consolidaria, na França, como História Positivista. Alguns elementos da proposta de Ranke, tais como a ideia de que história existe em si mesma, objetivamente, sendo observável a partir dos documentos, foram importantes para a tradição positivista. A história científica alemã advogava que o historiador deveria apenas compilar os fatos, essas substâncias unitárias do espírito, e não criar narrativas pessoais a partir deles. Assim, o trabalho estaria resumido a observar os documentos rigorosamente criticados e a organizar cronologicamente esses fragmentos (REIS, 1996, p. 13). Esses elementos foram, a partir do fim do século XIX, radicalizados pela escola positivista francesa.



### Saiba mais

Os historiadores franceses Charles Langlois e Charles Seignobos foram protagonistas da organização da Escola Positivista na França. Seus manuais ficaram famosos e inspiraram gerações de historiadores. Para saber mais, consulte:

LANGLOIS, C; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos Estudos Históricos**. Curitiba, 2017.

A partir da *Revue Historique*, de Gabriel Monod (1844-1902), da obra de historiadores como Ernest Lavisse (1843-1922), Chales Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), o apego ao documento, à separação clara entre fatos falsos e verdadeiros e a ideia de que a história era uma ciência objetiva, consolidaram-se nas universidades francesas. Esse é o momento, inclusive, em que a ciência alemã, e especialmente seu modelo universitário, tornam-se hegemônicos em toda a Europa. Alguns sistemas universitários que estavam crescendo na época, como o dos Estados Unidos, inspiraram-se no paradigma alemão, não apenas teoricamente como também administrativamente. Por isso, podemos concluir nossa jornada refletindo sobre a importância desse trajeto que vai do Iluminismo à História como Ciência: esse processo definiu não apenas o formato que nossa disciplina teria durante muito tempo como também marcou a transformação da figura do historiador que deixava de ser um pensador amador e tornava-se, efetivamente, um profissional.

### Sem medo de errar

Caro alunos, vimos que os modos de narrar a história estão intimamente ligados a seus contextos de formulação. Embora as histórias compiladas pelos irmãos Jacob e Wilhelm tenham ficado internacionalmente conhecidas, elas foram fundamentais, no século XIX, para traduzir o “espírito do povo”. A primeira iniciativa dos irmãos, publicada na obra *Contos para a infância e domésticos* (*Kinder- und Hausmärchen*), cuja primeira edição é de 1812, busca encontrar o que havia de mais fundamental na identidade germânica (DA MATA e DA MATA, 2006).

O historiador **Robert Darnton** (1988), estudioso dos contos populares no contexto francês, nos conta sobre como essas histórias, aparentemente triviais, como a do Chapeuzinho Vermelho, podem nos ajudar a conhecer não apenas as crenças e medos daquelas sociedades, mas também quais costumes e tradições foram passadas adiante na forma de relatos fantásticos. Assim,

“[s]eja como for, Jacob Grimm trouxe para o campo da história da cultura – no seu sentido lato – uma contribuição de primeira ordem, ao reconhecer nas “formas simples” populares um manancial de pesquisa tão importante quanto a tradição literária da Antigüidade greco-romana, ao explorar a dimensão simbólica das práticas jurídicas, ao historicizar a língua. “Aquele que pesquisa a história”, escreveu ele, “precisa reconhecer na poesia uma das mais poderosas alavancas para a elevação do

gênero humano, e mesmo uma necessidade essencial para o seu progresso.” (DA MATA e DA MATA, 2006, p. 6)

Definir a identidade germânica a partir do folclore e das tradições populares era um modo de contrapor-se ao iluminismo francês, e ao universalismo que ele carregava. O contato místico com a natureza e a vida meditativa do camponês eram entendidos como o antídoto à teleologia progressista francesa, que supunha que todo o mundo estaria orientado para uma mesma direção. Assim, a ideia era buscar nos elementos de um “povo” idealizado uma essência permanente do “nacional”. A oralidade e os contos que remetiam a tempos longínquos, medievais, garantiam, na visão desses historiadores e folcloristas, a própria existência do passado alemão (NÉIA, 2017).

Desse modo, os contos davam uma importante contribuição para a formulação de um tipo de história desassociada das grandes narrativas iluministas como o progresso humano, a liberdade e o poder da razão. Para essa tradição alemã, no folclore estaria contido aquilo que o diferenciava de seus vizinhos e os singularizava frente à outras nacionalidades. Embora o trabalho dos folcloristas, como os irmãos Grimm, tenha sido visto como não-sistemático, não metódico e quase amador, ele ajudou a consolidar um imaginário para a nascente nação alemã. Por isso, a importância política dos contos transcende as histórias em si, e refere-se à própria necessidade de encontrar elementos unificadores nas tradições populares. Esse trabalho seria fundamental, por exemplo, para a obra de Leopold Von Ranke, um dos grandes historiadores alemães, cuja principal obra estava dedicada a revelar, por meio de documentos em primeira mão, as tradições germânicas dos séculos XIV e XV.

No caso brasileiro, o folclore é muitas vezes utilizado, em sala de aula, como um repertório de lendas fundadoras nas quais estaria contida nossa essência como país. A partir da reflexão sobre o caso alemão, como você, professor de história, poderia contribuir para um projeto interdisciplinar que buscasse apresentar uma visão não essencialista desse conjunto de lendas funcionais?

A partir do exemplo alemão, pode-se apresentar aos alunos a função de legitimação da identidade política que as lendas do folclore brasileiro tiveram, principalmente ao longo do século XIX, momento de constituição do Estado nacional. No caso brasileiro, figuras como o Saci, a Caipora e até mesmo o indígena romantizado foram suportes para a busca de uma justificativa identitária para a nação, assim como no caso alemão, as lendas medievais, as sagas, as fábulas, as canções e os contos populares compunham um repertório de simbologias bastante úteis para a unificação. Na

mesma medida em que vários historiadores alemães se entusiasmaram pelas tradições mais remotas dos povos germânicos no sentido de encontrar uma “unidade identitária” para a nação que surgia, vários intelectuais e políticos brasileiros também sentiram, após a Declaração de Independência, em 1822, a necessidade de criar uma legitimidade para a nação. O folclore cumpre essa função ao oferecer, para as narrativas nacionais, um conjunto de características “autênticas”. Assim, cabe a você, professor, destacar não apenas a importância do folclore como conjunto de mitologias fundadoras, mas também os usos a que ele é submetido na esfera política.

## Faça valer a pena

**1.** Observe a imagem seguinte, pintada por Ferdinand Victor Eugene Delacroix em 1820, e intitulada *A liberdade guiando o povo*. Ela é uma das principais representações da Revolução Francesa e é usada, frequentemente, como símbolo máximo dos processos ocorridos a partir de 1789.

Figura 2.4 | Delacroix: *A liberdade guiando o povo*



Fonte: <https://bit.ly/2f9iDil>. Acesso em: 19 nov. 2018.

A partir da imagem e da história do Iluminismo e da Revolução Francesa, assinale a alternativa correta:

- O iluminismo pregava a subordinação da razão à revolução, por isso a imagem retrata a barbárie que caracterizou o processo revolucionário de 1789.
- A obra de Delacroix ajuda a perceber que o Iluminismo foi caracterizado pelo apego à violência e à perseguição religiosa.
- Autores como Voltaire e Diderot, grandes personagens do iluminismo, supunham que a religiosidade da Idade Média deveria ser recuperada e transformada em força revolucionária.

d) A Liberdade guiando o povo pode ser interpretada como uma metáfora da necessidade que os iluministas sentiam em se livrar dos constrangimentos políticos do liberalismo.

e) A imagem acima retrata a liberdade como inspiradora e guia da Revolução, de modo a recuperar um dos elementos centrais dos iluministas: a razão como libertação.

**2.** Em 2012, a publicação dos relatos populares dos irmãos Grimm comemorou 200 anos. Diversas celebrações, em várias cidades alemãs, lembraram o fato. Nessa ocasião, também foi divulgada a Rota dos Contos de Fada, um passeio turístico por cerca de 600 km através de vilas alemãs que teriam sido cenário das histórias contadas pelos irmãos. Em Schwalmstadt, por exemplo, a atração é a associação das roupas tradicionais do povoado aos trajes da Chapeuzinho Vermelho.

Tendo em mente a importância desses contos na construção política da identidade alemã no século XIX, assinale a alternativa correta:

a) Os contos dos irmãos Grimm são conhecidos pelo rigor científico, de modo que formam um arcabouço importante da chamada Escola Metódica.

b) Alguns contos famosos compilados pelos irmãos Grimm, como a Rapunzel, tornaram-se patrimônios do movimento iluminista, que os utilizava como padrão do mundo racionalizado.

c) A celebração dos 200 anos da obra dos irmãos Grimm é um indicativo de sua importância para a tradição da nacionalidade alemã, aspecto já presente na obra dos historiadores do século XIX.

d) As lendas e tradições populares ajudaram na construção simbólica da nação alemã, na medida em que aproximavam as experiências dos povos germânicos da tradição francesa.

e) Os contos dos Grimm ajudaram na composição de uma ideia muito importante para os alemães, a de *Civilisation*, que era a erudição desejada para forjar a nação em 1871.

**3.** O trecho em seguida foi escrito por Charles Seignobos e Charles Langlois, e tornou-se um dos mais famosos manifestos inspiradores da historiografia positivista, que mantinha um amplo diálogo metodológico com os princípios da Escola Metódica. Observe o trecho abaixo e, em seguida, julgue as sentenças, considerando verdadeiras aquelas opções que convergem com a ideia de que a história deveria ser interpretada como uma ciência.

A história se faz com documentos. Os documentos são vestígios deixados pelos pensamentos e atos das pessoas do passado. Entre os pensamentos e atos humanos, são poucos os que deixam vestígios visíveis, e esses, assim que são produzidos, raramente são duradouros: um mínimo acidente pode apagá-los. Todo pensamento ou todo ato que não deixa vestígios, diretos ou indiretos, ou cujos vestígios acabam por

desaparecer, estão perdidos para a história; é como se jamais tivessem existido. Sem documentação, imensos períodos do passado da humanidade serão sempre desconhecidos. Não se pode substituir os documentos: sem documentos, sem história. (LANGOIS; SEIGNOBOS, 2017, p. 16)

O historiador deve ser um criador de enredos, que ganham estatuto de verdade conforme se aproximam da realidade possível.

Os fatos existem objetivamente, mas não podem ser expressos em documentos.

O historiador deve ser um organizador de totalidades factuais do passado

É possível apreender a história objetivamente, desde que o historiador adote uma postura de distanciamento axiológico

Os fatos não existem na cabeça do historiador, mas sim na realidade concreta das totalidades históricas

Cada evento é uma manifestação individualizada do todo.

Assinale a alternativa correta:

- a) III, IV, V e VI.
- b) I, III e VI.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, IV, V e VI.
- e) V e VI.

- ABREU E LIMA, F. Os princípios arquitetônicos do Renascimento Italiano. **VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências**, v. 1, n. 1, janeiro a junho de 2008.
- ADVERSE, H. Política e retórica no humanismo do Renascimento. In: ADVERSE, H. **Maquiavel: Política e Retórica**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- AGOSTINHO. **Confissões**. Domínio público. Christian Classics Ethereal Library. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=1042](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=1042). Acesso em: 5 nov. 2018.
- ARTHMAR, R. Voltaire e a visão iluminista do progresso. **História Unisinos**, v. 16, n. 3, p. 379-390, set./dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2012.163.10/1257>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- AZEVEDO, J. DUARTE, D. História, Romance e a narrativa filosófica no iluminismo britânico. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, v. 30, n. 62, p. 555-572, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n62/0103-2186-eh-30-62-0555.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- BARNABÉ, L. E. **Lívio e os Reis romanos: a defesa de uma identidade romana**. FCL Assis, 2006.
- BARROS, J. A. Passagens de Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe. **História**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 547-573, 2009. <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/19.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2018.
- BEM-DAVID, J. **O papel do cientista na sociedade, um estudo comparado**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: EDUSP, 1974.
- BENTIVOGLIO, J. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, ano 1, n. 3, p. 20-58, jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28629>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- BITTAR, E. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição - ano XII*, n. 24, p. 61-103, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-13362009000200004](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-13362009000200004). Acesso em: 6 dez. 2018.
- BLOCH, M. **A sociedade feudal**. São Paulo. Edições 70, 1979.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BURKE, P. *El Renacimiento Europeo. Centros y periferias*. Córsega: Ed. Crítica, 1998.
- BURKE, P. **O Renascimento**. Lisboa: Ed. Texto e Grafia, 1997.
- CÍCERO. **Retórica a Herênio**. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- COSER, L. **Hombres de ideas. El punto de vista de um sociólogo**. Trad. Ivonne de la Peña. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- CULLETON, A. O que é a Escolástica e a Escola de Salamanca. In: IHU – **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, ed. 342, ano X, 2010, p. 3.
- CUNHA, E. Erasmo, Maquiavel e Moro e a Modernidade: Estilos e Projetos Sociais na Filosofia Política Renascentista. **História. Revista da FLUP**. Porto, IV Série, v. 7, p. 120-136, 2017.

Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/2636>. Acesso em: 5 dez. 2018.

DA MATA, S.; DA MATA, G. Os irmãos Grimm entre Romantismo, Historicismo e Folclorística. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 2, abr./jun. 2006, p. 1-24. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF7/09%20ARTIGO%20SERGIO%20DA%20MATA.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DA SILVA, H. Voltaire Historiador. Resenha de LOPES, M. A. Voltaire historiador – uma introdução ao pensamento na época do iluminismo. Campinas: Papirus, 2001. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 313-316, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2698/2235>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1988.

ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro. Jorge Zahar ed., 1997.

ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

FARIAS JR., J. P. Mito e história na antiguidade tardia. Um estudo a partir de Sinésio de Cirene em De Regno. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 1, n. 2, jul./dez. 2014.

FLORES, M. Heródoto e a construção da história. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 9-16, 2010.

FORTUNATO, M. J. **A Concepção de história nos discursos de Maquiavel: uma análise sobre o tempo histórico no pequeno tratado sobre as repúblicas**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea) – Universidade Estadual do Oeste de Paraná, Toledo, 2012.

FUNARI, P. P. Objetividade e subjetividade na historiografia. **Heródoto**, Unifesp, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 600-609, mar. 2018.

GAY, P. **A cultura de Weimar**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

GREGGERSEN, G. Concepção de História em A Cidade de Deus de Santo Agostinho. **Revista Itinerários**. Araraquara. v. 23. p. 69-83, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2807>. Acesso em: 5 dez. 2018.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Ed. Autêntica, 2014.

HARTOG, F. Aristóteles e a História, mais uma vez. **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 14-23, dez. 2013. p. 14-23.

HERING, F. O texto de Heródoto e seus desdobramentos modernos: uma questão imperialista (o caso britânico). **Mneme, Revista de Humanidades**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. v. 5, n. 10, abr./jun. 2004.

INDJI, G. **Sobre el tiempo**. Buenos Aires: Ed. La Marca, 2014.

JAGUARIBE, H. Tucídides e a história da Guerra do Peloponeso. In: TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Coleção Clássicos IPRI. Brasília, UNB, 1987.

- JOÃO, M. T. Heródoto e o Testamento de Udjahor-Resenet. **Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História**. V. 2, n. 3, ano 3, dez. 2005.
- KURY, M. Apresentação do tradutor. In: TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Coleção Clássicos IPRI. Brasília, UNB, 1987.
- LANGOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos Estudos Históricos**. Curitiba: Ed. Antonio Fontoura, 2017.
- LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval**. Martins Fontes. São Paulo, 1992.
- LEPAPE, P. **Voltaire: nascimento dos intelectuais no século das luzes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.
- LIMA, M. O poder da narrativa na criação de uma cultura da escrita historiadora no mundo antigo: estudos de Heródoto e Tito Lívio. **Anais do Congresso de História de Jataí, Jataí**, 2014.
- LIMA, M.; CORDÃO, M. **História e Civismo na Roma Liviana**. História, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 605-620, 2009.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Domínio público. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=24134](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24134) Acesso em 05.11.2018.
- MAYA, S. C. G. da R. **O Conceito de História em Santo Agostinho, a obra A Cidade de Deus**. 2015. 56 f. (Monografia de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.
- NÉIA, V. H **O folclore e a escrita da História: a cultura popular como fonte**. **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 25, n. 1 [33], p. 203-226, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8648158>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- NEVES, G. Chegará o tempo da história? **Revista História da Historiografia**. n. 9. Agosto, 2012, p. 222-245. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/464/29>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- POCOCK, J. **Edward Gibbon in History: Aspects of the Text in The History of the Decline and Fall of the Roman Empire**. Yale University, 1989.
- REALE, G. ANTISERI, D. **História da Filosofia. Da Antiguidade a Idade Média**. Vol 1. São Paulo: Ed. Paulus, 1990.
- REALE, G. História da Filosofia Grega e Romana. **Aristóteles**. Volume IV. São Paulo. Ed. Loyola, 2007.
- REIS, J. C. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo. Ed. Ática, 1996.
- RIBEIRO, G. **Forjando o historiador: periodização e longa Idade Média**. Faces da história, Assis-SP, v. 2, n. 2, p. 202-206, jun./dez., 2015. Disponível em: <seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/download/268/257>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- RIBEIRO, L. A. Cidade de Deus, Teologia da História, Teonomia e Comunidade Espiritual: um diálogo entre Agostinho e Tillich. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 12, n. 24, p. 187-213, dez. 2013.
- RINGER, F. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. São Paulo. EDUSP, 1999.

ROIZ, D. resenha de HARTOG, François (org.). A História de Homero a Santo Agostinho. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, 288p. **Revista de História Regional**, v. 13, n. 1, p. 154-164, 2008

ROSSATO, N.; MARTINI, M. Milenarismo em Joaquim de Fiore e Antônio Vieira. **Revista Mirabilia**, v. 14, p. 264-285, 2012. Disponível em: [https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2012\\_01\\_14.pdf](https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2012_01_14.pdf). Acesso em: 3 nov. 2018.

SEBASTIANI, B. A política como objeto de estudo. Tito Lívio e a reflexão historiográfica romana do século I a. C. **Revista de História**, n. 154, p. 297-315, jun. 2006.

SILVA, S. B. Usos do passado em Tito Lívio: A construção de uma memória romana à época de Augusto (século I a. C.). **Revista Est. Fil. e Hist. da Antiguidade**, Campinas, n. 29, jan./dez. 2015.

SILVA, R. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do Novo Republicanismo. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 37-58, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a04.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.

SOUSA SANTOS, P. A Teologia da História: aspectos fundamentais. **Perspectiva Teológica, Belo Horizonte**, ano 43, n. 121, p. 411-423, set./dez. 2011. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2017/6000-1529605035.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.

TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Coleção Clássicos IPRI. Trad. Mario Kury. Prefácio Helio Jaguaribe. Brasília, UNB, 1987.

TÔRRES, M. R. (org.). A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média. **Revista Mirabilia**, v. 16, 2013/1. Disponível em: [https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2013\\_01\\_08\\_0.pdf](https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2013_01_08_0.pdf). Acesso em: 5 dez. 2018.

VOLTAIRE, V. I. **Dicionário Filosófico**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

VON RANKE, L. Herodotus and Thucydides. **Revista história da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, p. 252-259, mar./2011. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/244/178>. Acesso em: 21 jan. 2019.

WOORTMANN, K. O selvagem e a história: Heródoto e a questão do outro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 43, n. 1, p. 14 – 59, 2000.

# Unidade 3

---

## História e Historiografia no século XX

### Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo!

Nesta unidade, conheceremos alguns dos principais debates da historiografia no século XX. Após uma longa jornada, desde a emancipação da referência mitológica, passando pela história como teodiceia cristã, pelo iluminismo e chegando até o século XIX, a História se converte, finalmente, em disciplina institucionalizada. As discussões sobre o método, sobre as fontes históricas e sobre o papel do historiador, todavia, estavam apenas começando. Nós vamos acompanhar, a partir de agora, uma parte importante dessas discussões, e nos dedicaremos a refletir sobre importância delas na Historiografia.

O século XX marcou um momento de crítica da história tradicional, dita positivista, encampada pela Escola Metódica. Várias correntes historiográficas elaboraram críticas a esse modelo, tais como os Annales e algumas vertentes do marxismo. Apesar de apresentarem diferenças entre si, nós veremos que há um núcleo comum em suas propostas: ampliar as fontes às quais o historiador poderia recorrer e, sobretudo, considerar outras vozes, outros sujeitos na composição da narrativa sobre o passado. Essa pluralização dos sujeitos, bem como a ampliação da ideia de agência do indivíduo na história, foi fundamental para que novas experiências e novos pontos de vista fossem integrados ao modo como o historiador entende os processos. Se, durante o século XIX, as grandes batalhas e personalidades seguiam sendo a maior preocupação dos historiadores, a partir da qual se estabeleciam, efetivamente, as relações causais entre os eventos, veremos que, a partir de meados do século XX, se integrarão à essa narrativa hegemônica outros espaços de experiência, tais como: as mulheres, os camponeses, a classe operária.

A partir do momento em que setores antes esquecidos começaram a ser considerados peças importantes do processo histórico, esses novos sujeitos também tiveram sua própria versão da história legitimada diante dos olhos da esfera pública. Isso significa, por exemplo, que experiências e identidades antes marginais puderam ser consideradas partes integrantes da cultura comum de nossas sociedades, o que ajudou a promover novas possibilidades de resistência e de preservação cultural.

Para refletirmos sobre essa mudança, nosso percurso começará por uma revisão de alguns dos conceitos mais importantes do século XX, como os de Revolução Industrial, Classe Social e Consciência de Classe. Conheceremos as perguntas que deram início a essas discussões, tais como: qual foi o efeito, na vida dos trabalhadores, da modernização dos modos de produzir? Será que todos os grupos sociais se sentiram igualmente beneficiados pelo progresso que o século XIX alcançou? Por que alguns trabalhadores não se reconhecem em sua própria classe e apoiam ideias e pessoas que, em tese, vão contra seus interesses? Veremos também que essas questões abriram um caminho reflexivo importante para considerar a experiência da classe operária, dos camponeses e, de modo geral, da história “vista a partir de baixo”. Essa tendência congregaria distintas apostas: desde os marxistas ingleses da *New Left*, por exemplo, até a Escola dos Annales, na França. Apesar de não comungarem das mesmas soluções analíticas, ambas questionam, a seu modo, o escamoteamento das histórias “marginais” em que se baseava a História Positivista.

As questões levantadas pela *New Left* e pelos Annales tocam em pontos ainda hoje muito debatidos nas ciências humanas e, sobretudo, nos proporcionam um conjunto de instrumentos que podem diversificar as abordagens em sala de aula, contribuindo para os alunos refletirem sobre o tema a partir de suas experiências. No caso da *New Left*, por exemplo, pode-se levar em conta a possibilidade de resgatar memórias familiares dos alunos, reabilitando narrativas sobre o lugar onde vivem e se atentando para as novas aberturas ao passado que se tornam possíveis com esse redirecionamento de olhar. Analogamente, o caso dos Annales também ajuda a debater, em sala de aula, a questão da atenção ao cotidiano e as experiências particulares dos sujeitos, chamando atenção dos alunos para os aspectos geralmente “esquecidos” nas práticas escolares, mas que são importantes instrumentos para evitar que a história fique restrita a um conjunto de datas e grandes personagens.

Por fim, veremos também que essa ampliação dos objetos possíveis e dos métodos aceitáveis pelo historiador contribuiu para a aproximação da história com outras abordagens das Humanidades. As Ciências Sociais, a Antropologia e, sobretudo, a Filosofia, constituíram-se como uma plataforma de diálogo muito importante para os historiadores a partir dos anos 1960. Nós vamos acompanhar, por exemplo, o impacto do filósofo Michel Foucault e a aproximação com a filosofia da linguagem, buscando refletir sobre as novas possibilidades que se abriram ao ofício do historiador a partir da crítica às ortodoxias e tradicionalismo que organizavam a prática historiográfica ao longo do século XIX.

## Patrícios, plebeus e operários: A História Social da *New Left Review*

### Diálogo aberto

Caro aluno, seja bem-vindo!

Vamos começar nossa reflexão com uma pergunta: você conhece a história de países como a Indonésia ou o Japão tão bem como conhece a história da França ou dos Estados Unidos? Em relação à história do Brasil, todos os setores da população são igualmente presentes em nossa formação? Provavelmente você deve perceber que há escolhas narrativas em nossos currículos, em nossa experiência discente e, claro, também em nossa prática como professores. Em certo sentido, é impossível não optar por algumas tradições em detrimento de outras – afinal de contas, nosso tempo de formação escolar não é infinito. Contudo, podemos nos perguntar: o que orienta essas escolhas? Recentemente, a Lei 11.645/08 instituiu, no Brasil, a obrigatoriedade do ensino de História da África nos currículos. Mas afinal se vivemos em um país tão profundamente composto por elementos da cultura africana, porque apenas em 2003 começamos a estudá-la?

Essas perguntas nos ajudam a perceber que as opções historiográficas estão sempre relacionadas com aspectos extra teóricos: demandas políticas e econômicas, por exemplo.

Veremos, como tendências surgidas no século XX como a *New Left*, na Inglaterra, contribuíram para colocar em cheque as antigas escolhas narrativas da escola positivista que, até então, eram vistas de forma naturalizada. O que se propôs, em poucas palavras, foi recuperar a história do ponto de vista da classe trabalhadora do campo e da cidade a partir do estudo de seus costumes e de suas tradições, e não apenas como elementos passivos do processo histórico mais amplo. Tal proposta nos ajuda a perceber como distintos grupos sociais possuem distintas experiências do processo histórico, que podem ser resgatadas quando ampliamos nosso olhar sobre a história.

Imagine, que você precisa abordar, em sala de aula, a trajetória familiar dos alunos: a história de seus antepassados, suas experiências de trabalho, suas memórias e sua comunidade. De que modo as ideias da história social da *New left* podem contribuir para esse projeto de conexão entre as experiências comunitárias dos alunos e a conjuntura mais ampla que as circunscreve? Vamos percorrer, ao longo desta seção, a discussão sobre a importância de

considerarmos o ponto de vista dos “de baixo” como agentes da História. A partir dessa recuperação, você será convidado a pensar na elaboração de uma atividade para os alunos que procure, a partir da proposta historiográfica em questão, resgatar esses aspectos na história de sua própria comunidade e de sua própria família.

### Não pode faltar

O movimento intelectual que vamos conhecer nesta seção não foi apenas epistemológico, mas também estava inscrito em uma importante tendência mundial de dúvida em relação aos paradigmas científicos, políticos e comportamentais das décadas anteriores. A chamada *New Left*, antes de um agrupamento intelectual, foi um termo utilizado para designar um conjunto de movimentos políticos, de vinculação com a esquerda, que surgiram na década de 1960. O termo “*new*” faz referência, ainda, a um novo modo de abordar os conflitos sociais: ao contrário da esquerda “antiga”, que centrava suas atenções no movimento operário, essa nova esquerda procurava revalorizar aspectos culturais e da ordem dos costumes. Nos Estados Unidos, principalmente, esse movimento apareceu na forma das contestações a guerra do Vietnã e nos movimentos pelos direitos civis. Grupos organizados em torno do combate à segregação racial e do feminismo foram responsáveis por propor que, além da classe social, haviam outras questões importantes a serem consideradas, como a etnia, o gênero e a sexualidade. Na França, o movimento de maio de 1968 também representou essa guinada, a partir da mobilização estudantil contra o conservadorismo e as hierarquias do sistema de ensino. Para entendermos como esse movimento internacional se relaciona com a tradição da História Social britânica, todavia, precisaremos considerar um amplo debate dentro da própria esquerda.

Alguns eventos importantes da década de 1950, diretamente relacionados ao contexto da Guerra Fria, dizem respeito à influência de Joseph Stalin (1878-1953), líder do partido comunista soviético até 1953. A divulgação dos crimes cometidos durante o regime de Stalin - notadamente do expurgo e perseguição de dissidentes - levada a cabo por Nikita Krushov (1894-1971) em 1956, provocou um amplo questionamento na esquerda internacional: afinal, era possível, ainda, defender a União Soviética e o comunismo diante dessas revelações? Também em 1956, na Hungria, uma revolta popular contra a URSS, e a repressão militar que a seguiu, contribuíram para aumentar o clima de desconfiança em termos do potencial comunista para a liberdade. A esses questionamentos de ordem política e estratégica se somaria a um outro, de ordem epistemológica: ao observar o fato de que o grande setor do movimento operário não era simpático à revolução, será mesmo que

considerar o proletariado como o grande sujeito de um mundo novo, como fazia o marxismo tradicional, era suficiente para compreender suas posições?



### Assimile

O debate teórico com o marxismo e com a tradição positivista foi muito importante para a *New Left*. A proposta era, em diálogo com os primeiros, abrir um campo de construção da nova esquerda, inspirada pelas novas demandas teóricas e sociais da Inglaterra da segunda metade do século. Em 1978, Thompson publica sua obra, *A Miséria da Teoria*, na qual critica teses de Louis Althusser, então uma figura bastante proeminente dentro dos quadros intelectuais da esquerda. É interessante notar que o título da obra de Thompson remete à um famoso livro, lançado em 1847, por ninguém menos que Karl Marx e intitulado *A Miséria da Filosofia*. Tal como Thompson em relação a Althusser, Marx criticava seu contemporâneo Proudhon, autor de *A Filosofia da Miséria*, e enfatizava a necessidade de que a realidade comandasse nossas análises, e não o contrário. De certo modo, a escolha de Thompson revela a importância da herança marxista e, inclusive, uma intenção de retorno às origens do pensamento revolucionário de Karl Marx.

Um dos pontos de apoio de Marx, a saber, a divisão entre estrutura (esfera econômica) e superestrutura (política, cultura etc) foi duramente questionada na década de 1950, mas já era objeto de reflexão há algumas décadas. A ideia de que a economia teria uma relação de determinação em relação às outras esferas parecia deixar pouco espaço a aspectos culturais, morais etc. Ainda na década de 1930, Antônio Gramsci (1891-1937), a partir da experiência do fascismo italiano, procurava encontrar um novo lugar para a cultura no esquema marxista a partir de conceitos como hegemonia e aliança de classe. Na década de 1940, autores como Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), vinculados à chamada Escola de Frankfurt, perguntavam-se sobre o motivo da adesão do operariado alemão ao nazismo: será mesmo que o conceito de consciência de classe era suficiente para explicar esse aparente contrassenso?

É dentro desse cenário de múltiplas revisões que surge um grupo de historiadores, depois conhecidos como “os marxistas britânicos”, vinculados ao Partido Comunista Inglês. Agrupando-se em torno de duas publicações principais, a *Past and Present* e, em seguida, a *New Left Review*, grupo que começaremos a conhecer a partir de agora, propôs a análise crítica de temas muito caros à tradição marxista, como a Revolução Industrial, a Consciência de Classe, a agência do indivíduo na história e sua relação com a estrutura.

Segundo Fenelon, é na obra de historiadores vinculados ao movimento, principalmente de Edward P. Thomspon (1924-1993), que “estão definidas as características básicas de que se convencionou chamar de uma *history from below* (história de baixo), como uma perspectiva de trabalho para o historiador” (2014, p. 39 – grifos do autor).

A história do grupo que ficou conhecido como os “marxistas ingleses” remonta à fundação da Revista *Past and Present*, em 1952, por historiadores membros do partido comunista britânico, como Maurice Dobb (1900-1976), Paul Sweezy (1910-2004) e Eric Hobsbawm (1917-2012), interessados em ampliar o público de suas discussões. A ideia era não apenas popularizar a história como disciplina, mas também tornar conhecida a dimensão social que orientava as discussões desses autores. Conforme nos conta Maria Manuela Sousa Silva (1995), a revista ficou em posição delicada durante os períodos mais tensos da Guerra Fria, tendo estabelecido relação, nesse contexto, com outras revistas como a *Revue des Annales Histoire Sciences Sociales*, da França, no intuito de fortalecer uma rede de publicações progressistas. Em 1956, a união das revistas dos ex-comunistas (grupo ligado a *The Reasoner*) e dos socialistas (*Universities and Left Review*) acabou gerando uma nova publicação periódica a *New Left Review*. Marcada pela contribuição dos antigos fundadores da *Past and Present* e também por historiadores como Edward Palmer Thompson (1924-1993), a *New Left Review* tornou-se, na década de 1960, o principal órgão de divulgação dessa tendência de revisão, a qual nomeariam, tempos depois, de “marxismo humanista”. A união desse grupo de intelectuais ingleses foi o embrião da Escola Marxista Revisionista ou Escola Neo-Marxista Inglesa (LOWY,1989). Conforme salienta João Bertonha:

“[a] contribuição desses homens foi, de fato, impressionante. Eles romperam com a noção economicista do marxismo vulgar e com a metáfora “base X superestrutura” o resgataram o conceito de história como a História da luta de classes”, renovaram a “history from below”, anexando um caráter político e de luta cultural a uma história vista como mera “história do cotidiano”, por exemplo, a escola dos “Anais”, etc. (1997, p. 33)

Para Stuart Hall (1932-2014), historiador vinculado ao grupo, a experiência da *New Left Review* (NLR) “significou para os adeptos da esquerda da minha geração o final dos silêncios impostos e dos impasses políticos da Guerra Fria, bem como a possibilidade de um avanço em direção a um novo projeto socialista” (HALL, 2014, p. 215). Conforme Hall (2014), no entanto, o projeto nunca foi monolítico, as tensões eram presentes e os debates e

discordâncias, muito frequentes. Mas, afinal, quais foram os aspectos historiográficos que emergiram dessa tendência? Que tipos de combates travados nas páginas da revista puderam ter uma repercussão tão grande na historiografia? Vamos começar conhecendo um dos historiadores mais importantes desse contexto, Edward P. Thompson (1924-1993), que sintetiza a posição da revista tanto teoricamente – a revisão culturalista do marxismo – quanto em relação ao engajamento e ao comprometimento do historiador nas questões de sua época.

Edward Palmer Thompson (1924 – 1993) nasceu em Oxford, na Inglaterra, em uma família muito envolvida com as questões de seu tempo. Seus pais, professores, eram amigos pessoais de Jawaharlal Nehru (1889 - 1964), líder do movimento pela independência indiana. Ao longo de sua juventude, estudou história em Cambridge e conciliou os estudos com a militância no Partido Comunista e com seu alistamento voluntário no exército inglês e, depois, em uma brigada solidária na Iugoslávia. Essa dimensão é importante para entendermos não somente a vida de Thompson, mas também a proposta de que a teoria deveria estar comprometida com a vida cotidiana, que está na base da revisão da relação entre estrutura e superestrutura que Thompson e seus colegas pretendiam levar a cabo. Foi no partido comunista, inclusive, que ele entrou em contato com outros historiadores que marcariam sua geração como Eric Hobsbawm (1917-2012), Christopher Hill (1912-2013) e Maurice Dobb (1900-1973). Nesse sentido, como nos lembra Dennis Dworkin:

“[a]lém de ser um historiador, Thompson foi um poeta, um escritor político e um militante. Este foi um dos fundadores da Nova Esquerda Britânica na década de 1950 e ao longo da vida foi ainda um defensor do desarmamento nuclear. Grande parte da carreira acadêmica de Thompson foi investida na educação para adultos da classe operária. Sua principal posição acadêmica foi a de diretor do Centro de História Social da Universidade de Warwick, no Reino Unido. (2014, p. 91)

A principal obra de Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, foi publicada em 1963. Logo nas primeiras páginas, somos apresentados à uma ideia que norteou os debates do autor:

“[a] classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente em seu próprio fazer-se.” (THOMPSON, 2004, p. 9)

O que Thompson pretendia com isso era questionar a tese marxista de que a classe poderia ser vista como uma categoria ou como uma estrutura, como queria Louis Althusser (1918 - 1990), por exemplo. Para o historiador inglês, a classe era algo que ocorre concretamente nas relações sociais, de modo que não seria possível encontrar uma definição estanque para ela.



### Saiba mais

Apesar de perpassar toda sua obra, o debate que Thompson estabeleceu com a tradição estruturalista, especialmente com Althusser, foi publicado em 1978, de modo sintético, em *A Miséria da Teoria*. Para saber mais sobre essa controvérsia que tanto impacto teve na historiografia, consulte os textos seguintes:

CARVALHO, H. Autocrítica de E. P. Thompson em a *Miséria da Teoria*: teoria marxista e política, subjetividade e objetividade na história. **Projeto História**, São Paulo, n. 48, dez. 2013.

MARTIN, P. Thompson versus Althusser. **Revista Crítica Marxista**, n. 39, p. 129-139, 2014.

A classe, nesse sentido, seria uma articulação de interesses semelhantes, sempre conjuntural, e não uma categoria que existe previamente à experiência das pessoas. Thompson nos apresenta uma divisão entre o conceito de experiência de classe, ligado à antiga divisão entre estrutura e superestrutura, e a ideia de consciência de classe que não poderia ser, como a anterior, ligada simplesmente à posição do sujeito na cadeia produtiva, mas ao contrário guardava relação com “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 2004, p. 10). Observe como Thompson define, na introdução da *Formação*, sua proposta:

“[e]stou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludista, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesse tempo de aguda

perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria existência: se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenadas em vida, vítimas acidentais. (2004, p. 13)



### Exemplificando

O movimento luddista, ocorrido na Inglaterra no começo do século XX, é um dos exemplos dados por Thompson para refletir sobre o impacto negativo do progresso tecnológico na vida cotidiana dos trabalhadores. Os luddistas se revoltavam não apenas contra a chegada das máquinas e a aceleração da produção, mas também, contra o próprio tempo imposto pelas novas tecnologias, que retiravam dele o controle sobre a experiência de trabalho. Diante disso, eles danificavam as máquinas, a partir de uma organização horizontal incorporada na figura fictícia de Ned Ludd, motivo que levou o Parlamento inglês a criar uma legislação específica contra tais atos. Para saber mais sobre o movimento luddista consulte:

COGGIOLA, O. Os inícios das organizações dos trabalhadores. *Aurora*, ano IV, n. 6, p. 11-20, ago. 2010.

Conforme João Melo Junior (2012), Thompson rompe com a prioridade das lutas classistas e afirma a importância da cultura anterior dos trabalhadores. “A grande inovação de Edward Thompson foi perceber a estruturação da classe operária nas suas múltiplas experiências culturais associadas a elementos de resistência popular” (MELO JUNIOR, 2012, p. 2). A proposta de Thompson de trabalhar com valores, tradições e costumes, inclusive, esteve na base da formulação de uma de suas mais famosas discussões, a saber, a crítica da Revolução Industrial como instrumento de progresso social. Para entender esse debate, vamos conhecer uma outra obra muito famosa de Thompson, *Costumes em Comum*, publicada em 1980. Trata-se de uma coletânea de textos escritos pelo autor em um espaço de 20 anos, que sintetizam algumas de suas principais contribuições ao debate da *New Left*.

O tema do livro são os costumes na vida dos trabalhadores do XVIII e XIX. Thompson aborda a resistência dos camponeses quanto à modernização dos costumes e das tradições. Diferentemente do folclorismo, que vê nos costumes uma reminiscência do passado ou um registro de um tempo remoto, a proposta é capturar a experiência vivida dessas comunidades, resgatando a dimensão das mentalidades, dos costumes, sua função de legitimação e de expectativas.

“Se, de um lado, o costume incorporava muitos dos sentidos que hoje atribuímos à ‘cultura’, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei. (THOMPSON, 1998, p. 15)

No século XVIII, conta Thompson (1998), o costume era a retórica de quase todo direito legítimo. Era, pois, um campo de movimento e de disputa, uma “arena de elementos conflitivos” (1998, p. 17) e não uma estrutura fechada. Para Thompson (1998), nesse sentido, o paradoxo do século XVIII é a existência de uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. Ele percebe que a inovação é geralmente interpretada como uma “coisa de ricos”, que a plebe tende a resistir na medida em quem para ela, isso se converte em mais exploração. Resiste-se, então, à mudança, em defesa dos costumes. Outro aspecto é a existência de regras mais morais do que econômicas, mesmo na regulação de trocas. A Revolução Industrial teria conturbado esse funcionamento tradicional, alterando as necessidades e as expectativas daquelas comunidades,

“é isso sobretudo o que estabelece a distinção entre o pré-industrial ou tradicional e o mundo moderno. As gerações sucessivas já não se colocam em posição de aprendizes umas das outras” (THOMPSON, 1998, p. 23).

Esse rompimento que Revolução Industrial teria causado, em todo caso, ajuda a entender a animosidade e a resistência dos setores populares em relação à sua implantação, bem como o ceticismo em relação a seus benefícios. O progresso técnico aparecia, efetivamente, como uma ameaça real aos seus modos de vida. A ideia de que a Revolução Industrial e o progresso da humanidade seguem, imediatamente, um do outro foi questionada por Thompson. A própria ortodoxia marxista, que via no desenvolvimento das forças produtivas a única saída para sua própria superação, era confrontada a partir da proposta de Thompson.

Vamos, agora, sintetizar algumas ideias antes de apresentar as críticas que foram feitas a elas. Ao questionar o sentido positivo da Revolução Industrial a partir da experiência negativa que dela tiveram os contemporâneos do processo, Thompson se colocava em uma posição de crítica ao marxismo tradicional. Além disso, ao levar em conta elementos como as tradições e os costumes, capturados diretamente de fontes orais, testemunhais e não muito conhecidas na época, como diários e cartas, Thompson também ajudava a recolocar a ação humana no centro da História. Em sua análise, os indivíduos têm certa margem da ação diante da estrutura, de modo que suas ideias, seus

pensamentos e suas experiências comunitárias não podem ser consideradas, simplesmente, reflexos das relações econômicas.

A repercussão desse debate foi imensa, e muitos marxistas ligados à tradição estruturalista de Louis Althusser (1918-1990), como Perry Anderson (1938), contribuíram para a discussão. Nessa tradição, se supunha que a “classe” era, antes de mais nada, um instrumento teórico. Eles acreditavam que o que Thompson estava fazendo era se esquecer do conceito de classe. Estaria, ainda, colocando em seu lugar conceitos de difícil definição e apreensão, como experiência e “cultura” e, com isso, contribuindo para tornar a análise marxista “frouxa”, relativista. Como salienta Bertonha (1997), os críticos estruturalistas do projeto da *New Left* afirmavam que, ao prescindir das estruturas, a História acabaria se transformando em memória. Além disso, ao enfocarem a vida das pessoas comuns e não os partidos, eles estariam, sobretudo Thompson, despolitizando a disciplina, transformando-a em um conjunto de testemunhos sobre os quais nunca se poderia afirmar qualquer tipo de verdade.

A discussão sobre a liberdade do agir humano em relação a seus condicionamentos sempre foi um tópico de debate importante dentro do marxismo. Desde que, no 18 Brumário de Luis Bonaparte, Marx afirmou que os homens fazem, sim, a história, mas não do modo como querem, diversas correntes do marxismo se dedicaram à questão. Assim, embora a tentativa de Thompson, de Raymond Williams (1921-1988) e de outros autores da *New Left* não seja inédita, o modo pelo qual esses autores tentaram recolocar a agência humana na linha de frente de suas análises foi fundamental para a composição e divulgação mundial do “marxismo inglês”.

O debate foi imensamente frutífero e teve repercussões não apenas na Inglaterra, mas também em vários lugares do mundo. Vejamos, por exemplo, o episódio em que, em 20 de outubro de 1985: aproximadamente mil pessoas se reuniram na *New School for Social Reserch* de Nova York para escutar Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e E.P. Thompson debater acerca de “A agenda para a história radical” (*radical history*). Sob inspiração dos primeiros debates da historiografia inglesa, alguns pontos desse debate são retomados nesse evento, o que pode nos ajudar a dimensionar a importância das obras de Thompson, Anderson, Hobsbawm etc. O próprio Hobsbawm, naquela ocasião, sintetiza a plataforma política e intelectual do grupo que se formou, ainda nos anos 1950, em torno da revista *Past and Present*:

“É certo que somos, todos nós, “historiadores *radicais*”, mas não creio que sejamos a *radical history*. Vemono-nos – ao menos eu acho – como parte de uma corrente mais ampla da *radical history*,

de esquerda ou populista, que existiu por muito tempo na maioria dos países, e, logo, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos: do lado do povo, contra os ricos e poderosos, na oposição aos governos e grupos dominantes, a favor da razão e contra a superstição, crítica da reação. (HOBSBAWM, 2014, p. 209- grifos do autor)



### Refleta

Michel Lowy e Sayre, grandes estudiosos do marxismo na contemporaneidade, veem, na obra de historiadores como Thompson e Raymond Williams, alguns traços “românticos”. Esses traços seriam aqueles ligados à manutenção de um regime antigo, com costumes anti-modernos e resistência a qualquer tipo de mudança. Lowy afirma que, analisando a recusa dos camponeses à revolução industrial, Thompson:

“[r]ecusando as explicações habituais que só vêem nesta atitude uma postura retrógrada frente à necessária modernização como processo sociológico e tecnológico supostamente neutro, Thompson a interpreta como uma reação legítima frente às transformações vividas pela plebe como um agravamento da exploração, a expropriação dos seus direitos costumeiros ou a destruição de hábitos de trabalho e lazeres valorizados. (1989, p. 55)

Agora, vamos refletir, considerando esse aspecto destacado por Lowy e Sayre e a ideia de Thompson de que a plebe era um setor “rebelde conservador”, será que podemos pensar que qualquer forma de crítica ao mundo moderno é sempre um pedido de volta ao passado?

O diálogo aberto pela obra dos historiadores da *New Left* britânica consolidou uma mudança muito importante para a historiografia mundial. Além de atualizar o debate marxista, alinhando-o com as demandas do pós-Guerra, também contribuiu para uma revisão do período da Revolução Industrial, especialmente com a obra de Thompson. A reabilitação da experiência dos trabalhadores e o questionamento do caráter necessariamente progressista da vida fabril foram dois importantes aspectos dessa revisão. O impacto desse movimento na historiografia, contudo, transcende o objeto de Thompson, de modo que se hoje em dia muitos historiadores dedicam-se à temas de cultura popular e às experiências dos “de baixo”, isso pode ser creditado à abertura metodológica que a *New Left* ajudou a consolidar na segunda metade do século XX.

Caro aluno, vimos que a renovação de algumas concepções do marxismo, efetuadas por historiadores como E. P. Thompson (1924-1993), abriram novos caminhos para o fazer historiográfico, entre eles a consideração das distintas experiências dos diversos grupos sociais e o uso de fontes até então desacreditadas pelo historiador, como os testemunhos e os diários. Integrar o estudo da cultura, dos costumes e das tradições à reflexão, permitiu, assim, a criação de novos campos de análise, bem como uma abertura aos “de baixo”, que nem sempre estiveram nas narrativas dos historiadores. Agora, como isso pode nos ajudar a entender a nossa própria posição dentro da narrativa histórica mais ampla, nacional, por exemplo? Será que falar em termos de “operários” e “burgueses” é suficiente para explicar os diversos grupos que integram essas duas totalidades?

Vamos partir de uma definição muito interessante de um historiador inglês que também pertenceu a esse movimento, Raymond Williams, para quem “a história da ideia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou a nossa vida” (WILLIAMS, 1969, p. 5 *apud* ROCHA e SANTOS, 2012, p. 4).

Considerar a experiência pessoal, as tradições e os costumes na definição da ideia de cultura nos ajuda a perceber que, mesmo dentro de uma região, cidade, ou comunidade escolar, é possível encontrar nuances e identificações contraditórias, o historiador pode atentar-se a elas para enriquecer sua visão da conjuntura. Uma possibilidade de operacionalizar essas reflexões é organizar, com os alunos, o seguinte roteiro:

a) Levantamento preliminar da bibliografia existente sobre a cidade e o bairro. O que sabemos sobre os autores desses relatos?

b) Os trabalhadores – seus hábitos, seus modos de vida, suas percepções – estão retratados nessa historiografia?

c) Quais as origens familiares dos alunos? Há imigrantes? Há pessoas que vivem no campo?

d. Reflexão em conjunto: essas histórias estão suficientemente representadas nas memórias e na narrativa oficial da cidade?

A partir desse levantamento os alunos podem perceber a disparidade e então traçar um plano de recolhimento testemunhal das famílias que, depois, pode se converter em um trabalho mais amplo de fechamento da disciplina. Com essa atividade, pode-se colocar em prática não apenas o importante resgate das tradições e dos costumes que Thompson pretendia no caso inglês, mas, também, reafirmar a importância de conferir o estatuto de agentes às

pessoas, especialmente aos trabalhadores, retirando-as da condição de expectadoras da própria história.

## Faça valer a pena

1. Leia o fragmento seguinte, retirado da obra de E. P. Thompson, *Costumes em Comum*.

“É uma queixa comum que os termos “feudal”, “capitalista” ou “burguês” sejam demasiado imprecisos para serem úteis em uma análise séria, abrangendo fenômenos demasiado vastos e díspares. Entretanto, agora encontramos constantemente o emprego de novos termos como “pré-industrial”, “tradicional”, “paternalismo” e “modernização”, que parecem estar sujeitos praticamente às mesmas objeções, e cuja paternidade teórica é menos precisa.

Talvez seja interessante observar que, enquanto o primeiro conjunto de termos chama a atenção para o conflito ou tensão dentro do processo social, o segundo parece cutucar-nos para que vejamos a sociedade em termos de uma ordem sociológica auto-reguladora. Com um cientificismo enganador, esses termos se apresentam como se não contivessem julgamentos de valor. Também possuem uma estranha falta de temporalidade. Desgosto particularmente de “pré-industrial”, uma tenda cujas pregas espaçosas acolhem lado a lado os fabricantes de roupas do Oeste da Inglaterra, os ourives persas, os pastores guatemaltecos e os bandoleiros corsos. (THOMPSON, 1998, p. 27)

Tendo em vista o fragmento de Thompson e sua concepção sobre os desafios da historiografia, assinale a alternativa correta

- Para Thompson, a abrangência dos termos referidos ignora as diferenças entre os setores trabalhadores, e não consegue capturar a experiência de cada um deles.
- Segundo o fragmento, é preciso encontrar termos mais abrangentes para lograr um entendimento historiográfico das relações entre as diversas experiências operárias.
- Os termos que Thompson critica no fragmento são tributários da primeira geração da *New Left*, preocupada com a criação de conceitos amplos e adequados à expressar as experiências das classes dirigentes inglesas.
- A importância de Thompson para a historiografia, como se nota pelo fragmento, é a defesa de um cuidadoso olhar conceitual em detrimento das experiências dos sujeitos.

e) A *New Left*, de modo geral, defendia que não se deve utilizar conceitos advindos do marxismo em nenhuma hipótese, pois eles não serviam mais para a configuração da Europa após a Segunda Guerra.

**2.** Uma das principais contribuições da escola marxista britânica, expressa nas páginas da Revista *New Left*, é a revalorização de alguns aspectos antes excluídos da análise estrutural marxista. A Revolução Industrial, por exemplo, é um dos aspectos que passa por profunda revisão, especialmente a partir da obra de Thompson. Tendo isso em mente, julgue as alternativas a seguir:

- I. Na obra de Thompson, a Revolução Industrial aparece como uma força sempre progressista, capaz de livrar os homens do obscurantismo tradicional.
- II. A revisão dos efeitos da Revolução Industrial indica que nem todas as pessoas experimentaram do mesmo modo suas consequências práticas.
- III. A Revolução Industrial, como um símbolo do capitalismo, não tinha importância analítica para os membros socialistas da *New Left*.
- IV. Desassociar a Revolução Industrial do automático bem-estar do progresso foi uma das contribuições da obra de Thompson.

Assinale a alternativa que contém somente as sentenças corretas.

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

**3.** O texto abaixo foi escrito por Perry Anderson, um dos maiores debatedores críticos das teses de Thompson. Leia o texto com atenção para responder à questão:

“O quanto contribuiu o movimento pacifista para esse fim é outro problema; é o debate principal que Thompson deixa pendente. Nesse ponto, diferíamos. Entre os ideais do END (Movimento pelo Desarmamento Nuclear Europeu) e as realidades da queda da União Soviética, há uma grande brecha. Ao distinguir os defensores do fim da Guerra Fria de seus agentes, não os estou depreciando. A Primeira Guerra Mundial não foi concluída pela esquerda Zimmerwaldiana do “Chamado de Estocolmo”, mas pela vitória da Tríplice Entente. Não lhe concedemos menos honrarias por isso. Foi muito diferente o final da Guerra Fria? Edward sustentava apaixonadamente que foi. Ninguém teria mais direito a afirmar que ele. Seu juízo profissional – *Ends and histories*, concluído na primavera de 1990 e publicado no volume de Mary Kaldor *Europe from below* (A Europa vista de baixo)

- é em parte uma resposta a Francis Fukuyama, sobre o qual tínhamos posições convergentes. É uma de suas mais atrativas análises é visionário e autobiográfico ao mesmo tempo. As pessoas o trarão à tona depois que os vereditos mais convencionais tenham sido esquecidos. (ANDERSON, 2014, p. 204)

Em relação ao excerto anterior, assinale a alternativa correta:

- a) O fragmento de Perry Anderson demonstra que a vinculação de Thompson a temas prementes de seu tempo, como a questão do desarmamento nuclear, o descredenciava enquanto historiador.
- b) Anderson, apesar de fazer notar que discordava de Thompson em pontos importantes, foi responsável pela divulgação da obra teórica do colega, impulsionando o debate marxista a nível internacional.
- c) As polêmicas entre os dois autores tiveram apenas caráter pessoal, não resultando em discussões frutíferas em termos de historiografia.
- d) Apesar de ambos discordarem em pontos nevrálgicos como a questão da estrutura e da agência, a participação de Anderson na homenagem é um indicativo da importância de Thompson na reestruturação do marxismo ortodoxo estruturalista.
- e) A militância destacada por Anderson foi a área de maior dedicação de Thompson, motivo pelo qual seu legado é, hoje, mais associado à história oficial do Partido Comunista do que à historiografia de modo geral.

## De Reis taumaturgos a Moleiros: a História das mentalidades e a Nova História

### Dialógo aberto

Caro aluno, conforme você tem acompanhado ao longo de nosso percurso, o século XX marcou a confrontação da hegemonia de um tipo de olhar historiográfico que se concentrava nos “grandes processos”. Abordagens como as de Edward Thompson (1924-1993), por exemplo, buscaram resgatar os modos de vida e as experiências dos sujeitos que até então ficavam de fora da narrativa oficial sobre o passado, como os camponeses e artesãos. Esse resgate foi feito também pelos Annales, grupo de historiadores franceses que se dedicou, nas primeiras décadas do século, a elaborar uma proposta de enfrentamento da historiografia tradicional, como já estudamos. Os projetos dos marxistas ingleses e dos historiadores dos Annales possuíam em comum a proposta de habilitar novos sujeitos, novos e olhares e novas fontes de pesquisa para o historiador. As discussões metodológicas eram, nesse sentido, desdobramentos necessários da ideia de dar voz aos “de baixo” – em outras palavras, àqueles sujeitos que costumavam ficar de fora das narrativas tradicionais focadas em grandes personagens –, afinal, tornava-se necessário encontrar registros de vivências e memórias que não eram privilegiadas pelos registros oficiais.

A chamada “terceira geração” dos Annales, que passaremos a estudar, reafirma a importância de pensarmos temas como o cotidiano, a morte, os medos e a sexualidade, e propõe que o interesse do historiador se volte para objetos aparentemente triviais que, no entanto, oferecem um observatório privilegiado para entender certos aspectos da experiência do passado. Pense, por exemplo, em um conjunto de objetos que podemos encontrar nas casas de nossos avós: retratos, diários e até mesmo utensílios domésticos. O que esses objetos podem dizer aos historiadores?

Em 2016, o colecionador Antônio Carlos Figueiredo levou a cabo uma iniciativa que pode nos ajudar a pensar sobre essa questão. Ele abriu, em Belo Horizonte, o Museu do Cotidiano, que você pode conhecer aqui: <http://www.cultura.mg.gov.br/ajuda/story/3470-museu-do-cotidiano-reune-colecao-inusitada-na-capital-mineira> (acesso em: 5 dez. 2018). Os museus “tradicionais” que você deve conhecer possuem, assim como os textos, sua própria narrativa. As opções que os curadores fazem ao expor uma obra em detrimento de outra são, elas mesmas, agenciamentos de que tipo de

informação o visitante terá ao percorrer as exposições. Pensando nisso, quais seriam os ganhos de um “museu do cotidiano”? Você consegue imaginar quais objetos podem compor um acervo desse tipo? Será que essa iniciativa poderia ser reproduzida, pensando em um contexto que envolva a realidade dos estudantes, como uma atividade didática?

Nesta seção, você será convidado, a partir desse caso, a refletir sobre a importância da observação do cotidiano na História, assim como das inovações propostas pela terceira geração dos analistas franceses. Vamos começar nossa jornada?

## Não pode faltar

Caro aluno, seja bem-vindo!

Nesta seção, vamos nos debruçar sobre alguns temas que até a década de 1970 não faziam parte do repertório típico de preocupações dos historiadores: o cotidiano, os pequenos personagens, como os camponeses não-letrados, os sentimentos e as emoções de modo geral. Você consegue imaginar, por exemplo, um debate historiográfico todo dedicado a pensar sobre o medo da morte na Idade Média? A abertura a esses novos olhares se relaciona intimamente a um processo de revisão de quais seriam as fontes possíveis para o trabalho do historiador. A crítica ao uso exclusivo dos documentos oficiais, efetuada tanto pela tradição marxista inglesa quanto pela chamada “primeira geração” da Escola dos Annales, encabeçada por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), abriu caminho para uma série de novas práticas historiográficas, que conheceremos a partir de agora.



### Assimile

A história dos Annales esteve intimamente relacionada à história da historiografia no século XX. Alguns historiadores, como Mariana Osés (2017), dedicam-se a pensar sobre a mitologia criada em torno dos Annales. A hegemonia da corrente a partir dos anos 1970 teria, na leitura da autora, levado a uma visão de sucesso retrospectivo, sendo que, no começo da empreitada, o fracasso era uma perspectiva real. Além dessa questão, que envolve a consagração acadêmica do projeto de Bloch e Febvre, podemos nos perguntar, o que caracteriza uma “escola”? Será que podemos classificar autores tão diferentes como Marc Bloch (1886-1944) e Pierre Chaunu (1923-2009) na mesma rubrica? Alguns autores consideram que os Annales foram, na verdade, um movimento. Com isso, eles procuram afirmar que a diversidade dos temas e dos objetos escolhidos pelos autores das três gerações que compõe a tradição dos

Annales desautoriza sua inserção em categorias estanques e pode ser compreendida como uma orientação geral, mais do que como uma “declaração de princípios”.

Para saber mais sobre essa discussão você pode consultar:

OSÉS, M. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos Annales d’Histoire Économique et Sociale (1929-1938). *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 24, p. 60-76, ago. 2017.

Refletir sobre o legado de Bloch e Febvre é acionar uma tradição que, a partir da década de 1970, tornou-se hegemônica em grande parte dos centros de pesquisa e departamentos de História em todo mundo. Por sua importância, o empreendimento que ficou conhecido como Escola dos Annales foi, nas últimas décadas, objeto de inúmeros comentários. Críticos ou elogiosos, eles são unânimes em destacar que se tratou de um movimento multifacetado que abriu muitos caminhos para o historiador contemporâneo. Graças à sua duração, que vem tomando formas diferentes de 1929 até os nossos dias, alguns analistas optam por dividir a tradição em “gerações”. Conforme Ernst Breisach

“A história dos *Annales* pode assim ser interpretada em termos da existência de três gerações, mas serve também para ilustrar o processo cíclico comum segundo o qual os rebeldes de hoje serão o *establishment* de amanhã, transformando-se, por sua vez, no alvo dos novos rebeldes.

Mesmo assim, algumas de suas preocupações básicas permanecem, pois a revista e os indivíduos a ela associados oferecem o mais sistemático exemplo, neste século, de uma interação fecunda entre a história e as ciências sociais. (BREISACH in NOVAIS e FORASTIERI DA SILVA, 2013, p. 15)

Para que possamos refletir sobre as chamadas “gerações” e, a partir delas, compreender suas principais estratégias historiográficas, vamos considerar a divisão canônica dos autores de acordo com sua vinculação cronológica à escola. A primeira geração seria aquela dos fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, responsáveis pela criação da revista *Annales Economiques et Sociales* e pelo enfrentamento inicial em relação à historiografia tradicional. A segunda geração, que marca a institucionalização do grupo e sua aproximação em relação às ciências sociais – notadamente à antropologia estruturalista –, é aquela dominada por Fernand Braudel, autor de obras seminais para a tradição dos Annales, como *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, na qual ele aplica sua proposta de observar a história

a partir de distintos níveis temporais. A terceira geração, a qual nos dedicaremos mais especificamente nesta seção, é mais plural e compreende nomes como Georges Duby (1919-1996), Jacques Le Goff (1924-2014), Pierre Chaunu (1923-2009) e Michelle Perrot (1928).

Esses autores, valendo-se dos aportes das gerações anteriores, desenvolveram alguns dos princípios básicos dos Annales, como a crítica ao marxismo ortodoxo, a pluralização das fontes e o recurso às metodologias inovadoras como a História Comparada (tributária da primeira geração, especialmente de Bloch) e as séries de dados (herança da geo-história de Braudel).

Apesar dos múltiplos interesses temáticos (Le Goff é medievalista, por exemplo, enquanto Perrot dedica-se à história das mulheres), essa geração foi responsável por consolidar a expansão dos Annales e garantir o prestígio internacional do grupo, coroando um processo de institucionalização iniciado ainda na década de 1940.

“Trata-se, até os anos 1950, de um pequeno grupo de historiadores que - frequentemente ligados por amizades e contatos pessoais - estavam comprometidos com um estilo de pensamento comum. Assim, a corrente transformou-se depois em associação informal de historiadores econômicos, sociais e culturais} cuja espinha dorsal institucional veio a ser a Sexta Seção da EPHE, que se sentiam comprometidos com uma tradição comum”. (RAPHAEL *apud* NOVAES e FORASTIERI DA SILVA, 2013, p. 143)

Alguns autores, como François Dosse (1992), enxergam nas distintas fases do movimento uma série de rupturas. Para esse autor, a Terceira Geração rompe com a continuidade existente entre Braudel e os fundadores. Para outros analistas dos Annales, como Peter Burke (1992), todavia, alguns elementos básicos, como a interdisciplinaridade e a ideia de uma “história-problema”, garantem a unidade da “escola”. Efetivamente, um dos pontos centrais da terceira geração, ou Nova História, é a aproximação com a antropologia social e com a psicologia. Essa proposta já estava presente na obra de Marc Bloch antes mesmo da consolidação do grupo. Em 1924, com a publicação dos *Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio na França e na Inglaterra*, muitos historiadores receberam com estranheza a obra de Bloch. O objeto aparentemente exótico - a cura das escrófulas (adenite tuberculosa) que os reis ingleses e franceses efetuavam a partir do toque de suas mãos - já indicava a importância do contato com a antropologia e as “mentalidades”, que se consolidaria, quase cinquenta anos depois, com a Terceira Geração. Embora Bloch

não mencione, na obra, o termo “mentalidades” (ele usa a expressão “psicologia coletiva”) o leitor é convidado a descobrir a atmosfera mental do período para, a partir daí, analisar o contexto político da época.

A proposta de Bloch, como dito anteriormente, foi recuperada com muito entusiasmo pela chamada **Nova História**. Antes de conhecer esses desdobramentos, vale a pena observar por um momento o contexto extra-teórico da França a partir de 1968. Vamos levar em conta que essa data marca o amadurecimento de um amplo movimento mundial de crítica ao mundo do pós-Guerra, especialmente à universidade. Vários movimentos por direitos civis, pela descolonização dos países africanos e pela emancipação feminina, por exemplo, suscitavam uma série de problemas novos que demandavam, também, novas respostas. Nesse sentido, uma das principais bandeiras da primeira geração dos Annales volta a se fazer presente: o historiador, mais do que um compilador de dados que se comporta como em um antiquário, como Febvre (1952) dizia dos positivistas, deveria pautar-se por questões do presente e a elas dedicar seu esforço reflexivo.

A terceira geração, embora mais dificilmente definível, porque é mais plural, acompanha o movimento de renovação das perguntas pelo futuro histórico que proliferam a partir de 1968. Ao invés do olhar prioritário à economia e às estruturas macro, como fazia a geração anterior capitaneada por Braudel, o interesse agora passa para as mentalidades. Conforme sintetiza Peter Burke (1992, p. 127):

“[o] grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las.

Assim, o riso, o escárnio, a morte, o medo, a festa, os objetos cotidianos, a mulher, os imaginários, a sexualidade, todos esses aspectos da vida prática das sociedades que tinham menos espaço na geração anterior, tornam-se os objetos prioritários de análise, informados pelas novas demandas da sociedade francesa da década de 1970.



### Refleta

Um dos pontos centrais levantados pela Terceira Geração é a questão do indivíduo. Observe o fragmento seguinte, extraído da obra de Braudel, *História e Ciências Sociais*:

“ No passado considerava-se que só haveria ciência se ela fosse capaz de prever: tinha de ser profética ou não ser. Hoje, inclinar-nos-íamos a pensar que nenhuma ciência social, incluindo a história, é profética; por conseguinte, de acordo com as antigas regras do jogo, nenhuma delas teria direito ao belo título de ciência. Além disso, só haveria profecia – repare-se bem nisso – no caso de existir a continuidade da história, o que os sociólogos e, embora não todos, os historiadores põem violentamente em dúvida. Mas, para quê levantar a discussão sobre o confuso nome de ciência e sobre todos os falsos problemas que dele derivam? Tem o mesmo efeito que envolver-se na controvérsia, mais clássica, mas ainda mais estéril, da objetividade e da subjetividade na história, de que não nos livraremos, enquanto alguns filósofos, talvez por costume, se continuarem a comprazer nela, enquanto não se resolverem a perguntar-se se as ciências mais gloriosas do real não são, também elas, objetivas e subjetivas ao mesmo tempo. Nós, que nos resignaríamos sem esforço a não acreditar na obrigação da antítese, aliviaríamos, de bom grado, as nossas habituais discussões metodológicas, prescindindo desse debate. O problema da história não se situa entre o pintor e o quadro – audácia que teria sido considerada excessiva – entre quadro e paisagem, mas antes na própria paisagem, no coração da vida. (BRAUDEL, 1990, p. 55)

Para Braudel, não se trata de negar o indivíduo, mas de entender que ele representa, na história, demasiado amiúde, uma abstração. A história-relato seria como um fogo de artifício: ilumina um instante, mas é sempre vencida pela escuridão. Tendo em vista a proposta de Braudel, podemos nos perguntar: será que, no que diz respeito ao papel do indivíduo na História, poderíamos concordar com Peter Burke (1992) do sobre a continuidade das linhas gerais do movimento dos Annales ou, lembrando do alerta de Dosse (1992), encontraríamos uma tendência de ruptura entre Braudel e a terceira geração?

Conforme Leandro Rust (2008), essa geração também marcou a transformação dos Annales em um movimento de vanguarda: autores que saíram da universidade e, ao sabor dos tempos, penetraram nas mídias de massa, transformando e ampliando o papel do historiador na sociedade francesa.



### Exemplificando

Uma das obras mais famosas da chamada Terceira Geração dos Annales é o compêndio *História da Vida Privada*, dirigida por

Philippe Ariès e Roger Chartier. Observe, por exemplo, alguns temas que compõe o volume 3:

*Devoções privadas e piedade pessoal;*

*Os refúgios da intimidade*

*A individualização da criança*

*A amizade e a convivialidade*

*Famílias. Habitações e coabitações*

O que essas escolhas nos dizem sobre esse modo de ver a história? Efetivamente, esses aspectos prosaicos da vida privada, como os modos de comer à mesa, as escolhas dos talheres e a transformação do “adulto pequeno” em “criança” através dos tempos podem nos dar uma ideia mais precisa sobre a reorientação de olhar que temos mencionado.

Para saber mais sobre esse empreendimento sobre a vida privada, consulte:

DUBY, R. CHARTIER, R (dir). **História da Vida Privada. Da Renascença ao século das Luzes.** v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Essa nova maneira de encarar a história e as relações que a sociedade mantém com a temporalidade e a narração do passado supunha, ademais, uma reavaliação do papel do indivíduo como ponto de observação das dinâmicas histórias e sociais. A concepção de que o “todo” poderia ser acessado a partir do indivíduo e não apenas de grandes esquemas teóricos e grandes estratégias classificatórias como “classe social” foi, como sustenta Jacques Revel (2010), o ponto de partida para o desdobramento da chamada “micro-história”, uma das ramificações mais importantes da revisão proposta pela Terceira Geração dos Annales e que marca o contato entre os historiadores franceses e italianos como Carlo Ginzburg (1939) e Carlo Poni (1927) e Giovanni Levi (1939) (CARBONELL apud NOVAES e FORASTIERI, 2013.)

Como o nome indica, a chamada “micro-história” baseia-se na ideia de que uma outra história é sempre possível quando mudamos o ponto de vista de observação. Se a longa duração da geração de Braudel marcava a aproximação com as grandes estruturas das ciências sociais, agora se trata de reabilitar o potencial explicativo do “efêmero”. O que está em jogo na micro-história é a possibilidade de que trabalhar em uma escala local de observação possa ser uma boa estratégia para entender de que modo os indivíduos puderam sentir e agir em seu contexto histórico. A tradição italiana considerava, na esteira da crítica à história estruturalista, que escalas de generalidade não davam conta de aspectos como as mentalidades e as vivências. Segundo a síntese de José Assunção de Barros,

“ [q]uando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda através da pequena comunidade (não é, por exemplo, a perspectiva da História local, que busca o estudo da realidade micro-localizada por ela mesma). (2007, p. 169, grifos do autor.)

Não se trata de substituir uma história por outra, mas sim de escolher a lente que melhor se adapte ao objeto que se pretende estudar. Nesse sentido, a micro-história não propõe que a política e a economia sejam deixadas de lado, mas sim que há certos aspectos gerais que podem ser melhor entendidos se, metaforicamente, substituirmos o telescópio pelo microscópio (BARROS, 2007).

Uma das obras mais famosas da chamada micro-história é o livro de Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes*, publicado em 1976. A partir de sua leitura, nós podemos visualizar alguns dos procedimentos metodológicos que impulsionaram essa corrente nas últimas décadas do século XX. Ginzburg afirma que não pretende fazer história das mentalidades tal como propunham os membros dos Annales. Contudo, alguns procedimentos afins entre a tradição italiana e a francesa merecem ser destacados, notadamente o interesse antropológico do passado e o uso heterodoxo de fontes.

O livro conta a história de um moleiro do século XVI, chamado Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, que terminou queimado por ordem do Santo Ofício por uma acusação de heresia. Em um primeiro momento, a escolha de Ginzburg pode causar o mesmo tipo de estranheza da escolha de Bloch, 50 anos antes, dedicando-se a pensar os reis taumaturgos. Afinal, o que um moleiro do século XVI pode dizer para o historiador do século XX e do século XXI? Nas palavras do próprio autor,

“ (...) uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular - e, mais precisamente, sobre a cultura camponesa - da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma Protestante, bem como pela repressão a esta última nos países católicos. (GINZBURG, 2006, p. 10)

O procedimento de Ginzburg é bastante inovador. Comparando o historiador a Sherlock Holmes, o autor propõe uma “análise intensiva das fontes”, ou seja, uma atenção aos mínimos detalhes, às ambiguidades, aos atos falhos, àquilo que poderia dar pistas do efetivamente acontecido. Trabalhar com

sujeitos antes desprezados pela documentação oficial, sustenta Ginzburg, exige que o historiador se movimente nesse “paradigma indiciário”. A ideia é que um caso como o de Menocchio pudesse ser representativo das possibilidades latentes de determinado período: ele não seria, desse modo, um mero “exemplar” de seu tempo, mas sim uma figura atravessada pelas possibilidades, expectativas e atmosferas mentais de sua época, a partir da qual seria possível rastrear um horizonte mais amplo de significações. Ginzburg acompanha todo o processo judicial de Menocchio, desde seus dias de Moleiro em Montereale, nas colinas do Friuli, passando pela sua acusação ao Santo Ofício, em 1583, até sua morte, em 1599. Ele nota que seu personagem deixa antever uma questão fundamental do período, uma ideia que fica registrada nos autos do processo e que demonstra que a cultura popular e a cultura erudita, naquele momento, não eram realidades estanques, mas híbridas e que circulavam por todos os lugares. Nos termos do autor:

“ [p]orque em Menocchio importa menos o conhecimento que acaso tivesse, e mais a sede de conhecimento, a curiosidade - essa paixão que a Igreja e os poderes reprimiam, e que os renascentistas valorizavam. Tudo Menocchio tenta entender, questionar. A Reforma e a Renascença podem tê-lo atingido de forma somente mediada, à distância, mas vemos Menocchio agindo com base numa concepção que retoma o que de melhor havia nas duas: o espírito de curiosidade na Renascença (recordemos Pico della Mirandola, que sabia todas as coisas “e outras mais”), e na Reforma, o critério de livre exame, pelo indivíduo, das coisas da fé. (GINZBURG, 2006, p. 197)



### Saiba mais

Apesar de ter sofrido uma série de críticas, a micro-história circulou pelo mundo e frutificou em diversos departamentos de história. Mesmo alguns de seus críticos mais mordazes, como Dominick la Capra, reconhecem que aspectos que caracterizam a moderna historiografia como o interesse pela cultura popular, a “reconceitualização do conceito de cultura em termos de discursos coletivos” (2015, p. 295) e a redefinição do trato com os documentos não teriam sido possíveis sem os aportes da micro-história. Para saber mais sobre a repercussão dessa proposta de investigação você pode consultar:

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

BARROS, J. A. Sobre a feitura da micro-história. *OPIS*, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

Recuperar as pequenas histórias, as práticas cotidianas e os documentos tidos como não ortodoxos poderia ser a síntese do conjunto de preceitos que revolucionou a historiografia ao longo das décadas de 1970 e 1980. O quadro não estaria completo, todavia, se deixássemos de mencionar uma linha de problemas desenvolvida pela terceira geração dos Annales que, a partir dos anos 1980, ganhou destaque não apenas entre os historiadores, mas, também, na esfera pública: a relação entre *História e Memória*.

As relações entre os dois conceitos são antigas. Remontam, inclusive, às primeiras elucubrações de Heródoto sobre a emancipação da história dos mitos e sobre a importância que a História teria em cristalizar a memória de um povo. Jacques Le Goff em *História e Memória*, publicado em 1988, refaz esse percurso. O autor destaca, sobretudo, a relação entre memória e poder, muito influenciado pela obra do filósofo Michel Foucault (1926-1984). Vamos levar em conta, a partir de sua sugestão, que quando uma sociedade escolhe preservar uma memória em detrimento de outras (a memória de uma vitória em uma guerra, por exemplo, em detrimento da memória da escravidão) estão em jogo importantes triagens de sentido: aquilo que pretende ser esquecido, inclusive, diz mais sobre nós enquanto sociedade do que poderíamos pensar à primeira vista. Na contemporaneidade, um outro fator de complexificação para as disputas de memória, para Le Goff, é a tecnologia. As calculadoras, os computadores, com sua memória mecânica e infinitamente maior que as possibilidades cognitivas humanas, quando contextualizadas em uma sociedade que valoriza cada vez mais a memória como comemoração (ou como monumento), seriam, para o autor, o verdadeiro desafio imposto ao historiador:

“ [p]esquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na *moda retro*, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem

bem.(...) Mas toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pela *media*, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias coletivas. (LE GOFF, 1990, p. 424, grifos do autor)



### Exemplificando

Um exemplo de como as políticas de memória vêm ganhando importância nos debates públicos da contemporaneidade é o caso das mães da Praça de Maio, na Argentina. Trata-se de um movimento de mulheres que se reúne nessa praça, no centro de Buenos Aires, para cobrar o Estado sobre o desaparecimento de seus filhos e netos durante a ditadura militar (1976-1983). A ação das mães na Praça fez com que aquele espaço se tornasse, ele próprio, um símbolo, transformando-se, nesse sentido, um “lugar de memória”, nos termos de Pierre Nora (1993). Poderíamos pensar, comparativamente, no caso brasileiro. Como tratamos nossa memória sobre o período da ditadura?

Figura 3.3. | Praça de Maio



Fonte: <https://bit.ly/2EjWHzz>. Acesso em: 14 dez. 2018.

Le Goff conclui seu livro com um chamado aos historiadores e aos gestores da memória “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 428) Tal proposta reativa uma das ideias que perpassa toda a história dos Annales: a história se faz a partir do presente, ou seja, são as necessidades da contemporaneidade que dão sentido à busca pelo entendimento do passado e é a elas, sobretudo, que o historiador deve se dedicar. Assim, não apenas na história, mas nas Humanidades de modo geral, os Annales ajudam a refletir

sobre a importância das demandas do presente na construção de nosso olhar sobre o mundo. Nesse sentido, podemos concluir nossa jornada com uma das ideias mais famosas de Marc Bloch (2001), e que nos ajuda a encontrar a unidade na jornada que percorremos até aqui: os seres humanos se parecem sempre mais com seu tempo do que com seus pais.

## Sem medo de errar

Caro aluno, vamos retomar alguns questionamentos iniciais desta seção. Vimos que a terceira geração dos *Annales* e a micro-história foram grandes impulsionadoras da promoção de novos objetos para o centro das preocupações do historiador: os medos, as emoções, as relações entre os sexos, as práticas prosaicas de todos os dias. Mas, afinal, será que o cotidiano pode mesmo nos revelar aspectos do passado que ficariam inacessíveis em um olhar em uma escala mais generalista?

Um dos mais convencionais pontos de observação pública da história, os museus, também podem ser observados à luz desse questionamento. Quando observamos a disposição das obras, as escolhas que orientam sua disposição nas salas e, sobretudo, a eleição de quais objetos ou narrativas são relevantes, nós estamos nos defrontando com escolhas narrativas, ou, como salienta Jacques Le Goff (1990), com políticas de memória que engendram, ao mesmo tempo, políticas de esquecimento. Agora, quando pensamos no caso de um museu do cotidiano, como o que foi aberto em Belo Horizonte em 2016: no que ele se diferencia de um museu “tradicional”?

Conforme observamos a partir dos *Annales* e da micro-história, os objetos cotidianos podem nos ajudar a reconstruir as possibilidades da vida dos sujeitos do passado. Desse modo, por exemplo, os utensílios domésticos nos ajudam a compor um quadro das relações de gênero de determinado contexto, ao mesmo tempo em que vestígios de instrumentos de trabalho podem nos ajudar a encontrar indícios das relações entre os grupos sociais. Quando colocamos o cotidiano no foco de nossa observação, como no caso do museu mineiro, estamos em condições de realocar o indivíduo comum no centro da narrativa sobre o passado e não mais, apenas, os grandes eventos que costumam ser retratados em museus mais tradicionais. Pense, por exemplo, em como seria diferente se, em um museu municipal se optasse por expor as atas de fundação, os decretos da prefeitura e uma lista de membros dos clubes da alta sociedade ou, ao contrário, uniformes de trabalhos, utensílios da vida cotidiana e pequenas biografias de personagens esquecidos. Será que se contaria a mesma história?

Através desse exercício imaginativo podemos visualizar a importância que os micro-historiadores conferem ao cotidiano. A abertura de possibilidades

com as fontes permite, ainda, que você possa organizar, com os alunos, uma atividade de coleta de vestígios sobre o passado: se cada aluno se dispuser a levar, para a sala de aula, um objeto antigo de sua família, é possível que a história da comunidade escolar seja vista de um outro modo, mais próximo e mais abrangente, do que costuma aparecer nos registros oficiais. Imagine, por exemplo, nas hipóteses e nas reflexões que poderiam ser alcançadas a partir do trabalho com vestimentas antigas, por exemplo. O que elas podem dizer sobre aquelas pessoas e aquele contexto? Quais indícios de uso cotidiano tais peças podem revelar ao observador do presente? Essas reflexões são importantes porque o conteúdo da memória e da história são inseparáveis das nossas expectativas e possibilidades em relação ao futuro e escolher uma narrativa em detrimento de outras implica, como vimos anteriormente, em esquecer certas experiências de certos grupos sociais...

### Faça valer a pena

---

1. Leia os fragmentos que seguem para responder à questão:

- “ I. Entre os annales dos anos 30 e os dois anos 80, pode-se localizar certo número de continuidades e de descontinuidades. A mesma negação do aspecto político dos Annales desde seu nascimento, o mesmo procedimento de captação das ciências sociais, de tudo que aparece como novo, a mesma terceira via entre a história tradicional historicista e o marxismo ossificado, da qual os Annales preencherão os vazios ao investir em domínios inexplorados, e ao mesmo tempo quebra-mares de resistência ao marxismo e substituto desse último: não ideologia mas mentalidade, não materialismo mas a materialidade, não dialética mas estrutura... (DOSSE, 1992, p. 250)
- II. A revista, que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As idéias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmos em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras. Como dizia Febvre, com o seu característico uso do imperativo: “Historiadores, sejam geógrafos. Sejam juristas, também, e soció-

logos, e psicólogos” (Febvre, 1953, p.32). Ele estava sempre pronto “para pôr abaixo os compartimentos” e lutar contra a especialização estreita. De maneira similar, Braudel escreveu O Mediterrâneo como o fez para “provar que a história pode fazer mais do que estudar jardins murados.” (BURKE, 1992, p. 13)

(BURKE, P. **Escola dos Annales. A revolução francesa da historiografia**. São Paulo. Ed. UNESP, 2, ed, 1992, p. 13.)

Tendo em vista a comparação entre as duas propostas analíticas anteriores, assinale a alternativa correta:

- a) Tanto Dosse quanto Burke comungam a ideia de que os Annales afirmam ser mais revolucionários que efetivamente são.
- b) Em oposição a Dosse, Burke considera que a relação dos Annales com as outras disciplinas é mais colaborativa do que predatória.
- c) Ao contrário de Burke, Dosse vê com bons olhos a atenuação de temas marxistas e sua substituição pelas categorias dos Annales
- d) Ambos os autores ajudam a perceber que os Annales ignoraram o contato com outras disciplinas durante sua trajetória
- e) A chamada terceira geração dos Annales foi, conforme Dosse, um momento de ruptura com outras disciplinas, especialmente com a antropologia.

## 2. Observe a imagem seguinte para responder à questão:

Figura 3.4 | Old Fashion



Fonte: <https://bit.ly/2C3LNlp>. Acesso em: 15 dez. 2018.

A partir da ideia, típica da terceira geração dos Annales, de observar a história tendo em vista o cotidiano, assinale a alternativa correta:

- a) A imagem anterior dá indicativos para o historiador acerca das mudanças no mundo da moda, mas não pode servir como observatório de outros aspectos.
- b) A moda, assim como os utensílios domésticos, eram os documentos oficiais aos quais se restringia a atividade do historiador na Terceira Geração dos Annales
- c) Observar aspectos como a moda não significa prescindir de outros instrumentos analíticos, mas sim adequar escala ao objeto que se quer investigar.
- d) A partir da observação da moda e de suas alterações podemos ter indicativos sobre as relações sociais e de gênero da época, aspecto desprezado pelos Annales.
- e) A moda, sendo um aspecto do cotidiano, deve ser analisada, segundo a micro-história, dentro do quadro mais amplo da estrutura econômica da qual é dependente.

**3.** Leia atentamente o texto seguinte e, em seguida, julgue as sentenças que seguem:

“Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (...). A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 10)

- I. A memória é um dos objetos que chamou a atenção dos estudiosos da terceira geração dos Annales, como Nora e Le Goff. Esse interesse está relacionado ao aumento do papel do testemunho e das histórias “de baixo” que caracteriza o movimento.
- II. O fragmento sugere que a Memória deve ser combatida pelos historiadores, na medida em que representa um perigo disciplinar ao revestir-se de desejos

políticos estranhos ao ofício do historiador.

- III. A separação efetuada por Nora entre memória e história, assim como as ponderações de Le Goff sobre a memória na contemporaneidade, abrem novos desafios ao historiador, especialmente aqueles referentes às demandas políticas por rememoração e comemoração.
- IV. A última frase do fragmento demonstra que Nora, assim como toda a terceira geração dos Annales, baseia-se na negação do idealismo e na proposta de substituir as categorias marxistas pelo relativismo cultural.
- V. Após julgar as sentenças, assinale a alternativa correta:
- a) I e II
  - b) I e IV
  - c) II e III
  - d) I e III
  - e) III e IV

## Foucault, *Linguistic Turn* e a história cultural

### Diálogo aberto

Caro aluno, como você já sabe, a História entendida enquanto uma disciplina científica é uma ideia que ganha força no fim do século XIX, em paralelo à sua institucionalização. O século XX, por sua vez, confrontou a ideia de história poderia ser vista uma sucessão de fatos observáveis em termos de causa e efeito e, inaugurou, em oposição a isso, uma ampliação dos sujeitos de pesquisa e dos objetos caros ao historiador.

Se anteriormente grandes identidades como as nações e grandes “sujeitos” como os Reis e os Imperadores protagonizavam a narrativa da história, a historiografia do século XX se esforça por conferir um papel de destaque para os operários, os camponeses e as pessoas “comuns”. Essa mudança epistemológica esteve conectada, como você pode imaginar, a uma ampliação das visões sobre a história, que deixaram de ser tributárias exclusivamente dos relatos e documentos oficiais.

Esse movimento de renovação não estaria completo se deixássemos de fora a contribuição que filósofos e historiadores ofereceram, nas últimas décadas do século XX, à discussão historiográfica. Nós vamos conhecer, nesta seção, algumas dessas abordagens, como as de **Michel Foucault** (1926-1984), **Michel de Certeau** (1925-1986) e **Roger Chartier** (1945 -).

Veremos que alguns dos temas que emergem desses debates se relacionam intimamente com temas muito candentes na contemporaneidade, principalmente no que diz respeito à autonomia do sujeito frente aos instrumentos de controle a que estão submetidos no cotidiano. Você certamente já ouviu falar de um recente debate na mídia brasileira em torno da questão da “doutrinação” que o professor pode, supostamente, exercer em sala de aula. Muitos movimentos como o Escola sem Partido, no caso brasileiro, e o *Neutralen Scholen*, na Alemanha vêm levantando a bandeira de que a instituição escolar é, ao invés de um espaço de libertação, um território de coerção, doutrinação e inviabilização das ideias de liberdade individual. Nós veremos que tanto Foucault quanto Certeau podem contribuir para essa discussão. A questão do poder, das relações de hierarquia com o outro estabelecidas pelo saber e a própria possibilidade de individualidade frente a um mundo hierarquizado são temas importantes que, como veremos, perpassam as teorias desses autores. Tendo isso em mente, ao fim da seção você será convidado a refletir sobre o seguinte questionamento: é possível afirmar que a sala de aula é um espaço de doutrinação? Como os autores desta seção podem ajudar a qualificar esse debate?

**O homem é uma invenção do século XVIII** (FOUCAULT, 2000). Com concepções como essa, **Michel Foucault** (1926-1984) provocou uma revolução em grande parte das ciências humanas. Não apenas na historiografia, mas também na Filosofia, nas Ciências Sociais e nas humanidades de modo geral, as últimas décadas do século XX foram marcadas, como veremos nesta seção, por uma importante reorientação de olhar. A frase de Foucault pode parecer sem sentido, mas, como veremos, ela diz respeito ao questionamento de algumas bases da chamada “história científica” - o filósofo propôs refletir sobre a historicidade dos métodos e objetos das ciências -, ao suporem que, apesar de quaisquer discordâncias, poderíamos acreditar em algumas verdades imutáveis, o homem, por exemplo.

Foucault, nascido na cidade de Poitiers, na França, foi professor de diversas instituições, dentre elas o Collège de France, onde lecionou História dos Sistemas de Pensamento entre 1970 e 1984. Suas aulas, muito concorridas, assim como as obras publicadas durante esses anos, provocaram uma renovação em diversas áreas do conhecimento, especialmente nas ciências humanas. Embora psicólogo e filósofo de formação, Foucault sempre salientou o interesse pela História. Para Foucault, a história da civilização não poderia ser vista como um progresso linear, no qual se acumulavam, desde o começo dos tempos, ideias, técnicas e conhecimentos. Ele procurava atentar-se, ao contrário, às rupturas e descontinuidades que se apresentavam ao longo do tempo. Em outras palavras, trata-se de negar um dos supostos básicos da filosofia científica, a saber, a possibilidade de pensar o mundo em termos de evolução das mesmas estruturas, categorias, objetos e sujeitos. O que ele propunha, em oposição a essa visão clássica, era a observação de “blocos” de pensamento e de regimes de verdade. Isso equivale a dizer, por exemplo, que mesmo as categorias que nos parecem mais óbvias e triviais nas ciências humanas – como a própria ideia de “homem” – não são eternas nem devem ser vistas de modo natural ou como uma “essência”. O “homem”, como vimos, seria uma invenção do século XVIII. Ao dizer isso, Foucault não pretende afirmar que não existiam seres humanos antes desse momento, mas sim que o modo de conceber o Homem era tão distinto antes do século XVIII que não fazia sentido tratarmos como se fosse a mesma realidade. Haveria, portanto, uma historicidade nos objetos, nos sujeitos e nos saberes, inclusive na própria ideia de “ciência” que, para ele, tal como a ideia de Homem, não era uma verdade imutável.

Mas, afinal, o que isso implica para a prática dos historiadores e para a reflexão sobre o tempo? Foucault supunha que, ao invés de considerar a ciência como uma fiadora absoluta da verdade, o historiador deveria tentar

entender a história dos modos de constituição do sujeito. Para isso, ele desenvolveu uma estratégia que chamou de *arqueologia do saber*. Vejamos como o próprio Foucault delinea seu método:

“ A arqueologia, essa, deve percorrer o acontecimento segundo sua disposição manifesta; ela dirá como as configurações próprias a cada positividade se modificaram (ela analisa por exemplo, para a gramática, o desaparecimento do papel maior atribuído ao nome e a importância nova dos sistemas de flexão; ou ainda, a subordinação, no ser vivo, do caráter à função); ela analisará a alteração dos seres empíricos que povoam as positividades (a substituição do discurso pelas línguas, das riquezas pela produção); estudará o deslocamento das positividades umas em relação às outras (por exemplo, a relação nova entre a biologia, as ciências da linguagem e a economia); enfim e sobretudo, mostrará que o espaço geral do saber não é mais o das identidades e das diferenças, o das ordens não-quantitativas, o de uma caracterização universal, de uma taxinomia geral, de uma *máthêsis* do não mensurável, mas um espaço feito de organizações, isto é, de relações [pág. 298] internas entre elementos, cujo conjunto assegura uma função; mostrará que essas organizações são descontínuas, que não formam, pois, um quadro de simultaneidades sem rupturas, mas que algumas são do mesmo nível enquanto outras traçam séries ou seqüências lineares. (FOUCAULT, 2000, p. 298)

Para entendermos o que diz Foucault, vamos usar um exemplo que foi um grande objeto de estudo na sua trajetória, a “loucura”. Ele nos conta que, no século XVI e XVII, o louco não era, como se tornaria após o século XIX, uma figura a ser evitada, marginalizada ou trancafiada em manicômios. Ao contrário, ele afirma, em obras como *História da Loucura na Idade Clássica* (1961) e *O Nascimento da Clínica* (1963), que a loucura costumava ser profundamente valorizada, inclusive entendida como uma manifestação da verdade mais profunda. A loucura como algo negativo, portanto, como o “outro” que nossa sociedade quer evitar, é uma configuração histórica de menos de 200 anos. Desse modo, a arqueologia do saber, ao não descrever fatos ou ideias, mas *epistêmes*, nos ajuda a perceber que verdade e mentira são sempre relativos aos sistemas de pensamento. Hoje, por exemplo, costumamos ver uma correlação entre verdade e exatidão matemática, tal relação, contudo, não é mais do que um valor de nossos tempos. Se é assim, a própria ideia de história como ciência não seria uma meta a ser perseguida pelos historiadores.



## Exemplificando

As teses de Foucault possuem múltiplas influências. **Friederich Nietzsche** (1844-1900), por exemplo, é uma das mais presentes. *Em Verdade e mentira no sentido extramoral* (NIETZSCHE, 2000), Nietzsche lança as bases para um modo de interpretar o conhecimento humano que será visivelmente influente em autores como Foucault. Pensando sob a inspiração das ciências da natureza do século XIX, Nietzsche sugere que a história do conhecimento é um capítulo da história do desenvolvimento da raça humana - e que esta, por sua vez, é um ponto infinitesimal na história da vida e do universo. Nesse sentido, e na contramão de toda a tradição filosófica e científica que o precede, Nietzsche concebe a inteligência humana não como o espaço da contemplação das ideias ou essências da realidade, mas sim como um instrumento de sobrevivência à serviço dos indivíduos e grupos humanos. A própria linguagem humana não é para Nietzsche senão uma rede metafórica que indica e sinaliza a realidade, mas que não tem como descrevê-la adequadamente. Se a linguagem não serve para descrever o mundo, como seria possível o conhecimento? Em Nietzsche, inverte-se a grande máxima de Aristóteles de que os seres humanos têm, naturalmente, o desejo pelo conhecimento. Para o filósofo alemão do século XIX, o ser humano tem a tendência ao autoengano e mobiliza tudo aquilo de que dispõe para preservar essa condição de autoengano.

Seguindo, portanto, a herança de Nietzsche, Foucault (2000) sugere que o conhecimento é, nesse ponto de vista, uma invenção. Vejamos o que diz Sergio Adorno sobre o impacto dessas teses na prática do historiador:

“[d]onde o papel do historiador não é fazer a história das origens dos valores, da moral, do ascetismo, mas, ao contrário, fazer a história das meticulosidades e dos acasos dos começos, pôr em relevo as maldades, não ter pudor de descer ao *bas-fond* [base, depósito] da sociedade, de percorrer-lhe os labirintos na busca do inaudito, de tudo o que parece supérfluo e inútil. Sob essa perspectiva, a pesquisa histórica passa necessariamente pela investigação da proveniência (busca demarcar a dispersão, os desvios, as falhas, os acidentes, os maus cálculos) e pela investigação da emergência (entrada em cena das forças, forças em luta contra outras forças, forças em luta contra si mesmas). (ADORNO, 2017, p. 40-41)

Retomando o conjunto de ideias de Foucault que conhecemos até aqui, podemos nos perguntar: qual o impacto delas para a própria existência das ciências humanas? Ora, lembremos da afirmação de Foucault (2000) de que o homem é uma invenção do século XVIII. Mantendo isso em vista, e somando a essa ideia a proposta de que as verdades não são absolutas, Foucault (2000) nos sugere que as ciências humanas, tais como existem hoje em dia, não têm o monopólio sobre a discussão a respeito do homem. As disciplinas, diz ele, também são realidades históricas, e não eternas. Por exemplo, antigamente o conceito de “vida” não era pensado pela biologia, que não existia como disciplina, mas por um campo de saber denominado história natural. As mudanças nas disciplinas têm relação, em sua leitura, com a ascensão do capitalismo moderno no século XIX. Essa sociedade exigia certas configurações e certas ideias para continuar existindo. Às primeiras, Foucault (2000) qualifica como práticas extra-discursivas, relações de poder. Às segundas, ele dá o nome de práticas discursivas, ou seja, comunidades epistêmicas disciplinares.

Isso significa dizer, sinteticamente, que o modo pelo qual organizamos nossos saberes nas ciências humanas está ligado à relação entre saber e poder que caracteriza nossa época. Para que essa relação se perpetue e a dominação que estrutura nossa vida seja perpetuada, Foucault (1979) entende ser primordial o controle do corpo ou a produção de corpos dóceis, adequados a esse regime de saber-poder. Para isso, cumprem uma função importante as instituições disciplinares como o Colégio, a Fábrica e as prisões. Conforme Isabela Ferreirinha e Tânia Raitz (2010), trata-se de identificar os sujeitos atuando sobre os outros através da disciplina presente em nossas relações cotidianas de forma que elas “estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados” (FERREIRINHA e RAITZ, 2010, p. 371). Esse aspecto da obra de Foucault é muito importante para as ciências humanas de modo geral, na medida em que a evolução dos dispositivos de controle do corpo na modernidade – como as instituições escolares e prisionais – condicionam a nossa própria existência enquanto observadores do mundo. A relação entre saber e poder, desse modo, seria constitutiva da nossa possibilidade de entendimento do mundo. Essas relações estariam evidentes até mesmo na arquitetura dessas instituições. O formato de **panóptico**, a partir do qual todos os espaços podem ser acessados pelo olhar vigilante, é um desses recursos de controle que podemos encontrar em nosso dia a dia. Pense, por exemplo, nas semelhanças arquitetônicas entre uma escola e uma instituição prisional.

Essas teses de Foucault não ficaram restritas ao departamento de filosofia ou a sua cátedra no *College de France*. Na verdade, para além de um filósofo, Foucault foi um militante e esteve envolvido em diversos movimentos de

contestação que ocorriam na sociedade francesa no fim da década de 1968, juntamente com outros intelectuais públicos como Raymond Aron (1905-1983) e Jean Paul Sartre (1905-1980). Naquela ocasião, várias estruturas da universidade francesa foram questionadas, tanto no que dizia respeito às hierarquias de poder dentro da instituição quanto no que se referia à própria relação entre conhecimento e sociedade. Esse questionamento abriu caminho para uma renovação intelectual que amadureceria na década de 1970, movimento que o filósofo americano Richard Rorty (1931-2007) qualificaria como “*linguistic turn*”.

Durante a década de 1970, alguns pensadores das Ciências Humanas, especialmente filósofos, começaram a questionar a ideia até então aceita de que a linguagem era apenas um instrumento de referência e representação, ou seja, algo que era útil para falar sobre o mundo ou pensar sobre ele. Os linguistas estruturalistas, como **Ferdinand de Saussure** (1857-1913), começaram a pensar na hipótese de que linguagem seria algo além de uma representação. Ela seria, ao contrário, o próprio instrumento de construção da realidade. Antes disso, por exemplo, a palavra “cadeira” fazia referência a uma cadeira real. Quando alguém diz a palavra “cadeira”, por exemplo, todos nós temos uma “imagem mental” que faz com que entendamos o que a pessoa disse. Para Saussure, contudo, o conceito não pode existir sem ser nomeado antes. Isso significa afirmar, por exemplo, que a realidade da existência da cadeira depende do uso que os interlocutores fazem da linguagem: se, ao escutar a palavra “cadeira”, eu não tiver associado, anteriormente, o objeto à coisa, não terei a referida “imagem mental”. No mesmo sentido, outros filósofos da tradição inglesa, como **John Austin** (1911-1960) e o próprio **Ludwig von Wittgenstein** (1889 – 1951), contribuíram para colocar a questão da linguagem na proa das reflexões sobre as humanidades nas décadas de 1960 e 1970, amparados pela ampla circulação de autores como Michel Foucault.

Agora bem, de que forma essas mudanças teóricas no campo da filosofia e da linguística repercutiram na Historiografia? Segundo Rogerio Forastieri da Silva (2015, p. 383):

“o giro linguístico veio a tornar-se um rótulo conveniente para evocar a afirmação de que a linguagem é autorreferente. Ou seja, no lugar da ideia de que a linguagem constitui-se basicamente como um meio para referir-se a objetos do mundo real (portanto como um elemento neutro para referir-se, nomear ou qualificar o real), ela possui sua especificidade e está longe de ser neutra.

Essa ideia fez com que uma série de autores começasse a refletir sobre o caráter de realidade dos fatos históricos, questionando o dogma de que o historiador tenha por ofício central fazer referência documental à coisas que efetivamente existiram em outros tempos. **Hayden White** (1928-2018), por exemplo, em sua obra *Metahistória*, publicada em 1973, afirmava que, dada a primazia do caráter criativo da linguagem, a atividade do historiador não se diferenciava, em natureza, da do ficcionista. Essa ideia, embora recebida com certa polêmica pelos historiadores, principalmente aqueles ligados à tradição marxista, foi, todavia, muito importante para o questionamento da dicotomia entre história-ciência e artefato literário e, sobretudo, da ideia de que a ciência era, em si mesma, superior à narração ou à ficção. Uma síntese do impacto desse movimento pode ser feita a partir da seguinte explicação:

“A ideia de “giro” implica em entender que o sentido do mundo (e de tudo que nele habita), antes reconhecido como algo inerente ao próprio mundo (metafísica clássica) e compreendido por meio da racionalidade (filosofia da consciência), passa a ser entendido como emergência da linguagem. Esta virada propôs “novos significados para aquilo que se costuma designar pelo termo ‘realidade’ tanto ‘social’ ou ‘cultural’ quanto ‘natural’ ou ‘física’” (IBÁÑEZ, 2004, p. 19). Além disso (e principalmente), proporcionou uma nova significação para além da condição instrumental da linguagem como meio de manifestação das ideias. (ARRABAL, ENGELLMANN, KUCZKOWSKI, 2016, p. 86)



### Saiba mais

O movimento do *linguistic turn* teve repercussões também no Brasil, e é ainda hoje um dos principais pontos de contato entre historiadores e filósofos. Para conhecer mais sobre os impactos dessas teorias no caso brasileiro, consulte:

CEZAR, T. Hamlet brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica. **Revista História da Historiografia**, n. 17, 2015, p. 440-461.

Na análise de Frank López (2016), o “giro linguístico” representou para a historiografia a possibilidade da insubordinação da linguagem frente a razão. Desse modo, tal como enunciava Foucault, a ideia de uma história que caminha progressivamente em direção a um fim determinado perde espaço para a ideia de uma história que é feita no mesmo momento em que é narrada. Ao colocar a linguagem, portanto, no centro da epistemologia

histórica, as grandes estruturas imóveis ou de longa duração perdem espaço, na análise do historiador, para aspectos mais contingentes, a partir dos quais seria mais fácil, segundo essa corrente, observar as dinâmicas narrativas e de linguagem. Entre esses aspectos encontra-se o cotidiano como um observatório privilegiado dessas “microrelações” agora alçadas à linha de frente dos debates intelectuais.

Um dos mais famosos receptores dessas novas ideias no campo da historiografia foi Michel de Certeau (1925-1986), nascido em Chambéry, na França, que lecionou em diversas universidades na França e nos Estados Unidos, além de visitar constantemente a América do Sul e relacionar-se com diversos movimentos sociais de seu tempo. Antes de pensarmos em suas teses, precisamos considerar essa dimensão de atuação política de Certeau enquanto intelectual público, na medida em que, a partir dessa atividade, podemos compreender alguns aspectos importantes de sua aposta teórica, a saber, o respeito ético pela alteridade, ou seja, pela integridade da escuta do outro, ideia bastante influenciada por seu contato com a psicanálise de **Jacques Lacan** (1901-1981). Reconhecer que o outro é um sujeito constituído pela linguagem conecta a proposta de Certeau com os desdobramentos do giro linguístico.

Certeau era, além de professor, um padre, mais especificamente um jesuíta. Foi escrevendo sobre a história dos jesuítas, inclusive, que Certeau começou a problematizar a questão do envolvimento do historiador com seu objeto de pesquisa. Ao contrário da historiografia clássica, que via no distanciamento entre sujeito e objeto uma condição para a pesquisa, Certeau (1982) pondera que a história não é o real contido no objeto, mas sim uma produção de discurso sobre o real, de modo que a proximidade com o objeto não é um empecilho, ao contrário, poderia trazer bons frutos para a análise do passado. Um deles, talvez a maior contribuição de Certeau, seja a proposta de pensar a história considerando o lugar de elaboração do discurso, ou seja, a instituição da qual se fala. No caso de Certeau (1982), o lugar de elaboração do discurso era a instituição religiosa a qual pertencia, mas poderíamos pensar também na universidade, na escola e, de modo geral, na comunidade dos “pares” que autorizam e dão forma ao texto.



### Assimile

Observe, no fragmento seguinte, a reconstrução feita por Certeau (1982) do “outro” como um sujeito de linguagem. Trata-se de um debate muito importante de sua obra, a saber, a relação entre a crença em fatos religiosos, no caso, a possessão e a política. Com isso, recuperando um aspecto “lateral”, Certeau (1982) procura resgatar aqueles aspectos que,

apesar de parecerem “perdidos” na história, ajudam a compor o quadro mais amplo da sociedade em questão. Perceba como, a partir da recomposição dos sentidos possíveis do discurso para esse outro, o historiador formula suas perguntas.

“ A palavra da possuída propõe uma questão dupla. Por um lado a possibilidade de aceder ao discurso do outro, problema do historiador: o que se pode apreender do discurso do ausente? Como interpretar os documentos ligados a uma morte intransponível, quer dizer, a um outro período, e a uma experiência “inefável”, sempre abordada pelo lado de onde é julgada a partir do exterior? Por outro lado, a alteração da linguagem através de uma “possessão” objeto próprio deste exposto.

(...)

Inversamente, e este é outro postulado, eu não poderia supor que, com certeza, o discurso da possuída existe em algum lugar, tal como um tesouro escondido, por desenterrar de sob as interpretações que o recobririam; tampouco o que ela diz do *outro* se constitui como um *discurso* análogo ainda que oposto ao discurso de um saber psiquiátrico ou religioso. Da mesma forma que a relação com o psiquiatra e, portanto, com a constituição da psiquiatria, representa, para o assim chamado doente mental, a condição do seu discurso, num lugar do hospital que lhe foi designado, antecipadamente, pelo médico; também o tratado de demonologia (ou os interrogatórios do exorcista) fornecem, antecipadamente, à possuída a [Pg. 246] condição e o lugar do seu dizer. A “doente”, ou a “louca”, recebe do discurso psiquiátrico a possibilidade de preferir enunciados; da mesma forma a “possuída” não pode se enunciar a não ser graças ao interrogatório ou ao saber demonológico, ainda que seu lugar não seja o do discurso do saber que é enunciado sobre ela. A palavra da possuída se constitui relativamente ao discurso que a espera *naquele* lugar, na cena demonológica, assim como a louca, no hospital, não tem por linguagem senão aquela que lhe é preparada na cena psiquiátrica.

Isto significa, primeiramente, que não se pode supor de parte da possuída um discurso diferente daquele que efetivamente enuncia como se existisse, no subsolo, um outro discurso, intacto, por desenterrar. Em segundo lugar, que não se pode identificar *aquilo* que ela diz no lugar (lingüístico e social) onde lhe é necessário estar para poder articular um discurso.

(CERTEAU, 1982, p. 246)

No importante texto *A Operação Histográfica*, Certeau (1982) afirma que a História é uma disciplina, uma prática e uma escrita. Como disciplina, estaria ligada aos lugares de produção. Como uma prática, associada aos hábitos e convenções desses espaços – como o uso de citações, por exemplo. E como escrita, seria um espaço no qual o historiador faria uma reconstrução historiográfica. O vivido, supunha ele, é sempre diferente do escrito, que é uma ação mediada, parcial e sempre perpassada pelas demandas de um “outro” que não está mais presente. Nesse sentido, ele dizia que a história é o trabalho sobre o morto.

Certeau (1982) se preocupava também com as práticas ordinárias da cultura, com os modos através dos quais os indivíduos interpretavam e lidavam com ela. O acesso a essas práticas, em sua análise, advém, para o historiador, da constatação de que o trabalho sobre o morto, ou seja, sobre o passado, é uma troca que se dá no presente, entre os vivos. Certeau acompanha, nesse sentido, uma importante discussão da época: o papel das memórias, do testemunho e da história do presente na composição da narrativa sobre os grupos sociais e suas práticas cotidianas. Desse modo, o texto sobre o passado não representa o contexto de outrora, mas sim elucida a operação institucional que fabrica o discurso sobre ele. Presente e passado estão, assim, articulados, de modo que a “neutralidade científica”, tão cara aos positivistas, deixa de ser uma questão central.

Para Marília Duran (2007), essa aposta de Certeau se relaciona intimamente com os debates sobre a linguagem que mencionamos anteriormente. Em sua análise, a escrita da história, tal como entendida por Certeau, traz fortemente Wittgenstein ao abordar a linguagem ordinária apreendendo-a como um conjunto de práticas. Assim, muda o lugar da análise, “definido agora por uma universalidade que é identicamente uma obediência ao uso ordinário” (DURAN, 2007, p. 118). Atribuir às práticas o estatuto de objeto da história, para Certeau, possibilitava que o historiador entendesse os “modos de fazer” do passado. Nesse sentido, como salienta João Ohara (2013), Certeau concretiza seu objetivo de conhecer o passado como alguém que conhece um “outro”, a partir de um compromisso ético com essa diferença irredutível.

A análise das práticas, em detrimento dos discursos que “representam” o mundo, também foi um tema caro à Roger Chartier (1945). Esse historiador, ligado, tal como Certeau, à chamada “Terceira Geração dos Annales”, estabeleceu um diálogo profícuo com diversas tradições. Assim como Certeau, Chartier (1991) aventava de que a materialidade das relações é um campo fértil para o historiador e evita que ele recaia na mitologia de tentar “reconstruir” o passado factualmente. Chartier (1991) nos ajuda a entender,

inclusive, que a própria disciplina História, nos anos 1950 e 1960, esteve sobre forte ataque institucional das ciências sociais que cresciam naquele contexto, especialmente na França. Em sua análise, o modo que a História encontrou para responder a esses questionamentos foi o de apropriar-se de marcas de cientificidade e inseri-las em seus métodos, daí a predominância de abordagens como a análise quantitativa, os estudos do inconsciente e das mentalidades. Chartier (1991) nos conta, também, que na década de 1980, é a Filosofia a disciplina que oferecerá a maior interlocução com os historiadores, ainda que, eventualmente, de modo tenso, como no caso de Hayden White. A proposta de Chartier (1991) é, nesse sentido, que os historiadores se atentem ao melhor que se pode retirar desses contatos, modernizando suas práticas e refletindo constantemente sobre seus pressupostos. Uma de suas apostas é a crítica de que as ideias andem pelo mundo e pela história de forma desencarnada, ou seja, para Chartier (1991), é importante considerar os veículos que portam as ideias (pessoas, livros, instituições). Isso significa afirmar que não é possível entender o desenvolvimento das ideias como se elas se relacionassem apenas entre elas. Exemplarmente, diz ele, quem lê um texto lê em algum lugar, e isso já é um indicativo de que observar as práticas é fundamental para que o historiador consolide seu campo de pesquisa, estabelecendo uma relação frutífera com seu objeto. Em um conhecido texto intitulado *O Mundo como representação*, publicado em 1991, Chartier sintetiza o espírito de sua contribuição:

“É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos. Longe de uma fenomenologia da leitura que apague todas as modalidades concretas do ato de ler e o caracterize por seus efeitos, postulados como universais, uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura. O procedimento supõe o reconhecimento de diversas séries de contrastes. De início, entre as competências de leitura. A clivagem, essencial porém grosseira, entre analfabetizados e analfabetos, não esgota as diferenças na relação com o escrito. Os que podem ler os textos, não os lêem de maneira semelhante, e a distância é grande entre os letrados de talento e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender, só se sentindo à vontade frente a determinadas formas textuais ou tipográficas. Contrastes igualmente entre normas de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, usos do livro, modos de ler, procedimentos de interpretação. Contrastes, enfim, entre as

expectativas e os interesses extremamente diversos que os diferentes grupos de leitores investem na prática de ler. De tais determinações, que regulam as práticas, dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação como escrito. (CHARTIER, 1991, p. 178)



### Refleta

Em *Inscriver e Apagar*, Chartier (2007) nos sugere que a escrita pode funcionar como suporte da memória. Para que isso ocorra tem de haver, em paralelo, uma operação de esquecimento. Sua proposta então, é “cruzar a história da cultura escrita com a sociologia dos textos” (CHARTIER, 2007, p. 10). Aproximar a compreensão das obras de sua circulação e apropriações, superar o substancialismo e a ideia de direito autoral como direito de sentido, seriam atitudes desejáveis para o historiador da cultura que pretenda entender que o processo de publicação, seja lá qual for sua modalidade, “é sempre um processo coletivo que requer numerosos atores e não separa a materialidade do texto da textualidade do livro” (CHARTIER, 2007, p. 13). Considerando a importância que fatores como a edição, a publicação, a tradução, enfim, a materialidade dos livros, têm para Chartier, vamos refletir juntos: você costuma atentar-se para esses aspectos dos livros que costuma ler? Na internet, por exemplo, a circulação dos textos ganha uma dimensão ainda mais complexa, e muitas vezes a própria autoria do texto é desvinculada da obra no momento de divulgação. Será que podemos pensar em uma “materialidade” dos textos virtuais, no mesmo sentido em que pensava Chartier?

Tanto Certeau como Chartier contribuíram para uma modernização da operação historiográfica, principalmente no que diz respeito à inserção do domínio das práticas cotidianas como objeto central do historiador da cultura. Com essa operação, dialogaram com as ciências humanas de modo geral, especialmente a respeito da significação e da necessidade da chancela científica para a produção desses saberes. Nesse sentido, não podemos deixar de nos lembrar de Michel Foucault e de sua arqueologia do saber, que tão decisiva importância teve nas gerações seguintes a ele, à qual pertencem, por exemplo, Certeau e Chartier, enquanto questionador dos dogmas do paradigma cientificista.

Caro aluno, vamos voltar a nosso questionamento inicial. Como você sabe, há diversas discussões atuais sobre a questão da “doutrinação” nas escolas ou, ainda, de uma suposta “ideologização” dos espaços de saber. Argumenta-se que a relação de poder que o professor exerce em sala de aula é uma espécie de violência, na medida em que sua autoridade acabaria, na maior parte das vezes, por submeter a autonomia do aluno a seus pontos de vista. Mas, afinal, pensando que a escola é um espaço múltiplo no qual convivem tantas pessoas distintas e em funções variadas, será que podemos falar em uma relação unilateral de “doutrinação” por parte do professor?

Alguns temas desta seção podem nos ajudar a refletir sobre esse aspecto tão polêmico das discussões atuais. Vamos começar conhecendo um pouco da contribuição que as reflexões de Michel Foucault podem nos dar para esse questionamento.

Segundo Foucault (1979) o “poder” é parte indissociável da configuração dos saberes na contemporaneidade. Isso porque, para ele, todo saber está associado à uma configuração de dominação que precisa manter-se por meio da domesticação de seus subordinados. Se é assim, então podemos dizer que Foucault (1979) admite que a relação professor-aluno (saber-poder) poderia ser qualificada como “doutrinação”? Na verdade, a questão é mais complexa. Para Foucault (1979), as relações de poder não se encontram em uma relação unilateral entre dominados e dominantes, como no caso do Estado, por exemplo. Ao contrário, ele afirma que o poder é um traço difuso e que instituições como a escola e como a família nos permitem visualizar que há uma interação constante entre dominantes e dominados.

Para Foucault (1979), toda relação de poder tem um polo de resistência: poder não é uma substância que um tem e o outro não tem, é um exercício. Desse modo, o dominante precisa do dominado. Nesse sentido, será que falar em “doutrinação” na escola faria sentido? Para Foucault, o dominado pode querer ser dominado, já que a manutenção da dominação é cômoda. Em todo caso, Foucault (1979) sustenta que nunca ninguém é tão poderoso que possa prescindir da dominação. Para ele, inclusive, sempre é possível ter uma estratégia de subversão dessa relação de poder. Esse também é o ponto de vista de Certeau (1982) quando discute as relações de dominação presentes em nossa sociedade, que pode nos ajudar a refletir sobre as relações de poder dentro da escola a partir de uma visão mais ampla.

Para Certeau (1982), podemos entender as relações institucionais ao longo da história a partir da dinâmica entre estratégias e táticas. As primeiras estariam ligadas aos lugares de enunciação, aos dispositivos institucionais. As

táticas, por outro lado, são aquelas astúcias cotidianas, que se aproveitam das falhas da estratégia para garantir um espaço de autonomia do sujeito. Nesse sentido, mesmo em situações de poder – que são todas, como diria Foucault, desde a escola, a família e os amigos, o indivíduo é capaz de criar modos de reflexão e individualização.

Efetivamente, segundo esses autores, uma relação de poder nunca é estanque ou unilateral. A partir desses suportes, podemos analisar a discussão sobre a “doutrinação” de modo mais matizado, compreendendo que uma escola é um espaço de interação que não difere, em termos de existência de uma relação de poder, de outros espaços sociais ao qual estamos submetidos, como a família. Quando observamos que não apenas a escola, mas todos os nossos espaços de vivência, são permeados por relações de poder e que, apesar disso, todos somos sujeitos dessa relação, a ideia de “doutrinação” perde um pouco de sua força, já que não há, nesse ponto de vista, nenhuma relação entre pessoas que não passe pela negociação e pelo conflito acerca da própria existência.

## Faça valer a pena

**1.** A imagem abaixo descreve uma estrutura de construção panóptica, caracterizada pelo fato de que sua disposição permite a observação e o controle daqueles que a frequentam.

Figura 3.6 | Panóptico



Fonte: <http://institutoneuropsico.com.br/blog/2018/04/16/panoptico-de-foucault/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

A partir da imagem e das contribuições de Foucault, assinale a alternativa correta:

- a) A importância de Foucault para a historiografia é que sua microfísica do poder ajuda a estimular a ideia de que o passado só pode ser estudado em instituições disciplinares como as da foto.
- b) Para Foucault, o controle dos corpos é uma característica do regime antigo de produção da verdade, principalmente aquele que vigorava na Idade Média.

- c) Os panópticos ajudam a entender de que forma Foucault via as instituições disciplinares: como espaços de elaboração do passado que conecta todos os elementos, por mais distantes que estejam.
- d) A historiografia deve à Foucault a reflexão sobre a historicização dos regimes de verdade, cada um deles consolidado a partir de dispositivos disciplinares específicos, como o panóptico no caso do mundo pós século XIX.
- e) Ao estudar a loucura e o regime de confinamento do “diferente”, Foucault ajuda os historiadores a perceber que a escrita da História é como um panóptico: totalizadora, abrangente e atenta às especificidades de cada grupo social.

**2.** Observe o fragmento abaixo, retirado da obra de Michel de Certeau, *A Escrita da História*:

“O discurso histórico explicita uma *identidade social*, não como “dada” ou estável, mas enquanto *se diferencia* de uma época anterior ou de uma outra sociedade. Ele supõe a ruptura que transforma uma tradição em um objeto passado, da mesma forma que a história do “Antigo Regime” supõe a Revolução. Mas essa relação com a origem, próxima ou longínqua, da qual uma sociedade se separa sem poder eliminá-la é analisada pelo historiador, que faz dela o lugar da sua ciência. Em um texto que guarda ainda a forma de relato, ele articula a prática de uma nova inteligibilidade e a remanescência de passados diferentes (que sobrevivem, não apenas nos documentos, mas nesse “arquivo” particular que é o próprio trabalho histórico).  
Se, por um lado, a história tem como função exprimir a posição de uma geração com respeito às precedentes, dizendo: “Eu não sou isto”, acrescenta sempre, a esta afirmativa, um complemento não menos perigoso, que faz uma sociedade confessar: “Eu sou outra coisa além daquilo que quero, e sou determinada por aquilo que denego”. A história atesta uma autonomia e uma dependência cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas que presidem à sua elaboração. Sob a forma de um trabalho imanente ao desenvolvimento humano, assume o lugar dos mitos através dos quais uma sociedade representava as relações ambíguas com as suas origens e, através de uma história violenta dos Começos, suas relações com ela mesma. (CERTEAU, 1982, p. 55)

A partir do trecho acima e das contribuições de Michel de Certeau para a historiografia, assinale a alternativa correta:

- a) Certeau contribui para uma tradição historiográfica que pretende valorizar a linearidade e o progresso humanos, confrontando, desse modo, a proposta de Michel Foucault.
- b) A valorização do “outro” como ser constituído pela linguagem é um ponto central das teses de Certeau.
- c) Conforme o trecho acima, as condições de produção do discurso histórico não são relevantes para a composição da trama historiográfica.
- d) Para Michel de Certeau, o historiador deve emancipar-se da dimensão institucional de sua prática para acessar a alteridade de outros tempos históricos.
- e) O fragmento acima está deslocado da teoria mais ampla de Certeau já que, para ele, de modo geral, o passado pode ser reconstruído através da escrita da história.

**3.** Um dos principais ganhos da aproximação da filosofia com a historiografia a partir dos anos 1970 foi a possibilidade de repensar a relação entre conhecimento e linguagem. Ludvig von Wittgenstein, um dos filósofos que inspirou essa aproximação, afirmou em “Tractatus Logico Philosophicus” que “sobre o que não se pode falar se deve calar”. Refletindo sobre essa sentença e levando em conta os aportes desta Seção, julgue as afirmações que seguem:

- I. A aproximação com a filosofia da linguagem tornou a historiografia irrelevante, na medida em que a linguagem passou a ocupar o centro das preocupações das ciências humanas em detrimento do fato histórico.
- II. Se a linguagem deixa de estar restrita a um instrumento de representação, e passa a ser vista como um instrumento de construção do mundo, resta ao historiador analisar a história dos usos da linguagem.
- III. A frase de Wittgenstein indica que a linguagem traça os limites do mundo identificável, de modo que o historiador não está autorizado a falar sobre aquilo que não viveu ou não pode reconstituir.
- IV. A centralidade da discussão sobre linguagem faz com que a relação entre representação e real seja repensada, ideia que influenciou decisivamente na abordagem historiográfica que se consolidou com o giro linguístico.

Assinale a alternativa que contenha apenas sentenças corretas.

- a) I e II
- b) somente I
- c) somente III
- d) II e IV
- e) somente IV

## Referências

- ANDERSON, P. Diário de uma relação. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, p. 193-205, jan./jun. 2014. Disponível em: [www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/27930/15392](http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/27930/15392). Acesso em: 7 dez. 2018.
- ADORNO, S. Perturbações: Foucault e as ciências sociais. **Revista sociol. antropol.**, Rio de Janeiro, v. 07.01, p. 33 – 61, abr./2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v7n1/2238-3875-sant-07-01-0033.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- ARRABAL, A. ENGELLMANN, W. KUCZKOWSKI, S. **Filosofia da linguagem e giro linguístico: implicações para os direitos autorais**. Scientia Juris, Londrina, v. 20, n. 2, p.81-106, jul. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/viewFile/23205/19258>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- BARROS, J. A. Sobre a feitura da microhistória. **OP SIS**, v. 7, n. 9, p. 167-185, jul./dez. 2007.
- BERTONHA, J. F. Culturalismo x estruturalismo: um debate com E.P. Thompson. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 17, p. 31-59, mar. 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2L2EiZh>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. Lisboa. Ed. Presença, 1990.
- BURKE, P. **Escola dos Annales. A revolução francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CERTEAU, M. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./apr. 1991. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&t&pid=S0103-40141991000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&t&pid=S0103-40141991000100010). Acesso em: 15 dez. 2018.
- CHARTIER, R. **Inscrever e Apagar. Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- DA SILVA, F. R. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 377-295, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahis7toriografia.com.br/revista/article/view/694>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- DOSSE, F. **A história em migalhas. Dos Annales à Nova História. Dos Annales à nova história**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- DURAN, M. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.
- DWORKIN, D. E. P. Thompson - historiador militante e militante historiador. **História e**

- Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, p. 91-113, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27927>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- FEBVRE, L. **Combats pour l'Histoire**. Paris: Press Pocket, 1952.
- FENELON, D. E. P. Thompson – história e política. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, p. 33-53, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27925>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- FERREIRINHA, I. e RAITZ, T. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-83, mar./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas**. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
- GINZBURG, C. **O Queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HALL, S. Vida e época da primeira New Left. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21.2, p. 214-234, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/97221>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- HOBSBAWM, E. in HOBSBAWM, E. HILL, C, ANDERSON, P. THOMPSON, E. P. E SCOTT, J. **Produção historiográfica: desafios e conjecturas: agendas para uma história alternativa**. História e Perspectivas, Uberlândia, v. 1, p. 207-234, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27931>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- LA CAPRA, D. O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-312, jan./jun. 2015.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- LÓPEZ, F. El giro lingüístico de la filosofía y la historiografía contemporánea. **Revista Mañongo**, v. XIX, n. 37, p. 189-213, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://servicio.bc.uc.edu.ve/postgrado/manongo37/art09.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- LOWY, M.; SAYRE, R. A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams. **Revista crítica marxista**, n. 8, p. 43-66, 1989. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo55Artigo3.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo55Artigo3.pdf). Acesso em: 7 dez. 2018.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NOVAIS, F.; FORASTIERI S, R. **Nova História em Perspectiva**. Vol. II. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MELO JUNIOR, J. A. Ações coletivas e culturas populares: alguns apontamentos a partir de Edward Palmer Thompson. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 3, p. 1-12, jul. 2012.

NIETZSCHE, F. Verdade e mentira no sentido extra-moral em Obras Completas. São Paulo. Ed. Nova Cultural, 2000.

OHARA, J. A história como heterologia: do conceito de história em Michel de Certeau. 2013. **81 f. Dissertação** (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em: [www.uel.br/pos/mesthis/JoaoRMOhara.pdf](http://www.uel.br/pos/mesthis/JoaoRMOhara.pdf). Acesso em: 4 fev. 2019.

ORIANI, A. P. Primeiros rascunhos: aproximações entre Michel de Certeau e a História do Tempo Presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 316 - 338, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180309222017316/7579>. Acesso em: 15 dez. 2018.

OSÉS, M. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos Annales d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938). **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 24, ago./2017, p. 60-76.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

ROCHA, P. E SANTOS, G. A gênese dos estudos culturais. Contribuição e legado de Raymond Williams. **Anais do III Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí: História e Diversidade Cultural**, 2012, p. 1-14. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20\(16\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20(16).pdf). Acesso em: 7 dez. 2018.

RUST, L. **A terceira geração dos Annales e o exorcismo do tempo**. Biblos, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 47-60, 2008.

SILVA, M. Breves reflexões sobre a historiografia inglesa: o grupo da Revista Past and Present. **Revista de história Dimensões**, UFES, n. 4, p. 111-121, 1995. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2247>. Acesso em: 7 dez. 2018.

TERNES, J. Foucault e o nascimento das ciências humanas. **História Revista**, v. 2, n. 9, p. 191-204, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10443>. Acesso em: 15 dez. 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



# Unidade 4

---

## História, fontes e debates atuais

### Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo!

Como você já deve saber, durante muito tempo os historiadores e professores de história foram vistos como trabalhadores do passado, que se interessavam por fatos que não voltariam a ocorrer e, desse modo, não tinham muito a dizer para a realidade presente. Esse antigo clichê, que via os historiadores como peças de museu, não se sustenta mais na atualidade. Isso porque inúmeros processos sociais, políticos e culturais demandam que os historiadores, geógrafos, sociólogos e filósofos, dentre outros analistas das “humanidades”, forneçam explicações sobre os conflitos de nosso tempo. Assim, embora o mundo atual seja marcado por um grande fluxo de informações e pela velocidade de comunicação, especialmente com a internet, é um ponto pacífico que apenas o acúmulo de dados, sem uma contextualização acerca de suas relações temporais e sociais, não é suficiente para entender o mundo em que vivemos. Pensando nisso, quais são os dilemas e desafios para as ciências humanas no século XXI? Em um contexto em que a internet permite a multiplicação acelerada de informações e pontos de vista, qual pode ser a nossa contribuição para a reflexão acerca dos problemas do presente?

O historiador Eric Hobsbawm, dedicado a pensar o século XX, formula essa questão da seguinte maneira:

“Mas o que pode a história nos dizer sobre a sociedade contemporânea? Durante a maior parte do passado humano — na verdade, mesmo na Europa ocidental, até o século XVIII — supunha-se que ela pudesse nos dizer como uma dada sociedade, qualquer sociedade, deveria funcionar. O passado era o modelo para o presente e o futuro. Para fins normais, ela representava a chave para o código genético pelo qual cada geração reproduzia seus sucessores e organizava suas relações. Daí o significado do velho, que representava sabedoria não apenas em termos de uma longa experiência, mas da memória de como eram as coisas, como eram feitas e, portanto, de como deveriam ser feitas. (HOBSBAWM, 2013, p. 33)

Hobsbawm (2013) se refere a um modo de ver a história que a interpreta como uma galeria de exemplos do passado. Essa concepção caiu em desuso ainda no século XIX, e novas formas de entender a história frutificaram desde então. No mundo atual, contudo, em que as Humanidades parecem viver uma crise de legitimidade diante de um mundo cada vez mais digital, qual seria nosso papel?

Para nos ajudar a refletir sobre essas questões, que tangenciam não apenas nossa identidade profissional, mas, também, nossa condição de sujeitos históricos, essa Unidade trabalhará três dos principais desafios da história na atualidade. O primeiro deles é o debate sobre o anacronismo, ou seja, sobre a imputação de julgamentos e valores contemporâneos a eventos e personagens do passado. Este tema, tão comum no uso público da história nas redes sociais, é um dos principais desafios que se colocam, atualmente, em sala de aula. Outro tópico central que será abordado na unidade é a questão do uso da internet como suporte documental: se, antigamente, o historiador só podia ter acesso a certos tipos de fontes caso fosse pessoalmente a acervos e bibliotecas, hoje em dia contamos com a mediação dos meios digitais, o que, eventualmente, modifica nossa relação com os documentos e com os dados do passado. Finalmente, o fato de que a internet tenha se tornado um dos principais modos de identificação e constituição de grupos na atualidade também nos levará a uma reflexão importante sobre as relações entre a História e as questões raciais, as teorias Queer e o chamado “pós-estruturalismo”. Vamos começar nossa jornada?

## Anacronismo, teleologia e filosofia da história

### Diálogo aberto

Nesta seção, partiremos de uma transformação muito importante na historiografia, que diz respeito não apenas ao modo de produzir a história, mas, também, à visão que a sociedade, como um todo, constrói em relação ao seu passado. Veremos que, se de acordo com as filosofias da história mais divulgadas ao longo dos séculos XVIII e XIX, a história tinha um “fim” pré-determinado, bastando, aos historiadores, narrar a sequência de fatos que a compunha. Essa concepção é, hoje em dia, bastante criticada. Ideias de uma história que acontece independentemente da ação humana, bem como de que o passado é uma espécie de “galeria de exemplo” não convencem mais na contemporaneidade. Isso engendra um dos pontos centrais de nossa discussão: qual o papel das Humanidades em geral, e dos historiadores em específico, no mundo contemporâneo? Essa pergunta ampla nos levará à uma ramificação concreta desse dilema: a ideia de anacronismo e sua ocorrência na atualidade.

“Anacronismo” é um dos conceitos mais importantes da atividade do historiador. Ele ajuda a descrever um tipo de atitude de julgamento de uma ação ou evento ocorridos no passado a partir de critérios contemporâneos, estranhos à realidade do contexto em questão. Apesar disso, em sala de aula, sabemos que interpretações anacrônicas do passado são recorrentes: parece intuitivo que olhemos o passado com os olhos do presente. Desfazer esse tipo de perspectiva, que cobra do passado conceitos do presente, é um processo que leva tempo e exige uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos, assim como dos princípios teóricos da historiografia que estamos estudando ao longo da disciplina. Por isso, não será raro encontrar estudantes zombando de determinadas compreensões que diferentes sociedades tiveram no passado e, para muitos, todos aqueles que viveram em outras épocas parecem simplesmente menos inteligentes do que ele no presente. O mesmo pode se dar com as interpretações históricas produzidas em outras épocas: positivistas, historicistas, todos eles podem parecer simplesmente limitados em uma perspectiva anacrônica.

Desse modo, um importante problema se apresenta: como abordar os eventos do passado, assim como suas posteriores interpretações historiográficas, induzindo os estudantes a uma reflexão que respeite e entenda as conjunturas de cada época? Como problematizar nosso olhar do presente sobre o passado?

Caro aluno,

Nesta seção nos ocuparemos de pontos muito importantes no trabalho do historiador e do professor de história de modo específico, mas também, globalmente, na reflexão das ciências humanas de modo geral. As novas tecnologias, que permitem acesso amplo à informação, são o pano de fundo dessa reflexão. Contudo, para que possamos dimensionar os desafios que se colocam à nossa prática na contemporaneidade, vamos retroceder temporalmente alguns séculos a fim de entender o desenvolvimento dessas problemáticas e as discussões que elas nos apresentam. Vamos partir de um comentário do historiador Eric Hobsbawm (2013), que nos ajudará a contextualizar os próximos temas:

“Para deixar bem claro: o objetivo de se traçar a evolução histórica da humanidade não é antever o que acontecerá no futuro, ainda que o conhecimento e o entendimento históricos sejam essenciais a todo aquele que deseja basear suas ações e projetos em algo melhor que a clarividência, a astrologia ou o franco voluntarismo. O único resultado de uma corrida de cavalos que os historiadores podem nos contar com absoluta confiança é o de um páreo que já foi corrido. Menor ainda é a possibilidade de descobrirem ou inventarem legitimações para nossas esperanças — ou receios — quanto ao destino humano. A história não é uma escatologia secular, quer concebamos seu objetivo como um progresso universal interminável, como uma sociedade comunista ou o que seja. Isso são coisas que lemos nela, mas não podemos deduzir dela. O que ela pode fazer é descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudança radicalmente aceleradas e abrangentes. Em lugar de previsões ou esperanças, é isso que é diretamente relevante para a sociedade contemporânea e suas perspectivas. (HOBSBAWM, 2013, p. 39)

Entender as transformações contemporâneas à luz do passado é uma preocupação que atravessou a história da própria disciplina. Um dos campos de reflexão sobre esta questão é denominado “filosofia da história”. Inicialmente, precisamos ponderar que “filosofia da história” não equivale a história da filosofia, nem mesmo pode ser equiparada à ideia de “pensar filosoficamente” o passado. Efetivamente, trata-se de uma reflexão sobre

a “lógica da história”. Conforme José Nicolau Julião (2010), a chamada “filosofia da história” pode ser dividida em três acepções, que correspondem a três grandes períodos da história da historiografia. Durante a Idade Média, especialmente a partir das reflexões de Santo Agostinho, a Filosofia da História remontava à concepção cristã de temporalidade, isso significa que a evolução ou a “lógica” da história estava condicionada à ideia de salvação e, portanto, o tempo terreno era submetido ao tempo da eternidade. A partir do século XVIII, a filosofia da história passa a ser uma importante reflexão do campo da “metafísica”, que “consiste, então, em uma reflexão propriamente filosófica, que tem como parâmetro de elucidação do motor da História, a vontade, a razão e a liberdade tomadas enquanto categorias (transcendentalmente) constituintes ou (ontologicamente) determinantes do processo histórico” (JULIÃO, 2010, p. 237). Por fim, as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI tem-se focado em uma modalidade “crítica” das filosofias da história, mais direcionada à reflexão epistemológica sobre o passado, que considera a relação entre política, sociedade, geografia e, eventualmente, aspectos psicológicos.

Em comum, essas três vertentes representam três modos de interpretar a história, cada um deles alocando o “motor” do tempo em diferentes aspectos. Na concepção medieval, o motor era Deus. A partir do século XVIII, já contando com os aportes do pensamento iluminista, esse motor deixa de ser externo à própria história e se torna, em outras palavras, imanente a ela, ou seja, inscrito na própria sequência de eventos e suas relações com a interação humana. Dois pensadores muito importantes dessa tendência são Georg F. Hegel (1770-1831) e Karl Marx (1818-1883). Cada qual, a seu modo, constrói teleologias da história, ou seja, interpretações que consideram o “fim” como um dado prévio das reflexões. Isso significa, na prática, que o presente é explicado a partir desse fim já conhecido de antemão. Para Hegel, a meta da filosofia da história é precisamente esclarecer aquilo que coordena os acontecimentos históricos, que preside seus fins, a que ele dá o nome de “Espírito Absoluto”. Esse espírito, contudo, não é Deus, tal como pensava Agostinho, mas, sim, a própria substância da história que, conforme se desenvolve, conhece a si mesma (SKALDAFERRO, 2009). Essa ideia pode parecer um pouco confusa, mas, como veremos, ela foi muito importante para trazer a explicação da história para o terreno dos fatos humanos, e não mais transcendentes ou religiosos. Aliás, ela inspirou outros pensadores, como Karl Marx, que também formularam teleologias da história. Se, para Hegel, o “motor” da história era o desenvolvimento do Espírito absoluto – ou da Razão – para Marx, preocupado com as questões sociais de seu tempo, o “motor” era a luta de classes entre proletariado e detentores dos meios de produção.



## Assimile

As interpretações teleológicas da História costumam ser bastante divulgadas nas redes sociais, na televisão e, até mesmo, em nossos diálogos mais cotidianos. Sem que seja necessário que o emissor da mensagem reconheça que está pensando teleologicamente, algumas falas exemplares de nosso dia a dia, podem nos ajudar a perceber como esse raciocínio é difundido:

Quando diante de uma situação de delito, por exemplo, é comum que, antes mesmo de o suspeito ser julgado, as pessoas façam interpretações sobre as motivações do delito, tomando por certo sua culpa e encontrando os fatos intermediários que “provam” sua culpa. Outra interpretação bastante comum, essa bastante divulgada nas redes sociais, é aquela que afirma que o brasileiro “é assim mesmo” (corrupto, preguiçoso, etc.) e que, portanto, os eventos políticos e culturais se sucedem como se se tratasse de uma fatalidade definida de antemão.

Interpretações baseadas nas teleologias de Hegel e Marx foram muito importantes ao longo do século XX, e influenciaram gerações de historiadores. A partir da década de 1960, todavia, alguns questionamentos importantes foram feitos a essas ideias. Em oposição à tese – muito comum nas filosofias da história – de que a história tem um sentido dado de antemão, alguns pensadores passaram a se questionar sobre o “descontínuo” que aparece na História, e que inviabilizaria pensar que os processos históricos estão concatenados em uma cadeia evolutiva. Tanto a chamada “terceira geração dos Annales”, com sua atenção a aspectos fragmentários da experiência história como os filósofos da linguagem que passam a dialogar com os historiadores a partir do *linguistic turn* são importantes respostas a essa concepção evolutiva da história. Michel Foucault (1926-1984), por exemplo, é um dos principais nomes desse questionamento. Como salienta Cristiane Oliveira, a descontinuidade é um dos eixos fundamentais da análise história de Foucault.

“Essa é a estratégia utilizada no seu trabalho para desmontar os essencialismos com que enxergamos as questões de nosso tempo, para ironizar a pretensa natureza sublime da ideia de origem e para desestabilizar os lugares de verdade (e os poderes neles investidos) que ocupam os saberes, camuflados pelo discurso do conhecimento. Foucault acusava a história de apegar-se à ideia de continuidade, subsidiada que era pela crença em uma origem essencial que subsiste ao tempo e que comanda os destinos da humanidade. Fazia eco a uma nova

tradição de pensamento que combatia a noção de progresso, exaltada tanto pelos discursos filosófico e científico quanto pelo discurso capitalista, pelo efeito de verdade dado à ilusão de que o estado atual é a referência de evolução para a sociedade. Tornar a história uma busca de continuidades é negar seu fundamento, razão pela qual podemos notar a obstinação do filósofo em especificar os usos que dela fazia, criando até mesmo designações alternativas ('arqueologia', 'genealogia') para o seu método. Com efeito, ele propõe "demorar-se nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade" (Foucault, 1995b, p.19) para que seja possível perceber as jogadas, os fluxos e os desdobramentos das batalhas sociais. (OLIVEIRA, 2008, p. 170)

Conforme André Voigt (2013), as teses de Foucault impactaram muito no campo da historiografia. Ora, se não é mais possível procurar uma "lógica" evolutiva da história, como poderíamos entender os processos dispostos no tempo? Seriam um mero "acaso"? Voigt nos conta que essas questões eram importantes para a história desde a década de 1950, com Fernand Braudel. Ao colocar-se a divisão entre tempo das estruturas, das conjunturas sociais e dos eventos, ele já estaria admitindo uma "descontinuidade" fundamental na história, que se preocupava, justamente, em questionar as antigas "filosofias da história"

“De seu lado, Hegel identificou a realidade histórica com o Estado, o Destino, o advento do Espírito absoluto, por intermédio do espírito objetivo e subjetivo, dando à realidade histórica um sentido ao mesmo tempo mais místico e mais dramático que Comte, mas, como ele, fazendo surgir o método da história tanto quanto ciência da realidade histórica, cujo resultado é a filosofia de Hegel que torna consciente o sentido da história [...] Nos dois casos, estamos na presença da identificação da história como realidade e da história como historiografia à base de uma filosofia dogmática da história, que conhece por antecipação seu próprio sentido. Mas a filosofia da história se mostra a pior inimiga da realidade histórica quanto da ciência da história e das duas combinadas, destruindo seu fundamento e retirando toda significação tanto do estudo histórico quanto da própria realidade histórica. (GURVITCH 1957, p. 76) apud VOIGT, 2013, p. 198)

Se a história, portanto, não é o desenvolvimento previsível de fatores em evolução, mas sim, um espectro marcado pelos fragmentos, pelas descontinuidades e pelas conjunturas, qual pode ser a função do historiador? Para Jadson Gonçalves (2007), trata-se de assumir que a história se realiza por deslocamentos e rupturas sucessivas. Nesse sentido, o historiador é um narrador de cenários, e não um profeta. Essa nova concepção foi chamada, por alguns analistas, de “pós-moderna”. Ela procurava, em suas origens, subverter alguns dogmas da chamada história científica. Não apenas a história não poderia ser descrita em termos de progresso como, efetivamente, não haveria um progresso humano inscrito em nosso destino.

Tudo isso pode parecer um pouco radical, todavia, é importante contextualizar esses debates. Quando eles ganham força, nas décadas de 1970 e 1980, os historiadores passavam por uma ampla crise de identidade disciplinar. Afinal, seriam apenas narradores que não se diferenciam de romancistas? Efetivamente, essa ideia, principalmente a partir da obra de **Hayden White** (1928-2018), foi importante para oxigenar algumas reflexões sobre a história. Ao contrário de destruí-la enquanto disciplina, ela se tornou mais moderna e mais aberta ao contato com outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a antropologia, a geografia e a filosofia. Isso permitiu que problemas como o “anacronismo”, que pensaremos a partir de agora, fossem enfrentados com uma reflexão teórica mais ampla.

Você já deve ter ouvido falar em inúmeros alertas sobre essa prática e sobre os prejuízos que ela causa na reflexão sobre o passado. Atribuir aos sujeitos e situações de outros tempos um horizonte de possibilidades que eles não tinham e, com isso, julgar suas ações a partir de critérios contemporâneos, é uma prática recorrente não apenas na historiografia, mas, principalmente, nos usos públicos da história, como é o caso do cinema.



### Refleta

Se consideramos que o anacronismo é a atribuição de valores, nomenclaturas e sentidos contemporâneos aos objetos do passado, podemos refletir: quais são seus perigos?

Algumas situações do nosso cotidiano ilustram bem o efeito que o anacronismo pode ter nas análises sobre o mundo. Por exemplo: considerando que o marxismo é um movimento que surge a partir das teses de Karl Marx, afirmar que um acontecimento histórico anterior a ele, a Revolução Francesa, por exemplo, é “marxista”, é um erro clássico advindo do pouco cuidado com a observação dos fatos do passado. Igualmente, chamar os habitantes nativos do nosso continente de “americanos” é um raciocínio parecido. Você consegue imaginar outras situações em que isso ocorra nas discussões atuais?

Um dos modos de evitar tais julgamentos de valor, e a consequente distorção da história que eles evocam, é manter em vista que cada sujeito, de cada época histórica, deve ser contextualizado a partir de seus possíveis (VIZEU e MATITZ, 2018). Por exemplo, não podemos imaginar que um cidadão grego do século II falasse, na Assembleia, sobre a necessidade de abolir os preconceitos raciais e construir uma sociedade mais justa. Para nós, no século XXI, defender a equidade de direitos civis é uma tautologia, uma obviedade. Para nossa personagem, contudo, a ideia mesma de “escravidão” era diferente da que nós temos hoje, apesar de utilizarmos a mesma palavra. Assim, manter em vista as diferenças no significado das palavras é fundamental para que possamos entender o que aquele sujeito poderia ter pensado, e não o julgar com olhos do presente. Em outro exemplo, diametricamente oposto, será que poderíamos afirmar que Joana D’Arc era uma feminista? Se levarmos em conta que ela rompeu padrões de gênero da época, talvez. Todavia, é importante lembrar que o conceito de “feminismo” não existia na França do século XIII, de modo que precisamos ser, sempre, cuidadosos.

Um dos instrumentos para evitar os anacronismos é a chamada “história conceitual”. Reinhardt Koselleck (2006), um dos autores mais proeminentes desta tendência, nos ajuda a entender esse suporte. Trata-se de pensar a história como resultado das interações entre passado e futuro, atentando-se ao fato de que os conceitos se transformam a partir de seu uso histórico. O próprio conceito de “história”, afirma Koselleck, sofre mutações ao longo do tempo. Na língua alemã, por exemplo, o termo “Geschichte” significava, até o século XVIII, duas coisas: tanto a narrativa da história como a história em si, os fatos. Desse modo, se um historiador do presente quiser pensar sobre a concepção de história de um sujeito alemão do século XVIII, não poderá se esquecer de que os conceitos mudam, e exigem que nós façamos uma leitura também semântica da história.

A atenção a esses aspectos, como salienta Fábio Lopes (2012), também se estendem ao tratamento que o historiador dá às fontes, ou seja, aos documentos que embasam sua prática. Se, antes, até o século XIX, fonte era tudo aquilo que estivesse devidamente registrado em um documento oficial, as modernas visões da história entendem que as fontes podem ser diversas: a fotografia, por exemplo, ou a literatura e os diários pessoais, registram sua época e fornecem possibilidades explicativas para os que observam o passado.

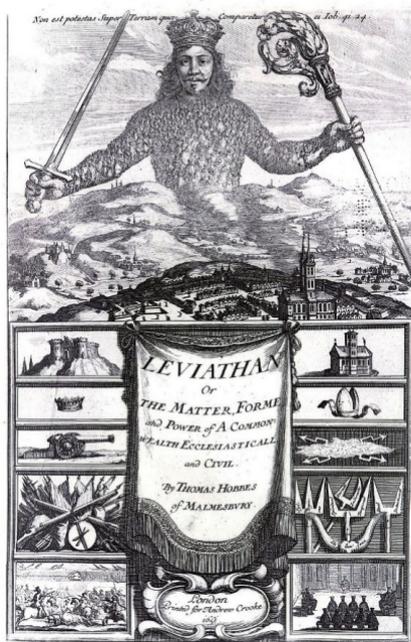


### **Exemplificando**

A obra “Medo, Reverência, Terror”, de Carlo Ginzburg, publicada em 2014, é um bom exemplo do uso de fontes não-tradicionais não como apoio à reflexão do historiador, mas como fornecedora de vestígios do passado. O subtítulo da obra, “ensaios de iconografia

política”, indica que tipo de percurso o autor propõe. A título de exemplo, observe a imagem abaixo. Na análise de Ginzburg, os frontispícios das diversas edições da obra “O Leviatã”, de Thomas Hobbes, ajudam a sociedade inglesa do século XV na medida em que fornecem vestígios que não seriam capturáveis por uma análise apenas “interna” do conteúdo da obra.

Figura 4.1 | O Leviatã



Fonte: <https://bit.ly/2LXTfw5>- Acesso em: 17 dez. 2018.

Para saber mais sobre este tema, consulte:

RABELO, Elson de Assis. Medo, reverência, terror: Quatros ensaios de iconografia política. **Varia hist.** Belo Horizonte , v. 31, n. 55, p. 307-311, abr. 2015.

Esse olhar mais detalhado à ideia de documento e de fonte permitiu que, ao longo do século XX, os historiadores se dedicassem a, por um lado, ampliar os objetos da história e, por outro, evitar o anacronismo. A ampliação refere-se ao fato de que, nos documentos oficiais, grande parte da experiência histórica dos “de baixo” não aparecia. Nesse sentido, as implicações práticas da reorientação teórica são bastante claras. Trata-se de assumir que

todo documento histórico é uma construção permanente, que depende da própria atitude do historiador diante deles, aspecto muito influenciado pela renovação proposta pela Escola dos Annales e pela micro-história de Carlo Ginzburg. Por outro lado, a ampliação da ideia de fontes e o uso cuidadoso de registros de diferentes naturezas (fotos, diários, documentos, fontes orais, etc.) ajuda os historiadores a entenderem quais eram as possibilidades das sociedades do passado, evitando que se estabeleçam causalidades automáticas (como, por exemplo: os políticos brasileiros agem de tal ou qual modo por causa da colonização portuguesa) e, sobretudo, assumindo que o passado era experienciado de modo diferente por cada grupo social.



### Saiba mais

A discussão sobre o historiador e suas fontes é bastante ampla e complexa, constituindo-se como um dos principais campos de disputa entre as diversas correntes historiográficas. Para saber mais sobre esse assunto, consulte:

DE LUCA, T. R. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **MÉTIS: história & cultura** – v. 11, n. 21, p. 13-21, jan./jun. 2012.

LOPES, F. H. Fontes Históricas: desafios, propostas e debates. **História da historiografia**. Ouro preto, número 10. Dezembro, 2012, p. 315-322.

Essas reflexões nos orientam a pensar a história, não apenas como prática restrita dos historiadores, mas, também, como componente do uso que nossas sociedades fazem do passado, como uma construção do presente. É ele que nos fornece as perguntas e nossos instrumentos, e são suas demandas aquelas que os historiadores atendem. Assim, as ciências se reinventam a partir das críticas que recebem e podem existir enquanto observatórios privilegiados das tensões do mundo contemporâneo.

### Sem medo de errar

Caro aluno, após esse percurso, vamos voltar a uma de nossas reflexões iniciais, a saber, a importância de discutir e problematizar as práticas anacrônicas. Sabemos que, hoje em dia, o historiador não detém o monopólio das narrativas sobre o passado, assim como ocorre com os sociólogos, os antropólogos, etc. Apesar dos benefícios da ampliação da informação e das narrativas pessoais, há um outro efeito, não tão positivo. Hoje em dia, é muito comum vermos pessoas falarem do passado e o julgarem, a partir de critérios anacrônicos, estranhos à formação do historiador e das ciências humanas em geral.

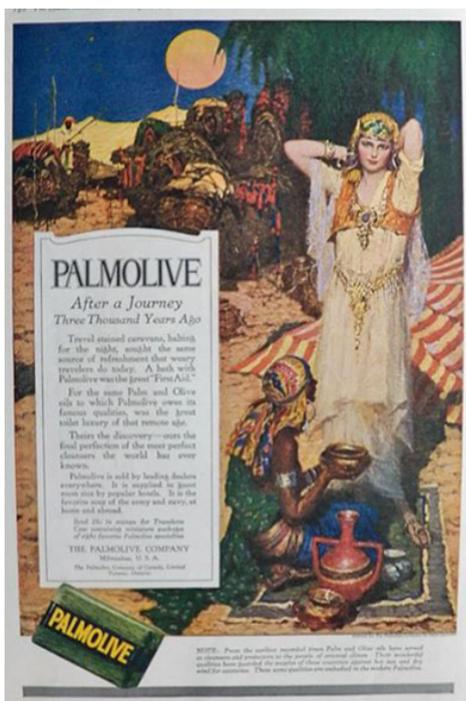
Pensando nisso, imagine que em uma aula sobre a concepção de história de um determinado pensador do século XIX, Comte, por exemplo, um aluno, motivado pelo estranhamento que as ideias de um pensador de 200 anos atrás provocam, faça o seguinte questionamento: “Os historiadores do século XIX eram menos inteligentes que os do presente, né? Só escreviam ‘história oficial’”. Como você responderia essa afirmação, de modo a ajudá-los a refletir sobre o tema do anacronismo?

Inicialmente, mostre aos alunos que os historiadores, antes de serem analistas do passado, são indivíduos inseridos em seu tempo, assim como qualquer outro. Para isso, você pode falar, por exemplo, de sua própria experiência, já que quando você, professor, fala sobre algum assunto, está necessariamente implicando-se nele. Mostre aos alunos como a escolha de temas tratados em sala de aula tem relação com as demandas do presente. Desse modo, os alunos poderão perceber que os historiadores do passado também sofreram as influências de seu ambiente e estão circunscritos às possibilidades de seu contexto. Assim, afirmar que os historiadores do século XIX, como Comte, eram menos inteligentes que nós, supõe que não estamos levando em conta os critérios da época em que as ideias em questão foram formuladas. Por exemplo, no século XIX, interpretar a História como uma ciência era algo inovador, e Comte contribuiu muito para essa revolução nas interpretações sobre o passado. Desse modo, ele representava o que havia de mais moderno na época. Por esse motivo, é injusto, além de historiograficamente equivocado, julgá-lo a partir de nossos padrões. Não podemos nos esquecer de que nos separam de Comte cerca de 200 anos de reflexão historiográfica, de modo que nós fomos beneficiados pela trajetória da disciplina.

Para que o questionamento do aluno se transforme em uma reflexão mais ampla sobre o tema do anacronismo, você pode recorrer a outros exemplos similares. Pense, por exemplo, em algumas frases bastante comuns que vemos frequentemente em redes sociais e na televisão: “O Brasil foi descoberto em 1500”, “A época colonial trouxe prosperidade econômica para o Brasil”, dentre outras. Incentive os alunos a encontrar a similaridade entre o raciocínio acerca de Comte e o que embasa este tipo de sentenças: a aplicação de conceitos modernos ao passado. Com isso, você estará ajudando os alunos a perceber que a história não precisa e nem deve ser um território de julgamento sobre o passado, mas de reflexão sobre ele. Isso não significa, claro, ignorar os eventos do passado, nem mesmo relativizar os massacres ou as catástrofes de antigamente, mas sim contextualizar historicamente o passado, calibrando nosso olhar e tornando a prática da história mais plural.

1. A imagem abaixo se refere a uma propaganda da marca de higiene e beleza Palmolive. A campanha de divulgação é de 1919 e procura representar Cleópatra, rainha Egípcia do século I a.C.

Figura 4.2 | Propaganda Palmolive



Fonte: <http://www.atticpaper.com/proddetail.php?prod=1919-palmolive-soap-ad-cleopatra-dean-cornwell>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Tendo em vista o conceito de anacronismo, assinale a alternativa correta.

- A imagem é anacrônica pois não é válido, em nenhuma circunstância, recorrer a figuras do passado em campanhas de propaganda.
- O anacronismo da imagem consiste em apresentar Cleópatra como representante de um modelo de beleza que tem relação com o século XX, e não com o século I a.C., inclusive no que diz respeito ao embranquecimento da personagem.
- A imagem pode ser descrita como anacrônica, pois não é possível saber a respeito dos hábitos de beleza e higiene de uma época tão distante quanto o século I a.C.
- A imagem não é anacrônica, na medida em que procura fazer referência a uma mulher tida como muito bela em seu tempo, o que provoca um efeito de comparação válido para os padrões do século XXI.

e) O uso da figura embranquecida de Cleópatra é equivocado e, como o anacronismo é o equivalente a erro, pode-se afirmar que a imagem é anacrônica.

**2.** Leia o fragmento que segue e, depois, julgue as sentenças:

“Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada. (Koselleck, 2006, p.305)

- I. Entender a importância da contextualização dos conceitos na prática do historiador é uma das principais contribuições da semântica dos tempos históricos, formulada por Koselleck.
- II. O trecho indica que o historiador, não tendo como evitar o anacronismo em suas análises, deve reconstruir a linguagem do passado tal como ela se apresentava.
- III. Os vestígios são importantes caminhos para o historiador e Koselleck, assim como a Terceira Geração dos Annales e a micro-história destacam essa relevância.
- IV. Para Koselleck, é preciso atentar-se às categorias científicas que provam as fontes, de modo a atualizar os julgamentos do passado a partir de nossas próprias categorias.

Assinale a alternativa que contenha somente afirmações corretas:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

3. No fragmento que segue, Tânia de Luca contextualiza o aparecimento dos *Annales* e a revisão da ideia de fonte na historiografia:

“Tratava-se de substituir a história-narrativa, agora entendida como sinônimo de história événementielle e tipificada pelas práticas dos historiadores metódicos. A partir de perspectivas muito diversas daquelas vigentes no fim do século XIX e se esforçando para delas se diferenciar, os *Annales* reafirmavam a confiança numa história capaz de manipular instrumentos próprios, alargar o campo de pesquisa e elaborar um saber seguro e controlado por modelos de inteligibilidade. Ciência em construção, máxima tantas vezes repetida e que indicava a confiança nos procedimentos de uma disciplina solidamente instalada na estrutura universitária e na Educação Básica.

Desde então, o percurso da historiografia evidencia que as renovações nos âmbitos temático e metodológico fizeram-se acompanhar pela descoberta de novas fontes ou, na bela imagem de Febvre, que os historiadores têm se mostrado capazes de “fabricar seu mel”. Novas preocupações, a exemplo dos estudos sobre as camadas populares e os excluídos (a chamada história vista de baixo), das discussões sobre gênero (e não mais sobre sexo, com sua conotação biológica), das mudanças na escala de observação com a micro-história, das problemáticas colocadas pela abordagem centrada no conceito de cultura, do renovado interesse pela biografia e registros dos indivíduos comuns, das escritas de si, da história oral e das possibilidades abertas pelas imagens, fixas ou em movimento, enfim a cada mudança mobilizou-se um conjunto de vestígios do passado que antes não integravam o horizonte dos historiadores.

Assim, não parece demais afirmar que sentidos, conteúdos, forma de abordagem e mesmo entendimento do que sejam documentos históricos atravessam o campo disciplinar e se constituem na pedra de toque das várias correntes epistemológicas que tentaram (e seguem tentando) dar conta da produção de conhecimento nesta área. (DE LUCA, T. R. Notas sobre os historiadores e suas fontes. MÉTIS: história & cultura – v. 11, n. 21, 2002, p. 18)

A partir do comentário acima e da questão das fontes para o historiador, assinale a alternativa correta.

a) De Luca fala da importância de novas concepções historiográficas, como os *Annales*, para a ampliação do conceito de fonte na disciplina, e destaca que os *Annales* são, efetivamente, a palavra definitiva sobre o assunto.

- b) Aspectos como a escrita de si e o cotidiano são, como destaca de Luca, novos modos de pensar a relação com o passado, que se articulam em torno da ideia de conferir um estatuto de ciência a objetos pessoais, como os diários.
- c) Ampliar e diversificar as fontes de pesquisa equivale a abrir mão de todos os critérios anteriormente consagrados em termos da noção de documento.
- d) Tania de Luca destaca que os Annales contribuíram para uma ampliação da ideia de documento e fonte histórica, de modo que, hoje em dia, essas discussões sejam ainda muito pertinentes, dado o papel do presente na construção da ideia de documento.
- e) Toda a concepção positivista de história, destruída pelos Annales, deve ser interpretada como uma ausência de cuidado no tratamento das fontes, típica dos historiadores do século XIX.

## História e Crítica Documental

### Diálogo aberto

O romancista tcheco Milan Kundera (1929), autor de obras como *A Insustentável Leveza do Ser* (1984), trava, há algumas décadas, uma polêmica com os estudiosos de sua obra. Para ele, o biógrafo ou historiador interessado em seus livros não deve ter acesso a sua vida pessoal, de modo que ele trabalha para efetuar uma triagem dos registros que chegarão às mãos dos estudiosos no futuro. Efetivamente, o controle sobre os arquivos pessoais é um tema delicado. Se, antigamente, os arquivos de bibliotecas ou fundações eram os depositários naturais das memórias do passado, hoje em dia, com a internet, os lugares de registro se multiplicam: *e-mail*, redes sociais e tantas outras formas de interações virtuais.

Imagine que um historiador do futuro queira pesquisar algum aspecto que envolva nossas interações íntimas. Incentive os alunos a refletir a respeito dessa ideia. Imagine que um historiador se interesse pela vida de cada um deles e, daqui há cem anos, investigue seus registros pessoais. Afinal, quem decide o que é interessante para nossa biografia? Nós mesmos ou os observadores externos?

Essas questões, que parecem específicas do historiador, envolvem, na verdade, todas as ciências humanas e sua relação com a tecnologia, na medida em que incidem sobre o modo como nós e a sociedade em geral interpreta as possibilidades de nosso ofício: se, antes, a narrativa dos livros de história era hegemônica e, em certo sentido, definitiva sobre determinado assunto; hoje em dia, a proliferação de espaços opinativos no mundo digital tende a retirar de nós, professores, o monopólio sobre os temas do passado. Nesse sentido, a forma pela qual lidaremos com nossa memória virtual é um aspecto que envolve também perguntas sociológicas e filosóficas acerca da separação entre vida pública e vida privada, o direito à memória individual e, no limite, a construção de “arquivos involuntários” a partir de nossas interações digitais. Tendo em mente essas questões, imagine que, em uma atividade de pesquisa sobre biografias de mulheres do passado que tenham sido importantes para a história e, ao mesmo, tenham ficado ofuscadas por uma narrativa que as confinava ao espaço doméstico, seus estudantes encontrem poucas informações acerca de mulheres anteriores ao século XIX. Diante disso, imagine que um aluno faça o seguinte apontamento: “com a internet, os historiadores do futuro terão a possibilidade de saber muito mais sobre a vida das pessoas do passado do que os historiadores de hoje em dia têm

em relação a seus objetos”. Será que essa afirmação pode ser relativizada? De que forma você, professor de humanidades, pode utilizar-se dessa ideia para refletir com os alunos sobre o impacto das tecnologias digitais em nosso ofício?

## Não pode faltar

Caro aluno, seja bem-vindo!

Recuperar a trajetória dos debates historiográficos do século XX é adentrar em uma profunda revisão dos temas estruturantes da atividade do historiador: a relação entre observador e objeto, a emergência de novos sujeitos, a descontinuidade do tempo histórico e, não menos importante, a questão do estatuto dos documentos e das fontes históricas. Nesta seção, vamos recuperar alguns elementos que compõem esse debate e vamos tentar compreender como, em um espaço de 100 anos, as fontes documentais deixaram de ser consideradas espelhos da realidade pregressa capazes de fornecer um retrato fiel de sociedades do passado e passaram a ser consideradas uma fonte de indícios e perguntas múltiplas para o historiador. A ideia é que possamos, ao fim da Seção, refletir sobre a ampliação do conceito de fonte histórica que, se no passado estava restrito à documentação oficial, hoje engloba, além dos registros institucionais, fotos, diários, músicas, cartas e, até mesmo, registros virtuais.

Na virada do século XIX para o século XX, os historiadores franceses Charles Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), inspirados pelas considerações metodológicas de Leopold von Ranke (1795-1886), afirmavam, categoricamente, que a história se faz com documentos e que sem eles não há, propriamente, história. Essa consideração, bastante peremptória, começou a ser questionada pelos discípulos imediatos de Langlois e Seignobos: Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) que, em 1929, fundariam a *Revue des Annales*. Conforme Le Goff,

“O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito* (LE GOFF, 1996, p. 2, grifos no original).

Ao longo do século XX, outras tendências se dedicaram a pensar sobre essa questão: dos marxistas da *New Left* até os seguidores da renovação trazida por Michel Foucault (1926-1984). Após essa longa trajetória, podemos sintetizar os avanços em torno da discussão sobre o conceito de documento a partir da seguinte ideia: ele continua sendo fundamental na pesquisa sobre o passado, mas a noção de fonte histórica e, inclusive, de documento, ampliou-se exponencialmente. Se, antes, o documento era mais confiável conforme mais “oficial” fosse, hoje em dia o historiador se pergunta, sobretudo, a respeito de quais registros eram feitos pelos órgãos oficiais do passado. Imagine, por exemplo, que alguém queira investigar sobre as mulheres no século XI, será que essa pessoa encontrará registros oficiais suficientes sobre o tema, considerando que as mulheres não tinham, naquela época, o mesmo acesso à esfera pública e, portanto, aos meios institucionais oficiais? Será que os registros das paróquias são suficientes para explicar, por exemplo, de que modo as comunidades indígenas experimentavam sua espiritualidade?

É a partir desse questionamento que os historiadores contemporâneos desenvolveram uma abordagem que leva em conta a crítica interna e externa do documento. Inicialmente, as perguntas mais “tradicionais”, tais como a arguição sobre a veracidade do documento, sobre os danos ou modificações que ele pode ter sofrido e os dados de elaboração, ou seja, quem produziu o documento, quando, a quem era dirigido, etc. Somado a isso, uma outra camada, mais interpretativa, fornece ao historiador novas perguntas: qual o sentido daquele registro? Como ele se relaciona ao contexto das possibilidades discursivas de seu tempo?



### Assimile

O sentido interpretativo do documento é auxiliado, no trabalho do historiador, por diversos aportes de outras disciplinas. A geografia, a sociologia e, inclusive, a filosofia hermenêutica ajudam na elaboração de perguntas possíveis aos indícios do passado.

Você já ouviu falar em “hermenêutica”?

Trata-se de uma palavra de origem grega que designa a técnica de explicar e interpretar um texto. Inicialmente, foi utilizada para a interpretação de textos religiosos, e servia para a compreensão das palavras de Deus. Hoje em dia, a hermenêutica se divide em dois ramos principais: a vertente epistemológica (técnica de interpretação de textos) e a ontológica (técnica de interpretação da realidade).

Como sustenta Jacques Le Goff (1996), trata-se de pensar o documento (registro oficial, fotos, cartas, depoimentos orais, etc.) como algo em constante elaboração, e não como um dado bruto que espelha a realidade

do passado. A preocupação, nesse sentido, passa a ser o estabelecimento de estratégias para superar a ideia de que os registros do passado, incluindo a imprensa, eram receptáculos de informações que deveriam ser resgatadas por um pesquisador imparcial.

Algumas perguntas surgem quando ampliamos nossa ideia de documento histórico. Imagine, por exemplo, que você queira entender como certo país da América Central se alimentava nos anos 1930, a partir de uma revista culinária. Parece simples, não? Mas, será que podemos utilizar fontes da imprensa, tomando-as como imparciais? Efetivamente, um dos avanços do debate historiográfico nas últimas décadas é abrir mão da busca pela total imparcialidade do historiador, já que, como sujeito histórico, ele também está envolvido nas demandas simbólicas de seu tempo. Isso não significa, é claro, abrir mão de qualquer tipo de critério, mas, sim, treinar nosso olhar para a contextualização dos produtores do documento, as relações sociais que o perpassam e, também, a dimensão em microescala da história. Um exemplo desse tratamento renovado dado às fontes do passado é a obra de Carlo Ginzburg (1976), *O Queijo e os Vermes*, cujo tratamento documental pode nos ajudar a compreender que o que organiza nossa análise é o problema que estamos dispostos a enfrentar, e não os dados brutos contidos nos documentos.



### Refleta

Em setembro de 2018, o Museu Nacional, com sede na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, foi vítima de um incêndio que destruiu grande parte de seu acervo, além da histórica estrutura do prédio.

Tendo em vista a pluralização da ideia de “documento” e “fonte histórica”, bem como a necessidade de pensar aspectos extrínsecos aos documentos, o que o incêndio do museu poderia dizer a um historiador do futuro a respeito de nossa sociedade?

Outro aspecto relevante na discussão contemporânea é a questão dos arquivos pessoais, que passaram a ser uma peça-chave da chamada história da vida privada, que leva em conta aspectos do cotidiano e da vida que se desenrolava fora da esfera pública, a respeito da qual se costuma ter mais dados oficiais. Segundo Benito Schmidt (2014),

“Ângela de Castro Gomes, em artigo significativamente intitulado “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”, chamava a atenção para a “ilusão de verdade” que

esses conjuntos documentais potencialmente gerariam entre os pesquisadores, pois esses poderiam ter a ilusão de estarem tocando diretamente na verdade mais íntima de seus titulares. Nas palavras da autora: “Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. (2014, p. 456)

A questão dos arquivos pessoais, segundo Pedro Telles da Silveira (2016), está muito ligada à ampliação dos espaços de memória. Uma das questões destacada pelo autor a partir da historiografia sobre o tema é a da instabilidade do texto no mundo dos registros online. Se, por um lado, a digitalização de acervos oficiais e a construção de registros pessoais na rede de computadores oferece um desafio para os historiadores (pense, por exemplo, na dificuldade de garantir a autenticidade do documento), por outro lado, o emprego de novas tecnologias de pesquisa ajuda a ampliar nossas possibilidades de trabalho. Outro exemplo: busque pensar em como os computadores podem ajudar os historiadores que reconstróem séries de dados sobre o passado e, também, na grande abertura temática que significa a digitalização de documentos de todo o mundo, universalizando seu acesso e permitindo, por exemplo, que um estudante brasileiro tenha acesso a documentações relativas ao Egito antigo.



### Saiba mais

O uso de documentos e fontes históricas em sala de aula é tema de uma série de pesquisas, tanto na História quanto na Educação. Pode ser um recurso muito interessante para familiarizar os alunos aos temas tratados, incentivando-os à leitura crítica dos textos do passado e do presente. Para saber mais sobre o tema, consulte:

CAIMI, F. *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?* **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. V. 15, n. 28, 2008, p. 129-150.

PEREIRA, N. SEFFNER, F. *O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula.* **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

Se, por um lado, a noção de documento histórico acompanha um amplo movimento de revisão historiográfica, uma outra renovação, concomitante a essa, ajuda a consolidar uma importante inovação nessa área de pesquisa: a ampliação dos objetos possíveis (dada a pluralidade de documentos) e a pluralização dos próprios sujeitos de pesquisa: as mulheres.

Vamos tomar a abertura desse campo de estudo como exemplo de uma nova atitude em relação às fontes. Antigamente, ao se deparar com uma descrição do “mundo feminino”, por exemplo, era comum que os historiadores aceitassem aqueles dados como evidências, sem se fazerem perguntas importantes, como: quem escreveu aquelas análises? Qual a finalidade de sua divulgação? Pense, por exemplo, nas antigas revistas femininas. Nelas, na maior parte das vezes, encontravam-se receitas para os cuidados domésticos, dicas de beleza e de comportamento, que buscavam circunscrever a mulher aos cuidados da casa e do marido. Mas será mesmo que essas revistas (em sua maior parte escritas por homens) nos informam sobre as mulheres do passado? Vemos que, em um caso como esse, é muito importante que o historiador faça perguntas ao documento, e não aceite tacitamente as informações como espelho da realidade. Essa multiplicidade de perguntas tornou-se mais sistemática a partir da década de 1970, com a chamada “Nova História”.

A relação da chamada “Nova História” com a história das mulheres é bastante conhecida. O alargamento do campo da análise da história, somado à crítica dos paradigmas tradicionais da modernidade - tais como a neutralidade, a objetividade absoluta e a universalidade do conhecimento e do sujeito e as grandes narrativas explicativas do mundo -, favoreceu o amadurecimento de áreas de pesquisa antes marginais, como a história das mulheres. Efetivamente, a partir da década de 1970, com esforços como os de **Michele Perrot** (1928), começa a surgir uma epistemologia feminista. Isso significa que as mulheres não apenas se tornam objetos da história, através do resgate de memórias, diários e outros elementos da vida privada permitida pela crítica documental, mas, também, se tornam sujeitos da construção do conhecimento, reconhecendo que as mulheres possuem sua própria experiência histórica, diferente da masculina.

Uma contribuição fundamental para essa mudança foi a obra de **Joan Scott** (1941), que ajudou a alçar a categoria “gênero” aos debates teóricos das ciências humanas. Entendendo que as relações sociais têm um peso maior que a biologia na conformação de nossos papéis sociais, começa-se a delinear, a partir dos anos 1980, um resgate das memórias e da história das mulheres. Conforme Maria Assis e Taís Santos (2016), compiladora de uma obra coletiva sobre a trajetória de dezoito mulheres brasileiras, “o objetivo, portanto, é desconstruir os preconceitos e discriminações historicamente produzidos sob o patriarcalismo que escondeu, quando não apagou,

a presença das mulheres na nossa história” (2016, p. 10). Esse apagamento tem relação, também, com o fato de que a historiografia costumava relegar às mulheres o espaço da não-razão. Veja, por exemplo, o comentário de Perrot sobre Jules Michelet (1798-1874), grande historiador do século XIX:

“Que lugar ele reserva às mulheres? Na verdade, um lugar importante, como nos mostram dois de seus grandes livros *La Sorcière* e *Les femmes et la Révolution française*. Michelet chega mesmo a pensar que a relação entre os sexos é um dos motores da história. Contudo, associando as mulheres à Natureza e os homens à Cultura, reproduz a ideologia dominante do seu tempo. (1995, p. 13)



### Exemplificando

A Escola dos Annales, composta por nomes como Bloch, Febvre e Braudel, é conhecida por protagonizar uma importante revolução no modo como se faz História no século XX. É importante salientar, todavia, que esse ímpeto renovador não atingia as relações de gênero que perpassavam a profissão e, nesse sentido, trata-se de um exemplo da “invisibilidade” a qual se refere a historiografia feminista. Observe o comentário de Joana Pedro sobre o diagnóstico de Michelle Perrot:

“De acordo com essa autora, a historiografia francesa foi, por muito tempo, um ofício de homens. Estes escreveram uma história para homens, apresentada como universal. Era uma “história assexuada, que esquecia a diferença dos sexos e o masculino no homem”. A Escola dos Annales, por exemplo, era uma “confraria masculina”, utilizando muitas vezes o trabalho gratuito de mulheres, em geral suas esposas, as quais eram encontradas como estudantes, nos bancos das faculdades. Poucos historiadores fazem referência a esse trabalho gratuito, nos prólogos de seus livros. (PEDRO, 2011, p. 270)

A consolidação de uma historiografia dedicada às mulheres relaciona-se, como você pode imaginar, com a revisão dos cânones da disciplina ao longo do século XX e acompanha, neste sentido, a emergência da chamada “história dos de baixo”. Ao mesmo tempo, ela é tributária da ampliação da ideia de fonte história, na medida em que os registros da vida privada

permitem acessar o cotidiano de mulheres que não constavam nos registros oficiais. Aspectos como a experiência feminina do trabalho, a maternidade e as lutas por direitos civis puderam ser recuperados a partir desses novos tipos de documentos, abrindo a possibilidade de que o historiador questione, além do conteúdo do documento, a própria função social que tal registro desempenhava em seu contexto de produção. Conforme salienta Margareth Rago:

“A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravidão, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de *merecerem* uma maior atenção. (RAGO, 1995, p. 81 – grifos no original)



### Saiba mais

Para saber mais sobre o esforço de consolidar uma vertente feminista da interpretação das Humanidades, consulte os Cadernos Pagu. Observe a descrição do próprio grupo acerca de suas atividades:

Criado em 1993, Cadernos Pagu, um dos principais periódicos brasileiros centrados na problemática de gênero, divulga reflexões teórico-metodológicas, resultados de pesquisa, documentos e resenhas, abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas. A produção sobre os principais temas contemplados pela publicação – trabalho, educação, violência, sexualidade, raça, família, literatura, teorias feministas e teorias de gênero – tem oferecido significativa contribuição para as discussões no âmbito acadêmico e fundamentais subsídios para a atuação de organizações não governamentais e governamentais, incluindo a formulação de políticas públicas.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO PAGU. **Cadernos Pagu.**

Algumas das principais pesquisas contemporâneas na área de estudos de gênero dedicam-se a analisar de que forma a imprensa contribuiu para consolidar a imagem da mulher como um sujeito ofuscado, invisibilizado e, eventualmente, desumanizado. Estudar essas representações do passado é um dos caminhos que se abrem a partir da historiografia voltada às mulheres. Um exemplo desse esforço documental é o estudo de Jane Soares de Almeida, intitulado *As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920/1940)*, que você pode consultar aqui: <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a12.pdf>. Nesse texto, a autora analisa algumas publicações da primeira metade do século que comentavam temas femininos. Vamos analisar dois dos trechos selecionados pela autora que abordam a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho no intuito de compreender quais tipos de problemática esses estudos ajudam a desvelar:

1. É bem verdade que a educação moderna veio contribuir para a evolução da mulher em muitos sentidos. Hoje, ela já não teme o futuro. Enfrenta-o serena, capaz, na certeza de poder se defender com seu trabalho, com a sua atividade, com sua instrução. Mas, se ganhou em preparo, em atividade, perdeu pelo coração. A mulher de hoje não tem a meiguice, o carinho, o desvelo da mulher de ontem. Ontem ela era toda aflição, toda candura, fazia de seu lar um poema de doces canções; hoje, é dinâmica, viva, sem os encantos próprios de seu sexo [...] Enquanto a mulher não se compenetrar do seu verdadeiro papel de mãe educadora, preparando gerações futuras, os cataclismos que assolam o mundo, tudo devastando, tudo destruindo, continuarão em sua obra demolidora, como um anátema à falsa independência que tirou à mulher o seu símbolo de amor e ternura! Do artigo *A Mulher, o Lar e a Sociedade*, de Itamar Paraguassú. *O Estudante*, n. 10, s/p, jan./fev. 1943, apud ALMEIDA, 2013, p. 195)
2. O retardamento do casamento, quando ele se der; 2- Diminuição, que será sempre crescente, do número de casamentos; 3- Sacrifício irreparável na educação dos filhos, com dano para a família e para a sociedade; 4- Crise que será, também, sempre crescente, no trabalho dos moços, donde a crise do casamento; 5- Redução da natalidade, não só pela crise do casamento como também pela conveniência e comodismo das mulheres casadas e funcionárias; 6- Fonte de adultério e, por isso mesmo, do desquite; 7- Em certos

casos trará choques com o Direito, passando o marido, que é cabeça do casal em casa, a subalterno da mulher na reparação; 8- Escola para a desespiritualização da própria mulher, que sendo mais fraca e mais dúctil do que o homem cairá, forçosamente, no materialismo; 9- Fonte de humilhação para o homem, que se sentirá moralmente diminuído com os ordenados maiores das mulheres, estabelecendo uma separação entre entes que a natureza, nas suas leis sábias, procura aproximar; 10- O esfacelamento da família pela falta de assistência da mulher nos seus deveres do lar. (Formação, 1941, p. 65 apud ALMEIDA, 2013, p. 193)

Podemos notar que, em ambas as publicações, a ida da mulher ao mercado de trabalho e a conseqüente diminuição de seu confinamento na esfera doméstica aparecem como aspectos negativos que devem ser evitados a fim de não causar um problema nos arranjos sociais. O primeiro trecho aborda o que seria uma descaracterização do papel natural da mulher, o que nos ajuda a compreender de que forma a figura feminina era essencializada nesse tipo de publicação. Vale a pena uma atenção, também, aos aspectos sociais que tangenciam o documento: trata-se de uma revista masculina que se dirigia a um público majoritariamente masculino. Mas será que nas revistas femininas a proposta era significativamente diferente? Efetivamente, quando encontramos os “manuais de comportamento feminino” vemos que essas prescrições se direcionavam também para as mulheres, de modo a fazê-las introjetar uma imagem doméstica e submissa.

Assim, através de análises como essa, a historiografia feminista vem tentando compreender de que modo os estereótipos de gênero se cristalizaram em nossa sociedade, repercutindo, até hoje, na divisão social do trabalho e nos papéis simbólicos aos quais nos submetemos. A forma com que essas representações circularam pelo imaginário social é importante para entender, inclusive, o difícil acesso à universidade e à produção das mulheres de forma geral. Desta maneira, concatenando aspectos políticos, sociais e simbólicos, essa nova historiografia pretende reavaliar as discussões teóricas à luz de uma perspectiva antes ignorada, a saber, a experiência histórica das mulheres.

### Sem medo de errar

---

A discussão sobre as fontes históricas e os registros documentais de nossa época tocam em um ponto fundamental de nossa sociedade: a questão dos nossos dados online. Será que estamos sempre atentos ao modo como

deixamos nossos vestígios impressos em nossa atividade na rede de computadores? Voltando um pouco à nossa reflexão original, imagine que, em uma atividade de pesquisa sobre biografias de mulheres do passado que tenham sido importantes para a história e, ao mesmo, tenham ficado ofuscadas por uma narrativa que as confinava ao espaço doméstico, seus alunos encontrem poucas informações acerca de mulheres anteriores ao século XIX. Diante disso, imagine que um aluno faça o seguinte apontamento: “com a internet, os historiadores do futuro terão a possibilidade de saber muito mais sobre a vida das pessoas do passado do que os historiadores de hoje em dia têm em relação a seus objetos”. Será que essa afirmação pode ser relativizada? De que forma você, professor de humanidades, pode utilizar-se dessa ideia para refletir com os alunos sobre o impacto das tecnologias digitais em nosso ofício?

Para que os alunos se motivem a pensar a questão das fontes históricas em diálogo com essa problemática tão atual, proponha a eles a seguinte atividade:

1. Peça para que os alunos se reúnam em duplas.
2. Tarefa: escrever a descrição de cada um sem perguntar diretamente, mas apenas recorrendo a informações online, redes sociais, etc.
3. Vão trocar as duas impressões.

Posteriormente, reúna os alunos e inicie a seguinte reflexão:

a) As descrições correspondem à realidade, do ponto de vista do objeto? Vimos nesta seção que a hermenêutica pode nos ajudar a interpretar os sentidos dos conteúdos registrados nos documentos. Deste modo, vale a pena refletir sobre como os alunos se sentem ao verem sua descrição ser feita à revelia.

b) Quais informações são mais disponíveis que outras na internet? A triagem dos documentos que podem ajudar a compor um retrato de uma época ou de uma biografia passa, também, pela reflexão sobre o que aquela sociedade achava importante conservar. Os registros involuntários, nesse sentido, são fontes muito ricas de pesquisa, na medida em que nos permitem acessar aspectos que não foram “planejados” para serem encontrados.

c) Será que se tivéssemos noção de que as pessoas vão olhar nossa vida, agiríamos de outro modo nas redes sociais?

Esta atividade, aparentemente bastante simples, pode ajudar os alunos a entender a importância de refletir sobre a questão dos documentos do passado e, também, do futuro de nossa reflexão sobre memória e vida

privada. Tendo em vista a problemática da privacidade nas redes sociais, que é um tema candente na vida dos adolescentes do século XXI, o debate sobre os documentos ganha concretude e tangibilidade, permitindo ao professor essa rica conexão entre um debate teórico e metodológico tão delicado e as questões que são colocadas ao cotidiano dos estudantes. Após esse percurso, a afirmação do aluno poderá ser relativizada: a internet pode, efetivamente, disponibilizar, aos historiadores do futuro, uma maior quantidade de informações. As perguntas a serem feitas a esses dados, todavia, constituem a operação historiográfica propriamente dita, de modo que a internet (e as possibilidades abertas por ela) também precisam ser objeto de uma operação crítica por parte do analista.

## Faça valer a pena

---

1. Leia atentamente o fragmento seguinte para responder à questão:

“Os textos que tratam da história da história oral constituem geralmente uma tentativa de definição desse vasto campo de variadas tendências através da seleção de diferentes momentos em que a história oral funcionou como opção viável dentro das ciências humanas. É uma forma de identificar o campo incorporando-lhe aquela polifonia que o caracteriza. Isso porque, evidentemente, a história oral que se praticava nos anos 1950 em determinada instituição é bastante diversa daquela praticada nos anos 1980 ou 1990 em outras instituições, e compreender essas diferenças é o primeiro passo no reconhecimento de que não é tarefa simples defini-la. A maioria dos textos é unânime em traçar uma trajetória que vai da rejeição à gradual aceitação, pela academia, do uso da história oral. Também são registradas 6 diferenças nesse percurso, em função das diferentes disciplinas das ciências humanas. Dentro da história, a história oral teria encontrado as maiores resistências, enquanto que a sociologia e principalmente a antropologia já a teriam incorporado de longa data aos métodos de pesquisa. Outra recorrência em textos que tratam da história da história oral é o destaque para fases ou instituições que teriam privilegiado membros das elites na formação de seus bancos de entrevistas, e outras fases ou instituições em que a história oral significaria “história democrática” ou “história dos vencidos”, em contraposição à história registrada pelas fontes escritas. Há ainda textos que aliam à história da história oral uma espécie de balanço do que foi alcançado até

o momento. Seus autores geralmente acreditam que o quadro atual, mais acadêmico, significou um progresso em relação ao passado.

ALBERTI, V. *Obras coletivas de história oral*. **Tempo - Revista do Depto. de História da UFF**, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, p.206-219, jun. 1997.

A partir do trecho anterior e das discussões sobre a questão documental no ofício do historiador, assinale a alternativa correta:

- a) O trecho acima aborda a história oral, uma das vertentes de ampliação documental da historiografia no século XX.
- b) Os depoimentos orais, bem como as cartas privadas, eram instrumentos imprescindíveis para a historiografia do século XIX.
- c) O uso de fontes orais e pessoais inviabiliza a história das mulheres, contribuindo, mais uma vez, para seu apagamento.
- d) O trecho acima destaca que a história oral, por não ser científica, vem perdendo espaço nas abordagens historiográficas.
- e) A história oral contribui para o apagamento da história dos vencidos, na medida em que apenas os mais ricos tinham poder de fala nas sociedades do passado.

## 2. Observe a imagem seguinte:

Figura 4.3 | Vida Privada



Fonte: <https://bit.ly/2D0IZ4H>. Acesso em: 09 jan. 2019.

A partir da imagem anterior, assinale a alternativa correta.

- a) A pintura e a fotografia, que são registros oficiais, foram substituídos no século XX por documentos pessoais, que dizem mais respeito à vida privada das mulheres, por exemplo.
- b) A pintura acima é um registro de época e, como tal, deve ser analisada a partir dos critérios da época, de modo que o historiador não deve fazer perguntas estranhas ao contexto de elaboração do documento.
- c) A imagem pode revelar ao historiador não apenas dados sobre a pintura e a arte no século XVII, mas, também, pode ampliar o escopo de perguntas sobre as mulheres e a vida privada naquele contexto.
- d) A pintura ajuda a perceber que as mulheres sempre foram apagadas da historiografia por estarem em posição socialmente inferior, ainda que a maior parte dos registros pictóricos fosse elaborada por mulheres.
- e) O quadro acima ajuda o historiador a entender como viviam os setores marginalizados daquele contexto. Isso é importante porque, nos documentos oficiais, os mais pobres não costumam integrar o conjunto de informações que se julgava relevante.

### 3. Leia o fragmento seguinte e julgue as sentenças:

“Além disso, o impulso feminista desta produção evidencia-se na vontade de provar a capacidade criativa das mulheres enquanto sujeitos sociais capazes de fazerem a História, de investirem contra as múltiplas manifestações do poder, e enquanto elaboradoras de iniciativas, de formas de percepção e de experiências que merecem ocupar lugar na memória social, tanto quanto as masculinas. É, neste momento, que Michelle Perrot faz maior sucesso no Brasil, ao invocar a imagem da “mulher popular rebelde”, capaz de perceber conscientemente as margens de liberdade de suas ações, autonomizando-se em relação aos poderes masculinos. Entretanto, se de um lado se ganha com a emergência desta produção acadêmica, de outro, é preciso estar atento para as implicações de uma abordagem teórico metodológica extremamente preocupada em provar a capacidade de resistência e luta dos subalternos, entre os quais, as mulheres, atribuindo-lhes uma força consciente invejável e, até mesmo, uma certa dose de onipotência. Na verdade, se esta tendência historiográfica se forja na crítica aos estudos que silenciavam a presença dos “vencidos”, produzindo seus “silêncios” ou vitimizando-os demais, afirma-se então na tentativa de construir a identidade destes grupos, respondendo a seu modo aos movimentos sociais que ganham visibilidade fora da academia, seu tom romântico evoca em alguns momentos a construção de antigos mitos e heroizações da história positivista. (RAGO, M.

**As mulheres na historiografia brasileira.** Em SILVA, Z. L. (Org.).  
Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995, p. 85)

- I. A historiografia feminista ajuda a reposicionar a figura da mulher nas narrativas sobre o passado.
- II. Os movimentos que ocorrem fora da academia integram, segundo Rago, o horizonte de problemáticas dessa nova historiografia.
- III. A historiografia feminista pretende inverter as relações de gênero, produzindo um silenciamento da história masculina.
- IV. As mulheres são entendidas enquanto um setor subalterno que não se integrava aos quadros de elite das sociedades do passado.

Assinale a alternativa que contém apenas sentenças corretas.

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I e II.
- e) III e IV.

## História e Identidades

### Diálogo aberto

Caro aluno,

Temos visto que conforme a história se aproxima de temas e debates contemporâneos, duas ordens de fenômenos costumam se impor: por um lado, a complexidade da realidade que se quer compreender exige uma aproximação cada vez maior com outras áreas do conhecimento e, por outro, a realidade, o testemunho e a vivência dos alunos passam a incidir sobre o objeto que se quer explicar, exigindo do professor um equilíbrio entre a História enquanto narrativa institucional sobre o passado e a História enquanto conjunto de experiências dos alunos. Soma-se a isso o fato de que as mídias sociais, como temos insistido, reformulam as relações de ensino de modo geral.

Nesta seção nos dedicaremos a refletir sobre a relação entre a História e alguns movimentos muito importantes do mundo contemporâneo: o movimento negro e o movimento queer, por exemplo. São temas que exigem de nós, professores de Humanidades, uma reflexão sobre como esses temas chegam aos nossos alunos antes que eles tenham contato com os mesmos a partir da sala de aula. Um dos pontos centrais do debate que ocorre nas redes sociais e que tangencia esses temas se condensa em um termo compreendido como “lugar de fala”. Você já deve ter escutado essa expressão, que procura indicar uma recuperação de alguns sujeitos antes “silenciados” pelas narrativas dominantes. Como você pode imaginar, essa operação tem aspectos políticos, mas, também, epistemológicos, afinal o deslocamento dos grandes sujeitos e das grandes narrativas em nome de uma pluralização de espaços de observação e enunciação é um dos grandes debates da historiografia do século XX.

Tendo essas questões em mente, imagine que, em um debate sobre o tema da escravidão (que pode englobar aspectos históricos, sociológicos, geográficos e filosóficos), uma aluna afirme que ela, sendo negra, está no “lugar de fala” adequado para abordar a questão, já que sua família sofre, até hoje, os efeitos do regime escravocrata, enquanto um professor que não seja negro não teria a mesma condição de debater sobre o tema. Como essa situação poderia ser conduzida, de modo a aproveitar a reflexão da aluna para adensar e esclarecer os pontos nevrálgicos da seção?

Conforme a História se aproxima, ao longo das últimas décadas do século XX, de outras disciplinas das Humanidades, como a Sociologia e a Geografia, novos olhares se produzem. Muitos deles, como temos visto, dedicados a observar aspectos que as antigas grandes narrativas historiográficas não alcançavam, como o cotidiano, os medos, as relações de gênero, etc. Na historiografia do fim do século XX, essa ampliação de sujeitos e objetos de pesquisa levou também à necessidade de reflexão sobre conceitos como o de “identidade”, uma demanda que ultrapassa as fronteiras acadêmicas e consiste em um verdadeiro desafio para o historiador.

Embora a definição e o manuseio do conceito de “identidade” não sejam tarefas simples, podemos começar rastreando a origem histórica de sua reverberação no campo historiográfico. Conforme Ennes

“ Nas últimas décadas, a dimensão produtiva deixou de ser a base exclusiva da origem dos conflitos sociais e as esferas simbólicas e subjetivas ganharam maior espaço e legitimidade na análise social. Os embates passaram a ocorrer também no entorno da política de reconhecimento, da expressão, da visibilidade e da particularidade das demandas. No lugar das chamadas identidades de classes surgem o que passou a ser chamado de *políticas de identidade*, o que significa, de acordo com Hall, *uma identidade para cada movimento*. (Hall, 2002, p. 45), (ENNES, 2014, p. 279)

Esse debate sobre a particularidade dos sujeitos e grupos sociais, em oposição aos antigos universais como “humanidade” e “classe social”, contribuiu para a visibilidade teórica e política de movimentos sociais e demandas de grupos específicos, que desestabilizaram a ideia de que contar apenas uma história (a história do Brasil, por exemplo) seria suficiente para englobar todas as singularidades de cada grupo social.



### Refleta

Um dos aspectos mais interessantes da ideia de pulverizar a “grande narrativa da história” em nome de uma multiplicidade de narrativas identitárias é a aproximação entre a narrativa que se produz na universidade e aquela que é posta pelos movimentos sociais de modo geral. Essa aproximação procura romper com uma distância entre teoria e prática que é, também, uma distância social entre os acadêmicos e os grupos privados de acesso

ao conhecimento formal. Essa aproximação vem, paulatinamente, ganhando espaço, e os movimentos sociais vêm encontrando cada vez mais espaço, dentro da Universidade, para discutir suas demandas. Para Perucchi, trata-se de “um campo composto e atravessado por diversas tensões entre as dimensões da singularidade e da universalidade, da igualdade e da diferença, do público e do privado; um campo marcado tanto por influências acadêmicas quanto políticas” (2012, p. 02).

Como você pode imaginar, há setores que não estão dispostos a aceitar essa aproximação, alegando que os espaços de reflexão e de política devem permanecer divididos. Poderíamos entender essa questão, nesse sentido, como mais um capítulo de uma antiga discussão: afinal, conhecimento e política se misturam? Para refletir sobre essa difícil equação você pode contrapor dois argumentos de peso: o de Max Weber (1864-1920), por um lado, destacando a necessidade de manter essa cisão, e o de Michel Foucault (1926-1984), por outro, dedicado a mostrar a intrínseca relação entre saber e poder.

Esse movimento de reflexão sobre o tema das identidades (de indivíduos, nações e grupos), relacionou-se, também, no que diz respeito à historiografia, à emergência dos discursos de memória a partir da década de 1970 (SANTOS, 2014). As memórias, afinal, mormente acessáveis por testemunhos e relatos de experiência, não dependem dos discursos oficiais e das grandes narrativas institucionais. Vejamos, por exemplo, o que nos diz Michael Pollak sobre esse tema:

“Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p. 205)



## Exemplificando

A questão das identidades, conforme Vera Placco (at al.), incide também em outro aspecto importante de nossa profissão: a questão da formação docente. Essa reflexão nos ajudaria a compreender que também nos constituímos em relação a outros, e que é preciso superar a posição de “universalidade” do professor como detentor do saber consagrado. Nesse sentido,

“ A teoria da identidade pode contribuir para a compreensão da prática docente. Se o indivíduo é o que faz e se ser professor é exercer um papel, assumir uma personagem, como propõe Ciampa, então necessário se faz olhá-lo na relação com todos os “outros”, relação e “outros” que o constituem enquanto igualdade e diferença - relações de identidade. (PLACCO, 2011, p. 03)

Neste momento você pode estar se perguntando: o tema da identidade se tornou importante para a historiografia, mas, afinal, de quais identidades estamos falando? Vamos nos dedicar, a partir de agora, a pensar sobre dois movimentos que, em diálogo com a historiografia, são representativos dessa mudança de olhar: o movimento *queer* e o movimento negro.

Vamos começar com um recuo terminológico. “Safatle explica que a palavra *queer*, cujo sentido original era bizarro, excêntrico, estranho, passou a designar depreciativamente os homossexuais a partir do século XIX. Nos anos 1980, porém, a palavra foi reivindicada pelos grupos LGBT num processo de ressignificação em que se tornou valorativa” (FIGUEIREDO, 2018, p. 41). A palavra, portanto, procura reunir as demandas de gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, polisssexuais, assexuais, as pessoas não-binárias, transgêneras ou transexuais. Conforme Guacira Louro, “categorizado e nomeado como desvio da *norma*, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incômodo para permanecer. Contudo, nos anos 1990, o *queer* deixa de ser apenas um movimento urbano que congregava algumas minorias para tornar-se, efetivamente, uma designação intelectual” (LOURO, 2001, p. 548).

Esse movimento, que tem suas origens nos EUA na década de 1970, ganhou força nas últimas décadas a partir de estudos importantes sobre o tema, como os da filósofa Judith Butler. Em seu livro *Problemas de gênero*, publicado em 1990, ela dedica-se ao questionamento da distinção sexo/gênero e da chamada “heterossexualidade compulsória”, imposta pelo discurso hegemônico, que faria com que as pessoas tivessem de ser classificadas, sempre, em um dos polos, masculino ou feminino. Sua proposta era

pensar em uma identidade não essencialista, ou seja, não permanente: os sujeitos e suas necessidades, para Butler, não são estáveis. Mas, afinal, como fica a questão da nossa identidade biológica? Para Butler, o corpo não seria naturalmente feminino ou masculino, mas seria algo construído à medida que a criança é educada. Butler recupera a inspiração de Simone de Beauvoir que, ainda na década de 1940 (*O Segundo Sexo*, 1949), afirmava que não se nasce mulher, torna-se.



### Assimile

Observe, abaixo, um trecho da obra *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, na qual sua discussão sobre os conceitos de gênero e sexo se desdobra:

“Embora a unidade indiscutida da noção de “mulheres” seja frequentemente invocada para construir uma solidariedade da identidade, uma divisão se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado casual do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problemáticamente binários em sua morfologia e constituição “ao que será questionado”, não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos

gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2008, p. 25)

Como você pode imaginar, tornando-se um movimento intelectual, muito debatido nas Universidades nas mais diversas áreas das Humanidades, as questões de gênero incidiram também sobre a relação entre singulares e universais que organiza o debate historiográfico. Se, antes, o professor ou intelectual podia se considerar detentor do monopólio reflexivo sobre certos assuntos, ele passa agora a ser confrontado com um debate sobre a propriedade de fala dos “outros”, os quais eram tratados, anteriormente, como objetos, e não como sujeitos do discurso. Nesse sentido, podemos encontrar muitas figuras que não são somente acadêmicas ou somente ativistas, mas que transitam entre esses dois universos e que procuram pautar essa discussão. Um exemplo bastante representativo dessa tendência é a filósofa Djamilia Ribeiro, que se dedica a traduzir as discussões acadêmicas sobre gênero e a questão racial a uma linguagem acessível aos novos meios de comunicação, mais rápidos e ágeis, como as redes sociais, por exemplo.

Amparada por pensadoras como Judith Butler (1956) e Gayatri Chakravorty Spivak (1942), Ribeiro (2017) procura destacar a necessidade de pensar a **interseccionalidade** das questões sociais: o movimento feminista, por exemplo, não pode tratar as mulheres brancas e negras como um mesmo universal (mulher), mas deve se ater às peculiaridades de cada posição da estrutura social. “O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades” (RIBEIRO, 2017, p. 19). Nesse sentido, reconhecer a diferença é o primeiro passo para que as mulheres brancas assimilem sua posição relativamente privilegiada.

Uma das reflexões matriciais da autora, e que tem um largo alcance nas redes sociais, é a discussão sobre o lugar de fala. Para ela,

“A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem

as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 33)

O que se pretende afirmar, sinteticamente, é que cada singularidade possui uma experiência histórica distinta e que todas elas devem ser levadas em conta para a composição da narrativa sobre certo aspecto da realidade. Assim, ouvir o que pensam e sentem os setores mais prejudicados da pirâmide social, conferindo a eles o protagonismo sobre sua posição discursiva é, para essa corrente, um passo epistemológico fundamental, que ajuda a tirar da invisibilidade amplos setores do mundo social. Não apenas a vivência como testemunho em primeira pessoa, mas, também, as condições sociais da experiência pessoal são importantes para essa discussão. Embora seja um ponto polêmico, ainda aberto a muitas discussões, essas críticas, como as de Djamila Ribeiro (uma das maiores divulgadoras, para além do campo acadêmico, dessas discussões), tocam em pontos importantes de nossa construção como sociedade. A ideia de que o racismo, por exemplo, foi superado no Brasil pelas leis de abolição, é uma das narrativas que passa a ser revista quando consideramos a necessidade de pensar as singularidades a despeito da unidade mais ampla (o pertencimento nacional). Para Abdias Nascimento, nesse sentido,

“[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o ‘maior motivo de orgulho nacional’ [...]”. No entanto, “devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92. (apud DOMINGUES, 2001 p. 116)

Agora podemos nos perguntar, o que a historiografia pode fazer para recuperar as memórias que se tornaram ofuscadas pela narrativa oficial sobre a questão racial no Brasil? Para Marcus Fonseca,

“A historiografia vem cada vez mais problematizando as formas de abordagem sobre os negros e contestando a maneira como eles foram tradicionalmente tratados nos processos de escrita da história. Esse processo vem constituindo-se a partir de um movimento de crítica a um padrão de abordagem, que teve sua origem nas interpretações relativas à sociedade escravista, cuja principal característica foi a negação dos negros como sujeitos e sua redução à condição jurídica dos escravos. (FONSECA, 2007, p. 14)



### Exemplificando

Um exemplo de como as discussões acadêmicas caminham junto com os debates públicos sobre as demandas dos movimentos sociais é a Lei n 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares da educação. A ideia é estimular o conhecimento e a pesquisa a respeito das tradições africanas que compõem nossa identidade e que, até então, ficavam escamoteadas, no currículo, ao ponto de vista dos Europeus (termos como “descobrimento”, por exemplo, são tributários desse eurocentrismo). Nesse sentido, como salienta Nilma Gomes, a proposta é entender essa dinâmica

“não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – [que] poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (GOMES, 2012, p. 105)

Em síntese, o que o movimento *queer* e o movimento negro, quando em contato com a historiografia, produzem, é uma passagem de grupos antes tomados como objeto pelos historiadores à categoria de sujeitos, produtores de suas próprias narrativas. Nesse sentido, conforme Gomes (2012), essa tendência reverbera uma aposta gerada ainda na década de 1940, com a Escola dos Annales, que procurava ampliar os sujeitos e as fontes da história.

“Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras, susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e uma postura de inconformismo, as quais são necessárias para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes por meio dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais. Poderá emergir daí um relacionamento mais igualitário e mais justo, que nos faça apreender o mundo de forma edificante, emancipatória e multicultural. (GOMES, 2012, p. 107)

Essas mudanças têm também um sentido epistemológico, que abordaremos agora para concluir nosso percurso. Termos como “multiculturalismo” e “pós-estruturalismo” ajudam a entender essas questões. Conforme Kabengele Munanga (2015), o termo multiculturalismo pode ser entendido como “a busca de uma comunicação e de uma integração parcial entre os conjuntos culturais não reconhecidos na formação da cidadania (2015, p. 21-22). Quando pensamos, por exemplo, nos efeitos políticos que o reconhecimento das identidades – e dos portadores dessas identidades – podem surtir, estamos em condições de entender porque a historiografia deixa de ser apenas um discurso acadêmico e passa a contribuir, também, com novas configurações sociais e culturais

“Na contramão da globalização neoliberal homogeneizante que quer arrastar todos os povos para o mesmo fosso, ocorre paralelamente em todo o mundo o debate sobre a preservação da diversidade como uma das riquezas da humanidade. A questão fundamental que se coloca em toda parte é como combinar, sem conflitos, a liberdade individual com o reconhecimento das diferenças culturais e as garantias constitucionais que protegem essa liberdade e essa diferença. (MUNANGA, 2015, p. 22)

Reconhecer as diferentes identidades, como querem os movimentos que conhecemos acima, a partir do conceito de multiculturalismo é, portanto, uma operação ao mesmo tempo teórica e política. Ele acompanha também o amadurecimento da chamada corrente “pós-estruturalista”. Essa leitura, baseada na retomada de autores como Foucault, Derrida e Barthes (ALMEIDA, 1999), procura ater-se ao desenvolvimento do papel e da natureza da linguagem, desnaturalizando algumas questões (como a relação entre saber e poder, por exemplo) que inviabilizavam as narrativas marginais. Esse movimento, conforme Temistocles Cezar (1995), não é contra a história,

mas procura encontrar as possibilidades inscritas na linguagem, principalmente a partir do “deslocamento teórico de interesses para as margens, “inibidos pelas forças tradicionais da história” (1995, p. 138).

Vale a pena, nesse momento, nos debruçarmos um pouco sobre como essas novas concepções teóricas incidem na historiografia. Diversos analistas, como Reindardt Koselleck, Jean-François Lyotard e Frederic Jameson, analisaram o impacto da “crise das grandes narrativas” no ofício do historiador. Se antes grandes ideias orientadoras como o progresso e a revolução forneciam aos historiadores o pano de fundo de suas análises, com esse novo leque de concepções teóricas – que se baseiam no caráter estruturante da linguagem e na primazia das identidades em relação aos universais – algumas questões se impõem aos historiadores, tais como: é ainda possível falar em um movimento evolutivo da história? Pode um historiador observar o passado a partir dos efeitos visíveis de seus registros?

Dessas questões se derivam uma série de posições. Algumas delas afirmam que a história não é mais que uma representação do passado, tão subjetiva quanto qualquer outra narrativa ficcional. Outras análises apontam para um certo ceticismo analítico e afirmam que não é possível reconstruir uma inteligibilidade do passado histórico. Outras, ainda, dedicam-se a refletir sobre a história dos poderes e suas interdições. Um exemplo de como essas novas perguntas da nova história atuam concretamente nos objetos de pesquisa pode ser a obra de Alain Corbin, que publicou, em 1986, “Le miasme et la jonquille: odorat et imaginaire social” (O miasma o narciso: odor e imaginário social). Nessa obra, o historiador francês procura, através de um recorte bastante peculiar (a história dos cheiros), afastar-se das grandes construções teóricas do marxismo e do estruturalismo, defendendo que a subjetividade é um caminho importante para atingir, através de uma pesquisa “livre” (não presa aos métodos clássicos da história científica), o conhecimento sobre representações do passado.



### Saiba mais

O termo **pós-estruturalismo** é um dos mais importantes e, ao mesmo tempo, mais controversos do campo das Humanidades. Há muitos críticos a essa ideia que afirmam que, ao pulverizar as identidades em diferenças cada vez mais pontuais, corre-se o risco de perder as chaves explicativas da história, como a luta de classes, por exemplo. Para saber mais sobre esse debate, consulte:

BUENO, S. F. Da teoria crítica ao pós-estruturalismo: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 149-161, abr./jun. 2015. Editora

SIQUEIRA, C. BUSSINGER, E. **Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma análise comparativa das contribuições teóricas feministas de Simone de Beauvoir e Judith Butler**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da Diferença. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 2, nº 2, p. 7-33, 1990.

Podemos concluir nosso percurso chamando a atenção para a convergência entre demandas atuais dos movimentos sociais como o *Queer* e o movimento negro e as inovações no campo acadêmico, não apenas da História, mas das Humanidades de modo geral. Quando esses sujeitos, antes marginalizados, passam a reivindicar a propriedade de falar por sua própria experiência, podemos perceber que o debate sobre as identidades é, para além de teórico, político, no sentido em que exige de nós uma atenção às inflexões públicas do discurso sobre o passado. Na era das redes sociais, na qual a pluralização das possibilidades de enunciação é cada vez mais marcante, cabe a nós, enquanto professores, um estado de alerta constante em relação às demandas que o presente traz para nossas disciplinas e para nossa prática de modo geral.

Após um longo percurso pela chamada “história da história”, que começou com as primeiras elucubrações de Tucídides, pela historiografia medieval, pelo renascimento e pelos desdobramentos contemporâneos das reflexões dos historiadores, estamos em condições de observar as inúmeras formulações que a História (enquanto escrita sobre o passado) assumiu. Isso significa perceber que os olhares que cada sociedade desenvolveu a respeito do passado é relativo ao conjunto de problemáticas que a acompanhava, de modo que cada época desenvolve não apenas uma visão sobre os acontecimentos passados, mas, também, uma forma específica de consciência histórica. Uma forma de evitarmos os anacronismos em nosso dia a dia enquanto professores, nesse sentido, passa pelo esforço em reconhecer os diferentes “presentes” de cada sociedade do passado. Conhecer essa história é importante para que possamos nos prevenir dos anacronismos, das essencializações e das descontextualizações que, muitas vezes, se inserem nos debates sobre o passado. Lembrando que quando escolhemos uma forma de narrar a história estamos, nós mesmos, implicados na escolha, podemos concluir esse percurso chamando atenção para a importância do presente na composição de nosso olhar sobre o passado.

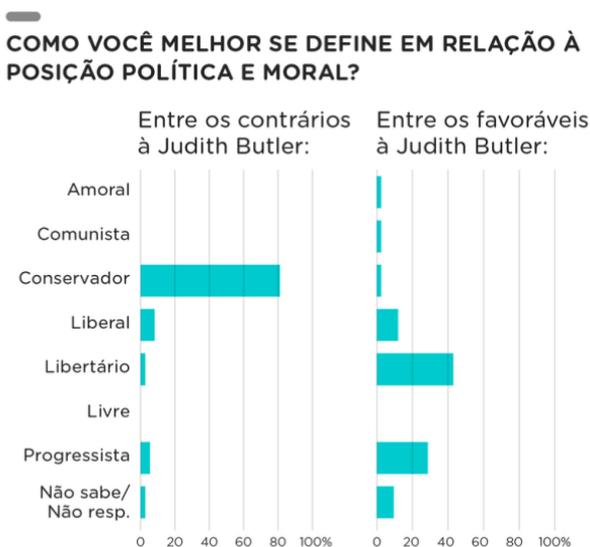
A partir de 2003, a disciplina de História teve seu currículo formal ajustado de modo a contemplar, além da narrativa canônica sobre o passado do país, a tradição de matriz afro-brasileira que, como sabemos, compõe nossa cultura. A lei n 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade de abordar esse tema em sala de aula, mas, como sabemos, entre um decreto e sua efetiva implantação orgânica há, muitas vezes, em hiato tanto temporal como relativo aos hábitos de professores e instituições.

Nesse sentido, apesar de a lei vigorar há mais de 15 anos, ainda há, eventualmente, temas que parecem sensíveis em sala de aula. Abordar aspectos como o feminismo e, no caso do tema de nossa problematização inicial, o racismo, com os alunos, envolve não apenas o resgate do passado, mas, também, aspectos do presente que seguem perpetuando e circunscrevendo os limites de nossa cidadania. Nesse sentido, você foi convidado a imaginar uma situação na qual, em um debate sobre este tema, uma aluna questionasse a possibilidade de que um professor, não sendo negro, possa falar apropriadamente sobre o racismo. Essa questão está relacionada ao fato de que o movimento negro é, hoje, tal como o feminismo, um dos grandes porta-vozes da demanda por pluralização epistemológica, ou seja, da bandeira de que os sujeitos pertencentes a esse grupo devem ter a possibilidade e a prioridade de falarem sobre si mesmos, emancipando-se da posição de objetos em direção à posição de enunciadores de sua própria narrativa.

Em uma situação como essa, você pode conjugar o tema do racismo enquanto aspecto historicamente fundacional da nossa sociedade com uma discussão mais epistemológica acerca da ideia de “lugar de fala”. Esse conceito, abordado ao longo da seção, pode ser matizado a partir da fala da aluna, e você pode, com isso, levantar a discussão sobre as distinções entre experiência pessoal, experiência coletiva e testemunho. Um exemplo de como fazer isso seria propor que as experiências pessoais e os relatos em primeira pessoa são uma parte importante da narrativa sobre o passado, mas que não precisam estar desconectados de uma análise crítica sobre os documentos, os contextos e as escritas do passado. Com isso, pode-se abrir uma possibilidade de somar à história enquanto conhecimento formal (que você, professor, representa) às narrativas de experiência, de modo a construir uma soma de pontos de vista, e não uma exclusão. Finalmente, pode-se sugerir que as experiências dos alunos que se sintam motivados a narrá-las sejam valorizadas enquanto possibilidade de acesso aos temas curriculares formais, e não como acessórios.

1. Em 2017, a filósofa Judith Butler, convidada para um ciclo de palestras no SESC, em São Paulo, foi hostilizada por alguns manifestantes que não concordavam com sua presença. A tabela abaixo foi construída pelo Jornal Nexo naquela ocasião, e procura destacar a relação entre as manifestações antibutler e outros aspectos políticos pertinentes:

Figura 4.4 | Evento Judith Butler



Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/G%C3%AAnero-pol%C3%ADtica-e-religi%C3%A3o-nos-protestos-contra-Judith-Butler>. Acesso em: 05 jan. 2019.

A partir das reflexões apreendidas da tabela, assinale a alternativa correta:

- A tabela ajuda a perceber que não há relação entre as questões teóricas propostas por Butler e as questões políticas e sociais que envolvem o movimento por direitos.
- A maior parte dos opositores à vinda de Butler são conservadores, o que indica que são favoráveis, de modo geral, ao reconhecimento da política de diferenças.
- Todos aqueles que reconhecem que o gênero e o sexo não podem ser separados, como salienta Butler em sua obra *Questões de Gênero*, se declaram conservadores.
- A tabela ajuda a perceber que o movimento identitário é majoritariamente identificável com as pautas da esquerda, o que não significa que toda a esquerda concorde com suas pautas.
- Segundo os dados apresentados na tabela, o historiador deve resguardar o fundamento de sua disciplina das vicissitudes políticas.

## 2. No trecho abaixo, Djamila Ribeiro aborda o tema do “lugar de fala”

“No Brasil, comumente ouvimos esse tipo de crítica em relação ao conceito, porque os críticos partem de indivíduos e não das múltiplas condições que resultam nas desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados. As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (RIBEIRO, 2017, p. 36)

A partir do trecho acima e considerando os temas desta seção, assinale a alternativa correta

- a) O fragmento destaca que o conceito de “lugar de fala” é um consenso social e acadêmico, na medida em que procura dar visibilidade às identidades antes ofuscadas pela narrativa oficial.
- b) Segundo o ponto de vista da autora, o conceito de “lugar de fala” equivale a uma revalorização das experiências individuais em detrimento das identidades coletivas.
- c) As perguntas que encerram o fragmento dizem respeito aos problemas epistemológicos colocados pelo feminismo negro, que se somam às questões sociais suscitadas por ele.
- d) O trecho indica que os grupos subalternos não tinham nenhuma espécie de produção intelectual até que o conceito de “lugar de fala” fosse inserido nos debates acadêmicos.
- e) A proposta do fragmento envolve o reconhecimento de certos aspectos que antes eram tomados de modo naturalizado, como o menor número de negros ocupando posições acadêmicas.

3. A imagem abaixo é de uma passeata em prol dos direitos das pessoas *Queer* ocorrida na Irlanda, em 2016. Observe dois dizeres das faixas “silêncio = morte” e “Libertação *queer*, não arco-íris capitalista” e, em seguida, julgue as afirmações:

Figura 4.5 | Protesto LGBT



Fonte: <https://bit.ly/2RstZj0>. Acesso em: 05 jan. 2019.

- I. O slogan “silêncio = morte” pode ser interpretado, teoricamente, a partir da pluralização dos sujeitos enunciativos encampada pelos movimentos multiculturalista e pós-estruturalista.
- II. O slogan “Libertação *Queer*, não arco-íris capitalista” nos ajuda a refletir sobre a mercadologização das demandas desses grupos.
- III. O movimento *Queer* tem suas origens na década de 1970 e, nos últimos anos, vem tentando se colocar como alternativa intelectual, no intuito de emancipar-se de seu conteúdo político.
- IV. Ambos os slogans da imagem acima ajudam a entender que o conceito de “pós-estruturalismo” procura desassociar saber de poder ao colocar os próprios ativistas como protagonistas da elaboração teórica de suas ideias.

Assinale a alternativa que contenha apenas sentenças verdadeiras.

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

## Referências

- ALMEIDA, A. Pós-modernismo, pós-estruturalismo e nova história. **Pro-Posições**, v. 8 n° 2[23], março de 1999. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/1926/23-artigos-almeidaalc.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.
- ALMEIDA, J. S. As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920/1940). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 187-205, abr./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a12.pdf>. Acesso em: 31 jan.2019.
- ANDRADE, F. Resenha: CARDOSO, C. F. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. In: **Revista História em Reflexão**, v. 3 n° 5, UFGD - Dourados jan/jun 2009.
- ALBERTI, V. Obras coletivas de história oral. Tempo. **Revista do Depto. de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, p. 206-219, jun. 1997. Disponível em [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/415.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/415.pdf). Acesso em: 27 dez. 2018.
- ASSIS, M. A; SANTOS, T. V. (Org.) **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2016.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão de identidade**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.
- CARVALHO, R. Apontamentos metodológicos acerca da crítica das fontes na historiografia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p. 296-300, jun2011. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/doc01\\_42.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/doc01_42.pdf) Acesso em 25.01.2019
- CEZAR, T. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. **Revista anos 90**. Porto Alegre, n° 4, p. 129-151, 1995. Disponível em: [https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31489/000142288.pdf?sequence=1\\_](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31489/000142288.pdf?sequence=1_) Acesso em: 07 jan. 2019.
- CUNHA, M. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **História e Ensino**, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.
- DE LUCA, T. R. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n° 21, 2002.
- DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latino-americanos**, v. 1, n° 10, p. 115-131,2005.
- ENNES, M. MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n° 35, p. 274-305, jan./abr. 2014.
- FIGUEIREDO, E. Desfazendo gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Criação & Crítica**, n°. 20, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138143>. Acesso em: 07 jan. 2019.
- FONSECA, M. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia oficial brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 13, p. 13-50, jan./abr. 2007.

GOMES, N. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, nº 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2DciR5E>. Acesso em: 07 jan. 2019.

HOBBSAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras (edição Companhia de Bolso), 2013.

JULIÃO, J. N. Ensaio de introdução à filosofia da história. **Veritas**, Porto Alegre, v. 55, nº 3, p. 236-250, set./dez., 2010.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto, 2006.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LOPES, F. Fontes históricas: desafios, propostas e debates. Resenha de PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p.333. In: **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº 10, p. 315-322, 2012.

LOURO, G. **Teoria Queer, uma política pós identitária para a educação**. ESTUDOS FEMINISTAS 541 2/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

MALERBA, J. (org.) **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto. 2006.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 62, p. 20-31, 2015.

NOVAIS, F. FORASTIERI S, R. **Nova História em Perspectiva**. Vol. II. São Paulo. Cosac Naif, 2013.

OLIVEIRA, C. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos. v.15, nº1, p.169-181, jan./mar. 2008.

PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, nº 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PERROT, M. Ecos de uma história silenciosa das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 147-163, janeiro-abril/2008.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Conferência proferida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu em 06 de maio de 1994 (Unicamp). **Cadernos Pagu** (4), p. 9-28, 1995.

PERUCCHI, J. Dos estudos de gênero às teorias queer. [Trabalho completo]. In Associação Brasileira de Psicologia Social (Org.), **Anais** [Online]. Maceió: ABRAPSO, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2CH0G6F>. Acesso em: 07 jan. 2019.

PLACCO, V. (et al). **Movimentos identitários e a formação de professores**. Simpósio ANPAE, 2011. Disponível em: [www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto](http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto).

Acesso em: 07 jan. 2019.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/2t8WID5>. Acesso em: 07 jan. 2019.

RABELO, E de A. Medo, reverência, terror: Quatros ensaios de iconografia política. Resenha de GINZBURG, C., Medo, reverência, terror: Quatros ensaios de iconografia política. Tradução de Federico Carotti, Júlio Castañon Guimarães e Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 200p. In **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 31, nº 55, jan./abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752015000100307](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000100307). Acesso em: 17 dez. 2018.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, M. História, memória e identidade: como fazer um museu. **Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul**, v. 2, nº 1, p. 1-7, 2014. Disponível em: [http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista\\_autos\\_e\\_baixas/article/view/58/32](http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/58/32). Acesso em: 07 jan. 2019.

SANTOS, A. Entre a academia e o ativismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 76, p. 91-108, dez. 2006. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/76/RCCS76-091-108-Ana%20C.Santos.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SÁ-SILVA, J, ALMEIDA, C, GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, p. 1-15, jul. 2009.

SCHMIDT, B. Resenha de TRAVAN CAS, I.; ROUCHOU, J. e HEYMANN, L. (orgs.). Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. In: **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, nº 8, p.453-459, 2014.

SKALDAFFERO, M. Hegel e o fim da história. **Polymatha Revista de Filosofia**. Fortaleza, v. V, nº 8, p. 211-230, 2009.

SILVEIRA, P. T. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, v. 9, nº 17, p. 270-296, jan./jun. 2016.

VIZEU, F. MATITZ. Q. Anacronismo conceitual e construção social do conhecimento em estudos organizacionais: uma análise a partir da história conceitual. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 25, nº 86, p. 413-433, jul./set. 2018.

VOIGT, A. Qual a importância de uma época? Anacronismo e história. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, nº 46, p. 23-44, dez. 2017.

VOIGT, A. Um debate sobre a descontinuidade temporal: Fernand Braudel, Gaston Bachelard, Gaston Roupnel e Georges Gurvitch. In: **História da historiografia**, Ouro Preto, nº 13, p. 188-203, dez. 2013.

XAVIER, E. O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador. **Antíteses**, v. 3, nº 6, p. 1097-1112, jul./dez. 2010.



ISBN 978-85-522-1409-0



9 788552 214090 >